

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ADRIANA DIAS DE MOURA

**“NEM TÃO ‘ESCURA’ PRA SER NEGRA, E PRETA, JAMAIS”:  
RACISMO, SUBJETIVIDADE E JUVENTUDE NA PERIFERIA DE BELÉM**

BELÉM – PA  
2021

ADRIANA DIAS DE MOURA

**“NEM TÃO ‘ESCURA’ PRA SER NEGRA, E PRETA, JAMAIS”:  
RACISMO, SUBJETIVIDADE E JUVENTUDE NA PERIFERIA DE BELÉM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Educação.

Orientação: Profa. Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva

BELÉM - PA  
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

M929n Moura, Adriana Dias de.

"Nem tão 'escura" pra ser negra, e preta, jamais": :  
Racismo, Subjetividade e Juventude na periferia de Belém /  
Adriana Dias deMoura. — 2021.

212 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Lúcia Isabel da Conceição  
Silva Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de

Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Belém, 2021.

1. Raça e Racismo. 2. Subjetividade. 3.  
Juventude. 4. Identidade Racial. 5. Belém do Pará.  
I. Título.

CDD 370

---

ADRIANA DIAS DE MOURA

**“NEM TÃO ‘ESCURA’ PRA SER NEGRA, E PRETA, JAMAIS”:  
RACISMO, SUBJETIVIDADE E JUVENTUDE NA PERIFERIA DE BELÉM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Educação.

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva – Orientadora  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Prof. Dr. Daniel Magalhães Goulart – Examinador Externo  
Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)

---

Profa. Dra. Piedade Lino Videira – Examinadora Externa  
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

---

Profa. Dra. Ivany Pinto Nascimento – Examinadora Interna  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Prof. Dr. Waldir Ferreira Abreu – Examinador Interno  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

A todas(os) as(os) brasileiras(os) negras(os),  
especialmente as(os) jovens que estão na periferia,  
que lutam diariamente pelo direito de ser e existir  
nessa sociedade racista, opressora e excludente.

À minha família - irmãos, sobrinhos e,  
especialmente, à minha mãe que com a sua história  
de vida nos fez fortes, revolucionários e  
transgressores.

## AGRADECIMENTOS

“Ei preta, preto  
Hoje eu não vim aqui pra apontar o dedo na cara do racista.  
Talvez eu faça isso, mas hoje preta, eu vim aqui pra te fazer um afago  
Te dar um abraço e sussurrar no teu ouvido: UBUNTU  
Eu sou, porque nós somos<sup>1</sup>”

A minha existência e a tecitura dessa tese não seria possível sem a existência e contribuição de tantas outras pessoas que cruzaram o meu caminho e me fizeram quem sou. Com o reconhecimento de que é na relação com o outro que nos tornamos quem somos e que poderemos concretizar os nossos sonhos de um futuro diferente que me sinto no dever de agradecer a tantas pessoas que se fizeram presente nessa trajetória.

Agradecimento a Deus, aos orixás, a Oxum, a Ogum, a todas as forças espirituais que estou aprendendo a reconhecer e que, de alguma forma, me auxiliaram no processo de autoconhecimento e equilíbrio espiritual e emocional.

A Bia, sujeita dessa pesquisa, com quem estabeleci um diálogo aberto e franco e com quem aprendi muito sobre a juventude, a realidade da periferia de Belém e, principalmente, sobre negritude.

À minha família, meu bem mais precioso, que me faz levantar todos os dias e renovar a força dos sonhos e da esperança. Às minhas irmãs Fátima, Rosa Inete, Sônia, Edice, Adenice e ao meu irmão Desthene Junior. Aos meus sobrinhos(as), e, especialmente à minha mãe, Maria de Jesus, que com a sua força e vitalidade me ensina todos os dias a levantar e lutar por um mundo melhor e mais justo.

À minha orientadora, Profa. Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva, com quem aprendi que tão importante quanto a atuação na academia é a atuação nos movimentos sociais. Agradeço a paciência, o companheirismo, a sabedoria, a amizade e os momentos de luta coletiva, alegria e também de angústia.

Aos membros da banca, Profa. Dra. Piedade Videira, Profa. Dra. Sônia Maria da Silva Araújo, Prof. Dr. Daniel Magalhães Goulart, Prof. Dr. Waldir Ferreira Abreu, pela importante contribuição no exame de qualificação que, certamente, se reflete no resultado final dessa tese.

---

<sup>1</sup> Trecho do Slam “Afago”, de autoria de Patrícia Meira

À Profa. Dra. Ivany Pinto Nascimento com quem muito aprendi durante todo o percurso da pós-graduação e que com a gentileza de sempre aceitou o desafio de compor a banca de defesa e contribuir carinhosamente com a discussão.

Ao GEPJUV, grupo que me acolheu e me ensinou a olhar/trabalhar para/com a juventude com outras lentes. Agradeço aos colegas Mateus, Cândida, Rodrigo, Tássia, Selli, Amanda, Arthur, Marina, Isabel, Sônia, Carlos e demais colegas que fazem e fizeram do grupo referência na pesquisa com juventude no estado do Pará.

Aos amigos Leidiceia Carneiro e Cláudio Saraiva, à amiga Dagma Resque, aos amigos de longa data Mônica Calixto, Lourença Sousa, Soélio Barros, Gerciel Batista, Sinara Sousa e Júlia Beatriz que sempre demonstraram admiração, afetividade e amparo, tornando a trajetória menos solitária.

A Márcio Couto Henrique pelo companheirismo, compreensão, afetividade, força, incentivo e questionamentos instigantes que foram fundamentais no processo de autoconhecimento já iniciado pela produção da tese.

Aos amigos que o doutorado proporcionou: Letícia Carneiro, Albert Cordeiro, Patrícia Gomes, Lucas Furtado, Joana Carmem. Vocês deixaram a trajetória muito mais leve e significativa.

Aos colegas e amigos construídos no Programa de Pós-Graduação em Educação, especialmente, as(os) alunas(os) da linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade.

Às(Aos) coordenadores e professoras(es) do PPGED, especialmente aos da linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, que muito contribuíram no meu processo de formação acadêmica e profissional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, fundamental para a promoção da equidade no processo de desenvolvimento de pesquisas no país.

À Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) do município de Rondon do Pará e à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) do Pará pela liberação para aprimoramento pessoal.

## Epígrafe

“Mulher sofre mais do que homem, mas quando você é mulher negra, você sofre mais do que a mulher branca.

Quando você é mulher negra e não é padronizada nos olhos dele, não tem aquele corpo espetacular, você sofre mais do que ela, e assim vai indo. Quando você é uma mulher negra, **não é padronizada** e tem uma orientação sexual diferente, fica pior, e assim vai indo. Quando a pessoa é uma mulher negra, periférica, isso e aquilo. E eu percebi que eu tava quase lá uma das últimas, entende. Eu falei: “O que é que eu vou fazer da minha vida?”

(Bia, 2019)



## RESUMO

A pesquisa ““Nem tão ‘escura’ pra ser negra, e preta, jamais”: racismo, subjetividade e juventude na periferia de Belém” objetiva compreender os efeitos do racismo na constituição da subjetividade de jovens negros que residem na periferia de Belém, capital do estado do Pará, Brasil. Fez-se a opção pelo estudo de caso com uma jovem, estudante, negra, lésbica e moradora do bairro do Guamá-Belém-Pará no intuito de elucidar as seguintes questões: Quais as experiências de racismo vivenciadas pelas(os) jovens e quais os sentidos subjetivos gerados nesse processo? Que configuração subjetiva da identidade racial a(o) jovem constrói nessa sociedade estruturada pelo racismo? Quais as implicações das configurações subjetivas do racismo e da identidade racial no desenvolvimento subjetivo do indivíduo? A pesquisa fundamenta-se na formulação criada por Fernando González Rey, que reúne Teoria da Subjetividade, Epistemologia Qualitativa e Metodologia Construtivo-interpretativa como processo indissociável para produção do conhecimento. A subjetividade é concebida numa perspectiva cultural-histórica como um sistema simbólico-emocional que se desenvolve num processo contínuo, por meio da produção de sentidos subjetivos que se originam das experiências individuais e sociais dentro de um determinado contexto social, histórico e cultural. A construção de novas inteligibilidades acerca do objeto de estudo leva em consideração a íntima relação entre teoria, dialogicidade e criatividade para formulação e desenvolvimento da pesquisa. Foram utilizados como instrumentos: Diário de experiências, Dinâmica conversacional e Complemento de frases. Os resultados apontam que os jovens são submetidos a experiências de/com racismo em todos os espaços de convivência e existência, tais como família, escola, igreja, trabalho, bairro, dentre outros e que isso tem impactos na qualidade das relações afetivas, individuais e sociais, como dificuldade em estabelecer amizades e afirmação da sexualidade. Isto porque o racismo impacta diretamente no processo de construção da subjetividade uma vez que as experiências racistas atuam como fontes geradoras de sentidos subjetivos associados a desvalorização de si, autoanulação, auto-ódio, inferioridade, subalternidade implicando em fragilidade na construção de recursos subjetivos para enfrentamento das opressões que acontecem no cotidiano, o que leva a uma fragilização da afirmação da identidade racial. Conclui-se que a configuração subjetiva do racismo pode inibir ou, ainda, aniquilar a emergência do sujeito enquanto que a configuração subjetiva da identidade racial autodeclarada, autodefinida proporciona o surgimento de recursos subjetivos de enfrentamento da opressão, possibilitando a emergência do sujeito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Raça e Racismo. Subjetividade. Juventude. Identidade Racial. Belém do Pará.

## **ABSTRACT**

The research ““ Not so 'dark' to be black, and never black ”: racism, subjectivity and youth on the outskirts of Belém” aims to understand the effects of racism on the constitution of the subjectivity of young blacks who live on the outskirts of Belém, capital of Belém state of Pará, Brazil. The case study was chosen with a young woman, student, black, lesbian and resident of the neighborhood of Guamá-Belém-Pará in order to elucidate the following questions: What are the experiences of racism experienced by young people and what are the subjective meanings generated in this process? What subjective configuration of racial identity does the young person build in this society structured by racism? What are the implications of the subjective configurations of racism and racial identity in the subjective development of the individual? The research is based on the formulation created by Fernando González Rey, which brings together Theory of Subjectivity, Qualitative Epistemology and Constructive-interpretive Methodology as an inseparable process for the production of knowledge. Subjectivity is conceived in a cultural-historical perspective as a symbolic-emotional system that develops in a continuous process, through the production of subjective meanings that originate from individual and social experiences within a given social, historical and cultural context. The construction of new intelligibilities about the object of study takes into account the intimate relationship between theory, dialogicity and creativity for the formulation and development of research. The following instruments were used: Diary of experiences, Conversational dynamics and Complement of sentences. The results show that young people are subjected to experiences of / with racism in all spaces of coexistence and existence, such as family, school, church, work, neighborhood, among others and that this has an impact on the quality of affective, individual and family relationships. social problems, such as difficulty in establishing friendships and affirming sexuality. This is because racism directly impacts the process of constructing subjectivity since racist experiences act as sources of subjective meanings associated with self-depreciation, self-annulment, self-hatred, inferiority, subordination implying fragility in the construction of subjective resources for coping the oppressions that happen in daily life, which leads to a weakening of the affirmation of racial identity. It is concluded that the subjective configuration of racism can inhibit or even annihilate the emergence of the subject while the subjective configuration of the self-declared, self-defined racial identity provides the emergence of subjective resources to face oppression, allowing the subject to emerge.

**KEYWORDS:** Race and Racism. Subjectivity. Youth. Racial Identity. Belém do Pará.

## RESUMEM

La investigación “No tan 'oscuro' para ser negro, y nunca negro”: racismo, subjetividad y juventud en las afueras de Belém” tiene como objetivo comprender los efectos del racismo en la constitución de la subjetividad de los jóvenes negros que viven en las afueras de Belém, capital del estado de Belém de Pará, Brasil. El estudio de caso se eligió con una joven, estudiante, negra, lesbiana y residente del barrio de Guamá-Belém-Pará con el fin de dilucidar las siguientes preguntas: ¿Cuáles son las experiencias de racismo vividas por los jóvenes y cuáles son los significados subjetivos? generado en este proceso? ¿Qué configuración subjetiva de identidad racial construye el joven en esta sociedad estructurada por el racismo? ¿Cuáles son las implicaciones de las configuraciones subjetivas del racismo y la identidad racial en el desarrollo subjetivo del individuo? La investigación se basa en la formulación elaborada por Fernando González Rey, que aúna Teoría de la Subjetividad, Epistemología Cualitativa y Metodología Constructivo-Interpretativa como un proceso inseparable de producción de conocimiento. La subjetividad se concibe en una perspectiva histórico-cultural como un sistema simbólico-emocional que se desarrolla en un proceso continuo, mediante la producción de significados subjetivos que se originan a partir de experiencias individuales y sociales dentro de un determinado contexto social, histórico y cultural. La construcción de nuevas inteligibilidades sobre el objeto de estudio tiene en cuenta la íntima relación entre teoría, dialogicidad y creatividad para la formulación y desarrollo de la investigación. Se utilizaron los siguientes instrumentos: Diario de experimentación, Dinámica conversacional y Complemento de oraciones. Los resultados indican que los jóvenes son sometidos a experiencias de / con el racismo en todos los espacios de convivencia y existencia, tales como la familia, la escuela, la iglesia, el trabajo, el barrio, entre otros y que esto tiene un impacto en la calidad afectiva, individual y problemas sociales, como la dificultad para establecer amistades y afirmar la sexualidad. Esto se debe a que el racismo impacta directamente en el proceso de construcción de la subjetividad, pues las experiencias racistas actúan como fuentes generadoras de significados subjetivos asociados a la autodespreciación, la autoanulación, el autodesprecio, la inferioridad, la subordinación que implican fragilidad en la construcción de recursos subjetivos para el afrontamiento. de las opresiones que ocurren en la vida diaria, lo que conduce a un debilitamiento de la afirmación de la identidad racial. Se concluye que la configuración subjetiva del racismo puede inhibir o incluso aniquilar el surgimiento del sujeto, mientras que la configuración subjetiva de la identidad racial autodeclarada y autodefinida prevé el surgimiento de recursos subjetivos para enfrentar la opresión, permitiendo al sujeto emerger.

**PALABRAS CLAVE:** Raza y Racismo. Subjetividad. Juventud. Identidad racial. Belém do Pará.

## LISTA DE SIGLAS

- EEEM. Gov. – Escola Estadual de Ensino Médio Governador Alexandre Zacharias de Assumpção
- EC – Emenda Constitucional nº 95
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- FNB – Frente Negra Brasileira
- GD – Grupo de Diálogos
- GEPJUV – Grupo de Estudos e Pesquisa em Adolescência, Juventude, Vulnerabilidades e Fatores de Proteção
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais ou Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual, e demais possibilidades de orientação sexual e de identidade de gênero
- MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MNU – Movimento Negro Unificado
- MUCDR – Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial
- PPP – Projeto Político Pedagógico
- RMB – Região Metropolitana de Belém
- SBT – Sistema Brasileiro de Televisão
- TEN – Teatro Experimental Negro
- UFPA – Universidade Federal do Pará

## LISTA DE QUADROS E IMAGENS

<b>Quadro 1.</b> Número de Homicídios no Brasil, entre 2015 e 2018 .....	54
<b>Imagem 1.</b> EEEM Gov. Alexandre Zacharias de Assumpção .....	108
<b>Imagem 2.</b> Viela que dá acesso à casa de Bia .....	126
<b>Imagem 3.</b> Casa de Bia à direita .....	127
<b>Imagem 4.</b> Escada que dá acesso à casa (alugada) de Bia .....	128
<b>Imagem 5.</b> Bia e eu (pesquisadora) no quarto/cozinha de sua casa .....	129
<b>Imagem 6.</b> Diário de experiências 1 .....	136
<b>Imagem 7.</b> Diário de experiências 2 .....	137
<b>Imagem 8.</b> Diário de experiências 3 .....	143
<b>Imagem 9.</b> Diário de experiências 4 .....	145
<b>Imagem 10.</b> Diário de experiências 5 .....	153
<b>Imagem 11.</b> Diário de experiências 6 .....	159
<b>Imagem 12.</b> Diário de experiências 7 .....	160
<b>Imagem 13.</b> Diário de experiências 8 .....	162
<b>Imagem 14.</b> Diário de experiências 9 .....	162
<b>Imagem 15.</b> Diário de experiências 10 .....	177

## SUMÁRIO

<b>1. PARTINDO DO MEU LUGAR DE FALA</b> .....	15
1.1. O DEBATE QUE É ENFRENTADO NO COLETIVO: antecedentes da pesquisa	25
1.2. PROBLEMA, QUESTÕES NORTEADORAS E OBJETIVOS .....	30
<b>2. RAÇA E RACISMO: PADRÕES DE PODER QUE SE PERPETUAM, PORQUÊ?</b> .....	32
2.1. A NATURALIZAÇÃO DO RACISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA .....	41
2.2. EXPRESSÕES DO RACISMO NA ATUALIDADE .....	51
<b>3. “O QUE EU SOU MEU DEUS”? - RACISMO, NEGRITUDE E IDENTIDADE(S) EM DEBATE</b> .....	62
3.1. “QUEM TÁ MORRENDO É A GENTE, ENTÃO, QUEM TEM QUE LUTAR PELOS SEUS DIREITOS É A GENTE” – A NEGRITUDE EM MOVIMENTO .....	69
<b>4. COMO NOS TORNAMOS QUEM SOMOS? A FORMULAÇÃO TEÓRICA DE FERNANDO GONZÁLEZ REY</b> .....	82
4.1. TEORIA DA SUBJETIVIDADE .....	84
4.1.1. <i>Sentidos Subjetivos e Configurações Subjetivas</i> .....	85
4.1.2. <i>Subjetividade Social e Subjetividade Individual</i> .....	89
4.1.3. <i>Sujeito</i> .....	93
4.2. EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA .....	94
4.3. METODOLOGIA CONSTRUTIVO-INTERPRETATIVA .....	97
4.3.1. <i>Modelo teórico epistemológico</i> .....	99
4.3.2. <i>Construindo o Cenário Social da pesquisa e adentrando no Contexto Sócio-espacial de Belém</i> .....	101
4.3.3. <i>Estudo de caso</i> .....	119
<b>5. TEORIA DA SUBJETIVIDADE E RACISMO: CONSTRUINDO INTELIGIBILIDADES SOBRE AS IMPLICAÇÕES NA SUBJETIVIDADE HUMANA: UM ESTUDO DE CASO</b> .....	123
5.1. CARACTERIZAÇÃO DE BIA: “IMAGINA NASCER NEGRA, UM CORPO BEM MAGRINHO, CABELO CRESPO E UMA ORIENTAÇÃO SEXUAL DIFERENTE” .....	124
5.2. RACISMO E SUBJETIVIDADE NAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE VIDA DE BIA: FAMÍLIA E ESCOLA .....	131

5.3. ADENTRANDO NA ESTRUTURA DO RACISMO E NA SUBJETIVIDADE: AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DA/NA PERIFERIA .....	142
5.4. “UMA ORIENTAÇÃO SEXUAL DIFERENTE, NADA PADRONIZADA”: A INTERSECÇÃO ENTRE RACISMO, SEXISMO, SEXUALIDADE E SUBJETIVIDADE .....	158
5.5. RACISMO, SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE: RECONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DE BIA .....	176
<b>6. TORNAR-SE NEGRA É TORNAR-SE SUJEITA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>190</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>198</b>
<b>APÊNDICES</b>	

## 1. PARTINDO DO MEU LUGAR DE FALA

No segundo semestre de 2013, aos 35 anos de idade, resolvi<sup>2</sup> parar de relaxar o meu cabelo crespo para então usar tranças. Confesso que foi uma decisão nada fácil, pois imaginava todos os olhares que iria receber, e recebi, na rua, na universidade, onde à época cursava o mestrado, das(os) amigas(os), conhecidas(os) e das(os) desconhecidas(os). Mas esse foi um passo importante para o próximo passo que viria em 2014: o uso do cabelo na sua forma natural, sem química, sem chapinha, sem tranças. Apenas o cabelo crespo com o qual eu nasci, e que desde sempre havia aprendido a rejeitar, porque “ruim”, “inferior”, “feio”. Eu era a “nega do cabelo duro” aos olhos do mundo. Ouvir isso doía, e como doía.

Nunca havia me permitido pensar no que eu achava do meu próprio cabelo porque a opinião e os olhares dos outros sempre pesaram mais. Perguntas do tipo “como você lava?” ou “posso pegar?” já tocando no cabelo sem a permissão, seguidas de “é macio”, são bem expressivas do imaginário branco sobre nós, www negras(os), que nos remete à selvageria e sujeira, típicas do “alinhamento ofensivo de pensamentos coloniais: lavar/sujo; pentear/indomável” (KILOMBA, 2019, p. 124), o que faz com que o branco deseje controlar o corpo negro.

Passados sete anos do início desse processo de transição capilar, entre tranças e crespo, a opinião alheia, aquela que se expressa nos olhares, recriminando o fato deste cabelo não estar “domado”, ainda pesa. O cabelo assim como o corpo, a cor da pele, são elementos importantes na construção da identidade negra, exatamente porque são marcas importantes na estereotipia e na inferiorização do negro em detrimento de uma suposta superioridade do branco.

Experiências como essa da não aceitação de si e/ou da expectativa pela aceitação do outro, ou, indo direto ao ponto, experiências de racismo, são marcantes na nossa constituição do ser. Quem somos, a maneira como pensamos, sentimos e agimos no mundo com os nossos semelhantes e com a natureza está diretamente relacionada à forma como produzimos os sentidos oriundos das nossas experiências de vida, ou seja, com a forma como produzimos a nossa subjetividade. As nossas escolhas, ou mesmo, a ausência

---

<sup>2</sup> Fiz a opção por falar na primeira pessoa do singular, para demarcar meu comprometimento e meu lugar de fala nessa pesquisa, entretanto, em alguns momentos do texto, eu também usarei da primeira pessoa do plural para me referir à coletividade do povo negro, uma vez que nos constituímos na individualidade e na coletividade.



de posicionamento em momentos de definir questões importantes na nossa vida, estão relacionadas com as nossas produções subjetivas.

Parto destes relatos e reflexões para anunciar que o **objeto de estudo** dessa tese é a compreensão dos efeitos do racismo na produção de subjetividades. Fernando González Rey (2017) define a subjetividade como um sistema simbólico-emocional em constante desenvolvimento que está para além do indivíduo, uma vez que ela não é estática, acabada e nem livre de interferências externas. A subjetividade, portanto, é uma produção humana e nos leva à construção da nossa personalidade e da nossa identidade.

Mas que produções subjetivas nós, negras(os), criamos ao experienciar cotidianamente o racismo que estrutura essa sociedade, seja na política, na economia, nas instituições, na cultura, nas relações interpessoais, no ‘humor’, nos meios de comunicação? Sueli Carneiro (2011), em texto escrito para o Correio Braziliense em 2002, já apontava para a lacuna na produção de conhecimento sobre o impacto do racismo na subjetividade negra, bem como sobre os “efeitos perversos sobre a subjetividade dos brancos, das representações imaginárias e simbólicas do corpo branco como instrumento de poder e de privilégios à custa da opressão material e simbólica dos outros” (2011, p. 81).

Isto é, enquanto nós, negras(os), temos que forjar nossa subjetividade dentro de um sistema que insiste o tempo inteiro em dizer e nos tratar, efetivamente, como inferiores, incapazes e animalizados, os brancos constroem as suas subjetividades a partir do marcador da superioridade que precisa se firmar por meio da opressão exercida sobre os negros. Opressão que se materializa ao longo da vida das pessoas e tende a ser naturalizada como se cada um desses indivíduos pertencentes ao grupo subalternizado estivesse predestinado a essa vida de dor e sofrimento.

Me permito agora, ainda, adentrar um pouco mais na minha história de vida que se multiplica em tantas outras histórias de vida. Nasci em 1978, na cidade de Rondon do Pará, naquele período ainda uma vila pertencente ao município de São Domingos do Capim-Pará, sendo a sexta filha de uma família que viria a ter nove filhos. Meus pais, oriundos do interior de Minas Gerais, vieram para o Pará em busca do ‘Eldorado’<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Em "Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil", Sérgio Buarque de Holanda se refere aos motivos edênicos que motivaram a expansão europeia pelo chamado Novo Mundo. Entre estes, estava o “Príncipe Dourado”, que se banhava todos os dias em uma lagoa de ouro, de onde vem o nome El dorado. Conferir HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Terras incógnitas”. Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1992 (1959). 5ª edição.

Como aconteceu com várias famílias da região, meu pai, no afã de conquistar a glória na Serra Pelada<sup>4</sup>, depois de um período entre idas e vindas, abandonou minha mãe com oito filhos, a caçula havia falecido nesse período, e minha mãe passou a ter que se virar sozinha. Maria de Jesus Silva, é o nome dessa mulher negra, pobre e analfabeta que contou com o auxílio das filhas mais velhas e da comunidade para cuidar da família. O seu fervor religioso e sua inserção na igreja católica foram fundamentais para ajudá-la nesse processo. Apesar de analfabeta, pois o seu pai nunca a deixara estudar por entender que essa não era uma virtude que as mulheres deveriam ter, sempre entendeu a importância dos estudos na vida de uma pessoa. Portanto, batalhou para que todos os seus filhos estudassem, e, ela mesma, também procurou estudar, depois de se ver livre da dominação masculina, tendo cursado, com intervalos de tempos entre um nível de ensino e outro, o MOBRAL<sup>5</sup>, o ensino fundamental, o ensino médio e em 2012, concluído o curso de bacharelado em Administração.

Apesar do pouco estudo que tinha, minha mãe sempre teve uma consciência crítica e política muito forte, e foi por isso que no final da década de 1980 ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores em Rondon do Pará, sendo uma das militantes mais atuantes ainda nos dias de hoje. Sua atuação efetiva também na igreja a tornou popularmente conhecida e respeitada no município, o que levava muitos rondonenses a dizerem que ela era “uma negra de alma branca”. E sempre que eu ouvia isso quando criança, adolescente e, mesmo, jovem, eu me orgulhava. Orgulho que fui aprendendo a ressignificar por tudo que a sua história de luta representa na minha vida, mas que hoje me permitem pensar que, subjetivamente, os sentidos subjetivos gerados a partir dessa relação que fazem eu me identificar a partir da minha mãe também tem a ver com o orgulho gerado pela mulher, negra e pobre, que conseguiu o ‘respeito’ de uma sociedade. Conseguiu trilhar um caminho para os filhos e filhas diferente da sua própria trajetória. E, conseguiu a proeza de “ter alma branca”.

---

<sup>4</sup> Distrito do município de Curionópolis, localizado na região sudeste do estado do Pará. A sua formação está relacionada às atividades de garimpo, impulsionadas pelo programa “Projeto Garimpo”, do Ministério das Minas e Energia, lançado em 1977, que incentivava a pequena atividade de lavra de gemas e metais preciosos. Consta que a atividade garimpeira em Serra Pelada ganhou força no início do ano de 1980, fazendo com que o número de pessoas ali estabelecidas chegasse a cinco mil, alcançando o ápice em número de pessoas em 1984, com cerca de 80 mil pessoas. Em 1983, a produção de ouro em Serra Pelada bateu recorde com 17 toneladas ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Serra\\_Pelada](https://pt.wikipedia.org/wiki/Serra_Pelada), acessado em: 19 de agosto de 2020).

<sup>5</sup> Movimento Brasileiro de Alfabetização. Instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, durante o governo ditatorial de Artur da Costa e Silva. O MOBRAL foi implantado para substituir o método de alfabetização de adultos preconizado pelo educador Paulo Freire (Wikipédia, acessado em 18 de agosto de 2020).

Embora tenha conseguido fazer com que todos os filhos e filhas frequentassem a escola, local em que trabalhou durante muitos anos como servente, fui a segunda e última a conseguir ingressar em uma universidade pública, em 1999, no curso de pedagogia. E assim iniciou a minha carreira acadêmica.

Durante minha trajetória acadêmica, o tema da educação e da democracia esteve sempre presente, pois compreendia que o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, bem como a gestão compartilhada nas instituições de ensino seriam capazes de democratizar a sociedade. Entretanto, hoje compreendo que essa discussão é ineficiente enquanto vivermos em uma sociedade regida pelo sistema capitalista que se utiliza das bases do racismo para estabelecimento de poder. Enquanto houver racismo não haverá democracia.

Em estudos anteriores – graduação, especialização e mestrado – pude discutir questões da democracia no âmbito da gestão escolar, evidenciando os processos de gestão democrática da escola pública, da atuação de conselheiros escolares na rede pública de ensino e a relação estabelecida por intelectuais entre educação e democracia. Talvez essa tenha sido uma forma indireta de discutir as desigualdades que são oriundas do racismo escamoteadas por um sistema financeiro que oprime e até admite o seu potencial gerador de desigualdades sociais, com ênfase em um discurso da meritocracia, o que geraria a sobreposição de classes, mas nega, camufla a utilização do racismo nesse sistema perverso que faz acirrar ainda mais as desigualdades entre os povos.

No mestrado, ao estudar a relação da educação com a democracia, me foi possível perceber que a escola não tem esse poder. Estudar Paschoal Lemme<sup>6</sup> ampliou o leque de interpretações que nos faz entender que é impossível transformar a sociedade por dentro da ordem estabelecida, portanto, a educação escolar pública jamais será democrática enquanto a sociedade for regida por esse sistema altamente excludente.

Entretanto, se a escola não é o mecanismo capaz de transformar a sociedade, tampouco podemos desconsiderar o lugar de importância que ela ocupa neste processo, uma vez que quem tem acesso a ela consegue ao menos ampliar o direito à vida. Durante anos trabalhando com a educação básica jamais fiz essa associação entre acesso e

---

<sup>6</sup> Paschoal Lemme (1904-1997) foi um intelectual, educador, socialista brasileiro que deixou uma importante contribuição teórica para o pensamento filosófico educacional. Foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Integrou a Associação Brasileira de Educação (ABE). Trabalhou com Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira na administração da educação pública na cidade do Rio de Janeiro, sua cidade natal (MOURA, A. D. Educação e Democracia: um estudo comparado entre o pensamento de Paschoal Lemme (1904-1997) e o de Anísio Teixeira (1900-1971). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Pará, 2015).

permanência com o direito à vida no sentido mais literal da palavra, ou seja, a diminuição da possibilidade de ser assassinado. E, no Brasil, a cor da pele determina tanto quem tem acesso ampliado à escolarização, da educação básica à universidade e, por consequência, mas não apenas, quem vive mais e quem morre mais.

No trabalho com a educação básica, em escolas das redes estadual e municipal de ensino, no município de Rondon do Pará (Região Sudeste do Pará – Brasil), associava o acesso e a permanência dos alunos na escola com a formação da cidadania, possibilidade de ascensão social e com a formação de uma sociedade mais democrática. Mas isso só não basta, precisamos fazer mais. Precisamos construir processos que permitam outras reflexões acerca não apenas da classe, mas do racismo, do sexismo, do patriarcado, enfim de todas as formas de opressão para assim gerar outras produções subjetivas.

Foi o que aconteceu comigo no primeiro semestre do curso de doutorado em educação, quando comecei a me pensar mais profundamente enquanto mulher negra nessa sociedade, pensar nas implicações do racismo dentro do sistema neoliberal capitalista, por meio da participação na disciplina “Relações Raciais e de Gênero na Contemporaneidade” ministrada pela Profa. Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva, mulher negra que também é minha orientadora.

As reflexões suscitadas por essa disciplina me fizeram entender a necessidade e a urgência em discutirmos cada vez mais o racismo estrutural, institucional e cotidiano da nossa sociedade. Fizeram-me ter a convicção de que é preciso apropriar-se dessa temática para então promovermos, coletivamente, as fissuras necessárias nesse sistema opressor, a fim de superarmos as desigualdades e assim construir a democracia que sempre discuti e defendi na minha trajetória acadêmica e profissional, embora me faltassem elementos de compreensão mais aprofundada do seu significado. Enquanto o racismo prosperar é impossível construirmos uma sociedade verdadeiramente democrática.

Ao pensar na questão de que vivi por mais de três décadas carregando um corpo de mulher negra, sofrendo as opressões do racismo, do machismo, das desigualdades raciais e sociais, das lutas travadas para conquistar o acesso a bens que deveriam ser assegurados a todas e todos, até alcançar um lugar de ‘privilégio’ dentro dessa sociedade altamente excludente, que é o acesso à universidade pública, em um curso de pós-graduação *stricto sensu*, e que em toda essa trajetória estudantil, não me foi possibilitado pensar mais profundamente sobre a questão racial que afeta não só a mim, mas a milhares de outros ‘iguais’ tão diretamente é que percebo o quão urgente se faz essa discussão.

Flávia Rios e Alex Ratts (2010) ao fazer a biografia de Lélia Gonzalez, mulher negra que ocupa um lugar de destaque na produção brasileira sobre a mulher negra e a naturalização das relações entre classe, raça, gênero e espaço afirmam que ela quase sucumbiu ao “mundo dos brancos”, e só aos quarenta anos de idade é que se aproximou da militância negra, depois de ter sido confrontada com a rejeição ao seu matrimônio inter-racial e com as experiências de racismo.

Os mecanismos educativos e ideológicos da nossa sociedade são tão eficientes que fazem com que muitas negras(os) só muito tarde, ou às vezes nunca, se apercebam e consigam tornar-se negra(o). Não se pode negar que a estrutura de dominação e aniquilamento do negro tem sido eficiente no processo de anulação da identidade racial negra.

Antes de ser pesquisadora, eu sou mulher, negra, pobre e periférica. É a partir desse “lugar<sup>7</sup> de quem é objeto dessa opressão [racismo], do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão” (RIBEIRO, 2019a, p. 8) que irei apresentar o conhecimento produzido no desenvolvimento dessa pesquisa, que envolve a história de vida de uma jovem de nome “Bia”<sup>8</sup>, negra, lésbica, estudante do ensino médio, moradora do bairro do Guamá, periferia de Belém do Pará, que se entrecruza com tantas outras histórias de vida, assim como com a minha.

Histórias de vida, minha e de Bia, ainda que singulares são também representativas de tantas outras histórias de jovens negras(os) que tiveram uma trajetória pautada pelas dificuldades socioeconômicas que são vivenciadas no contexto das periferias, lugar que em geral serve como quarto de despejo (JESUS, 2006) para abrigar a população pobre e negra (pretos e pardos) deste país.

Assumir a identidade de pesquisadora negra, campo até então não demarcado pela ausência de assunção da identidade negra, implica num posicionamento político diante do processo de pesquisa e de construção do conhecimento. Isto porque o não reconhecimento do lugar de fala que esse corpo negro ocupa, implica em uma análise rasa das questões, ou seja, não possibilita uma análise interseccional (CRENSHAW, 1989,

---

<sup>7</sup> Em “Lugar de Fala”, Djamila Ribeiro, afirma que “todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade” (2019a, p. 85). Portanto, quando se trata da questão do racismo as pessoas brancas vão falar do “lugar de quem se beneficia” dessa opressão, enquanto que os negros irão falar do lugar de quem sofre a opressão.

<sup>8</sup> Bia é o nome fictício escolhido pela própria participante para representar a sua história de vida e trajetória nessa pesquisa. O nome Bia não foi escolhido aleatoriamente, mas porque apesar de não ser o seu nome oficial tem relação direta com a sua identidade.

2005) das opressões, não possibilita, como afirma Djamila Ribeiro (2019a, p. 31), “desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar”.

Tirar essas pautas da invisibilidade e analisá-las com um olhar interseccional mostra-se muito importante para que fuçamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui. A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de “deixar viver ou deixar morrer”. A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida (RIBEIRO, 2019a, p. 42).

Quando uma pesquisadora(o) negra(o) ocupa um espaço tão branco como o do campo da pesquisa, em países como o Brasil, se faz necessário que ao menos essas(es) pesquisadoras(es) negras(os) façam uma análise interseccional de raça, classe, gênero, etc. e não caiam na esteira das análises homogeneizantes, universalizantes e que reforçam os processos oriundos da colonização.

O processo de transição capilar iniciado em 2013 foi apenas um passo no processo de autoaceitação ou autodefinição (COLLINS, 2016), acompanhado de mudanças no visual estético - roupas, brincos -, iniciando um verdadeiro processo de autodeclaração (MBEMBE, 2014), no qual passei a questionar a maneira de me ver e de me colocar diante do mundo, como no texto segundo, em que Achille Mbembe propõe a declaração de identidade a partir de questionamentos como ‘quem eu sou?’, ‘qual meu verdadeiro estado civil e histórico?’ e, principalmente, ‘eu sou o que dizem que sou?’, provocando um repensar da consciência do negro, da literatura, da biografia, da história, da política, dentre outros.

Esse é um processo lento, longo, doloroso, individual e coletivo. É um processo que tem a função de recuperar, ao menos em parte, aquilo que nos foi roubado, a nossa história. Sim, a escravidão e o racismo nos roubam de nós mesmos. Roubam a nossa história, a nossa identidade e interferem na nossa subjetividade por meio de tantas experiências explícitas do racismo.

Sendo eu mulher, negra, oriunda de uma família de nove irmãos, pobres, moradores de uma cidade do interior do estado do Pará, Rondon do Pará, quantas experiências atreladas ao racismo poderia relatar. Mas é o roubo de mim, da minha memória ancestral, da minha história que quero ressaltar.

Me peguei pensando sobre o que eu sei da minha história, da minha ancestralidade. Não sei de onde eu vim. Alguns poderiam dizer, obviamente, que a minha ascendência é

africana. E o que isso quer dizer? O que é a África? Ora, caímos na velha generalização que coloca todo africano num único balaio, a mercadoria, o negro. Mas, para além de não saber de qual país e a que povo de África pertenciam meus ascendentes, a escravidão amplia drasticamente as suas consequências. O processo da diáspora obrigou a dispersão dos descendentes de África pelo país, por vários motivos, mas todos eles, em busca da sobrevivência.

Daí que as dispersões, não são apenas físicas, como no caso da minha família que migrou para o Pará, em busca de melhores condições de vida, atrás do eldorado, isolando-se dos demais membros da família, o que fez com que os nascidos aqui perdessem, novamente, além do contato com a família, as histórias, as memórias, as origens, a ancestralidade que é uma referência fundamental na construção de si. O processo de luta pelo direito de existir vai roubando de nós, negras(os), a possibilidade de busca pelo autoconhecimento, dificultando o processo de “saber-se negra”, como afirma Neusa Souza (1983, p. 17-18),

A descoberta de ser negra é mais que a constatação do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal, depois do trabalho de se descortinar muitos véus). Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiências de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.

A história de vida de uma pessoa é marcada pelos acontecimentos históricos passados e presentes, pelas transformações socioculturais e pelos sentimentos que vão sendo gerados diante delas. A partir daí construímos a nossa forma de pensar, sentir e viver o mundo com suas contradições e conflitos oriundos das nossas experiências. Essas, obviamente, se dão no campo das questões socioeconômicas, de classe, raça, gênero, sexualidade, afetividade, dentre outras.

Em 2019, me vi tendo que responder à seguinte pergunta: “Quem tu és?”. Comecei a resposta tendo como referência a minha família, especialmente a minha mãe. Ao passo que iniciei dizendo “Sou filha de Maria de Jesus, tenho 6 irmãos, sendo um homem e mais cinco mulheres, sou professora, moradora de Rondon do Pará, etc.”. E, de repente, fui confrontada com uma pergunta ainda mais incisiva: “Quem é a Adriana Moura?”. Confesso que tive e ainda tenho dificuldades em dar tal resposta.

No entanto, esse confronto gerou em mim processos de subjetivação que me fizeram refletir acerca da dificuldade em me autodefinir, em dizer da minha identidade e

pensar em aspectos da minha história de vida que proporcionaram a produção de sentidos subjetivos que me levaram a essa configuração.

Descobri, em meio ao processo de leitura, escrita e reflexão da tese, através da escrita de autoras como Conceição Evaristo (2017), Grada Kilomba (2019), bell hooks (2019), Paulina Chiziane (2003), Sueli Carneiro (2011) e tantas outras, que essa minha forma de pensar e sentir o mundo, a conexão com a família e comigo mesma, está intimamente ligada à minha ancestralidade, à forma de ser e pensar coletivamente que é vivenciada em África.

Dessa forma, como afirma Sueli Carneiro (2011), vivemos uma eterna busca entre o mítico ser africano guardado em cada um de nós e o não ser instituído pela escravidão, pelo racismo e pela discriminação, o que provoca

Emoção, lágrimas, nostalgia do não vivido, transe de um *ethos* africano persistentemente incrustado nesses seres colonizados. São como crianças que há muito tempo foram arrancadas do seio de suas mães, mas permanecem sonhando com sua imagem, mesmo cada vez mais difusa; sentindo o seu cheiro e ouvindo ecoar dentro de si algo clamando por sua presença (CARNEIRO, 2011, p. 154).

Esse *ethos* africano incrustado em cada negra(o) da diáspora precisa ganhar consistência, forma, consciência a fim de auxiliar e ampliar o nosso desenvolvimento subjetivo.udou a perspectiva do olhar que eu tinha para o mundo e do olhar para mim mesma.

À medida que a pesquisa foi se delineando e se modificando ela foi se transformando num processo de formulação de questionamentos e de autoconhecimento, ou seja, foi se configurando num processo “educativo de valor terapêutico” (GONZÁLEZ REY e MITJÁNS MARTINEZ, 2017, p. 96).

Ela não iniciou o meu processo de “Tornar-me” mulher negra empoderada, mas impulsionou uma metamorfose de forma que eu não imaginava ser possível, tanto no campo pessoal, quanto profissional. Acredito, que também provocamos o movimento metamórfico com os demais sujeitos envolvidos na pesquisa. E espero que possa, ao menos, suscitar a reflexão nos futuros leitores desse trabalho.

Assim como Sueli Carneiro denunciou a ausência de pesquisas sobre o impacto do racismo na subjetividade do povo negro, Grada Kilomba (2019) aponta para a ausência da discussão em torno da questão racial ou do racismo e suas consequências na Europa e



evidencia que essa é mais uma forma de desrespeito, silenciamento e omissão para com o indivíduo negro.

Por muitos anos, o racismo nem foi visto nem refletido como um problema teórico e prático significativo nos discursos acadêmicos, resultando em um déficit teórico muito sério (WeiB, 1998). Por um lado, esse déficit enfatiza a pouca importância que tem sido dada ao fenômeno do racismo. E, por outro lado, revela o desrespeito em relação àqueles que experienciam o racismo (KILOMBA, 2019, p. 71).

No Brasil, as universidades e as escolas públicas dão pouca atenção, ou nenhuma, à questão racial, de modo que acabam por reproduzir opressões, desigualdades e violar os direitos do povo brasileiro. A escola pública, apesar dos avanços conquistados a partir da luta dos movimentos negros, a exemplo da aprovação da Lei Nº. 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio, ainda não debate as temáticas da colonização, da escravidão e do racismo como processos fundantes e estruturantes das várias formas de opressões, das desigualdades e violências que se perpetuam no atual sistema capitalista neoliberal.

Arrisco dizer que o principal problema para a não implementação da lei está no fato de que o Estado e a sociedade brasileira não têm interesse em enfrentar o problema do racismo no Brasil. Isto leva a questões como a ausência de conhecimento produzido sobre a história e a cultura afro-brasileira ou de África, o despreparo ou falta de formação acadêmica e/ou, ainda, o desinteresse por parte de professores em trabalhar tais conteúdos. Foi o que constatou Piedade Videira (2013, p. 73) “escutei recorrentemente por parte de alguns(as) dos(as) professores(as) que se sentiam inseguros e sem formação acadêmica para trabalhar os conteúdos previstos pela Lei Nº 10.639/03 em sala de aula”.

A escolha, a princípio, em fazer a pesquisa sobre as implicações do racismo na constituição de subjetividades, utilizando como instrumentos, por exemplo, Grupo de Diálogos (GD)’, que oportunizam a discussão e a reflexão acerca dessas temáticas com jovens estudantes de escola pública da periferia da cidade de Belém, ou a ‘dinâmica conversacional’ com Bia, nos possibilitaria não apenas fazer uma análise desse processo de constituição do ser, mas a própria pesquisa se transformaria num espaço/processo educativo de todos os indivíduos nela envolvida, uma vez que faço a opção pela compreensão de subjetividade enquanto processo complexo e dialógico que se

reconfigura diante dos contextos em que estamos imersos (GONZÁLEZ REY, 2005, 2017).

Como diz Grada Kilomba (2019) é importante perseguir um percurso para se chegar à consciencialização coletiva que leva à responsabilização/responsabilidade de criar novas configurações de poder e de conhecimento. Este, certamente, não é um percurso fácil e cada indivíduo tem que percorrê-lo no seu tempo e a seu modo. Entretanto, esse é um percurso que pode e deve ser trilhado com o auxílio dos processos formativos pelos quais nós passamos, seja na escola, durante a educação básica, seja na universidade, seja na escola da vida, seja no processo de desenvolvimento de pesquisas.

Que a história de vida de Bia, que aceitou trilhar esse percurso comigo, nos proporcione a reflexão necessária para produzir processos outros de formação. Como jovem, mulher, negra, lésbica e moradora da periferia vivencia rotinas e dificuldades que são comuns a muitos outros jovens. Experiências que se multiplicam por várias famílias brasileiras em virtude da estrutura racista que organiza e sustenta o país. Filha de empregada doméstica, Bia em vários momentos de sua vida, teve que acompanhar a sua mãe para o local de trabalho. Essas experiências fizeram Bia perceber, desde muito cedo, a segregação que existe nessa sociedade, estabelecendo um lugar para o branco e um lugar para o negro.

A história de vida de Bia me permite partir dela para pensar o processo de construção da subjetividade permeada pela questão racial, bem como os desdobramentos do racismo que implica em questões sociais, culturais, relacionais, etc, pois a história de vida dela se entrelaça com a minha e com a de tantos outros jovens negras e negros em muitos aspectos, para além da cor da pele. A pobreza, que leva essa população a ficar à margem na sociedade, morando nas periferias das grandes e pequenas cidades. A falta de estrutura familiar, pois a maioria das mulheres negras são responsáveis pelo sustento da família, criando suas filhas(os) sozinhas. Falta de acesso à saúde, acesso precário à educação pública, tendo que, muitas vezes, conciliar trabalho e estudo, dentre outros marcadores como é possível constatar nas pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Adolescência, Juventude, Vulnerabilidades e Fatores de Proteção (GEPJUV), ao qual essa pesquisa está vinculada.

### 1.1. O DEBATE QUE É ENFRENTADO NO COLETIVO: antecedentes da pesquisa

O GEPJUV<sup>9</sup> tem um histórico de pesquisas com adolescência e juventude que buscam, junto a esse público, em escolas públicas da rede estadual de ensino ou junto a coletivos e organizações de jovens, na sua maioria localizadas na periferia ou que atendem jovens das periferias, dados que possibilitem compreender as condições de vida e os fatores de risco e proteção ao desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens na Amazônia.

O grupo vem desenvolvendo várias pesquisas diretamente vinculadas ao projeto de pesquisa “Juventude Negra, Subjetividade e Processos de Enfrentamento às Violências: (Re) Pensando o Papel da escola” que funciona como um projeto “guarda-chuva” para o desenvolvimento de várias outras pesquisas, vinculadas à pesquisa geral do grupo. Com estas pesquisas o grupo produziu e alimenta um banco de dados que gera elementos para a discussão de estratégias e tenta contribuir com a promoção de políticas públicas para a educação e os direitos humanos das novas gerações.

Tais projetos objetivam uma compreensão abrangente da diversidade de juventudes e experiências juvenis de estudantes de escolas públicas da periferia da cidade de Belém-PA, identificando os processos de desigualdades, racismo e violências vivenciadas pelos jovens, bem como, “suas experiências de sociabilidade e cultura, de forma a caracterizar o potencial destas experiências como subsídios à proposição de políticas públicas para as novas gerações, com foco na construção de processos educativos em educação antirracista, diversidades e juventude” (SILVA, 2018, p. 2).

O GEPJUV constrói um banco de dados que tem servido de base para vários estudos, com amostras de adolescentes e jovens entre 14 e 29 anos, estudantes de escolas públicas, a partir da aplicação do Questionário da Juventude Brasileira Versão Fase II (DELL’AGLIO et al, 2011), que contém 77 questões sobre diversas variáveis sociodemográficas.

Entre as pesquisas realizadas no âmbito do grupo, é possível destacar como que a juventude está propensa a vários tipos de violações de direitos que são oriundas da estrutura racista e machista que norteia a sociedade brasileira, ainda que as pesquisas nem sempre façam essa relação.

Ao analisar o tempo livre de jovens estudantes da Escola do Campo, no município de Castanhal, Tábita Nascimento (2017) aponta, dentre outros resultados, diferenças na ocupação do tempo residual por gênero, isto é, as jovens ocupam seu tempo com

---

<sup>9</sup> Grupo de Estudos e Pesquisa em Adolescência, Juventude, Vulnerabilidades e Fatores de Proteção. Certificado pelo CNPq e liderado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Isabel Silva.

atividades domésticas enquanto os jovens acabam por desempenhar outras atividades ditas de lazer com mais frequência. A pesquisadora acredita que os jovens no Assentamento João Batista II não superaram a reprodução de atividades veiculadas pelos meios de comunicação, e que isso se deve à falta de opção e pela não compreensão das possibilidades de emancipação oriundas do Tempo residual.

Rosely Maia (2017) ao investigar a exposição de adolescentes e jovens à violência no contexto familiar, identificando as percepções sobre violência, fatores de risco e proteção e as implicações nas trajetórias de desenvolvimento de estudantes de escolas públicas do município de Belém, conseguiu identificar que os adolescentes e jovens têm uma percepção positiva da família, apesar da exposição à violência física ou psicológica no ambiente familiar. A pesquisadora ainda aponta para a mudança de comportamento dos adolescentes e jovens a fim de prevenir a reincidência da violência, bem como, o desejo dos jovens de romper com o ciclo de violência sofrido por eles nas gerações futuras. A autora destaca a necessidade de compreender a dinâmica familiar e como esta pode se configurar como fator de risco aos adolescentes e jovens e o papel de proteção que deve ser exercido pela família.

Um outro estudo que apresenta a necessidade de aprofundar os estudos sobre a família na relação entre fatores de risco e proteção é o realizado por Mateus Santos (2018), que procurou compreender as implicações da exposição a eventos estressores na vida de adolescentes e jovens estudantes de escolas públicas e a interação entre fatores de risco e fatores de proteção para o desenvolvimento desse público. O pesquisador aponta para a presença de eventos estressores nos microssistemas família e escola, enquanto que as relações de amizade se constituem como importante fator de proteção e desempenha um papel moderador diante das adversidades. Portanto, o autor chama a atenção para a necessidade de fomentar outros processos protetivos a fim de que os eventos estressores sejam enfrentados de forma articulada e com o auxílio das instituições família e escola.

No estudo realizado por Maria Sousa (2018) que buscou compreender o funcionamento da rede de proteção social de crianças e adolescentes no município de Ananindeua-PA e a operacionalização da rede diante das demandas de violência, a pesquisadora aponta para uma atuação paliativa da rede, uma estrutura desfavorável e um atendimento descontínuo do público alvo, além da pouca articulação intersetorial, uma elevada rotatividade funcional e pouca qualificação profissional.

As pesquisas realizadas no âmbito do GEPJUV apontam para uma alta exposição à violência e violação de direitos, uma fragilidade nas instituições família e escola, que

acabam não atuando como fatores de proteção para adolescentes e jovens que, conseqüentemente, interferem na produção de recursos subjetivos para o enfrentamento dos problemas. No entanto, é preciso compreender que as famílias, escolas e demais instituições públicas, como os órgãos que compõem a rede de proteção social, fazem parte e/ou se constituíram dentro de uma estrutura racializada, e que, portanto, precisam também ser repensadas e reconfiguradas.

Os resultados das pesquisas do grupo demonstram que os adolescentes e jovens estão expostos a vários tipos de violência, seja no contexto do bairro onde moram seja no âmbito familiar. Mais de 50% deles disseram que a violência aumentou no seu bairro e que a causa dessa violência exacerbada é o tráfico de drogas e a ausência de políticas públicas. Mais de oitenta por cento desses jovens já presenciaram algum tipo de violência na comunidade. Esse fenômeno afeta a percepção desses jovens sobre o mundo e as suas rotinas. Eles dizem que para evitar a violência preferem não sair de casa à noite, ou não ir a determinados lugares, evitam andar sozinhos e até mesmo a convivência com os amigos no intuito de se protegerem (SILVA, 2018).

A cidade de Belém do Pará, no ano de 2018, apareceu em terceiro lugar entre as 17 cidades mais violentas do país, e em décimo lugar no cenário mundial, de acordo com os estudos do *Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y Justicia Penal (CCSPJP)*, do México, que aponta o crescimento da violência na América Latina.

Os bairros periféricos da capital paraense se transformaram em cenários de grandes e constantes chacinas, reflexo do aumento da violência e da conseqüente taxa de homicídios expressadas nos indicadores oficiais e que tem se destacado nos noticiários locais, nacional e no cotidiano dos moradores.

Os jovens que moram nos bairros da periferia de Belém convivem diariamente com a violência letal, e a grande maioria já presenciou, vivenciou ou conhece alguém que vivenciou a violência de perto. Portanto, acredito que a violência, que não está dissociada da questão racial, tem impactos na constituição das subjetividades desses indivíduos, criando sentidos e significados outros nas suas vidas, interferindo no seu modo de ser, pensar e agir.

A violência, que só aumenta a cada ano, afeta de maneira particular os jovens. O Atlas da Violência (CERQUEIRA et al, 2017, 2018, 2019) produzidos pelo Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontam um crescimento de mais de 100% na taxa de homicídios por 100 mil habitantes durante a década de 2007 a 2017, e um agravamento

da violência letal nos últimos três anos. Em números absolutos, o Brasil registrou 59.080 homicídios em 2015, 62.517 em 2016, e, 65.602 em 2017.

Tais documentos apontam para o aumento da violência nas regiões Norte e Nordeste bem como para o fato de que a população negra e a juventude são os principais alvos dessa violência. Em 2017, dos 65.602 registros de homicídio, 75,5% das vítimas foram de pessoas negras, pretos e pardos, de acordo com a classificação do IBGE, e destes 35.783 eram jovens, sendo que 33.772 eram do sexo masculino.

A relação entre a violência/taxa de homicídios e racismo é íntima. Como afirma Zélia Amador de Deus, pesquisadora da questão racial no estado do Pará, o racismo pode ser expresso em números. E nesse caso os números não falam, eles gritam, ecoam na nossa cara, com uma voz rasgada e que sangra, pois “a carne mais barata do mercado é a carne negra” (FAROFA CARIOCA, 1998). Não é só a carne mais barata, é a carne que já não tem valor, que já é descartável, porque é excedente.

Achille Mbembe, em *A crítica da Razão Negra* (2014), chama a atenção para os efeitos do capitalismo que já absorveu o indivíduo de tal maneira que o seu drama já nem é mais ser explorado pelo sistema, mas o de ter de se reinventar, de se submeter à humilhação e ao abandono tal é a coisificação do ser humano.

No estudo de José Santos (2018), também do GEPJUV, que analisou os processos de construção de identidades de jovens quilombolas no confronto entre as relações e práticas desses indivíduos, tanto no contexto do quilombo quanto no de territórios externos, é possível, talvez, encontrar alternativas para fugir desse processo de coisificação. O pesquisador aponta para criação de estratégias de resistências geradas no processo de construção de identidades e apresenta como resultados o forte traço geracional na manutenção e fortalecimento da cultura na comunidade quilombola que, por meio de atividades cotidianas como a pesca e a caça, dentre outras, reforça a valorização da solidariedade, das práticas comunais, do respeito ao território, ao ecossistema e aos encantados.

Os estudos citados, bem como as pesquisas já realizadas no âmbito do GEPJUV, ampliam nossa compreensão sobre a juventude periférica e negra e a alta exposição às violências, o que gera novas interrogações sobre os possíveis impactos nas subjetividades destes/as jovens, contribuindo assim, para a elaboração das questões que norteiam a presente pesquisa e que, na mesma esteira, pretende contribuir para ampliar esta compreensão e este debate.

## 1.2. PROBLEMA, QUESTÕES NORTEADORAS E OBJETIVOS

Este estudo se propõe a compreender os efeitos do racismo na constituição de subjetividades, a partir da metodologia do estudo de caso. Para o estudo, escolhi o caso da jovem Bia, uma estudante e moradora da periferia de Belém, que enfrenta diariamente as consequências desse racismo estrutural, institucionalizado, cotidiano e naturalizado por uma grande parcela de brasileiros. Dessa forma, apresento como **problema de pesquisa**: Como o racismo afeta a constituição das subjetividades de jovens negros e negras que residem na periferia de Belém do Pará?

Para dar conta de responder a essa questão principal, elaborei algumas questões que nortearão o percurso de investigação:

- Quais as experiências de racismo vivenciadas pelas(os) jovens e quais os sentidos subjetivos gerados nesse processo?
- Que configuração subjetiva da identidade racial a(o) jovem negra(o) constrói nessa sociedade estruturada pelo racismo?
- Quais as implicações das configurações subjetivas do racismo e da identidade racial no desenvolvimento subjetivo do indivíduo?

A partir dessas indagações, pretendo alcançar o **objetivo geral** desse estudo que é “compreender os efeitos do racismo na constituição da subjetividade de jovens negros que residem na periferia de Belém, capital do estado do Pará, Brasil”.

Foram traçados alguns objetivos específicos com a finalidade de construir o percurso de pesquisa e coletar os elementos necessários para uma análise ampla da temática:

- Identificar as experiências de racismo vivenciadas pela juventude e compreender a produção de sentidos subjetivos relacionados a esse processo;
- Caracterizar a configuração subjetiva da identidade racial que o jovem construiu de si ao longo da sua vida;
- Analisar as implicações das configurações subjetivas do racismo e da identidade racial no desenvolvimento subjetivo do indivíduo.

Para dialogar com estas questões e cumprir tais objetivos, o presente trabalho está organizado em seis seções. A primeira delas, que é esta Introdução, utilizada como espaço para mostrar um pouco da minha trajetória, a justificativa pela temática investigada, os trabalhos desenvolvidos no Grupo de pesquisas ao qual essa pesquisa se vincula – GEPJUV, problema e objetivos da pesquisa. A segunda e terceira apresentam um diálogo teórico sobre a temática central da pesquisa, sendo que: a segunda seção consta de uma apresentação e discussão em torno da construção da raça e do racismo enquanto suportes do padrão colonial de poder e que até os dias de hoje funciona como sustentáculo do capitalismo; discute também o processo de naturalização do racismo no Brasil bem como ele se manifesta na atualidade; a terceira seção traz a discussão do racismo na relação com a construção da identidade e o papel dos movimentos negros no processo de reconstrução da identidade racial, para se chegar no movimento da negritude. A quarta seção propõe o diálogo teórico-metodológico sobre a formulação teórica elaborada por Fernando González Rey que inclui a Teoria da Subjetividade, a Epistemologia Qualitativa e a Metodologia Construtivo-interpretativa e as perspectivas de demonstrar a adequação da Teoria e metodologia para enfrentar as questões de pesquisa e compreensão do objeto central. Na quinta seção apresentam-se os dados e resultados da pesquisa, propriamente, que se inicia com uma caracterização de Bia, sujeita e protagonista do estudo; seguida das formulações que intentamos fazer na relação entre racismo e subjetividade nas primeiras experiências de vida: família e escola; depois a relação entre racismo e subjetividade nas condições socioeconômicas estruturais da periferia; em seguida a relação entre racismo, sexismo, sexualidade e subjetividade, e por fim, a discussão entre racismo, subjetividade e identidade. A sexta e última seção consta das considerações feitas acerca dos efeitos do racismo na constituição da subjetividade de jovens negros que residem na periferia de Belém, a partir do caso Bia, e intenta analisar como a configuração subjetiva do racismo pode ser profundamente inibidora no processo do indivíduo tornar-se sujeito de sua própria história. Dessa forma, defendemos a tese de que a autoafirmação da identidade racial é fundamental para a reconstrução de outras subjetividades e outras configurações subjetivas acerca da raça e do racismo.



## 2. RAÇA E RACISMO: PADRÕES DE PODER QUE SE PERPETUAM, PORQUÊ?

“No Brasil, é uma coisa rara o racismo. O tempo todo tentam jogar o negro contra o branco...”. Essa fala foi proferida pelo então presidente da República do Brasil, no dia 07 de maio de 2019, em um programa de televisão intitulado “Luciana By Night” em que o presidente, que em várias outras situações já exarou o seu racismo, àquele momento, afirmou não ser racista porque em um determinado episódio da sua vida teria salvo de afogamento um “negão” que atuava juntamente com ele no exército. Ainda alegou que, se fosse racista, teria cruzado os braços e deixado o “negão” se afogar (ROMANO, 2019).

Uma fala como essa vinda do presidente de um país como o Brasil, fundado a partir de uma escravidão forjada no racismo, só reforça a necessidade que temos de discutir e falar sobre o racismo nosso de cada dia. Racismo que no Brasil desde sempre foi velado, negado e colocado no âmbito das relações interindividuais, pessoa branca *versus* pessoa negra, negando a dimensão estrutural e institucional do racismo na sociedade brasileira, que carrega fortemente os resquícios da colonização escravista e do capitalismo neoliberal.

Esse racismo velado, à brasileira, traz um agravamento para a questão racial no país, pois o seu enfrentamento apresenta um duplo desafio para a população negra que, além de lutar todos os dias contra uma estrutura racista, ainda precisa provar a existência do racismo.

A produção do discurso de negação do racismo é um dos mecanismos utilizados para estabelecer e/ou manter as relações de poder no mundo, servindo para o fortalecimento da hegemonia branca, que usou do discurso da superioridade racial branca para estabelecer padrões de poder sobre a população negra e usufruir de privilégios.

A produção de discursos que favorecem essa hegemonia, seja pela narrativa da superioridade de uma raça sobre outra ou pelo da negação de uma estrutura social e econômica racial, produz subjetividades com a finalidade de justificar as políticas públicas autoritárias, segregacionistas, excludentes e altamente nocivas à maioria da população.

O sistema liberal capitalista age no nível ideológico a fim de nos induzir e nos fazer legitimar a violência. A ideologia é “uma das formas de expressão da subjetividade social que está na base da perpetuação e da legitimidade de processos institucionais dominantes” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 58). Os autores

afirmam que a ideologia é uma expressão da subjetividade na vida social que por meio do seu forte conteúdo mítico procura se apoiar em um sistema de crenças de forte valor afetivo.

A defesa das políticas de controle da população pobre (majoritariamente negra), o encarceramento em massa, a violência e o extermínio da população negra nas periferias das cidades que aparecem como a única alternativa possível, por exemplo, de políticas de segurança por parte de um Estado que deixa de cumprir sua função, o de garantidor de políticas públicas que promovam a equidade, a garantia dos direitos humanos e do bem estar social, para atuar como um Estado mínimo que legitima o direito de matar, quando na verdade deveria assegurar o direito à vida, são exemplos do racismo estrutural instalado na sociedade, que se mostra mais contundente na atual conjuntura brasileira, mas que se naturaliza pela branquitude, que tem dentre tantos mitos, o de que a(o) negra(o) é mais propenso à violência que a(o) branca(o) (CERQUEIRA, 2016, 2017, 2018, 2019; BORGES, 2018; SCHWARCZ, 1993, 2012).

A ideologia, de acordo com Fernando González Rey e Albertina Mitjás Martínez (2017, p. 58), enquanto produção subjetiva “permite a integração social ao redor de um culto, um mito, um projeto social”. Essa integração só é possível por meio da ação coletiva, isto é, os processos simbólicos, discursivos e subjetivos da ideologia do grupo racial dominante só se efetivam porque ganham relevância na vida das pessoas. A branquitude é favorecida nesse sistema e não está, em sua grande maioria, disposta a abrir mão dos seus privilégios. Por outro lado, a ideologia da inferioridade e da animalização destinada ao grupo racial dominado também exerce sua força na imobilização destes.

Além das formas materiais de produção de desigualdades, o capitalismo se utiliza de construções ideológicas de tal maneira que a população, em sua grande maioria, não consegue entender que muitas das políticas de Estado não servem para assegurar o direito dos povos, em especial o direito à vida, mas ao contrário, faz com que a própria população seja reivindicadora de ações que proporcionarão um aumento ainda maior do genocídio, especialmente da juventude negra e pobre, como é o caso da legislação sobre a redução da maioridade penal ou do pacote anticrime proposto pelo atual governo brasileiro. Além disso, tantas outras políticas públicas e direitos sociais são afetados pela política de austeridade econômica adotada no país nos últimos anos, a exemplo da Emenda Constitucional nº 95 (EC nº 95), aprovada em dezembro de 2016, que congelou os investimentos em educação e saúde, dentre outras áreas, por um período de 20 anos, acirrando as desigualdades sociais e raciais.

Portanto, compreender o racismo como um padrão de poder que sustenta o sistema econômico imperialista/capitalista que se desenvolveu na modernidade a partir da criação da raça se faz condição essencial para compreender os processos de subjetivação da população brasileira. A raça foi/é uma construção histórica que serviu de base para fomentar esse novo padrão de poder e de dominação social global, por meio da exploração do homem pelo homem, neste caso, do europeu pelo não europeu. Ainda que a raça não exista “enquanto fato natural físico, antropológico ou genético”, a raça, como afirma (MBEMBE, 2014, p. 27), é “uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica” que serve até os dias de hoje para manutenção desse padrão de poder.

A discussão acerca da existência de raças biológicas na espécie humana parece estar superada, ou, ao menos deveria, se considerarmos os resultados apontados pelo Projeto Genoma de que “as diferenças aparentes (como cor de pele, textura dos cabelos, formato do nariz etc.) entre um negro africano e um branco do norte da Europa correspondem a apenas 0,005% dos genes humanos” (SILVA, 2016, p.105). Portanto, não farei essa discussão aqui. Mas tratarei da questão da raça enquanto construção histórica e sociológica que serviu e continua servindo a um padrão de poder político, econômico e social instalado a partir da Colonização da América.

Aníbal Quijano é categórico ao afirmar que “o novo sistema de dominação social teve como elemento fundador a ideia de *raça*” (2005, p.17). A criação do conceito de raça bem como a sua hierarquização, no século XVI, foi extremamente eficiente no processo de expansão da Europa e exploração do Atlântico para instituição do poder colonial. A Europa se colocou como o centro da razão, da verdade universal, da civilização e da humanidade e transformou ‘o outro’ em um ser diferente de si para justificar a sua exploração e dominação. Portanto, o homem branco europeu era o ser que congregava todas as características instauradas pela modernidade.

Esse ser branco era por consequência superior a todos os outros seres que estavam fora da Europa e que não tinham as mesmas características físicas. Nesse caso, os povos indígenas e os povos africanos passaram a ser considerados seres inferiores, desprovidos de civilidade e humanidade, dessa forma, passíveis de serem civilizados, dominados e subjugados pelos europeus.

Em nome da modernidade, nos diz Achille Mbembe (2014, p. 31), “pela primeira vez na história humana, o princípio de raça e o tema com o mesmo nome foram

instaurados sob o signo do capital, e é precisamente este ponto que distingue o tráfico negreiro e as suas instituições das formas autóctones de servidão”.

Embora já fossem conhecidas da humanidade outras formas de escravidão ou servidão, a escravidão implantada pelo tráfico negreiro no Atlântico, no final do século XV, sob a ótica da transformação do africano em negro, portanto, em não ser, em criatura animalizada, surge sob a égide da colonização e de um processo civilizatório em que a Europa para se colocar como centro do globo, detentora da razão e da verdade da humanidade, precisou criar o mito da superioridade racial.

A construção da raça como produto mental e social foi responsável pela destruição de um mundo histórico e o estabelecimento dessa nova ordem, desse novo padrão de poder que naturalizou novas relações de subordinação, e, inferiorizou e subjuguou a capacidade de produção histórico-cultural de toda uma população, negando-lhes, assim, a humanidade.

Novamente é Achille Mbembe que nos ajuda na compreensão da formulação do conceito de raça para representar a população não europeia como seres menores, seres incapazes de atingirem o ideal do homem europeu, por haver “um intervalo de tempo intransponível, uma diferença praticamente insuperável” (2014, p. 39).

O homem branco como o ser inatingível, possuidor de civilidade e espiritualidade não poderia ser igualado aos seres que não carregavam consigo as mesmas características, sejam elas físicas, comportamentais, culturais, etc. Daí que esse ser outro, incapaz de transpor e superar essa diferença poderia ser transformado em negro, arrancado de suas terras e levado para terras até então desconhecidas.

Na América, o processo de racialização do Africano em negro perpassou/a pela transformação deste em animal, em não ser, em um ser estereotipado que tem que negar a sua própria identidade e subjetividade.

para esses sequestrados e arrastados para a América, o desenraizamento violento e traumático, a experiência e a violência da racialização e da escravidão implicaram obviamente em uma não menos maciça e radical destruição da subjetividade prévia, da experiência prévia de sociedade, de poder, de universo, da experiência prévia das redes de relações primárias e societárias (QUIJANO, 2005, p. 17).

Mais do que hierarquizar e tornar os outros inferiores, era preciso animalizar os negros para justificar a condição de escravos a que foram submetidos. Desumanizar para

dominar. Tornar o outro animal, um não ser, subjugado a um não lugar porque este outro, inferior, não pode usufruir daquilo que pertence à classe superior.

Um verdadeiro processo de coisificação do ser humano. Primeiro o ser humano foi transformado em homem-metal – usado para a exploração em minas na África; depois em homem-mercadoria – escravizado pelo tráfico negreiro; e na sequência em homem-moeda – um mero produto de troca no capitalismo (MBEMBE, 2014). Um constante processo de coisificação que vai produzindo um eterno ‘tornar-se outro’, ou seja, o ser humano vai sempre se ajustando às exigências e normalizações impostas por este sistema que o animaliza ou coisifica anulando, assim, a sua humanidade.

Foi a anulação da humanidade do africano, transformado em negro, nesse ser outro, nessa coisa, inventado para significar exclusão, embrutecimento, degradação, abominação, “o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capital” (MBEMBE, 2014, p. 19) que possibilitou a universalização da condição do “Negro”, esse ser que estava, dessa forma, apto a ser escravizado pela sua condição de não humano.

Essa constituição “do outro não como semelhante, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controle total” (MBEMBE, 2014, p. 26), levou a uma exacerbação no uso da violência, que tinha três funções: 1. Enfraquecer as capacidades dos escravos para assim assegurarem a sua reprodução social; 2. A brutalidade tinha uma dimensão somática, que visava imobilizar os corpos, e/ou destruí-los, se fosse necessário; 3. Atacava o sistema nervoso e procurava extinguir todas as capacidades de suas vítimas criarem um mundo de símbolos próprios.

Ser negro significava não ter um futuro, não ter uma história própria, não ter subjetividades. O projeto de poder colonial, econômico, imperialista e capitalista certamente obteve êxito e continua imperando até os dias de hoje porque instituiu o racismo enquanto sistema estrutural e estruturante, que visa aniquilar o ser humano, retirando as suas forças e capacidades reativas por meio da dominação e exploração de corpos e mentes.

Zélia Amador de Deus (2008) em sua tese de doutorado explicita bem a importância da demarcação das diferenças estabelecidas entre colonizador e colonizado para o sucesso do projeto de colonização.

O fosso de separação entre colonizador e o colonizado fundado nas diferenças, deve ser sempre mantido. De modo que o colonizado nunca possa, sequer aspirar passar para o clã do colonizador (DEUS, 2008, p. 41).

E continua

E a arma a impedir-lhe a passagem é o racismo. Portanto, o racismo não é um pormenor mais ou menos acidental, ao contrário, é um elemento consubstancial do colonialismo (DEUS, 2008, p. 42).

O racismo é o elemento que impede que a colonização seja superada, por isso precisa ser fortalecido, renovado, naturalizado, normalizado. São três os elementos, segundo Alberti Memmi (1967), que fundamentam a atitude racista: primeiro, ele descobre e põe em evidência as diferenças entre colonizador e colonizado; segundo, valoriza as diferenças em favor do colonizador e desmerece o colonizado; terceiro, afirma que essas diferenças são absolutas e definitivas a fim de que assim permaneçam.

A diferença foi o elemento chave para justificar a classificação e a hierarquização entre os povos. Em Grada Kilomba (2019, p. 75) também encontramos referências acerca da utilização da diferença para construção e manutenção desse sistema de poder. A autora nos fala em três características: a primeira é a construção da *diferença*, em que a branquitude é constituída como ponto de referência. Nesse sentido, afirma a autora, “não se é diferente”, torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação”; a segunda, é que as diferenças levam a construção de *valores hierárquicos*. “Não só o indivíduo é visto como “diferente”, mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade”; e a terceira, diz respeito ao *poder* conferido pelas duas primeiras.

Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar o racismo, pois não possuem esse poder. Os conflitos entre eles ou entre eles e o grupo dominante *branco* tem de ser organizados sob outras definições, tais como preconceito. O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc. (KILOMBA, 2019, p. 76, grifo da autora).

Ora vejamos, o colonizador utiliza-se do recurso do racismo para estabelecer diferenças que lhes favorecem e diminuem o colonizado em definitivo, de forma classificatória e condenatória. Assim, não importa mais qual seja a conjuntura política pois a hierarquização já foi posta. E é por isso que, ainda de acordo com Alberti Memmi

(1967), essa mentalidade colonialista permite ao colonizador usufruir do lucro, do privilégio, da usurpação. E, dessa forma, o colonialismo perdura, de forma ressignificada, mas permanente porque o poder, como afirma Grada Kilomba (2019), já foi instituído e direcionado a um só grupo.

O racismo consiste, antes de tudo, na conversão de uma realidade diferente em algo diferente. E a raça,

é uma das matérias-primas com as quais fabricamos a diferença e o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser gasta ou passada sem reservas. Pouco importa que ela não exista enquanto tal, e não só devido à extraordinária homogeneidade genética dos seres humanos (MBEMBE, 2014, p. 70).

Neste caso, o excedente é/foi a África, o africano negro, o ‘negro’ que foi universalizado que pode ser gasto sem reservas, porque na criação das raças e, especialmente, do mito da superioridade racial, foi ele quem foi subjugado como dissemelhante, diferente, negativo, detentor de uma vida vegetal e limitada, vazia, a inominável noite do mundo, o que ‘justifica’ a colonização deste pelo ocidente.

A criação do mito de uma Europa Ocidental detentora da civilidade, da razão e da humanidade/espiritualidade forjada para criação de um padrão a ser adotado globalmente, destinado a fundamentar o seu poder, a “destruição de todo um mundo histórico” (QUIJANO, 2005, p. 16) foi colocado em curso para a criação do que hoje se denomina América Latina. Esse processo resultou

primeiro, da desintegração dos padrões de poder e de civilização de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie. Segundo, do extermínio físico, em pouco mais de três décadas, as primeiras do século XVI, de mais da metade da população dessas sociedades, cujo total imediatamente antes de sua destruição é estimado em mais de cem milhões de pessoas. Terceiro, da eliminação deliberada de muitos dos mais importantes produtores, não só portadores, daquelas experiências, seus dirigentes, seus intelectuais, seus engenheiros, seus cientistas, seus artistas. Quarto, da continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, durante os séculos seguintes, até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes, isto é, até o desaparecimento de todo padrão livre e autônomo de objetivação de ideias, de imagens, de símbolos. Em outros termos, de símbolos, de alfabeto, de escritura, de artes visuais, sonoras e audiovisuais (QUIJANO, 2005, p. 16).

Portanto, o projeto de expansão da Europa, isto é, a colonização dos territórios ‘americanos’ foi um projeto genocida e violento por essência, como já dizia Frantz Fanon

(1968), uma vez que na alienação colonial não existe a possibilidade de o indivíduo constituir-se como sujeito. Os povos que antes habitavam esses territórios tiveram suas histórias e suas vidas completamente destruídas, aniquiladas, seja pela morte do corpo ou pela morte do espírito, da história, da identidade, da subjetividade.

A violência foi o instrumento utilizado para afirmação da supremacia branca. O processo de alargamento espacial da Europa, ou colonização, aconteceu juntamente com o controle e a contração da imaginação cultural e histórica, e ainda com o enclausuramento do espírito, em parte dos casos (MBEMBE, 2014). Ou seja, só com a aniquilação da possibilidade de o indivíduo tornar-se sujeito de sua própria história é que seria possível estabelecer uma classificação hierárquica que enaltece uns e subordina e animaliza outros.

Essa dominação colonial por meio da criação da raça foi o critério universal e básico de classificação social da população, em torno do qual se definiram as formas prévias de dominação entre sexos, etnicidades, nacionalidades, culturas, etc. tornando-se um dos eixos centrais desse padrão de poder capitalista colonial eurocentrado (QUIJANO, 2005).

Embora o processo de colonização, isto é, a dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os territórios ‘conquistados’ tenha sido derrotada, dessa produção resultou a colonialidade, “traço central inerente, inescapável, do novo padrão de poder que foi produzido na América” (QUIJANO, 2005, p. 21). Foi/é essa colonialidade fundada na classificação racial que passa a determinar as relações entre o europeu e o não europeu, em diferentes âmbitos e dimensões: trabalho; natureza; sexo; subjetividade; e autoridade.

a colonialidade do poder implicava então, e ainda hoje no fundamental, a invisibilidade sociológica dos não-europeus, “índios”, “negros” e seus “mestiços”, ou seja, da esmagadora maioria da população da América e sobretudo da América Latina, com relação à produção de subjetividade, de memória histórica, de imaginário, de conhecimento “racional”. Logo, de identidade (QUIJANO, 2005, p. 24).

Essa produção persiste até os dias de hoje. As nossas subjetividades, as nossas identidades, as nossas memórias, as nossas histórias ainda estão profundamente vinculadas à herança da colonização, isto é, o modo de produção escravista ‘acabou’, mas o novo padrão de poder continua com a hegemonia do “controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do



conhecimento” (QUIJANO, 2005b, p. 110). Em outras palavras, em um formato diferente, nós continuamos dominados.

O racismo, como afirma Zélia Amador de Deus (2008, p.48), utiliza-se de várias máscaras, ganhando uma plasticidade que o faz ser um “fenômeno que a cada momento histórico, dependendo das circunstâncias, torna-se capaz de operar várias metamorfoses e adquirir nova face”.

Daí que é possível falar em tipos de racismo ou classificações do racismo tais como, institucional<sup>10</sup>, cotidiano<sup>11</sup>, individualista<sup>12</sup>, recreativo<sup>13</sup>, dentre outros, para falar das várias formas e ambientes em que o racismo se manifesta. No entanto, parece haver um consenso entre a maioria dos pesquisadores de que o racismo é estrutural, isto é, o nosso modo de vida está estruturado no racismo, portanto, está presente na economia, na política, na cultura, no judiciário, nas instituições, nas religiões, na família e na subjetividade do povo. E ainda, seja como for que o racismo se apresente, ele tem apenas um grupo alvo e uma meta, destruir e banir toda uma condição étnico-cultural de um outro povo, por meio da “distorção histórica da sociedade, da cultura, das aspirações e das realizações de um povo dominado. É a desumanização que justifica a dominação, por incrível que pareça” (SILVA, 2009).

Dessa forma, se o racismo se manifesta de várias maneiras e em diferentes momentos e ambientes é justamente em decorrência da própria estrutura social que já normalizou o racismo em todas as suas relações. Portanto, não se pode conceber o racismo apenas no campo da individualidade ou das relações interpessoais, mas como um padrão de poder que estabelece privilégios e desvantagens para grupos específicos de indivíduos de acordo com a raça.

Por isso, trabalharei com a concepção de que o racismo atravessa todas as nossas relações, sejam elas pessoais, institucionais, jurídicas, econômicas, afetivas, religiosas, subjetivas etc, para além do campo da interpessoalidade, mesmo porque, o racismo quando materializado na forma de discriminação racial, precisa ter considerado o seu caráter sistêmico, pois não se trata “apenas [de] um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio

---

<sup>10</sup> Ver Grada Kilomba (2019); Silvio de Almeida (2018)

<sup>11</sup> Ver Grada Kilomba (2019)

<sup>12</sup> Ver Silvio de Almeida (2018)

<sup>13</sup> Ver Adilson Moreira (2019)

que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas” (ALMEIDA, 2019, P. 24).

A discriminação racial, entendida por Silvio de Almeida (2019) como o tratamento diferenciado de acordo com a raça atribuída a cada indivíduo, se fundamenta no poder. A partir dessa compreensão, é possível afirmar que o poder social de dominação trabalha no sentido de assegurar que apenas alguns indivíduos tenham acesso aos bens produzidos historicamente pela humanidade. A falta de acesso à educação formal, saúde, moradia, ou a segregação espacial que empurra negros e pobres para as periferias, as piores ocupações no mercado de trabalho, os baixos salários e todas as demais condições de precariedades em que se encontra a população negra, fruto da estrutura racista que perpassa todas as relações sociais, acabam por reforçar, ampliar e estimular a discriminação racial.

## 2.1. A NATURALIZAÇÃO DO RACISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

No Brasil pouco se fala ou se discute os efeitos da colonização/escravidão na formação da sociedade e/ou nas relações sociais que são permeadas pela exploração, dominação e opressão até os dias atuais. Qualquer análise sobre a formação da sociedade brasileira e as relações nela estabelecidas que não leve em consideração os efeitos ou consequências da escravidão não abordará suficientemente a questão.

A escravidão tem consequências duradouras e “cria uma singularidade excludente e perversa. Uma sociabilidade que tendeu a se perpetuar no tempo precisamente porque nunca foi efetivamente compreendida nem criticada” (SOUZA, 2019, p. 10). A não reflexão sobre os efeitos da escravidão na sociedade brasileira, nos faz permanecer numa eterna escravidão, pois limita o pensamento acerca das hierarquias que possibilitam que o racismo apenas se ressignifique, naturalizando uma prática de dominação perversa e cruel para com a população negra. “No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão [...]. Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão” (SOUZA, 2019, p. 42). E continua sendo.

Os africanos já chegaram ao Brasil na condição de escravizados. Portanto, a condição de subalternização, de desumanização e de inferioridade foi imposta aos africanos desde que foram retirados bruscamente dos seus territórios para serem

subjugados à condição de animal em uma terra estranha, que em nada representava a sua cultura, a sua humanidade, a sua identidade, a sua subjetividade.

A escravidão é uma ferida que ainda não cicatrizou, pois são vários os fatores que interferiram/interferem para que ela continue seu processo inflamatório, embora, a sociedade finja acreditar que já chegamos na fase do reparo. O processo de abolição da escravatura no Brasil foi influenciado por vários fatores, inclusive, pelo processo de modernização que se pretendia no país, mas nenhuma medida foi tomada no intuito de cicatrizar essa ferida.

No livro “Dialética radical do Brasil negro”, Clóvis Moura (2014) apresenta vários fatores históricos que fazem com que essa ferida continue aberta, a exemplo: a tarifa Alves Branco (1844); a Lei da Terra (1850); a Lei Eusébio de Queirós (1850); a Guerra do Paraguai (1856-1870); e a política imigracionista<sup>14</sup>. Portanto, a preocupação era com a conservação da propriedade, substituição da mão de obra escravizada pelo trabalhador livre, por meio do processo de embranquecimento da população nacional, dentre outras, e, jamais, com a dignidade e a garantia de direitos ao povo negro que fora escravizado durante quase quatro séculos.

A escravidão passou a ser criticada “em nome da moral, da religião e da racionalidade econômica. Descobriu-se que o cristianismo era incompatível com a escravidão; o trabalho escravo, menos produtivo do que o livre; e a escravidão uma instituição corruptora da moral e dos costumes” (COSTA, 2010, p. 14). É ainda Emília Costa que afirma que nos países desenvolvidos a escravidão já era condenada tanto do ponto de vista econômico, quanto moral. O trabalho escravizado passou a ser considerado incompatível com o desenvolvimento do capitalismo e com a Revolução Industrial.

Portanto, a abolição, ocorrida a 13 de maio de 1888, foi, também<sup>15</sup>, uma resposta do Brasil ao ‘primeiro mundo’ que teve que se render à força do capital. A condenação

---

<sup>14</sup> 1. Tarifa Alves Branco: tarifa alfandegária para produtos importados a fim de aumentar a arrecadação. Tarifa que irá racionalizar o escravismo e abrir as perspectivas para a absorção da mão de obra estrangeira que sobrasse no plano rural; 2. Lei da Terra: lei nº 601 de 1850, em que o Estado abriu mão do direito de fazer doações de terras e as colocava no mercado para venda a quem dispusesse de dinheiro para adquirilas; 3. Lei Eusébio de Queirós: lei de 4 de setembro de 1850, proibiu a continuidade do tráfico internacional de africanos; 4. A Guerra do Paraguai: a guerra afetou de forma significativa as atividades da vida nacional (trabalho, indústria, comércio, política) e as relações escravistas. Morreram cerca de 60 a 100 mil negros na guerra e os outros 20 mil que regressaram, conquistaram a liberdade por meio de alforrias concedidas pelo Império que os incorporaram às tropas brasileiras (MOURA, 2014); 5. Política imigracionista: cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930, com incentivos do Estado brasileiro (FAUSTO, 2012).

<sup>15</sup> É preciso ressaltar que a Abolição da escravatura no Brasil não se deu em função, apenas do capital estrangeiro, mas a escravidão no Brasil enfrentava muita resistência e um processo de lutas que

do modo de produção escravista nada teve a ver com as condições de precarização e animalização a que os negros escravizados eram submetidos. A preocupação principal era com a expansão da economia. O país precisava atrair investidores para expandir as indústrias, para isso, precisava substituir o trabalho escravizado pelo assalariado a fim de garantir, dentre outras coisas, o consumo da produção.

No entanto, a população negra escravizada não foi convidada a participar desse processo de emancipação civilizatória e desenvolvimento da economia. Ora pois, como esperar que a sociedade que sempre tratou os negros escravizados como animais, seres inferiores, subalternizados iria incluí-los a partir daquele momento no projeto de civilização do país?

Em carta escrita em 19 de julho de 1882, por Ina Von Binzer, encontrei elementos para analisar o processo de naturalização do racismo e o descaso destinado à população negra com a abolição. Na carta, a professora alemã fala sobre o descaso dos senhores com o que determinava a Lei de 28 de setembro de 1871 – Lei do Ventre Livre, que os obrigava a cuidar e tratar das crianças livres que estivessem em seu poder. Afirmou ela

Nas fazendas sua execução é quase impossível.

No interior, não há os mestres-escolas rurais como na nossa terra, e assim sendo o fazendeiro ver-se-ia obrigado a mandar selar 20 a 50 animais para levar os pretinhos à vila mais próxima, geralmente muito distante; ou então teriam de manter um professor especial para essa meninada?

Essas questões apresentam diversas soluções mas o fato é que **ninguém aqui faz coisa alguma, de maneira que as crianças nascem livres, mas crescem sem instrução e no futuro estarão no mesmo nível dos selvagens** sem gozar nem mesmo das vantagens dos escravos, que aprendem este ou aquele trabalho material.

**Se já estão livres, por que fazer despesas com eles, desperdiçar dinheiro com quem não dará lucro?**

**Parece estranho que o Sr. de Sousa e D. Maria Luísa, sempre tão humanos e inteligentes, pensem dessa mesma forma.** Não estarão percebendo que, agindo assim, estão preparando a pior geração que se possa imaginar para conviver mais tarde com seus próprios filhos? ([19/07/1882] 1956, p. 104, grifo nosso).

Vejamos que a preocupação da professora alemã com o fato de os “pretinhos” livres não estarem estudando é, na verdade, uma preocupação com o futuro da população branca, preocupação em saber quem seriam os futuros trabalhadores que serviriam aos brancos, uma vez que os “pretinhos” não estão nem aprendendo a ler, nem aprendendo

---

vislumbravam o seu fim, como o constante processo de resistência e luta dos povos negros escravizados, libertos e ou quilombolas; a luta dos abolicionistas e alguns representantes do Parlamento.

um “trabalho material” assim como os escravizados. Dessa forma, preocupava a geração de “selvagens” que estaria sendo criada e que teria contato com a geração dos filhos dos “brancos”.

Para Ina Von Binzer existia uma possibilidade de que as crianças negras livres, através do estudo, não ficassem no mesmo nível dos ‘selvagens’, assim como os pais e mães, negras(os) escravizadas(os), animais brutos, sem estudo. O estranhamento dela ao pensamento apresentado por seus patrões, senhores de escravos, em relação ao descaso com as crianças livres, por considerarem ser um desperdício de dinheiro com quem não poderão obter nenhum retorno, nenhum lucro, parece não lhe fazer refletir que parte do mesmo pensamento que ela nutre, de que o negro escravizado não está na mesma condição de humanidade. Por isso, ainda que sejam pessoas “tão humanos e inteligentes”, o problema não estava nas opções para solução de como ofertar estudo às crianças livres, mas na ausência de interesse e vontade de resolver os problemas provocados pela escravidão, uma vez que os escravizados não eram dignos de tal atenção, afinal, eram apenas selvagens.

Esse pensamento permeava e ainda permeia a mente de muitos brasileiros. O Brasil resistiu o quanto pode à abolição e pouco se importou com o que aconteceria com essa população que fora escravizada até então, demonstrando mais uma vez que “a civilização e o progresso” almejados não estavam reservados ao povo negro. Os abolicionistas “estavam mais interessados em livrar a sociedade brasileira do “câncer” da escravidão do que em cuidar da sorte dos libertos. Uma vez conquistada a abolição, a maioria deu-se por satisfeita: tinha alcançado seu objetivo” (COSTA, 2010, p. 134).

Florestan Fernandes é ainda mais categórico ao afirmar que

A abolição constitui um episódio decisivo de uma revolução social feita pelo branco para o branco. Saído do regime servil sem condições para se adaptar rapidamente ao novo sistema de trabalho, à economia urbano-comercial e à modernização, o “*homem de cor*” viu-se duplamente espoliado. Primeiro, porque o ex-agente de trabalho escravo não recebeu nenhuma indenização, garantia ou assistência; segundo, porque se viu, repentinamente, em competição com o branco em ocupações que eram degradadas e repelidas anteriormente, sem ter meios para enfrentar e repelir essa forma mais sutil de despojamento social. Só com o tempo é que iria aparelhar-se para isso, mas de modo tão imperfeito que ainda hoje se sente impotente para disputar “*o trabalho livre na Pátria livre*” (2007, pp. 66-67, grifos do autor).

Nada foi feito para reparar os anos de escravidão a que a população negra fora submetida. Ao contrário, muito foi feito para aniquilar qualquer possibilidade de ascensão

e de acesso a bens que pretensamente pertenciam a uma classe superior. A abolição significou, para além da “libertação dos negros” a liberação dos ‘senhores’ e do Estado de qualquer responsabilidade para com a população negra escravizada.

Em “A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro”, Jessé Souza (2019), afirma que a passagem do sistema casa-grande e senzala para o sistema sobrado e mucambo nada mais foi que a continuação da sociedade escravista que é o Brasil. Na verdade, a liberação de qualquer tipo de responsabilidade para com os negros, antes escravizados, agora ‘livres’, fez com que as condições de vida de muitos deles, àquela altura nos centros urbanos, piorassem com a total falta de assistência.

Aos negros retintos estava reservada a mais desprezível e degradada miséria física, moral e subjetiva. Aos mestiços e filhos ilegítimos, havia uma possibilidade de ascensão e mobilidade social, ‘oportunidades’ que até então eram impensáveis mesmo para os bastardos, abrindo caminho para o processo de embranquecimento, que significava abrir mão da própria identidade, repudiar a cor e o corpo, o grupo étnico do qual faz parte, dentre outras coisas, no intuito de ocupar posições sociais que antes estavam destinadas apenas aos brancos.

Esse processo de concessões aos subalternizados, o que possibilita aos grupos dominantes controlar conflitos a fim de se estabelecerem e se manterem no poder, possibilitava aos mestiços ocuparem lugares sociais antes destinados aos brancos, mas sem grandes projeções, ao mesmo tempo que enfraquecia o movimento da negritude.

O projeto de branqueamento implementado na sociedade brasileira tinha/tem a função de ‘dividir para dominar’, uma vez que

desmobiliza as vítimas, diminuindo sua coesão, ao dividi-las entre negros e pardos. Cria a ambiguidade dos mestiços, dificultando o processo da formação de sua identidade quando, ainda não politizados e conscientizados, muitos deixam de assumir sua negritude e preferem o ideal do branqueamento que, segundo creem, ofereceria vantagens reservadas à branquitude (MUNANGA, 2017, p. 41).

Essa artimanha de dividir os negros em pretos e pardos por meio do projeto de branqueamento continua operando de forma muito forte na sociedade brasileira, uma vez que quase 50% da população se classifica como parda (IBGE, 2017), mas com grande tendência à identificação com o ideal de ego da branquitude, o que é compreensível, se considerarmos que tanto para o preto quanto para o pardo, para obter algum acesso à ‘democracia’ – entendo aqui essa democracia como possibilidade de acesso a bens que

eram negados a esse estrato social – era necessário que estes aceitassem a padronização e a uniformização, qual seja, o padrão branco de ser e viver. “As portas do mundo dos brancos não são intransponíveis. Para atravessá-las, porém, os negros e os mulatos passam por um abasileiramento que é, inapelavelmente, um processo sistemático de branqueamento” (FERNANDES, 2007, p. 35).

Para atravessar essa porta do mundo dos brancos, além de passar por esse processo de branqueamento no qual precisam abrir mão da própria identidade, vivem numa luta constante na busca por uma ascensão social que quase nunca acontece, porque o sistema capitalista assim determina. No entanto, muitos negros seguem na luta por “tornar-se gente”, isto é, seguindo o modelo de identificação do branco, negando a sua origem, a sua herança religiosa, os seus valores originais (SOUZA, 1983).

O processo sistemático de branqueamento foi intensificado pelo Estado brasileiro com o processo de imigração de europeus para o país, logo após a abolição. O objetivo era fomentar o crescimento da indústria com a utilização e valorização da mão de obra estrangeira ao mesmo tempo que, deliberadamente, implementava a política de aniquilamento da população negra. Afinal, o país estava em pleno processo de emancipação e civilização, sendo preciso livrar-se daqueles(as) cujas características fenotípicas não apresentavam estética condizente com o padrão europeu, assim como, simbolizavam inferioridade, incapacidade intelectual e ausência de habilidades para o desenvolvimento pretendido no país.

Da herança escravocrata do Brasil “só há ônus para o povo negro”. A população branca se omitiu e se isentou de qualquer responsabilidade para com a população escravizada e segue, rico ou pobre, usufruindo dos privilégios produzidos pela escravidão, ou seja, segue “desfrutando dos privilégios simbólicos e materiais, do fortalecimento dos laços da branquitude e do monopólio dos lugares sociais de poder” (SILVA, 2017, p. 80).

O avanço do capitalismo com a industrialização, o trabalho livre, dentre outras transformações na sociedade brasileira não beneficiou os negros e nem significou mudanças no sistema social de poder estabelecido entre as classes raciais. Portanto, não houve reparação, nem inclusão do negro no processo de desenvolvimento da economia. A população branca ‘nativa’ ou imigrante é que foi aproveitada para assumir as ‘oportunidades’ provocadas pelo ‘progresso’. Dessa forma, a renda, assim como o poder e o prestígio social, ficou concentrada no grupo racial dominante.

Portanto, no Brasil raça define classe. O processo histórico de exploração e subalternização a que a população negra fora submetida, antes e depois da abolição,

permitiu ao grupo racial dominante definir as hierarquias sociais, uma vez que se manteve no controle das estratégias de desenvolvimento econômico, na condução do poder estatal e na definição dos lugares de branco e lugares de negro, com raras exceções aos ‘mestiços’, como já mencionado.

A sociedade escravista “ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” (SOUZA, 1983, p. 19). O enquadramento do negro como ser inferior, animalizado etc, já determinava, por via de regra, o seu enquadramento econômico, político e social. O negro escravizado não foi inserido no processo de desenvolvimento econômico não apenas pela suposta incapacidade intelectual, mas porque ele não deveria existir.

O processo de racialização por meio da construção e diferenciação dos indivíduos tinha um objetivo específico que era estabelecer as relações de poder presentes na sociedade. Portanto, manter a população negra distante do acesso a emprego/renda, moradia, educação, saúde, dentre outros bens, levando-os, como afirma Florestan Fernandes (2007), à “miséria sistemática e desorganização social permanente”, fazia e faz parte, a meu ver, do projeto político de manutenção das classes.

Novamente, a possibilidade de mudança desse cenário para muitos negros passa pela ascensão social, que passa, por sua vez, pelo processo de embranquecimento. Ou seja, adotar para si as características estéticas – alisar cabelo, afinar nariz, mudar vestimenta – e sociais – frequentar determinados ambientes, hábitos de consumo – dos brancos. Entretanto, fazer o negro pensar em ascensão social nesse sistema econômico capitalista brasileiro é mais uma forma de trapacear e manter as relações sociais intactas. No capitalismo não há espaço para mobilidade das classes sociais de fato exatamente porque ele se fundamenta no racismo para manter o *status quo*.

A exemplo do que destaca Florestan Fernandes (2007, p. 67),

O que parece ser ascensão social no horizonte cultural do negro e do mulato muitas vezes não passa de mera incorporação ao sistema de classes. A ascensão social verdadeira, isto é, a mobilidade social vertical no sentido ascendente, dentro do sistema social vigente, ainda não se organizou, para eles, como um processo histórico e uma realidade coletiva. Atinge a alguns segmentos (ou melhor, certos indivíduos) da “população de cor”, sem repercutir na alteração dos estereótipos negativos, nos padrões que regem as relações raciais e sem suscitar um fluxo constante de mobilidade social ascendente no “meio negro”. Em suma, a expansão urbana, a revolução industrial e a modernização ainda não produziram efeitos bastante profundos para



modificar a extrema desigualdade racial que herdamos do passado. Embora “indivíduos de cor” participem (em algumas regiões segundo proporções aparentemente consideráveis), das “conquistas do progresso”, não se pode afirmar, objetivamente, que eles compartilhem, coletivamente, das correntes de mobilidade social vertical vinculadas à estrutura, ao funcionamento e ao desenvolvimento da sociedade de classes.

Florestan Fernandes parecia nutrir uma esperança de que fosse possível dentro do sistema vigente, a partir da organização coletiva, mudar essa realidade social. Acontece que o fosso entre ricos e pobres no Brasil só aumenta e a relação entre classe e raça se solidifica. Ora vejamos, a luta contra o racismo ainda não foi incorporada como fundamental na luta contra o capitalismo, o que enfraquece qualquer movimento no intuito de romper com as relações de subalternização entre as classes. Isto porque, o próprio capitalismo racista se imbuíu de separar e hierarquizar os povos, e nessa hierarquia os brancos, das diferentes classes sociais, se beneficiam em comparação aos negros.

Os privilégios, simbólicos e materiais, dos quais a branquitude usufrui em decorrência do racismo são inúmeros e independem da vontade individual dos integrantes desse grupo racial. Ou seja, por ser estrutural, o racismo permeia todas as relações sociais, políticas, econômicas, culturais, familiares, jurídicas etc, nas quais, o branco leva vantagem em relação ao negro. Os índices de acesso a bens públicos como educação, saúde, moradia, dentre outros são os maiores indicadores desse privilégio.

Um exemplo nítido de privilégio da branquitude é a atuação da segurança pública e do sistema judiciário brasileiro. Um homem branco tem mais chance de ser liberado, ou nem mesmo ser abordado, pela polícia do que um homem negro. Um homem branco nunca recebeu uma sentença por ato criminoso em função da sua raça, mas não se pode falar o mesmo de um homem negro. Em contrapartida, um homem negro tem 75% mais chances de ser assassinado do que um homem branco.

Poderia relatar inúmeros outros exemplos de privilégios da branquitude, como uma simples volta em um *shopping* ou a ocupação de cargos de chefia, tanto na esfera pública quanto na privada. Esses privilégios são fruto da estrutura racista que estabeleceu uma relação de superioridade X inferioridade entre os grupos raciais. Portanto, é importante destacar que essa relação entre brancos e negros não acontece por pura animosidade, mas porque existe um interesse, consciente ou inconsciente, na manutenção dos privilégios.

Essa convicção de superioridade foi construída subjetivamente ao longo dos séculos em que a branquitude foi tida como referência cultural, intelectual, moral, estética, sexual e de classe. O construto subjetivo é tão forte que faz com que muitas pessoas, ainda que tenham consciência das consequências do racismo, não se apercebam cometendo atitudes que subalterniza o outro ou não reconhecem os seus privilégios de pessoa branca.

Esse não reconhecimento ou consciência do lugar de privilégio acarreta na permanência constante da desigualdade social e na violação de direitos, pois, embora, alguns dos direitos fundamentais estejam assegurados legalmente entre grupos raciais dominantes e dominados, “isso não significa que eles terão acesso a condições materiais necessárias para o gozo deles em função do tratamento discriminatório que podem sofrer dentro e por meio de muitas instituições que são controladas por pessoas brancas” (MOREIRA, 2019, p. 51).

O não reconhecimento dos privilégios da branquitude também nos leva a outra questão agravante que é o enfraquecimento da luta antirracista. Reconhecer que a sociedade é estruturada por um sistema que estabelece privilégios para um grupo racial em detrimento da subalternização de outro grupo é fundamental para a transformação da realidade.

Essa normalização dos privilégios e da subalternidade pode ser analisada a partir de uma das artimanhas do racismo à brasileira, a criação da ideologia da “democracia racial<sup>16</sup>” que funcionou como um sistema de orientação de ação para a população, como: práticas; expectativas; sentidos e valores arraigados no senso comum. Foi uma ideologia que orientou a conduta do povo no dia a dia, bem como, o comportamento político. Alimentou uma crença de que o brasileiro era um povo único, fazendo com que a grande maioria da população negra não tivesse consciência de raça, e por isso, pautasse o seu discurso de identidade baseado no mito de que negros e brancos tinham os ‘mesmos direitos’ (GUIMARÃES, 2012).

Com base no mito da democracia racial, acreditava-se que era possível forjar a democracia brasileira, o que implicava na formação de uma democracia pautada pelo

---

<sup>16</sup> Segundo GUIMARÃES (2012), é uma doutrina de convivência pacífica entre as raças ou ideologias de dominação racial (mito fundador da nacionalidade brasileira). Também foi um pacto econômico e político que uniu a massa negra urbana e os intelectuais negros ao *establishment* (elites políticas, intelectuais e econômicas) do Estado desenvolvimentista. É possível destacar 3 sentidos da Democracia Racial: 1) Ideologia de dominação; 2) Mito fundador da nação brasileira; 3) Sistema de orientação da ação social.

conteúdo social acima de tudo, ignorando, desta forma, que a democracia política que foi totalmente ignorada era condição essencial para forjar a democracia social.

O Brasil teria que se configurar como uma sociedade sem linha de cor, isto é, uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social a cargos oficiais, posições de riqueza ou prestígio a pessoas negras. Mas ora, como vimos, a estrutura social já havia sido demarcada, sem espaços para mobilidade, e o trabalho subjetivo de construção de superioridades e inferioridades já estava feito, e com êxito, há muito tempo.

Então, como construir uma sociedade democrática em que as pessoas, inclusive a classe trabalhadora branca, não quer abrir mão de seus benefícios, de seus privilégios, do acesso facilitado a “bens materiais e simbólicos que os negros não podiam[em] compartilhar”? (SCHUCMAN, 2018, p. 139).

O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é, também, produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos de reprodução de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça. Isso porque a crença na democracia racial isenta a sociedade brasileira do preconceito e permite que o ideal liberal de igualdade de oportunidades seja apregoado como realidade. Desse modo, a ideologia racial oficial produz um senso de alívio entre os brancos, que podem se isentar de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos negros, mestiços e indígenas” (SCHUCMAN, 2018, p. 138).

Esse discurso que insiste em dizer que somos todos iguais ou somos todos seres humanos apenas mascara a realidade em que estamos submersos de profunda desigualdade social, racial, econômica, cultural, etc. É um discurso que ajuda a fortalecer a ideologia da ‘meritocracia’, pois ao ser assimilado por cada brasileiro, este acaba por atribuir exclusivamente a si o seu ‘fracasso’ ou ‘sucesso’ diante da vida, ignorando toda a trajetória histórica da sociedade brasileira.

Se não existe um esforço sistemático e consciente para ignorar ou deturpar a verdadeira situação racial imperante, há pelo menos uma disposição para “esquecer o passado” e para “deixar que as coisas se resolvam por si mesmas”. Isso equivale, do ponto de vista e em termos da condição social do “negro” e do “mulato”, a uma condenação à desigualdade racial com tudo que ela representa num mundo histórico construído pelo branco e para o branco (FERNANDES, 2007, p. 43).

Dessa forma, a desigualdade racial que se reflete na desigualdade social se aprofunda cada vez mais. É preciso mexer na estrutura socioeconômica e política do país se de fato almejamos uma sociedade democrática, com menos desigualdade social, em que todos tenham o direito de existir. O silêncio nunca é neutro.

## 2.2. EXPRESSÕES DO RACISMO NA ATUALIDADE

A violência rege e opera para manter a estrutura do nosso país desde que os portugueses o invadiram com o objetivo de explorar e colonizar esse território. Como diz Márcio Farias (2018, p. 49), “o Brasil nasce sobre o ato e o signo da violência”. Dessa forma, preciso demarcar desde já que falar de racismo é falar de violência. Toda forma de opressão é uma violência. O racismo empregado na dominação dos povos africanos só foi possível por causa da violência brutal impingida aos mesmos, seja física e/ou psicológica. A sua força permanece nos dias atuais, no modo de organização social que vem atravessando tempos históricos por conta das “maneiras extremamente violentas e traumáticas de formação de subjetividades” (OCARIZ; NETO; 2018, p. 13).

O racismo tem estabelecido, desde sempre aqui no Brasil, quais lugares sociais pertencem a cada grupo étnico-racial e, conseqüentemente, quais privilégios e desvantagens. O racismo viola os direitos humanos, sociais, econômicos, culturais, prejudica a saúde física e psíquica dos indivíduos, nega o acesso a bens públicos e privados, nega o acesso ao direito jurídico subjetivo, estabelece as formas de relações interpessoais e sociais e, acima de tudo e mais grave, nega o direito à vida.

A população negra compõe mais da metade da população brasileira<sup>17</sup>. De acordo com dados do IBGE, em 2016, a população que se autodeclarou preta ou parda é de 112,7 milhões de brasileiros, sendo 16,8 milhões de pretos e 95,9 milhões de pardos, contra um total de 90,9 milhões de pessoas que se autodeclararam brancas (IBGE, 2017). No ano de 2016, o IBGE estimou em 205,5 milhões de brasileiros, e desses, 1,9 milhões de pessoas se autodeclararam indígenas e/ou amarelas.

---

<sup>17</sup> Esse é um dado interessante e importante de se analisar pois, embora seja sabido que a população negra no período da escravidão era superior à população branca, desde que o censo demográfico inseriu os dados de cor e raça, no ano de 1987, somente a partir do censo de 2010 é que a população preta e parda ultrapassou a população branca. Um dos fatores que apontam para essa inversão é a autodeclaração da população negra em relação à própria cor/raça. Esse reconhecimento é fruto de um processo de empoderamento da população negra que se deu através de muita luta e resistência, com a contribuição dos movimentos da negritude.

Embora a população negra seja a maioria nesse país, os índices de acesso aos bens públicos e privados, bem como, as estatísticas de modo geral, nitidamente refletem a estrutura racista que privilegia uns e desfavorece outros. Isso pode ser constatado nos índices educacionais de acesso, permanência e conclusão de curso nos vários níveis de ensino (IBGE, 2019); nas classes sociais, em que a maioria das pessoas que vive em situação de extrema pobreza é negra; o que está diretamente relacionado ao fato de que a maioria da população desocupada no Brasil 63,9% é de pretos e pardos (IBGE, PNAD contínua, 2019); a maioria das pessoas que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) é preta/parda (GUIBU et al, 2017); a maioria da população carcerária, mais de 60%, é negra (INFOPEN, 2017); pessoas negras são os que mais morrem nas operações policiais e também são a maioria entre as vítimas de homicídio; etc. (CERQUEIRA et al, 2016, 2017, 2018, 2019).

O IBGE, ainda em 2016, aponta para discrepâncias na ocupação do território entre as populações preta e parda e a população branca. Na região Sul, 76,8% da população se declarou branca, 18,7% parda e 3,8% preta, enquanto na região Norte, apenas 19,5% se declarou branca contra 72,3% que se declarou parda e 7% preta, num total de 79,3% somando-se pretos e pardos (IBGE, 2017).

Essas diferenças regionais de distribuição da população branca e preta/parda vai se refletir em outros dados estatísticos, como se pode perceber no Atlas da Violência 2018, que aponta para o fato de que a violência letal afeta os estados da federação brasileira de forma diferenciada, com uma taxa de evolução de homicídios que vai de -56,7% em São Paulo e a +256,9% no Rio Grande do Norte. Isto é, os estados das Regiões Norte e Nordeste são os mais afetados pela violência. O estado do Pará é o quarto entre os sete estados do Brasil com maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

Posso apontar outros índices que contribuem para esse cenário, como por exemplo a falta de investimentos na educação. O estado do Pará vem figurando os últimos lugares na relação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nessa última década, ficando abaixo, inclusive, da média da Região Norte que já é menor que a média nacional. Outro exemplo são as taxas de desocupação de homens e mulheres nas Regiões Norte e Nordeste que são maiores que as das demais regiões do Brasil.

As subjetividades da população negra têm sido marcadas por todos esses fatores, mas destaca-se na realidade social brasileira o genocídio enfrentado pelos negros, especialmente, o extermínio de jovens do sexo masculino. “Os homicídios de jovens representam uma questão nacional de saúde pública, além de grave violação aos Direitos

Humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável de milhares de mães, pais, irmãos e comunidade” (OCARIZ; NETO; 2018, p. 13).

Quando um jovem negro é assassinado toda a população negra é atingida, pois sabe que a cor da pele foi, dentre qualquer outra motivação, um dos fatores para o seu extermínio. A consciência de tudo o que simboliza a pele negra, o ser negro nessa sociedade racista aliada à emoção que todas essas vivências provocam, marcam a subjetividade do povo negro, uma vez que, é nessa articulação entre o simbólico e o emocional que a subjetividade vem à tona (GONZÁLEZ REY, MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

A taxa de homicídios no Brasil corresponde a 30 vezes a taxa de homicídios da Europa. É o que apontam os documentos “Atlas da Violência” produzidos pelo Ipea juntamente com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016, 2017, 2018, 2019). O Atlas da Violência de 2018 traz indicadores que denunciam como a violência atinge de forma discrepante a população branca e negra no país. O documento é explícito ao dizer que no Brasil parece haver um país para os negros e um país para os brancos no que se refere à taxa de homicídios.

Outra questão que já abordamos em outras edições do *Atlas da Violência* é a desigualdade das mortes violentas por raça/cor, que veio se acentuando nos últimos dez anos, quando a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%, ao passo que a taxa de vitimização da população negra aumentou 23,1%. Assim, em 2016, enquanto se observou uma taxa de homicídio para a população negra de 40,2, o mesmo indicador para o resto da população foi de 16, o que implica dizer que **71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas** (CERQUEIRA et all, 2018, p. 4, grifo nosso).

O Atlas da Violência 2019 infelizmente aponta para o aumento na diferenciação entre os dois mundos, uma vez que em 2017, dos 65.602 registros de homicídios no país, 75,5% das vítimas foram de pessoas negras. O documento de 2020, embora apresente uma queda no número total de homicídios no país, 57.956, aponta que a diferença entre os dois mundos, brancos e negros, permanece na mesma taxa percentual de 75% entre o número de mortes do segundo grupo. Isso implica dizer que não houve, praticamente, diferença entre as taxas de homicídio de pessoas negras e não negras, o que significa que para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio, em 2017 e em 2018, aproximadamente 2,7 negros foram assassinados, proporcionalmente às respectivas

populações (CERQUEIRA et al, 2019; 2020). Quando se trata da juventude, a situação é ainda mais preocupante, como pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 1. Número de Homicídios no Brasil, entre 2015 e 2018

Ano	Nº total de homicídios no país	Nº total de homicídios de negros	Nº total de homicídios de não negros	Nº total/% de jovens assassinados (15 a 29 anos)	
2015	59.080	41.592	14.399	31.264	59,08
2016	62.517	45.378	14.850	33.590	53,72
2017	65.602	49.524	14.734	35.783	54,54
2018	57.956	43.890	12.729	30.873	53,26

Fonte: elaborado pela autora com base no Atlas da Violência 2020.

Os dados são contundentes. A juventude entre 15 e 29 anos é o principal alvo da violência letal no Brasil. Mesmo com a queda no número de homicídios em 2018, o percentual de jovens assassinados ficou acima dos 50%. Cabe destacar, novamente, que dentre os jovens assassinados em torno de 75% são negros. E dentro do número total, o percentual de vítimas do sexo masculino fica sempre acima dos 90% (CERQUEIRA et al, 2017, 2018, 2019, 2020).

Os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros. Por sua vez, os negros são também as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil (CERQUEIRA et al, 2018, p. 41).

O documento aponta que 56,5% das causas de óbito de homens entre 15 e 19 anos são por homicídios. E, “quando considerados os jovens entre 15 e 29 anos, observamos em 2016 uma taxa de homicídio por 100 mil habitantes de 142,7, ou uma taxa de 280,6, se considerarmos apenas a subpopulação de homens jovens” (CERQUEIRA et al, 2018, p. 3-4).

Um dado que chama a atenção no documento de 2020 é o relativo a homicídios de mulheres. Houve um aumento de mais de 50% no número de assassinato de mulheres entre os anos de 2008 a 2018. Uma mulher foi assassinada a cada duas horas no ano de 2018, no Brasil. E novamente, é impossível não fazer o recorte de raça para analisar essa triste realidade. A taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7% nesse intervalo

de dez anos, enquanto que a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%. Ou seja, as mulheres negras estão sendo assassinadas em número cada vez maior que as mulheres não negras, o que justifica dizer que o problema é racial. Em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras (CERQUEIRA et all, 2020).

Quando o nosso olhar se volta para os dados da Região Norte e Nordeste, é possível perceber que os jovens dessas regiões estão ainda mais propensos a ter uma juventude perdida. A evolução das taxas de homicídios se deu de forma diferenciada entre as regiões. Enquanto houve uma estabilidade nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, nestes últimos 4 anos, houve um crescimento dessa taxa nas demais regiões, em especial, na Região Norte<sup>18</sup>. O Atlas da Violência 2018 aponta ainda que “onze estados apresentaram crescimento gradativo da violência letal nos últimos 10 anos, sendo que, com exceção do Rio Grande do Sul, todos se localizam nas regiões Norte e Nordeste do país” (CERQUEIRA et all, 2018, p. 24).

No Pará, houve aumento da taxa de letalidade em +75,6% para negros e +81,8% para brancos (CERQUEIRA, 2019). Entretanto, cabe destacar que embora a taxa de aumento da letalidade de brancos tenha sido maior que para negros, isso, nem de longe é um número que representa uma equiparação entre os grupos de pessoas em termos absolutos, uma vez que em 2017, no estado do Pará, o número de homicídios de negros foi de 4.144 contra 329 de não negros.

É impossível não fazer a relação desses dados da violência física e letal com outras violações de direitos como a falta de acesso e permanência a uma educação pública e de qualidade, a falta de oportunidades de trabalho, os dados de ocupação territorial da população branca e preta/parda, falta de moradia, saúde, dentre outros. Não é uma mera coincidência que nas regiões em que se concentra a maioria da população preta/parda também se concentra o maior índice de mortalidade por homicídios.

---

<sup>18</sup> Vale ressaltar que a Região Norte, onde está situado o estado do Pará, localiza-se na região amazônica, mais especificamente na Amazônia Legal, que tem como uma de suas características os conflitos em função da trajetória de exploração do território, com base em um padrão de desenvolvimento predatório das riquezas naturais. O estado do Pará concentra o maior número de terras quilombolas do país. De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado (2018), existem 178 (cento e setenta e oito) comunidades quilombolas no Brasil, sendo que destas 62 (sessenta e duas) estão no estado do Pará, e deste montante, 53 (cinquenta e três) áreas já foram tituladas pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa). E, 22,89% do território paraense é de Terras Indígenas e a maior parte desse território já está homologado. Entretanto, apesar do reconhecimento do direito dessas populações à terra, o estado do Pará, infelizmente, lidera o *ranking* de assassinatos por conflitos de terra. Só em 2017 foram registrados 70 (setenta) casos de homicídios, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra, que também apresenta o estado como líder no número de mortes por massacres, correspondendo a 40% do total de assassinatos registrados pela Pastoral da Terra, entre os anos de 1985 e 2017.



É o racismo estrutural que leva a esse cenário de genocídio da juventude negra. A estrutura social que engendra a população negra e pobre desse país, numa total ausência de oportunidades e perspectivas de um futuro diferente, faz parte da estrutura racista que orienta a nossa forma de política, de economia, de sociabilidades, etc.

O Estado brasileiro carrega a herança do pensamento colonial de que o negro é um ser inferior, animal, portanto, precisa ser abatido, e assim o transforma no alvo preferencial da violência, associa a população negra à criminalidade. Nina Rodrigues, importante médico e notório eugenista do século XIX, defendia que o negro estava propenso a cometer alguns tipos de crimes e, por isso, chegou a propor um código criminal diferenciado para negros e brancos (SANTOS, 2018).

Ora, não existe nenhuma propensão natural ou biológica do negro à violência, o que existe é uma estrutura racista de negação e violação de direitos em todas as esferas da sociedade, seja econômica, social, cultural, educacional, territorial, dentre tantas outras questões, que produz desigualdades e, conseqüentemente, o genocídio da população negra.

É impossível discutir o racismo sem falar dessa violência física e letal que atinge especialmente a população negra, porque essa violência não é só física, ela é também psíquica, e, conseqüentemente, produtora de subjetividades. Essa violência impingida diretamente sobre os corpos negros promove dor, sofrimento, pânico, angústias, exclusão, silenciamentos para toda a comunidade e não apenas para quem perde um familiar.

Estou falando da violência direta, muitas vezes letal, que é aplicada diariamente sobre um grande número de corpos negros, violência que se multiplica sobre as vidas psíquicas de todo o povo negro. Essa violência não pode ser ignorada, pois o “sofrimento *silencioso e insuperável* de milhares de mães, pais, irmãos e comunidades” precisa ser falado, testemunhado e vivido pela sociedade, para que deixe de ser silencioso e possa, de alguma forma, ser trabalhado por milhões de brasileiros” (OCARIZ, NETO, 2018, p. 14, grifo do autor).

Historicamente, o Brasil vem acumulando esse legado de violência e violação de direitos para com a população negra. Violências que se perpetuam e se reconfiguram desde a escravização à pós “abolição” com a não implementação de políticas públicas por parte do Estado brasileiro que de fato atendessem às necessidades dessa população, corrigindo assim, os quase quatro séculos de escravização. Essa violência explícita parece normalizada na ordem dos acontecimentos cotidianos, e dessa forma, a necropolítica vai

operando na gestão social por meio da morte física e subjetiva do grupo racial inferiorizado.

O Estado brasileiro não apenas abandonou a população negra, ele também propicia o genocídio dessa população pela via oficial do governo, isto é, utiliza-se da necropolítica como saída para eliminação dos excedentes, eugeniização da população brasileira e manutenção de um *status quo* que privilegia a branquitude.

A necropolítica, conceito formulado por Achille Mbembe, pode ser compreendido como uma das formas de poder que a colonização/colonialismo instituiu para exercer a dominação política. Consiste no poder sobre a vida e sobre a morte, isto é, “na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais” (MBEMBE, 2018). No Estado brasileiro essa soberania sobre a vida e a morte se implementa, principalmente, através da violência letal por arma de fogo e pelos acidentes no trânsito. O atual governo brasileiro tem atuado para intensificar essa política de morte quando busca, por exemplo, intensificar a liberação do porte e a isenção de imposto na importação de armas de fogo e/ou quando visa a flexibilização das leis de trânsito.

O racismo é o que justifica a opção pela necropolítica. Além das formas citadas acima, o suicídio, o feminicídio e a política deliberada de desassistência à população faz com que a morte se justifique em nome da ‘segurança’ pública e do controle da economia.

O racismo, mais uma vez, permite a conformação das almas, mesmo as mais nobres da sociedade, à extrema violência a que populações inteiras são submetidas, que se naturalize a morte de crianças por “balas perdidas”, que se conviva com áreas inteiras sem saneamento básico, sem sistema educacional ou de saúde, que se exterminem milhares de jovens negros por ano, algo denunciado há tempos pelo movimento negro como genocídio (ALMEIDA, 2019, p. 76).

A população mais jovem é a mais impactada com essa política de morte. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu Art. 1º, como princípios fundamentais, “a cidadania” e “a dignidade da pessoa humana”. Também estabelece no Art. 3º, como primeiro objetivo fundamental, “construir uma sociedade livre, justa e solidária”. Diante do cenário apontado pelos Atlas da Violência nos últimos anos, é possível pressupor o longo caminho a ser percorrido para atingir tais princípios e objetivo. Ainda na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 227, observa-se o seguinte pressuposto legal

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, **o direito à vida**, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de **colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão** (grifos nosso).

Está expresso na forma da lei maior do Brasil a prioridade absoluta sobre o direito à vida e salvaguarda da discriminação, exploração, violência e opressão. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu Art. 1º, está estabelecida a “proteção integral à criança e ao adolescente”. E no Estatuto da Juventude, Lei Nº 12.852 de 5 de agosto de 2013, em seu Art. 2º, inciso “VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação;”.

Estes textos precisam sair do papel para ganhar materialidade e de fato assegurar o direito à vida e proteção à toda população, mas em especial às crianças, adolescentes e jovens. Os números da violência e da falta de acesso a bens básicos para a dignidade humana nos apontam para o sentido contrário de tudo que a legislação brasileira preconiza.

O cenário tende a se agravar diante da política de austeridade adotada no Brasil nos últimos anos, principalmente a partir do ano de 2016 com a aprovação da Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016.

A EC Nº 95 instituiu o Novo Regime Fiscal, com vigência para vinte exercícios financeiros, congelando assim o investimento em educação, saúde, segurança, cultura, meio ambiente, etc. representa um cenário vindouro ainda mais devastador para as populações mais pobres, atingindo diretamente o futuro das crianças, dos adolescentes e jovens, pois os priva dos direitos constitucionais e amplia as desigualdades. A EC 95 é

um projeto de Estado mínimo no Brasil, absolutamente incompatível com a garantia de direitos sociais e com a Constituição Federal de 1988 (CF 1988). Esse projeto é especialmente grave para o caso brasileiro, no qual o orçamento social é uma ferramenta fundamental de redução da já escandalosa desigualdade social brasileira em todas as comparações internacionais. Portanto, a EC 95 é um passo à frente no “abismo social” (DWECK, 2018, p. 8).

O não investimento de recursos para as áreas da saúde, educação, segurança, cultura, meio ambiente, ações afirmativas de redução das desigualdades sociais e raciais implicará no aumento do genocídio da população mais pobre desse país, que não por acaso, também é a população negra. Quando esses fatores não são levados em

consideração, ou melhor, são e exatamente por isso faz-se a opção por esse tipo de política, a batalha foi perdida para a estrutura racista.

A política de austeridade implementada pelo então presidente Michel Temer, e reforçada pelo atual governo de Jair Bolsonaro, ameaça a redução da desigualdade racial, pois, dentre outras coisas, provoca um aumento considerável do desemprego no país, potencializando a informalidade e a precarização do trabalho, deixando os negros ainda mais vulneráveis; o corte de gastos com políticas de atendimento social atinge especialmente a camada mais pobre, e conseqüentemente negra, da população, que dependem, às vezes, exclusivamente dos serviços prestados pelo Estado.

Na educação, por exemplo, os efeitos dessa política de austeridade e de menosprezo pelo campo do conhecimento científico tem sido expressado abertamente pelo governo federal com os ataques à universidade pública, seja pelos cortes de recursos para a manutenção dos serviços básicos, seja pelo corte de verbas para o pagamento de bolsas de pesquisa, seja atacando a credibilidade do trabalho desenvolvido nas universidades. Isso configura-se um ataque direto à população negra porque o acesso ao ensino superior é um dos caminhos para a redução das desigualdades entre brancos e negros, uma vez que a diferença na taxa de desocupação entre os dois grupos reduz substancialmente, 5,5% para os brancos e 7,1% para pretos ou pardos, quando comparados aos demais níveis de escolaridade (IBGE, 2019).

Quando o Estado deliberadamente deixa de investir em políticas públicas voltadas para a educação, este mesmo Estado está assinando a sentença de morte de várias crianças, adolescentes e jovens, uma vez que a relação entre escolaridade e mortalidade está intimamente ligada pois “homens com até sete anos de estudo possuem 15,9 vezes mais chances de sofrer um assassinato do que aqueles com nível universitário, o que mostra que a educação é um verdadeiro escudo contra os homicídios” (CERQUEIRA *et. al.*, 2016a, p. 13-14).

A taxa de desocupação entre negros e brancos sempre foi demonstrativa da desigualdade no país, mas os dados atuais da Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2019, p. 34) apontam que “ao longo de toda a série histórica, a taxa de desocupação da população preta ou parda foi maior do que a população branca, tendo alcançado a maior diferença em 2017 e 2018, de 4,6 pontos percentuais”. Os dados ainda apontam para o crescimento da taxa de desocupação, que em 2014 era de 6,9% passando para 12,5% em 2017, ficando em 12% em 2018. Na Região Norte, a taxa passou de 7,6% para 12,3%.

Ora, é sabido que o tipo de ocupação ou a falta de ocupação acarreta em falta de recursos para alimentação, moradia, saúde, educação, e, nem ousar falar em lazer/cultura. Ainda sobre a educação, é possível destacar o processo de desmonte que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem sofrendo em todo o país, inclusive na capital paraense, negando, assim, mais um direito à população jovem e adulta que trabalha e ainda sonha com um futuro melhor possibilitado pelo acesso à educação.

A velha máxima de que “as crianças e os jovens são o futuro do país”, ou de que “as crianças e a juventude são a nossa esperança” literalmente não se aplica quando a possibilidade de que essas crianças e jovens sequer tenham futuro é latente. A vida das novas gerações está comprometida com a ausência de investimentos e políticas que visem assegurar a assistência básica e a redução das desigualdades.

Mas essas e tantas outras questões, quando pautadas dentro da temática do racismo, por vezes, são menosprezadas e/ou diminuídas com base no mito da democracia racial que atrela a todo custo a desigualdade social no Brasil a uma questão de classe social e não de raça. Precisamos, de uma vez por todas, compreender que o racismo “leva em conta a raça como fundamento de práticas que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, dependendo do grupo racial ao qual pertencem” (ALMEIDA, 2018, p. 82). Não podemos considerar o racismo apenas no campo da discriminação direta, numa concepção individualista da questão, que delimita-o às relações interpessoais.

Por isso, repetir nunca é demais, o racismo se materializa exatamente porque encontra condições de reprodução nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas, num processo em que se estabelecem as condições de subalternidade de um grupo racial em detrimento dos privilégios de outro (ALMEIDA, 2018). Dessa forma, o racismo torna-se um elemento normalizador que confere

“naturalidade” às mais diversas formas de violência e exploração, seja no campo político propriamente dito (segregação, extermínios, genocídios, guerras etc.), seja no campo econômico (trabalho compulsório, superexploração do trabalho, desigualdade salarial etc.)” (ALMEIDA, 2018, p. 82).

É impossível não pensar que esse cenário atinge toda uma geração de pessoas, em especial, a juventude negra que se vê sendo massacrada dia após dia pela negação do direito a moradia, alimentação, trabalho/renda, saúde, educação, cultura, lazer e à vida. A luta que uma jovem negra(o) trava cotidianamente para assegurar, minimamente, direitos

que estão estabelecidos por lei passa a ser duplamente árdua, porque além de toda a energia física mobilizada precisa também desprender de uma energia mental, emocional, psicológica, subjetiva para ir contra um sistema que insiste em lhe dizer ‘que ele não é capaz’, ‘que não existe lugar para ele’, ‘que determina quem vive e quem morre’, enfim, que define “quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é” (MBEMBE, 2019, p. 41).

Isso nos remete ao debate dos direitos humanos. Direitos para quem? Quem é humano? Aimé Césaire nos ajuda nessa compreensão ao apontar que o debate sobre direitos humanos que tomou a Europa depois da segunda guerra mundial, tratava de uma humanidade universal para o povo europeu, ou seja, a atrocidade cometida por Hitler só foi questionada e gerou tal debate porque o crime foi cometido contra um igual, isto é, de um branco contra outro branco.

No fundo o que não é perdoável em Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, senão o crime contra o homem branco, é a humilhação do homem branco, e haver aplicado na Europa procedimentos colonialistas que até agora só concerniam aos árabes da Argélia, aos coolies da Índia e aos negros da África (CÉSAIRE, 2010, p. 21-22).

Da mesma forma, no Brasil, quando se fala em direitos humanos, precisamos nos perguntar a que humanidade estamos nos referindo, quem são os sujeitos possuidores desses direitos, quem se enquadra na categoria humano. Seria esse o motivo pelos quais nem todos têm acesso aos direitos instituídos legalmente? Os dados nos mostram que o negro permanece sendo invisibilizado porque sempre fora animalizado. A sociedade continua dividida racialmente entre humanos e não humanos, brancos e negros, respectivamente. Ainda é Aimé Césaire quem afirma que “a sociedade capitalista, em seu estado atual, é incapaz de fundamentar o direito das pessoas, ao mesmo tempo em que se mostra impotente para fundar uma moral individual” (2010, p. 22).

### 3. “O QUE EU SOU MEU DEUS?” – RACISMO, NEGRITUDE E IDENTIDADE(S) EM DEBATE

Em 2001, ao coordenar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no município de Rondon do Pará, fiz, junto com a equipe, o cadastramento de todas as famílias beneficiárias do programa no Cadastro Único do Governo Federal e um dos itens do formulário era a cor/raça. A maioria das pessoas, quando não se classificavam como brancas, se classificavam como pardas, ainda que os traços fenotípicos correspondessem aos traços de pessoas negras, algumas até “negras retintas”.

Só é possível entender esse processo quando se olha para o passado, para o projeto violento colocado em curso visando a anulação das identidades do africano, e consequentemente do afrodescendente, quando foi brutalmente arrancado de sua terra natal e trazido para a América na condição de escravo para um território desconhecido, bem como, quando lhe foi negado o direito de cultivar suas tradições, sua religião, sua música, sua dança, dentre tantas outras coisas, como a negação do direito de convívio com os seus descendentes, transformando-lhe em negro, e impondo um ideal de civilização e humanidade pautada na branquitude, sem falar do grande projeto de branqueamento da população por meio da imigração europeia, criando a nação miscigenada.

O negro afro-brasileiro ficou órfão de identidade e de cultura própria. E é por isso que perguntas como “*quem eu sou meu Deus?*” são mais frequentes do que se imagina na cabeça de crianças, adolescentes, jovens e adultos. O trabalho que vem sendo desenvolvido pelos movimentos negros de reconstrução da identidade negra tem sido fundamental para ajudar a responder essas e outras questões.

Stuart Hall afirma que “a identidade é um desses conceitos que operam “sob rasura”, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (2014, p. 104). Acredito ser esse o caso da negritude.

Ainda que a identidade na modernidade tardia esteja deslocada, como defende Stuart Hall (2015), em função de uma crise de identidade provocada, em especial, pela globalização, causando assim uma fragmentação e descentramento nas paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, se faz essencial continuar operando com o conceito de identidade, partindo do pressuposto de que os indivíduos são atravessados por diferenças, divisões e antagonismos sociais e, por

consequência, gera uma sociedade que não é unificada ou bem delimitada, isto é, uma identidade totalitária ou única, mas várias identidades.

A identidade, portanto, não deve ser vista como um conceito essencialista, mas

um conceito estratégico e posicional. [...] esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, o “mesmo”, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. [...] as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2015, p. 108).

As identidades não são estáticas. Nós não somos seres imutáveis, ao contrário, somos seres históricos, que nos fazemos e refazemos no dia a dia, no processo dinâmico e contraditório que é a vida, nas relações e ações individuais e sociais.

Essa concepção de identidade como processo histórico, social e antagônico defendido por Stuart Hall coaduna com a concepção de identidade defendida por Fernando González Rey que também a entende como uma construção histórica e social. O autor assume identidade como

o sentido de reconhecimento que o sujeito experimenta no curso irregular e contraditório de suas próprias ações. A identidade não é uma formação intrapsíquica, é um sentido que aparece de forma simultânea nas configurações subjetivas do sujeito e nas emoções e significados produzidos pela delimitação social de seu espaço de ações e relações (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 230).

Ao afirmar que a identidade não é uma formação intrapsíquica o autor está deixando explícita a sua concepção de identidade como uma construção do indivíduo, um processo que ocorre a partir da interação deste com o mundo em que está inserido. A identidade, portanto, não está dada a priori, como um padrão generalizado que não tem nada a ver com as histórias singulares que cada indivíduo constrói durante a sua vida em sociedade.

A identidade é compreendida como um sentido de reconhecimento, que integra as configurações subjetivas do sujeito. Portanto, a identidade está inter-relacionada à estrutura complexa que constitui a subjetividade humana. A Subjetividade, que será discutida em seção específica, é entendida, nesse estudo, como um sistema simbólico-emocional orientado à criação de uma realidade peculiarmente humana, que se



desenvolve na relação história – cultura – sociedade, por meio da construção de sentidos subjetivos e configurações subjetivas, conforme foi formulada por Fernando González Rey (2001, 2003, 2005, 2017). No entanto, parto do entendimento, a partir das proposições do autor, que identidade e subjetividade não são sinônimos, mas que estão vinculadas entre si, uma vez que a subjetividade permeia e ao mesmo tempo se constrói a partir de todas as nossas ações, relações e construções psíquicas e sociais.

Aqui, é pertinente dizer que a identidade é compreendida por Fernando González Rey como um sentido subjetivo que faz parte dos processos e formas que constituem a organização da subjetividade individual. Assim afirma o autor

a pergunta sobre o que é a identidade pode ser respondida compreendendo a identidade como um sistema de sentidos que se articula a partir das configurações subjetivas historicamente constituídas na história de um sujeito concreto e nas condições concretas dentro das quais ele atua neste momento. Como resultado dessa confrontação entre o histórico e o atual, aparecem situações em que se apresenta a necessidade de o sujeito se reconhecer a si mesmo dentro da situação, de delimitar seu espaço, o espaço em que encontra a congruência consigo mesmo na situação que está enfrentando; esse é o momento em que aparece sua identidade, em que os elementos de sentido em jogo dentro dessa situação definem emoções que se evidenciam no sentido de identidade (2003, p. 263).

O papel da subjetividade nesse processo é organizar a diversidade de sentidos que o sujeito constrói nas várias experiências sociais e pessoais de sua vida, de sua história presente e passada e que irão se configurar na sua identidade, no seu sentimento de reconhecimento de si, de autoafirmação diante dos papéis sociais que desempenha nos vários espaços em que transita.

É a partir desse entendimento da identidade como processual, histórica, social e singular ao mesmo tempo que trabalharei. O sujeito desenvolve sua identidade a partir de um processo criativo e gerador de sentidos, pois as suas ações e relações são permeadas pela tensão, contradição, emoções que levam o indivíduo ao reconhecimento, ao sentimento de pertencimento ou de negação, mas sempre buscando uma ‘congruência consigo mesmo’.

A identidade, assim, se constrói, se renova, se fortalece no processo de desenvolvimento do sujeito e conseqüentemente de sua subjetividade. Não nascemos com uma identidade predefinida, mesmo porque, é possível falar em identidades, isto é, em situações e/ou momentos distintos de nossas vidas poderemos nos identificar, reconhecer ou desenvolver vários papéis sociais dentro dos distintos grupos identitários aos quais

pertencemos. Então, em se tratando da identidade racial, parafraseando Simone de Beauvoir, ‘não se nasce negro, torna-se negro’, condição já muito bem exposta por Neusa Souza (1983).

A identidade, dessa forma, como um sentido que forma a subjetividade individual do ser humano, é constituída por uma dimensão coletiva que se constrói socialmente. Isto é, as vivências e experiências que nos tornam quem somos acontecem na relação com o outro, no nível histórico, social e cultural.

Em se tratando da identidade racial do afro-brasileiro é preciso considerar a história de dominação dos corpos e mentes implementados pelo processo de colonização/escavidão de que já tratamos em seção anterior, bem como, a história atual, em que o racismo segue oprimindo e aniquilando a população negra cotidianamente para entender o processo de construção dessa identidade.

Para isso, entender a colonialidade que vigora na sociedade brasileira é fundamental. Lélia Gonzalez afirma que o projeto de dominação só foi possível e executado com sucesso por conta da dominação da consciência, e esta é entendida como “o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente” (GONZALEZ, 1984, p. 226).

A ideologia, por sua vez, é uma das formas de expressão da subjetividade, é o que afirmam Fernando González Rey e Albertina Mitjans Martínez (2017), ela está na base da perpetuação de processos institucionais dominantes, se expressa na subjetividade social por meio de fortes conteúdos míticos que procura se apoiar em sistemas de crenças de forte valor afetivo.

Os projetos que explicitamente se apoiam em ideologias são ainda mais invasivos e repressivos sobre a individualidade, intenciona negá-la em prol de objetivos sociais utópicos que não se concretizam, mas que tem um grande valor para as pessoas que deles fazem parte, configurando-se de múltiplas formas na subjetividade individual de seus atores. (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 59)

A ideologia, portanto, tem reflexos na subjetividade individual, na subjetividade social e na identidade do povo por meio, por exemplo, do mito da democracia racial que serviu para a naturalização dos papéis de branco e de preto, ocultando a violência simbólica que exerce sobre os negros. Ou do mito elaborado por Mário de Andrade, Macunaíma, e assim descrito por Lélia Gonzalez

“preto retinto e filho do medo da noite”. Depois ele branqueia como muito crioulo que a gente conhece, que, se bobear, quer virar nórdico. É por aí que dá pra gente entender a ideologia do branqueamento, a lógica da dominação que visa a dominação da negrada mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais (GONZALEZ, 1984, p. 237).

O negro ‘quer’ ser branco. Ele foi induzido a querer ser branco. Essa é a condição para que o negro recupere a sua humanidade, uma vez que “o branco incita-se a assumir a condição de ser humano” (FANON, 2008, p. 27). Dessa forma, se a humanidade, bem como a riqueza, a beleza, a inteligência, dentre outras características ‘positivas’ estão centradas no indivíduo branco, nada mais natural que o indivíduo negro queira ser, isto é, queira assumir para si a identidade desse indivíduo branco para poder sentir-se humano também.

O problema é saber se é possível ao negro superar seu sentimento de inferioridade, expulsar de sua vida o caráter compulsivo, tão semelhante ao comportamento fóbico. No negro existe uma exacerbação afetiva, uma raiva em se sentir pequeno, uma incapacidade de qualquer comunhão que o confina em um isolamento intolerável (FANON, 2008, p. 59).

Ainda é Frantz Fanon que vai nos apresentar, a partir da obra de Germaine Guex, ‘La névrose d’abandon ([?], pp. 31-32)’, as consequências desse sentimento de inferioridade, dessa não valorização de si.

Esta não-valorização de si, enquanto objeto digno de amor, tem graves consequências. De um lado mantém o indivíduo em um profundo estado de insegurança interior, e por isso inibe ou falseia qualquer relação com o outro. O indivíduo duvida de si próprio enquanto objeto capaz de suscitar a simpatia ou o amor (Apud FANON, 2008, p. 78).

Nós, negras(os), compartilhamos experiências muito semelhantes do racismo no nosso cotidiano independente do tom da pele e, às vezes, do lugar que ocupamos na classe social. Como afirma Wilson Silva, os negros, da pele mais clara à mais escura, compartilham e convivem, “de forma mais ou menos intensa, implícita ou explícita, sutil ou agressiva – com as manifestações cotidianas da discriminação racial: as humilhações, as piadas, a segregação, a violência etc.” (2016, p. 126). O autor ainda ressalta que, quando essa opressão não acontece de forma tão direta e agressiva com o indivíduo em particular, ela se faz presente na sua vida por meio das “faces mais escuras de seus avós, pais, irmãos, primos etc.”.

É a partir dessa realidade que os negros constroem sentidos que vão configurar a identidade. Apesar de ser um processo não essencialista e mutável, que se desenvolve por contradições e antagonismos, os processos de opressão estruturais e as ofensas raciais, que ganham uma dimensão coletiva, “porque incidem sobre uma forma de identidade, [uma vez que] as pessoas são ofendidas porque fazem parte de um determinado grupo” (MOREIRA, 2019, p. 33) comprometem e dificultam o desenvolvimento de cada indivíduo. Não se pode negar o impacto de vivenciar essas ofensas e opressões cotidianamente na construção da identidade.

Daí que o processo de superação dos complexos de inferioridade e das autossabotagens do indivíduo negro pode ser um processo difícil, lento e doloroso, isto porque, não depende única e exclusivamente dele mesmo. Essa construção da inferioridade do negro perpassa pela questão socioeconômica, pelo discurso dominante, pela cultura, pelas relações interpessoais enfim, pela construção de uma identidade racial do negro como inferior e uma identidade racial branca como parâmetro universal a ser seguido.

A população negra na diáspora teve que suportar

sociedades esvaziadas delas mesmas, de culturas pisoteadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas.

Falo de milhões de homens desarraigados de seus deuses, de sua terra, de seus costumes, de sua vida, da vida, da dança, da sabedoria (CÉSAIRE, 2010, p. 12).

Todos esses elementos - cultura, terra, religião, arte, costumes, família, ancestralidade, dentre tantos outros – são fundamentais para a construção da identidade de um povo. Enquanto foi negado à população negra o direito à identidade própria, outra identidade foi sendo implementada, construída, fortalecida, a identidade do grupo racial branco, conforme explicita Maria Aparecida Bento

No cotidiano da vida, brancos vão consolidando uma visão de mundo sobre o que significa ser negro ou branco em nossa sociedade. Ao observar outros brancos na televisão, nos livros didáticos, revistas, na direção das instituições em geral, ao vivenciar situações diárias nas quais os negros estão sempre em situação de desvantagem, ao viver situações de preferenciamento, o privilégio branco vai sendo naturalizado (2018, p. 124-125).

É esse processo de naturalização do privilégio branco que faz com que brancos e até mesmo negros não questionem, por exemplo: por que os brancos são maioria nos postos de comando? Por que brancos são maioria nas profissões consideradas da elite, como na área da medicina, do direito, das engenharias, dentre outras? Por que brancos moram nas áreas mais centrais da cidade enquanto que negros moram majoritariamente nas periferias? Por que os negros são maioria no sistema penitenciário? E, por fim, mas poderia ainda trazer tantos outros por quês, por que negros representam 75% dos que são assassinados nesse país?

A resposta para essas questões e tantas outras está no racismo estrutural e no privilégio branco que nos faz ignorar essa realidade perversa, cruel e corrosiva da sociedade brasileira em todas as suas estruturas sociais, econômicas, políticas, culturais, religiosas, etc. Precisamos, negros e brancos, repensar e reconstruir essa estrutura e essa cultura do privilégio branco. Brancos precisam abrir mão dos seus privilégios e negros precisam construir um ideal de ego que rejeite a branquitude. Pois, como afirma Neusa Souza, para nos tornarmos negros, isto é, sujeitos de nossa história, precisamos de

Um novo Ideal de Ego que lhe configure um rosto próprio, que encarne seus valores e interesses, que tenha como referência e perspectiva a História. Um Ideal construído através da militância política, lugar privilegiado de construção transformadora da História. Independente dos modos de compreender o sentido da prática política, seu exercício é representado para o negro como o meio de recuperar a autoestima, de afirmar sua existência, de marcar o seu lugar (SOUZA, 1983, p. 44)

O lugar do negro não é nos índices de negação de direitos, dentre eles, o direito à vida, tanto no sentido literal quanto no sentido identitário. A construção desse novo ideal de ego rejeita a branquitude e valoriza a história e a cultura negra, a ancestralidade, a origem afro diaspórica, a estética e a identidade negra. Reconstruir esse outro ideal de ego perpassa por reconstruir essa identidade, que não é essencialista, estática, mas processual. E se é possível ao negro reconstruir o ideal de ego e a identidade, conclamamos que os brancos façam o mesmo. Se analisem, se reinventem, se reconstruam e destruam essa cultura de privilégios da branquitude porque nós vamos ocupar o nosso lugar. A identidade racial, seja ela negra ou branca, pode e deve ser ressignificada. As(os) pesquisadoras(es) negras(os) e os movimentos negros tem nos apontado o caminho, como veremos.

### 3.1. “QUEM TÁ MORRENDO É A GENTE, ENTÃO, QUEM TEM QUE LUTAR PELOS SEUS DIREITOS É A GENTE” – A NEGRITUDE EM MOVIMENTO

Historicamente a definição de sujeito, dono de sua própria história, ser dotado de capacidades, foi estabelecida por homens brancos que assim se autodefiniram. Às pessoas de cor foi relegado o lugar de não sujeito, não ser, não humano, não possuidores de uma identidade e uma subjetividade plena, daí a sua suposta inferioridade.

Reverter essa definição de sujeito, ressignificar a identidade racial dos indivíduos negros e reconstruir um novo ideal de ego é fundamental para o processo de luta contra o racismo e a garantia de direitos. Patrícia Collins (2016), importante representante do movimento feminista negro, afirma que o processo de fortalecimento da identidade, de conscientização e engajamento na luta contra a opressão acontece por meio do que ela chama de “autodefinição e autoavaliação” do ser.

A autodefinição consiste no processo das mulheres negras recusarem o conhecimento político da condição feminina negra produzido por outrem, em geral por homens brancos, e na grande maioria das vezes, conhecimento que reflete imagens estereotipadas. Já a autoavaliação, consiste no processo de substituição dessas imagens produzidas externamente.

Para a autora:

Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade tem o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos (COLLINS, 2016, p. 104).

O poder de se autodefinir qualifica as mulheres negras à condição de donas da própria vida, portanto, sujeitos, e nessa condição seres capazes de criar e re-criar as suas histórias. A socióloga ainda destaca que a importância da autodefinição e autoavaliação está no fato de que “definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação” (COLLINS, 2016, p. 105)

Se o processo de autodefinição é fundamental para reconstrução de processos de lutas identitárias, como defende Patrícia Collins, ousou dizer que estas, por sua vez, são fundamentais para o processo de construção de lutas contra as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Achille Mbembe (2014) também discute a necessidade do negro se definir a partir de si mesmo, isto é, de construir uma identidade própria, de saber quem se é e de dizê-lo, proclamá-lo e, principalmente, dizer a si mesmo, num ato de afirmação da existência.

O autor afirma que no processo de efabulação utilizado pela Europa para criação da raça e do negro a fim de implementar o projeto de dominação, foi preciso criar uma “*consciência ocidental do Negro*” que perpassa por um “*juízo da identidade*”, a que ele chama de primeiro texto, a partir de um sistema de discursos e narrativas já conhecidos e debatidos neste texto.

Portanto, o processo de ressignificação da identidade perpassa por uma “*declaração de identidade*”, o que ele chamou de segundo texto. Esse segundo texto, ou essa outra narrativa, por sua vez, deve partir de um processo de autorreconhecimento, autodeterminação e da consciência negra do Negro. Esse processo prescinde que os negros reconstruam a própria história, que pressupõe trabalhar com e contra o passado para construir o futuro; reconstruam a biografia, a política, a literatura, os enredos e discursos. Enfim, para Achille Mbembe (2014, p. 297), “a verdadeira política de identidade consiste em incessantemente alimentar, atualizar e reatualizar suas capacidades de auto-invenção”.

Nesse processo de reconstrução das narrativas e de outras identidades raciais negras, uma importante contribuição foi a de Aimé Césaire ao criar o termo Negritude com o objetivo de inverter o sentido pejorativo que a palavra Negro tinha, criando uma conotação positiva de afirmação e orgulho racial. Usar a mesma ferramenta, a linguagem, que serviu para dominação racial, opressão e discriminação, como instrumento de desmobilização do dominador (DOMINGUES, 2005). Mas para além disso, Aimé Césaire concebeu negritude como

o ato de assumir ser negro e ser consciente de uma identidade, história e cultura específica. Césaire definiu a negritude em três aspectos: identidade, fidelidade e solidariedade. A identidade consiste em ter orgulho da condição racial, expressando-se, por exemplo, na atitude de proferir com altivez: sou negro! A fidelidade é a relação de vínculo indelével com a terra-mãe, com a herança ancestral africana. A solidariedade é o sentimento que une, involuntariamente, todos os

"irmãos de cor" do mundo; é o sentimento de solidariedade e de preservação de uma identidade comum (DOMINGUES, 2005, p. 6).

Negritude é, dessa forma, um conceito dinâmico, multifacetado que abrange o caráter político, ideológico e cultural. O conceito serviu de base para a ação organizada do movimento negro, bem como para a criação de uma consciência racial e valorização da cultura e ancestralidade africana (DOMINGUES, 2005).

A negritude, portanto, enquanto movimento, nega a supremacia branca em detrimento da valorização da raça negra. É um instrumento de visibilização e ressignificação da cultura africana e da identidade negra. Busca a união entre os negros para construção de uma identidade de raça. Mas acima de tudo, é um movimento que busca a construção de uma sociedade solidária e justa, em que a cor da pele e as características físicas não sejam determinantes para a condição social do indivíduo, para a inferiorização ou subalternização do ser ou qualquer tipo de discriminação.

A ressignificação do conceito de raça, processo que já vem sendo trabalhado pelos movimentos sociais, em especial pelos Movimentos Negros, é fundamental para a construção da identidade racial, que é também política e social, pois se configura como um ato de poder a partir do momento que rejeita aquilo que a oprime. Exemplo disso são as novas identidades que têm se firmado, especialmente, por conta de movimentos como os Movimentos Negros, os Feminismos, os movimentos LGBTQIA+, dentre outros, que representam o descentramento conceitual do indivíduo.

Como afirma Achille Mbembe “existe, em qualquer ser humano, algo de indomável, de verdadeiramente inapreensível, que a dominação – não consegue nem eliminar, nem conter, nem reprimir, pelo menos totalmente” (2014, p. 285). É essa radicalidade, essa resistência que possibilita aos negros encontrar forças para reconstruir suas histórias, mudar narrativas e ressignificar as identidades. O povo negro nunca foi uma vítima passiva na história.

E é essa imagem da radicalidade, da resistência que precisa ser valorizada para que possamos mudar a imagem do Negro pois, como afirma *bell hooks* (2019, p. 40), “só nos tornamos mais conscientes quando começamos a ver com clareza”. Precisamos nos ver, olhar para nós mesmos e para o mundo para então mudar a forma com somos vistos. Mas também é preciso que a branquitude olhe para si e se veja, pois nós somos quem somos sempre na relação com o outro.



Olhar para a identidade se faz essencial, mas não, essencialmente, para vermos quem nós somos ou de onde viemos, mas refletindo sobre o fato de quem nós podemos nos tornar e como nós somos representados (HALL, 2015). Nós, negros e brancos.

O processo de ressignificação da identidade racial negra perpassa pela tomada de consciência da condição negra do Negro e do desenvolvimento da nossa subjetividade, ou seja, do processo psíquico que nos torna quem somos, como pensamos, sentimos e agimos nesse mundo. Por isso, o movimento da negritude busca na sua luta o respeito à subjetividade humana plena de negros e brancos, para com isso acabar com a suposta hegemonia de uma raça em detrimento da outra e construir um mundo solidário entre os povos.

Frantz Fanon (1968) já nos dizia que a humanidade espera algo diferente de nós do que apenas a imitação da caricatura do homem branco ocidental. Queremos muito mais, não só para o povo negro, mas para a humanidade. Em suas palavras, “Não, não queremos alcançar ninguém. Queremos, isto sim, marchar o tempo todo, noite e dia, em companhia do homem, de todos os homens” e das mulheres.

Os movimentos negros ocupam centralidade nessa marcha que busca a construção de outras trajetórias, outras identidades, outras subjetividades ao se constituírem como espaços contra hegemônicos e produtores da diversidade.

No consumo desse material produzido pelo branco e para o branco, há identificação. Recorrendo ainda a Frantz Fanon, que nos auxilia na compreensão de que é aos poucos que a criança, o jovem, o adulto, vão adotando a cultura que não é sua, o modo de agir e pensar que não é seu, mas que “pouco a pouco se forma e se cristaliza no jovem antilhano uma atitude, um hábito de pensar e perceber, que são essencialmente brancos. Quando, na escola, acontece-lhe ler histórias de selvagens nas obras dos brancos, ele logo pensa nos senegaleses” (2008, p. 132).

Os movimentos negros entendem a necessidade urgente de transformar essa realidade, de fortalecer a identidade cultural negra, de construir mecanismos que evidenciem a história do povo negro, que valorize a cultura e a imagem do negro. A subjetividade se constrói no social, no cultural, no processo histórico, econômico. Enquanto o mundo for pensado e criado pelo branco para o branco, as subjetividades tenderão a serem pautadas na identificação com o branco.

No Brasil, os movimentos negros se organizaram no intuito de promover condições de sobrevivência e trilhar caminhos em busca de “respeito, reconhecimento, dignidade, empoderamento, participação política, emprego, educação” (DOMINGUES,

2016, p. 330), dentre outros objetivos. Mas é importante destacar que mesmo antes dos movimentos negros organizados, os negros sempre resistiram, sempre lutaram contra a opressão, mesmo no período de sua escravização, seja através das insurreições religiosas, das fugas e revoltas, e, principalmente, da formação de quilombos, principal expressão da organização, luta e resistência do povo negro. É a partir dessa herança que surgem, em São Paulo<sup>19</sup>, os movimentos sociais negros, com ações fortes e consubstanciadas com o objetivo de educar e integrar o negro na sociedade.

A educação passou a ser uma das principais pautas dos movimentos negros, uma vez que era considerada essencial para que o negro, então, tivesse condições de lutar por direitos na sociedade brasileira. Essa educação compreendia tanto a dimensão formal (instrução) que visava, muitas vezes, alfabetizar a população negra, uma vez que esta fora privada desse direito durante todo o período da escravidão e, inclusive, após a abolição, no que resultou em mais de dois terços da população negra relegada ao analfabetismo; quanto a educação geral, que compreendia conhecimentos gerais, técnicos profissionalizantes, cultura e política.

Destaca-se entre os primeiros movimentos do século XX a criação da Frente Negra Brasileira (FNB), na década de 1930, que buscava a afirmação do negro como brasileiro. Nilma Gomes (2017) caracteriza a FNB como uma associação de caráter político, informativo, recreativo e beneficente que tinha a intenção de se tornar uma articulação nacional.

Na década de 1940, quem ganha o protagonismo é o Teatro Experimental Negro (TEN), criado em 1944, que tinha como objetivo central a formação cultural e profissional dos negros. Era sintonizado com a política nacionalista e populista e tecia crítica ao imperialismo cultural europeu e norte-americano. O movimento ganha destaque por sua atuação e pelos objetivos pretendidos que iam para muito além da promoção do teatro.

O TEN foi um dos movimentos que contribuiu para com o movimento da negritude no Brasil quando ampliou a definição de negro, incluindo pardos e mulatos, e com a identificação destes como o povo brasileiro, partindo da premissa de que povo é exatamente a oposição à elite.

De um modo geral, os movimentos negros buscavam incentivar e propiciar condições para que a população negra tivesse acesso a estudo, formação profissional e

---

<sup>19</sup> Só na cidade de São Paulo, entre 1897 e 1930, existiram cerca de 85 associações negras, “sendo 25 dançantes, 9 beneficentes, 4 cívicas, 14 esportivas, 21 grêmios recreativos, dramáticos e literários, além de 12 cordões carnavalescos” (DOMINGUES, 2016, p. 335).

política, valorização da história e da cultura afro, bem como, a organização para a luta conjunta contra atitudes e posturas extremamente racistas a que eram submetidos.

Em 1978, foi criado o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR) que em 1979 foi rebatizado com o nome de Movimento Negro Unificado (MNU) alinhado à esquerda revolucionária. Esse movimento reuniu lideranças de esquerda, em geral jovens universitários, e lideranças sintonizadas com a resistência cultural, estes em sua maioria negros mais pobres.

O MNU completou 42 anos em junho de 2020 e continua atuando nas pautas contra o racismo, na denúncia do genocídio da população negra e contra as políticas públicas que afetam diretamente e mais especificamente o povo negro. No seu 17º Congresso, realizado em agosto de 2014, estabeleceu um plano de metas com ações que englobavam as seguintes áreas: enfrentamento ao racismo; educação; internacional; luta quilombola; mulheres; saúde; juventude negra; comunicação; organização; cultura, esporte e lazer; religiosidade; participação política (JORNAL NACIONAL DO MNU, 2014).

O plano de metas do MNU traçado em seu último congresso demonstra o quanto o movimento negro cresceu e tem consciência de que é preciso atuar em várias frentes para poder provocar fissuras nesse sistema racista estrutural e estruturante que é um dos sustentáculos do capitalismo. Sem a organização e a luta dos movimentos negros, certamente, as condições socioeconômicas da população negra seriam ainda piores.

Lélia Gonzalez (1991), em entrevista ao Jornal Nacional do MNU, afirmou que uma das contribuições importantes dos movimentos negros para a sociedade brasileira foi ter conseguido sensibilizá-la para a questão racial negra, especialmente na área do poder político e nas áreas relativas à cultura. A autora salienta que a criatividade, uma das marcas da comunidade negra, possibilitou a “emergência da identidade a partir do cultural”. E destaca, em especial, o estado da Bahia que com os afoxés e blocos afros tem conseguido conscientizar não apenas a população negra, mas tem extrapolado, atingindo também os não negros.

Boaventura de Souza Santos, ao prefaciar o livro ‘O Movimento Negro educador’, de Nilma Gomes, destaca o caráter educativo dos movimentos que

tem um valor epistemológico intrínseco, são produtores de um tipo específico de conhecimento, o conhecimento nascido na luta. À medida que se consolida, esse conhecimento transforma a própria percepção e

representação sociais a respeito dos temas e problemas que motivam as lutas (SANTOS, 2017, p. 9).

O caráter epistemológico dos movimentos negros, conforme destacado por Boaventura de Souza Santos (2017), caracteriza-se pelo seu potencial não apenas de transformação dos indivíduos que dele fazem parte, mas de toda a comunidade/sociedade na qual está imerso.

A organização da população negra pela luta contra o racismo vem se fortalecendo e obtendo conquistas que antes eram inimagináveis como, por exemplo, a aprovação da Lei 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e da Lei 12.711/2012 que trata das cotas raciais e sociais para o ingresso em cursos de graduação em universidades e institutos federais.

Essas conquistas, fruto da atuação dos movimentos negros, ainda que não provoquem grandes fossos na estrutura social do país, uma vez que não há uma política efetiva para implementação das leis e, pouco representam na reparação necessária diante de quase quatro séculos de escravidão, são importantes porque visam atingir a toda sociedade e não apenas as pessoas que estão diretamente vinculadas aos movimentos, além de impulsionar o fortalecimento e surgimento de novos movimentos negros, que vem se reconfigurando e ganhando novas formas e frentes de organização.

De acordo com Nilma Gomes, o movimento negro pode ser entendido pelas

diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade (2017, p. 23-24).

Dessa forma, os movimentos negros se espalharam e estão ocupando os diversos espaços públicos, políticos e sociais por todo o Brasil. É possível apontar várias iniciativas que têm contribuído de maneira significativa para com a formação e o fortalecimento da luta contra o racismo, como, por exemplo: o Instituto Geledés – Instituto da Mulher Negra – organização política de mulheres negras contra o racismo e o sexismo; a ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – organização em defesa da pesquisa acadêmico-científica realizada prioritariamente por pesquisadoras(es) negras(os)

fomentando temas de interesses direto das populações negras no Brasil; os COPENE's – Congresso de Pesquisadores Negros – que são realizados nas cinco regiões do Brasil, vinculados à ABPN; a Coleção Feminismos plurais – coordenada por Djamilia Ribeiro – que tem lançado livros com conceitos que são fundamentais para o entendimento da estrutura racial e respectivamente para a luta contra o racismo, como, por exemplo, Lugar de fala, Empoderamento, Racismo estrutural, Encarceramento em massa, Racismo recreativo etc. que são publicados pela editora Pólen e vendidos a preços acessíveis; o CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, fundada no início dos anos 1980, uma entidade paraense, que vem, nas palavras da associação, “contribuindo no processo de superação do racismo, preconceito e discriminação, que produzem as desigualdades socio-raciais, de gênero e outras, prejudicando, sobretudo, a população negra e indígena, em todos os aspectos da sociedade brasileira<sup>20</sup>”, dentre tantos outros exemplos que poderiam ser citados aqui.

É imensurável o processo de multiplicação e alcance do trabalho dos movimentos negros, pois não se faz necessário que os indivíduos estejam vinculados diretamente a um grupo específico para conseguir acessar a produção dos vários movimentos. Destaca-se a atuação dos movimentos que se propagaram nas redes sociais, um dos principais meios de comunicação e acessibilidade da juventude. O espaço é propício para a interação, compartilhamento de histórias, ideias, vídeos, músicas.

Entretanto, apesar de reconhecer que houve significativo aumento no número de grupos e iniciativas que visam barrar o racismo e fortalecer a população negra, ainda não é o suficiente. Isto porque os movimentos negros têm que lidar com as constantes ondas de força contrária a tudo o que eles defendem, pregam e conquistam. Um exemplo disso é a Lei 12.711/2012, grande conquista dos movimentos negros que teve que lutar contra a “minimização e as distorções de sua fala em relação aos opositores às cotas raciais, com a demonização por grande parcela da imprensa brasileira que não mediu esforços no propósito de pôr a sociedade civil contra as mesmas (DAMASCENO, 2017, p. 185).

Para além disso, cabe salientar que mesmo quando os movimentos negros conseguem ter suas pautas atendidas e transformadas em políticas públicas, muitos entraves precisam ser enfrentados para sua efetiva implementação. Há vários registros<sup>21</sup>, por exemplo, de pessoas que tentaram, ou mesmo conseguiram, burlar o sistema de cotas

---

<sup>20</sup> Texto retirado do site: <http://www.cedenpa.org.br/> Acessado em: 27 de janeiro de 2020

<sup>21</sup> Em 13 de julho de 2020, a Universidade de Brasília (UnB) decidiu por expulsar 15 (quinze) estudantes por fraude no sistema de cotas raciais.

para poder se beneficiar, tirando, dessa maneira, a oportunidade e o direito de quem verdadeiramente fazia jus ao benefício.

Portanto, a criação de políticas públicas por si só não é suficiente. Maria Aparecida Bento (2018) destaca que os espaços de poder precisam ser ocupados pelos negros, uma vez que “boa parte das políticas públicas que iniciaram tendo como público alvo os negros se transformaram em políticas sociais, ou seja, passaram a atender a toda a população pobre. E é preciso explicitar que os movimentos negros não são contrários a isso, entretanto, essas medidas, que anulam as políticas de atendimento específico para negros, continuam acentuando as diferenças entre negros e brancos, pois não rompem com os privilégios da branquitude.

Outro exemplo é a não implementação efetiva da Lei 10.639/2012 nas escolas de educação básica das redes estaduais e municipais de ensino, sejam públicas ou privadas. Em Karine Damasceno (2017) é possível encontrar algumas das dificuldades enfrentadas para essa implementação

a escassez de professores capacitados para tratar das relações étnico-raciais, de investimento que dê condições práticas para a formação continuada desses profissionais e, não raras às vezes, a falta de compreensão dos próprios docentes sobre importância de tratar das temáticas propostas pela lei (DAMASCENO, 2017, p. 187).

Esses são exemplos nítidos de que a luta dos movimentos negros ainda é longa e árdua. Que a transformação de pautas necessárias e urgentes em políticas públicas, apesar de importante, não assegura o direito de fato à população negra. É um movimento constante. Como nos alerta Lélia Gonzalez, “a questão da democracia tem muito mais a ver conosco, que somos excluídos, do que com os caras que estão no poder, que não estão a fim, evidentemente” (JORNAL NACIONAL DO MNU, 1991, p. 8).

Que mais e novos movimentos possam emergir na perspectiva de somar-se a esse movimento que é, ou deveria ser, de toda a população brasileira, pois só quando acabarmos com o racismo poderemos intentar uma sociedade verdadeiramente democrática.

O último censo demográfico da população brasileira apontou para um aumento da população negra (pretos e pardos), é possível que essa mudança seja fruto do trabalho dos movimentos negros em prol da valorização da identidade racial e da cultura afro-brasileira.

O Movimento Negro ressignifica e politiza a raça, compreendendo-a como construção social. Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana (GOMES, 2017, p. 38).

Os Movimentos Negros têm cumprido uma tarefa fundamental na ressignificação do conceito de raça e negritude, bem como, nas ações efetivas de mobilização política que se refletem em políticas públicas, de protesto antirracista, de manifestações literárias, religiosas, artísticas, culturais, estéticas que visam promover a libertação e o enfrentamento do racismo.

A defesa pela formação de uma identidade negra para o processo de conscientização da condição de opressão, discriminação, exploração e subjugação social, política, econômica e cultural é condição *sine qua non*. A identificação com a raça negra é fundamental para o fortalecimento da luta contra a opressão de raça e os movimentos negros têm um papel essencial nesse processo de formação das identidades.

A criatividade e a força dos movimentos negros têm ainda, a partir da arte, potencializado a emergência da identidade, como afirmou Lélia Gonzalez. Um exemplo, é o movimento hip-hop, que a partir do seu tripé rap, grafite e *break*, vem, através da sua produção, mobilizando a juventude com temas que abordam a violência, a exclusão, a discriminação racial, a sexualidade protegida, a maternidade e a paternidade (CARNEIRO, 2011), o sistema, dentre outros, ocupando espaço no cenário musical bem como formando novas lideranças juvenis.

Letras como “A vida é Desafio” (2002), do Racionais MC’s, são feitas para confrontar, para mexer com o que está conformado, para sacudir a galera. Vejamos o seguinte trecho

“Tem que acreditar, desde cedo a mãe da gente fala assim “filho, por você ser preto você tem que ser duas vezes melhor” Aí passado alguns anos eu pensei, como fazer duas vezes melhor se você tá pelo menos 100 vezes atrasado, pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos trauma, pelas psicose, por tudo que aconteceu, duas vezes melhor como? Ou melhora, você é o melhor ou é o pior de uma vez, sempre foi assim, você vai escolher o que tiver mais perto de você ou o que tiver dentro da sua realidade. Você vai ser duas vezes melhor como? Quem inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí? acorda pra vida, rapaz.”

[...]

Várias famílias, vários barracos  
 Uma mina grávida  
 E o mano tá lá trancafiado  
 Ele sonha na direta com a liberdade  
 Ele sonha em um dia voltar pra rua longe da maldade  
 Na cidade grande é assim  
 Você espera tempo bom e o que vem é só tempo ruim  
 No esporte, no boxe ou no futebol  
 Alguém sonhando com uma medalha o seu lugar ao sol, porém  
 Fazer o que se o maluco não estudou  
 500 anos de Brasil e o Brasil aqui nada mudou  
 Desesperô aí, cena do louco  
 Invadiu o mercado farinhado armado e mais um pouco  
 Isso é reflexo da nossa atualidade  
 Esse é o espelho derradeiro da realidade  
 Não é areia, conversa, xaveco  
 Porque o sonho de vários na quebrada é abrir um boteco  
 Ser empresário não dá, estudar nem pensar  
 Tem que tramar ou ripar pros irmãos sustentar  
 Ser criminoso aqui é bem mais prático  
 Rápido, sádico, ou simplesmente esquema tático  
 Será instinto ou consciência  
 Viver entre o sonho e a merda da sobrevivência  
 [...]

Entre o sonho e a realidade, a juventude vai lutando para sair do lugar que lhe foi destinado para o lugar que lhes pertence de fato, enfrentando as batalhas, mas não de forma isolada, sozinha, desvinculada do que está acontecendo no mundo. A juventude de agora está conectada e se conectando cada vez mais em busca de conhecimento, consciência de raça e classe e empoderamento, seja pelo visual, pelos discursos, pelas participações em grupos virtuais ou nas comunidades.

Outro movimento que tem ganhado força junto à juventude é a batalha de poesias, os chamados *slams*<sup>22</sup> - poesias declamadas em voz alta, performaticamente – sobre temas como antifascismo, empoderamento feminino, negritude e LGBTQIA+, dentre outros. As batalhas ganharam força, especialmente, nas periferias dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, mas com a força das redes sociais, se tornaram conhecidas no Brasil inteiro e saiu das ruas para se eternizar no papel, com uma publicação em livros, na Coleção

---

<sup>22</sup> Palavra surgida em 1984, em Chicago, cujo significado se assemelha ao som de uma “batida” de porta ou janela, algo parecido com o nosso ‘pá!’, em língua portuguesa. Hoje, conhecida como *poetry slam*, é uma competição de poesia falada que aborda temas da atualidade, também conhecida como “batalha das letras” em que poetas da periferia usam da poesia oral para despertar a reflexão e conscientização sobre a opressão. Fonte: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/slam-e-voz-de-identidade-e-resistencia-dos-poetas-contemporaneos/>



SLAM. Entre as tantas poesias, poetas e poetisas, compartilho com vocês a do poeta Lobinho (2019)

### Identidade

Salve Ogum... Ogunhê  
 Salve Oxóssi... Okê Aro  
 Salve Iansã... Eparrei Oiá  
 Salve Xangô... Kaô Kabecilê

Nunca mais eu nego: sou preto  
 Engoli por anos essa “brancura”  
 Hoje lhe dou um papo bem reto  
 Assumir as origens foi a cura!

Sim, registraram na certidão: pardo  
 Na escola, me chamaram: moreno  
 Disseram ainda: “ser negro é fardo  
 Mantendo origens, não serás pleno”

Pior de tudo, foi que eu acreditei  
 Segui a doutrina contrária à raça  
 Para meus irmãos regras eu ditei  
 Em cima deles coloquei mordaca

É... o sistema lhe impõe e engana  
 Prega que dinheiro cura as feridas  
 Te instiga pra tu ser um cara bacana  
 Por isso você oprime outras vidas

Até que te exigem: “seja só palhaço  
 Não chame atenção, fique lá quieto  
 Daí não reparam seu mal feito traço  
 Lembre-se que és de grupo selete”  
 Perguntei intrigado o por quê disso  
 Ah? Não posso falar o que penso?  
 Mostraram: “Firmasse compromisso  
 Não o quebres, se tens bom senso”

Insisti e continuei a fazer perguntas  
 Então passei a não ser convidado  
 Via todas as pessoas sempre juntas  
 Só eu comecei a ficar mais isolado

Pensando um pouco compreendi  
 Que me queriam só como escravo  
 Por poucas migalhas eu me vendi  
 Decidi virar então guerreiro bravo

De Ogum, pedi emprestada a lança  
Oxossi, me fez voltar à floresta  
Iansã me mostrou a nova dança  
Voltei a ter no rosto riso de festa

Mas sei que eu voltei para guerra  
Contra quem massacra meu povo  
Escravizaram o negro nesta terra  
Isso não deve acontecer de novo

Podem tremer senhores de gravata  
Em nome de Xangô eu vou pra luta  
Minha força hoje já vem lá da mata  
Se preparem para ver nova conduta!

Saraváaaaaa!!!

A arte que tomou conta das periferias de estados da região Sudeste do país chega na região Norte e vice-versa, através da força que as redes sociais ganharam nesse movimento. Dessa forma, os movimentos negros se espalharam e se multiplicaram por meio de grupos e ou comunidades virtuais que funcionam como espaço para aprendizagem e discussão do racismo e de todos os tipos de opressão, bem como, de potencialização da identidade racial.

Os movimentos negros têm cumprido um papel importante na criação de materiais para negros e brancos, na resignificação da história, da cultura e da identidade negra no Brasil e, principalmente, para a luta antirracista

#### 4. COMO NOS TORNAMOS QUEM SOMOS? A FORMULAÇÃO TEÓRICA DE FERNANDO GONZÁLEZ REY

A ciência não é neutra, portanto, o processo de construção da pesquisa também não é neutro assim como nenhum processo de formação pode ser. Um estudo sobre como o racismo impacta na constituição da subjetividade de negros não pode, ou não deve, fazer a opção por uma teoria que valorize a neutralidade ou a imparcialidade como princípios para a construção do conhecimento, mas é preciso priorizar uma “epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros” (KILOMBA, 2019, p. 58).

A teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém. Meus escritos podem ser incorporados de emoção e subjetividade, pois, contrariando o academicismo tradicional, as/os intelectuais *negras/os* se nomeiam, bem como seus locais de fala e de escrita, criando um novo discurso com uma nova linguagem (KILOMBA, 2019, p. 58).

A formulação teórica desenvolvida por Fernando González Rey – Teoria da Subjetividade, Epistemologia Qualitativa e Metodologia Construtivo-Interpretativa, representa, de alguma forma, a possibilidade de formulações teóricas e epistemológicas que fujam do tradicionalismo, da neutralidade, do determinismo, do reducionismo, do naturalismo, dentre outros, e abre possibilidades para a construção de conhecimentos em que o pesquisador está sempre posicionado.

Foram as inquietações teóricas do autor sobre como funciona o indivíduo, ou seja, como acontece o processo de desenvolvimento humano, bem como, a insatisfação pelo modo determinista com que a personalidade era concebida, a recusa em aceitar o reducionismo e mecanicismo atribuídos à participação social e à cultura no desenvolvimento do indivíduo que o impulsionou à criação dessa formulação teórica.

A proposta teórica de Fernando González Rey parte de uma abordagem histórico-cultural, em que o autor encontrou em Lev S. Vygotski um ponto de partida para aprofundar o estudo da subjetividade, a partir do conceito de sentido formulado por este em seus últimos trabalhos. Para Fernando González Rey, foi Vygostki juntamente com Rubinstein, quem primeiro compreenderam o social como processo cultural, o que é essencial para a constituição da psique, superando assim, a dicotomia entre o externo e o

interno, entre o social e o individual, premissas essenciais para o desenvolvimento do conceito de subjetividade (GONZÁLEZ REY, 2005).

Fernando González Rey (1997; 2003; 2005; 2017) formulou a teoria da subjetividade a partir de estudos no campo da personalidade, em pesquisas na área da saúde, educação e psicologia social. Uma teoria, formulada por um teórico cubano, nascido em 1949, que militou no Partido Comunista e na Juventude Comunista, tendo sido graduado pela Universidade de Havana, se tornado doutor pelo Instituto de Psicologia Geral e Pedagógica de Moscou e doutor em Ciências pela Academia de Ciências da União Soviética, único latino-americano a possuir esse título, de alguma forma anuncia e auxilia as suas pretensões em tentar entender o indivíduo considerando a completude e a complexidade do ser humano.

Essas pretensões ficam ainda mais evidentes quando consideramos não apenas a teoria da subjetividade, mas a formulação que engloba epistemologia e método. O autor buscou fazer uma ampla discussão epistemológica sobre as pesquisas qualitativas em Psicologia e a partir daí, desenvolveu uma epistemologia que enfatiza o caráter construtivo e interpretativo na produção do conhecimento, processo que exige o exercício da dialogicidade e singularidade no momento do trabalho de campo vivenciado pelo pesquisador e que requer deste criatividade, interpretação e ressignificação das informações e expressões adquiridas na relação com a(o) indivíduo(o) pesquisada(o).

Portanto, considerando a complexidade, tensões e contradições que envolvem o tema Racismo, bem como, a complexidade de se estudar e identificar os efeitos que este provoca nos indivíduos, é que entendo que este referencial teórico, epistemológico e metodológico, há de proporcionar, de forma mais profícua, quais os sentidos subjetivos que são produzidos nos diferentes contextos em que o racismo se reproduz, uma vez que, por sua dimensão estrutural e estruturante, atravessa todos os ambientes, dinâmicas e dimensões da vida do sujeito.

Essa é uma teoria que também é latino-americana e brasileira, pois Fernando González Rey esteve radicado e desenvolveu trabalhos no Brasil por mais de 20 anos, até a data de seu falecimento em 26 de março de 2019. Isso é de início muito importante e significativo para uma pesquisa que pretende se posicionar na contramão das teorias hegemônicas tanto da perspectiva epistemológica/metodológica quanto da perspectiva de dominação do pensamento eurocêntrico acerca da raça.

Na próxima subseção, de forma mais apropriada, serão abordados os principais princípios da epistemologia qualitativa e da metodologia construtivo-interpretativa que auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa. Por ora, vamos à Teoria da Subjetividade.

#### 4.1. TEORIA DA SUBJETIVIDADE

Ao desenvolver a discussão em torno da subjetividade, Fernando González Rey propõe um novo lugar para esse tema nos estudos da psicologia, bem como uma reformulação conceitual, uma vez que, para o autor a Psicologia vinha tratando o tema da subjetividade de forma limitada à psique e aos processos internos, sendo, assim, a subjetividade tida como o inconsciente, ou a consciência ou ainda a sexualidade.

Para Fernando González Rey a subjetividade humana não pode ser definida a partir de nenhum conceito ou princípio universal, uma vez que ela é uma “produção qualitativamente diferenciada dos seres humanos dentro das condições sociais, culturais e historicamente situadas em que vivemos” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ<sup>23</sup>, 2017, p. 62). Ao estabelecer que a subjetividade humana é uma produção do indivíduo a partir das suas experiências sociais, culturais e históricas o autor reconhece o caráter ontológico da formação do ser, rejeitando qualquer formulação determinista de nossa constituição subjetiva.

A subjetividade, portanto,

**é um sistema simbólico-emocional orientado à criação de uma realidade peculiarmente humana, a cultura,** da qual a própria subjetividade é condição de seu desenvolvimento e dentro da qual tem a sua própria gênese, socialmente institucionalizada e historicamente situada (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 27).

O autor ressalta ainda que a subjetividade não é um produto da cultura, mas é ela mesma, a subjetividade, constitutiva da cultura. A cultura existe porque os seres humanos, construtores de subjetividades individuais e subjetividades sociais, se constituem multiplamente, sem dicotomias entre o social-individual, interno-externo, afetivo-cognitivo, intrapsíquico-interativo produzindo aquilo que chamamos cultura e que também pode ser expressado por maneiras de interagir, costumes, pensamentos, práticas,

---

<sup>23</sup> É importante ressaltar que a teoria, a epistemologia e a metodologia foram formuladas por Fernando González Rey ao longo da sua vida, sendo, portanto, reformulada neste processo, ainda que o livro “Subjetividade: teoria, epistemologia e método” (2017), que melhor apresenta essas reformulações, tenha sido escrito em parceria com Albertina Mitjás Martínez, sua companheira de vida e de trabalho.

comportamentos, documentos, linguagens, rituais, comunicação, relacionamentos, valores etc (GONZÁLEZ REY, 2005).

A subjetividade, dessa forma, não pode ser reduzida ao campo psíquico assim como não é uma simples produção subjetiva sobre a realidade concreta ou experiência imediata do sujeito. Mas a subjetividade humana se constitui a partir da produção de sentidos subjetivos que o indivíduo gera na sua relação com os processos históricos e culturais e com as experiências vividas em diferentes contextos de sua vida.

Dáí o reconhecimento do caráter não determinista da subjetividade e, sim, do processo construtivo individual e social, histórico e cultural, “capaz de acompanhar o mundo ambíguo, relativo e contraditório da existência humana (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 74). Partir dessa perspectiva de compreensão da subjetividade permite pensar nas possibilidades de criação de processos subjetivos diversos que, por exemplo, fujam, extrapolem, contraponham-se à estrutura de dominação e subalternização imposta pelo racismo. Isto é, a produção de subjetividades que se originam a partir do racismo, uma vez que este é um processo histórico e cultural, não acontece dissociada do confronto, da contradição, dado o caráter não determinista da subjetividade.

Essa concepção de subjetividade, assim como o da identidade (Hall, 2014, 2015; GONZÁLEZ REY, 2003), apostam na capacidade do indivíduo de se refazer, se autodefinir, se reconstituir no processo dinâmico e contraditório que é a vida.

Dessa forma, para compreender melhor esse sistema complexo que é a subjetividade humana, a partir da teoria cunhada por Fernando González Rey, se faz necessário compreender alguns conceitos que foram elaborados pelo autor com o objetivo de gerar visibilidade dos processos e formas de organizar a subjetividade, quais sejam: sentidos subjetivos e configurações subjetivas; subjetividade social e subjetividade individual; sujeito; - que são consideradas pelo autor como “recursos de inteligibilidade que só ganham significado no curso da pesquisa ou da prática profissional em um campo concreto, por meio das ideias, construções e avanços intelectuais do pesquisador” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 39).

#### *4.1.1. Sentidos Subjetivos e Configurações Subjetivas*

Sentidos subjetivos e Configurações subjetivas são dois conceitos-chaves para compreensão da subjetividade conforme elaborada por Fernando González Rey, bem

como, se constituem importantes ferramentas teóricas no processo de produção da interpretação e construção de conhecimento sobre a subjetividade. Entendo que esses dois conceitos não podem ser pensados de forma separada, estanque, pois fazem parte de um mesmo processo, tanto no que diz respeito à constituição da subjetividade do ser humano quanto no processo de investigação e análise da pesquisa acerca da subjetividade.

Os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas não representam conteúdos substancializados e estáticos, como os conteúdos psicológicos foram historicamente tratados pela psicologia em que apareciam basicamente definidos por comportamentos gerais orientados a rotular e padronizar o diferente, como, por exemplo, autoestima, insegurança, dependência, agressividade e todos os que o leitor conhece da extensa taxonomia descritiva que tem caracterizado a produção do saber psicológico (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 40).

Dessa forma, dado o caráter não determinista da subjetividade, Fernando González Rey define os sentidos subjetivos como sendo a unidade mais elementar, dinâmica e versátil da subjetividade. Para os autores,

Os sentidos subjetivos são unidades simbólico-emocionais, nas quais o simbólico se torna emocional desde sua própria gênese, assim como as emoções vem a ser simbólicas, em um processo que define uma nova qualidade dessa integração, que é precisamente a definição ontológica da subjetividade. Em nossa concepção, os sentidos subjetivos são a unidade mais elementar, dinâmica e versátil da subjetividade. Porém, sua emergência não é uma soma, mas um novo tipo de processo (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 63).

A dinamicidade e versatilidade dos sentidos subjetivos podem ser expressadas pela capacidade que têm de reconfigurar elementos simbólicos/culturais e emocionais de produções subjetivas construídas a partir das experiências de vida do indivíduo.

Os sentidos subjetivos, como apontam os autores, não são nem positivos e nem são negativos. Eles representam uma dimensão do sentir que não se limitam à experiência vivida, mas estão constantemente presentes na organização subjetiva dos indivíduos (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017). A cada nova experiência novos sentidos subjetivos podem ser gerados e/ou reelaborados e estes vão se constituindo e se reconfigurando a partir de dimensões subjetivas anteriores que foram forjadas nas experiências individuais e/ou sociais e que emergem diante de conflitos atuais em que o indivíduo está envolvido.

O sentido subjetivo, portanto, é o “fundamento da definição ontológica da subjetividade dentro da perspectiva cultural-histórica” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ; 2017, p. 47). Essa afirmação reforça a visão não determinista da subjetividade, uma vez que os sentidos que definem como o indivíduo pensa, sente e age diante do mundo são configurados a partir do processamento das experiências vividas histórica e culturalmente.

Passado, presente e futuro organizam-se como uma unidade no movimento das configurações subjetivas, o que faz que a temporalidade, como dimensão de sentido subjetivo, tenha um caráter fortemente imaginário em nossas vidas, fato que a diferencia das temporalidades cronológicas dos tempos vividos (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 63).

Mas se as experiências de um indivíduo podem ser lembradas através da história e da cultura e dessa forma serem integradas às experiências atuais dos indivíduos, gerando sentidos subjetivos sobre o momento passado e também sobre as experiências atuais, esses sentidos podem ser, por vezes, “contraditórios diante de uma configuração subjetiva” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 51). Ou seja, uma configuração subjetiva pode se fazer de sentidos subjetivos contraditórios entre si, uma vez que, o indivíduo pode ser/é atravessado pelo “fluxo de emoções com múltiplas expressões simbólicas” dos vários sentidos subjetivos gerados em outras configurações subjetivas da sua vida. Isto porque a configuração subjetiva não é estática, mas se organiza no confronto dos sentidos subjetivos produzidos na dinamicidade da vida.

Essa dinâmica na produção dos sentidos subjetivos, dada a sua contraditoriedade, também proporciona uma permanente reconstituição de configurações subjetivas. Dessa forma, as configurações subjetivas são processos de auto-organização que surgem no fluxo contínuo dos sentidos subjetivos, que podem ou não ser contraditórios, confusos, definindo o curso de uma experiência de vida e especificando os estados subjetivos dominantes de determinadas situações/experiências (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

Em outras palavras, as configurações subjetivas são a organização dos sentidos subjetivos de forma a reconfigurar esses sentidos. Ou seja, a configuração subjetiva não é a somatória dos sentidos subjetivos, mas é a reorganização destes que, ainda que contraditórios, de alguma forma se articulam e



representam um dos elementos essenciais dos estados afetivos hegemônicos da pessoa no curso de uma experiência. Porém, essa convergência de sentidos que uma configuração origina e que está na base da resistência à mudança em determinado momento, pode se transformar no curso da experiência vivida, à medida que venham à tona novos sentidos subjetivos geradores de mudança. Nesse processo, pode-se alterar a própria configuração subjetiva dominante, o que, em muitos casos, representa um dos processos fundamentais do desenvolvimento subjetivo (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 52-53).

Esses sentidos subjetivos contraditórios, em algum momento, precisam se organizar a fim de que o indivíduo consiga estabelecer um equilíbrio na sua vida. São as configurações subjetivas as responsáveis por essa organização, que “não significa cada coisa em seu lugar, mas um sistema em movimento” (ROSSATO; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2013, p. 290).

Dessa forma, as configurações subjetivas apresentam a mesma dinamicidade e plasticidade dos sentidos subjetivos uma vez que essa organização ou integração de sentidos podem variar de acordo com os contextos sociais, as emoções, a qualidade das experiências vividas e o modo como o indivíduo processa e/ou organiza estas experiências.

O exercício da reflexão - sobre si e o mundo, sobre suas intencionalidades – pessoais e sociais, sobre suas ações, pensamentos e ideias, contribuem para a reconfiguração da subjetividade, ainda que esses processos sejam constituídos por elementos inconscientes uma vez que “a dimensão de sentido dos processos psíquicos é inconsciente” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 226).

Refletir, pensar sobre si de forma crítica, rever posicionamentos, buscar conhecimento e o autoconhecimento, analisar atitudes diante do mundo pode ser desestabilizador, a princípio, pode provocar conflitos entre as configurações subjetivas. No entanto,

as configurações não representam totalidades, mas sistemas em movimento, sensíveis de formas muito diferentes no curso desse movimento. O indivíduo não é ‘vítima’ de sua subjetividade, ele pode tornar-se sujeito dela, o que define um processo ativo de tomada de caminhos e decisões que são fontes geradoras de sentidos subjetivos. Por isso, o emergir do sujeito é parte essencial da mudança de configurações subjetivas, que, até determinado momento, foram hegemônicas no modo de viver uma experiência (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 53).

A produção de sentidos subjetivos sobre o vivido, a partir desse processo de mobilização da consciência pode fazer emergir o sujeito, consciente dos próprios processos subjetivos. A subjetividade se desenvolve em dois níveis, o individual e o social, e uma não está dissociada da outra, no entanto, as produções subjetivas são sempre processos diferenciados e singulares de acordo com as experiências de cada indivíduo, o que permite a cada um construir a sua própria subjetividade, e por consequência, sua personalidade e identidade.

#### *4.1.2. Subjetividade Social e Subjetividade Individual*

A subjetividade se desenvolve na inter-relação ou interação entre o simbólico e o emocional. Também pode se dizer que é um sistema de configurações subjetivas diversas que organiza e agrupa os sentidos subjetivos construídos em contextos e momentos da experiência humana, organizando, dessa forma, a vida psíquica do indivíduo. Isto é,

a subjetividade humana é inseparável do mundo simbólico da cultura dentro do qual ela emerge, mas ela não se reduz nem à linguagem, nem ao texto, nem ao discurso, atravessando todas essas esferas num processo em que essas produções simbólicas socialmente geradas se configuram subjetivamente nos atores sociais e individuais da vida social (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 22).

Essa experiência humana que possibilita o desenvolvimento dos sentidos subjetivos propiciando, assim, a formação da subjetividade, de acordo com os autores, acontece em dois níveis, a subjetividade individual e a subjetividade social, sendo que ambas se constituem no processo histórico-cultural em que o indivíduo está imerso. Ou seja, não se trata de dois sistemas separados, individual e social, mas dimensões distintas de um único sistema, a subjetividade, que se configura de forma singular nos indivíduos e nos grupos sociais.

A subjetividade, nesta proposta teórica, integra-se em dois níveis diferentes, mas que aparecem estreitamente inter-relacionados em suas configurações subjetivas. Referimo-nos a esses dois níveis como subjetividade individual e subjetividade social. Os sentidos subjetivos de cada um desses níveis não se relacionam como se fossem externos entre si, influenciando-se por meio de uma externalidade. Cada nível está intrinsecamente organizado no outro, na especificidade de sua produção singular de sentidos subjetivos (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 63-64).

Esse não é um processo simples, linear, predeterminado, é um processo complexo e que ocorre de forma simultânea, permeando os aspectos sociais e singulares-subjetivos nos vários níveis de desenvolvimento do indivíduo. Fernando González Rey ressalta que não existem “invariantes estruturais que permitam construções universais sobre a natureza humana” (2005, p. 37), portanto, a flexibilidade, a complexidade e a versatilidade são características fundantes da subjetividade que possibilitam aos seres humanos produzir processos culturais que constantemente mudam seus modos de vida, o que, por sua vez, os fazem reconfigurar a subjetividade.

Fernando González Rey (2003) ao definir a categoria subjetividade social visava romper com a ideia existente na psicologia de que a subjetividade é um fenômeno individual. Dessa forma, concebe a subjetividade social como

o sistema integral de configurações subjetivas (grupais e individuais), que se articulam nos diferentes níveis da vida social, implicando-se de forma diferenciada nas diferentes instituições, grupos e formações de uma sociedade concreta. Essas formas tão diferentes expressam complexas relações entre si e com o sistema de determinantes de cada sociedade concreta, aspectos que devem ser integrados e explicados pela psicologia social” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 78).

Portanto, a subjetividade social não se apresenta necessariamente como um macrossistema determinante da constituição da subjetividade de forma universal. O contexto histórico, social e cultural que estabelece condições concretas de vida de formas diferentes para diferentes indivíduos; a estrutura socioeconômica que divide os indivíduos em grupos e classes sociais díspares, estabelecendo dinâmicas de vida completamente opostas entre os membros de tais grupos; as escolhas que conduzem às ações individuais e sociais dos indivíduos pensantes e livres; as formas individuais de processar cada experiência, seja social ou individual, são partes integrantes das configurações subjetivas que conduzem à constituição da subjetividade.

É possível, também, falar em subjetividades sociais, ou seja, para cada espaço/contexto em que o indivíduo está inserido existe uma subjetividade social, por exemplo, subjetividade social da escola, subjetividade social da igreja, subjetividade social da raça, subjetividade social do bairro, dentre tantas outras.

No entanto, é preciso destacar a existência de modelos dominantes da subjetividade social que gera configurações e processos subjetivos também dominantes,

ou seja, “em cada um dos níveis de configuração da subjetividade individual e social”, existem

múltiplas produções subjetivas que se configuram no nível macro da organização social, mas que aparecem em seu caráter singular em cada um desses níveis.

Por intermédio dos discursos, mitos, representações sociais preponderantes, bem como das distintas ideologias, que se expressam nesses processos, e em outras formas de produção social, delimitam-se as produções sociais que definem subjetivamente uma cultura num tempo específico de uma sociedade, como por exemplo, a religião, a raça, o gênero, as construções sobre infância, velhice, saúde, doença etc. (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 64).

Essas construções sociais permeiam a subjetividade social e individual de cada indivíduo de forma dinâmica, isto é, não existe uma universalidade totalizante na produção subjetiva acerca da raça, por exemplo, mas não se pode negar o poder dessas construções sociais nas produções subjetivas dos indivíduos.

Dá a inevitável complexidade da constituição subjetiva, a geração de conflitos, tensões e contradições nas produções subjetivas e que requer uma organização. Portanto, a configuração tem papel fundamental na organização da subjetividade individual que é produzida a partir dos espaços sociais, históricos e culturais dos quais o sujeito faz parte e está imbuído de subjetividades sociais que “antecedem a organização do sujeito psicológico concreto, que aparece em sua ontogenia como um momento de um cenário social constituído no curso de sua própria história” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 205).

O indivíduo antes de se constituir como ‘sujeito psicológico concreto’ encontra uma organização de sistemas de relações sociais estabelecidas a partir de modelos dominantes da subjetividade social. Isto implica dizer que os processos de subjetivação desse indivíduo se constituem dentro desses modelos dominantes, no entanto, esses modelos não são, necessariamente, determinantes na produção de sentidos subjetivos e na configuração da sua subjetividade individual. Os diversos contextos sociais e experiências de vida podem produzir tensões e rupturas que conduzam a produções subjetivas diferentes daquela que permeia a subjetividade dominante.

De acordo com Fernando González Rey, uma das configurações essenciais que organiza a subjetividade individual é a personalidade. Para o autor, a personalidade funciona como um sistema auto-organizador da experiência histórica do sujeito concreto e não como um sistema intrapsíquico de unidades invariáveis.

Na personalidade aparecem organizadas subjetivamente todas as experiências do sujeito em um sistema em que os sentidos subjetivos produzidos por uma experiência passam a ser elementos constituintes de outras, dando lugar a cadeias complexas de configurações que aparecem no sentido subjetivo produzido a cada experiência concreta do sujeito (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 256).

Portanto, a personalidade não é uma unidade intrapsíquica inata, mas um sistema que se forja no curso da ação. Ou seja, um determinado comportamento humano não pode ser justificado com base em “alguma entidade psicológica *a priori*, definida na personalidade do homem ou da mulher, ou pelo evento em si mesmo” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 40) porque o comportamento se orienta por sentidos subjetivos que estão vinculados a outros processos subjetivos construídos em diferentes contextos e experiências da vida do indivíduo.

Dessa forma, a personalidade, para o autor, funciona como um sistema constitutivo da subjetividade individual, em que nela está integrado os vários sentidos subjetivos que constituem as diferentes configurações subjetivas da vida do indivíduo, sejam elas no nível individual ou social.

Na personalidade se constituem subjetivamente os aspectos essenciais da subjetividade social que afetam o sujeito em relação com uma ou várias das condições sociais dentro das quais tem lugar sua vida concreta, como pode ser sua condição de raça, gênio, aspecto físico, saúde, etc., mas simultaneamente é por meio da personalidade que o sujeito tem opções e recursos para se opor e criar espaços subjetivos alternativos àqueles que o constituem em sua própria subjetividade, o que representa uma das contradições mais fortes da condição existencial e subjetiva do sujeito (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 261).

A identidade, como vimos na seção anterior, se constitui, para o autor, como um desses sentidos subjetivos que integram o sistema da personalidade e conseqüentemente da organização da subjetividade individual, assim como sentidos subjetivos de autoestima, segurança, dentre outros. É a subjetividade individual que faz de cada indivíduo um ser único, singular.

Existe ainda um outro momento essencial da constituição da subjetividade individual “que define com força a natureza processual [...] da organização histórica da subjetividade” que é representado pelo sujeito. Portanto, dada a importância que o sujeito tem no processo de desenvolvimento da sua própria subjetividade, vamos à próxima subseção.

### 4.1.3. *Sujeito*

Fernando González Rey parte do pressuposto de que toda ação do indivíduo é sempre produzida socialmente, e por isso, supera a concepção determinista da personalidade, pois a compreende como um sistema implicado no curso da ação e não como determinante dela, como já vimos.

Todo indivíduo é um ser histórico, social, cultural que nas suas experiências e vivências vai se constituindo, formando a subjetividade a partir da construção de novos sentidos subjetivos e da reconstrução das configurações subjetivas. No entanto, para o autor, a condição de sujeito implica na abertura de vias próprias de subjetivação, e dessa forma, nem todo indivíduo é sujeito, e, nem todo sujeito age como tal em todas as experiências de sua vida.

O indivíduo assume a condição de sujeito quando aciona a sua capacidade de pensar e se posicionar diante dos acontecimentos, mobilizando, por exemplo, a consciência e exercendo a capacidade crítica de fazer escolhas políticas, filosóficas, morais, religiosas, exercer controle sobre as próprias ações. E, esse processo consciente acaba por gerar novos processos de subjetivação que modificam as configurações subjetivas e gera desenvolvimento subjetivo.

Um elemento fundamental para a emergência desse sujeito é o diálogo. O sujeito, enquanto ser social, se constrói e reconstrói na interação com o outro, e as relações sociais e interpessoais são permeadas pelas contradições e tensionamentos, e o diálogo é fundamental nesse processo, pois pode abrir novas vias de reflexividade, provocando no indivíduo novas formas de pensar, agir e se colocar no mundo.

O sujeito é um sujeito de pensamento e linguagem, portanto, afirma Fernando González Rey (2003), são por esses processos que o sujeito se compromete com os outros dentro dos espaços sociais em que atua. O sujeito enquanto ser social, que pensa e fala, assume uma responsabilidade que extrapola o campo do pessoal, uma vez que nenhum ser humano é capaz de viver isolado.

Considerando o fato de que somos seres sociais, que vivemos em uma sociedade e que precisamos nos submeter a uma organização grupal que estabelece regras, algumas estabelecidas por leis outras estabelecidas culturalmente, cada indivíduo carrega consigo uma carga de responsabilidade para com o social sobre aquilo que pensa e verbaliza. O sujeito tanto transforma os seus processos de subjetivação quanto mobiliza mudanças na subjetividade social.

A concepção de sujeito dentro da Teoria da Subjetividade não está vinculada à positividade, sucesso ou a determinado posicionamento moral, mas à capacidade que o indivíduo tem de se posicionar diante das circunstâncias da vida, de estabelecer objetivos e metas, de desenvolver consciência crítica acerca da sua realidade social e individual.

#### 4.2. EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA

Nesse estudo, o campo do saber ao qual pretendo abrir outras possibilidades de análises, outras inteligibilidades é a que articula a subjetividade em relação ao racismo, ou melhor dizendo, os efeitos e implicações que o racismo provoca no processo de constituição da subjetividade. A desigualdade social, econômica e política, a violência, a subalternização, a inferiorização, a estereotipização provocadas pelo racismo atua de que forma no processo de desenvolvimento da nossa subjetividade? Quais sentidos e configurações podemos gerar a partir dessas experiências? Qual a configuração subjetiva do racismo?

Entendo que essa pode não ser uma tarefa fácil uma vez que o racismo é estrutural e estruturante na sociedade brasileira e está ‘naturalizado’ na subjetividade social dominante. O enfrentamento ao racismo exige de nós que enfrentemos questões como o silenciamento em torno do tema, o mito da democracia racial, o discurso insistente em favor da meritocracia, dentre tantos outros. Aprender os sentidos subjetivos e/ou configurações subjetivas de jovens acerca do racismo e tentar compreender as implicações no processo de desenvolvimento destes se faz uma questão urgente, dadas as negações de direitos fundamentais, a alta exposição à violência e o genocídio, em curso, da juventude.

Acredito que a formulação teórica de Fernando González Rey pode nos auxiliar a compreender um objeto de estudo tão complexo quanto este, exatamente porque a concepção de subjetividade definida pelo autor leva em consideração a complexidade da mente humana que se forma na inter-relação entre as pessoas e os espaços sociais em que estes estão inseridos, dentro do contexto histórico, econômico, político, cultural, emocional e a partir das condições concretas de vida de cada indivíduo.

A epistemologia qualitativa, formulada pelo autor para a produção de conhecimento científico sobre a subjetividade, assume “em todas as suas consequências, o caráter histórico-cultural de seu objeto e do conhecimento como construção humana” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 27). Dessa forma, a pesquisa requer comprometimento de

todos os envolvidos e uma profunda implicação do pesquisador com o desenvolvimento da pesquisa, não existindo espaço para a neutralidade, pesquisador e pesquisados são possuidores de subjetividades e nessa interação, ambos são produtores de conhecimento, e nesse processo, há espaço para a reconstituição da própria subjetividade.

A epistemologia qualitativa visa transpor as epistemologias tradicionais que inviabilizam, de acordo com o autor, o desenvolvimento de formas alternativas de produção do conhecimento que impedem que o pesquisador tenha acesso a novas “zonas de sentido” sobre um assunto estudado. O autor define essas zonas de sentido como os “espaços de inteligibilidade que se produzem na pesquisa científica e não esgotam a questão que significam, senão que, pelo contrário, abrem a possibilidade de seguir aprofundando um campo de construção teórica” (GONZÁLEZ REY, 2005b, p. 6).

O caráter construtivo interpretativo da pesquisa fica em evidência, uma vez que é o processo criativo do pesquisador que vai possibilitar a expansão do conhecimento ao mesmo tempo que vai evidenciar o caráter de incompletude de toda pesquisa.

Fernando González Rey (2005a; 2017) apresenta três princípios da epistemologia qualitativa que são importantes no desenvolvimento da metodologia da pesquisa construtivo-interpretativa. Esses princípios foram se aprimorando ao longo do seu processo de estudos e amadurecimento da proposta teórica. De forma que aparece uma variação entre um trabalho e outro, mas que reflete o aprimoramento de tais princípios.

No primeiro princípio, o autor defende que o sujeito adquire valor de categoria epistemológica no processo de produção do conhecimento, assim como a singularidade, pois a unicidade nos possibilita qualificar a informação, que pode originar-se das “múltiplas expressões do participante da pesquisa, sejam elas formais ou informais, [pois] são significativas para a construção do conhecimento, assim como a importância do engajamento dele na pesquisa como condição da qualidade da informação que expressa” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 29)

A singularidade aparece como nível legítimo da produção do conhecimento, pois “na pesquisa da subjetividade adquire importante significação qualitativa, que impede de identificá-la com o conceito de *individualidade*. A singularidade se constitui como realidade diferenciada na história da constituição subjetiva do sujeito” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 35).

Nesse sentido, o conhecimento científico será legitimado pela qualidade da expressão do sujeito da investigação e não pela quantidade de sujeitos. O número de



sujeitos a serem estudados deverá ser definido pelas necessidades surgidas no decorrer do processo de desenvolvimento da pesquisa para a produção do conhecimento.

Ao assumir essa perspectiva é que se fez a opção pelo estudo de caso com uma jovem estudante de ensino médio, negra e periférica, aqui identificada como Bia, apostando que essa singularidade possibilitaria a compreensão dos efeitos do racismo na subjetividade, uma vez que permitiu aprofundar o diálogo e reflexões em torno das experiências de vida da sujeita pesquisada, bem como a maneira como esta foi criando produções subjetivas em torno do racismo.

O diálogo aberto nesse tipo de pesquisa é fundamental para superação da mera descrição de fatos e promoção de reflexões que expressem pensamentos, ideias, emoções e espaços para criação de novas produções subjetivas.

Dessa forma, com base no diálogo aberto e profícuo, chegamos no segundo princípio, o caráter construtivo-interpretativo do processo de produção do conhecimento sobre a subjetividade, em que o autor defende que as relações pesquisador-pesquisado são *sine qua non* na produção do conhecimento e constitui-se uma condição do processo de estudo dos fenômenos humanos.

É no processo de comunicação entre os envolvidos que se desenvolve o melhor cenário da pesquisa, pois no cotidiano e na informalidade das relações entre pesquisador-pesquisado e entre os sujeitos pesquisados entre si que surgem as informações mais relevantes e importantes para a produção teórica (GONZÁLEZ REY, 2005).

Só quando o pesquisador estabelecer esse nível de diálogo é que conseguirá construir uma análise acerca das produções subjetivas do pesquisado, uma vez que a subjetividade não aparece diretamente nas expressões humanas. A interpretação deve abarcar todos os momentos da empiria, todas as manifestações dos sujeitos da pesquisa tendo a teoria como um instrumento de ampliação da análise interpretativa. Entretanto, a teoria não deve servir para estabelecer um conjunto de categorias que irão dar conta do processo de análise, uma vez que é impossível prever quais serão as categorias que irão surgir do momento de interação entre pesquisador - sujeito pesquisado.

No terceiro princípio, a pesquisa se apresenta como processo de comunicação dialógica. Esse princípio rompe sistematicamente com a ideia de que o pesquisador deve manter a neutralidade ou imparcialidade diante do objeto pesquisado. Ao contrário, pressupõe que no processo de construção teórica a comunicação deve primar pela dialogicidade, ou seja, uma interlocução aberta, construtiva e respeitosa entre pesquisador

e pesquisado, em que, como diz Paulo Freire (1999, p. 117), “os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro”.

A comunicação dialógica torna-se essencial na pesquisa, uma vez que, os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas não estão dadas a priori, os processos subjetivos dos sujeitos pesquisados “precisam ser construídos na pesquisa e são legitimados por informações que não aparecem de forma direta nas expressões dos participantes, mas que são essenciais para se gerarem novas inteligibilidades teóricas sobre o problema estudado” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 39).

A epistemologia qualitativa, a partir desses três princípios, conduz a diferentes formas de produção de conhecimento, e, o percurso metodológico pode apresentar-se como um desafio no desenvolvimento da pesquisa. É preciso perspicácia para desenvolver uma metodologia que dê conta do objeto de estudo, adequando-a à área do conhecimento e ao objeto, de forma que os instrumentos deem conta da aplicabilidade da epistemologia qualitativa.

#### 4.3. METODOLOGIA CONSTRUTIVO-INTERPRETATIVA

Fernando González Rey ao dizer que a pesquisa é um processo construtivo-interpretativo a caracteriza como um processo de criação, em que o pesquisador “se torna sujeito do processo de pesquisa, dentro do qual se apaixona, o que é condição essencial para a produção de ideias” (GONZÁLEZ REY, MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 38-39). Ou seja, afirma a criatividade como condição essencial para a definição e formulação de procedimentos, instrumentos, escolha de participantes, formulação de indicadores, hipóteses, enfim, de ideias que conduzam o caminho até a construção do conhecimento acerca do objeto investigado.

A partir da formulação de Fernando González Rey, Maristela Rossato e Albertina Mitjás Martínez (2018, p. 188), afirmam que a metodologia construtivo-interpretativa

é um processo complexo e dinâmico de produção do conhecimento que envolve ativamente os participantes, incluindo o pesquisador e, embora o caráter construtivo e o caráter interpretativo sejam parte de um mesmo processo, em que um orienta e complementa o outro, possuem particularidades que merecem atenção especial (González Rey, 2015). O processo interpretativo é sempre a produção de um novo significado sobre informações e eventos que, em seu relacionamento, não tem significados a priori. A interpretação das informações ocorre ao longo

de toda a pesquisa e vai alimentando novas construções no processo. Cada pesquisador constrói e reconstrói o problema de pesquisa tecido pelas suas vivências e concepções sociais, históricas, culturais e, principalmente, epistemológicas, que é o que possibilita reconhecer a existência de um problema de pesquisa. O caráter construtivo desafia a capacidade do pesquisador, tendo como referência sua base teórica, de produzir inteligibilidades em torno das informações geradas ao longo da pesquisa.

A metodologia ou “pesquisa construtivo-interpretativa define a ação de pesquisa como simultaneamente teórica e dialógica” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 87), o que implica num processo constante de construção e interpretação do conhecimento que se vai produzindo ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Não há espaços para momentos estanques entre coleta de dados e análise de dados, esses processos devem ser simultâneos, pois é o momento do campo que vai propiciar o desenvolvimento da criatividade do pesquisador para assim criar instrumentos adequados ao seu objeto de estudo.

Na metodologia construtivo-interpretativa uma das principais características a serem observadas é o processo dialógico, imprescindível durante todo o desenvolvimento da pesquisa. Portanto, os autores consideram que a empiria não pode ser vista de forma estanque da teoria, mas um processo em que se complementam, à medida em que as informações coletadas são geradas no processo comunicativo contínuo entre os sujeitos da pesquisa durante o trabalho de campo.

A dialogicidade implica na compreensão dos indivíduos da pesquisa como “agentes ativos em diálogo”, processo que abre caminho para a reflexividade e “favorece o amadurecimento de expressões subjetivamente configuradas por diferentes experiências de vida, as quais vão aparecendo no curso conversacional do trabalho investigativo (GONZÁLEZ REY, MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 88).

O estudo da subjetividade exige que os participantes estejam efetivamente envolvidos com a pesquisa e se conectem com o tema em estudo, permitindo o surgimento das emoções e que estas conduzam os sujeitos a um processo de reflexão e análise não apenas sobre o tema proposto, mas sobre si próprio. Ao pesquisador cabe a responsabilidade e criatividade de extrapolar a formulação pergunta-resposta para obtenção de informações. O pesquisador deve buscar uma verdadeira incursão pelos processos de construção da subjetividade do sujeito, que pode ser expressada tanto pela fala e pela escrita, desde que representem processos de reflexão e posicionamentos,

quanto por expressões não faladas, como a linguagem corporal, em que gestos e/ou silêncios podem e dizem muito sobre o sujeito.

#### *4.3.1. Modelo teórico epistemológico*

O modelo teórico é o que permite ao pesquisador tecer “conjecturas, hipóteses e opções de trabalho com o outro, afastando-se de qualquer imposição de um artifício teórico a uma dinâmica singular” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 61). O estudo da subjetividade de um indivíduo deve ser um processo único, pois cada pessoa é singular, e por isso mesmo não é possível partir de generalidades ou de construções teóricas gerais, externas ao indivíduo, para chegar no interno. Ou seja, é através do diálogo entre pesquisador e participante, a partir daquilo que vai sendo externalizado pelo indivíduo, suas complexidades singulares, que o modelo teórico vai se formando.

Esse modelo teórico expressa as ideias e construções do pesquisador que surgem no trabalho de campo e sobre as quais o pesquisador se orienta para participar ativamente no decorrer do próprio trabalho de campo e das novas construções que irá desenvolvendo nesse processo. O modelo teórico é um processo vivo que vai demandando aprofundamentos, o emprego de novos instrumentos de pesquisa e a implementação de giros no transcurso do diálogo dentro do qual todo o trabalho de campo vai se organizando (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 90).

O modelo teórico vai sendo produzido pelo pesquisador durante o desenvolvimento da pesquisa, que vai entrelaçando trabalho de campo e estudo da teoria para simultaneamente ir construindo conhecimento. Na busca por compreender o problema de pesquisa e objetivos de pesquisa, vai implementando instrumentos que possibilitem uma maior interação e melhor compreensão da singularidade do indivíduo pesquisado. É um processo dinâmico de formulação de hipóteses e indicadores, que vão se confirmando, ou não, no decorrer da pesquisa.

As hipóteses, dentro dessa proposta de pesquisa, são, caminhos nos quais o modelo teórico vai ganhando capacidade explicativa. Já os indicadores são “construções do pesquisador que se apoiam em múltiplos aspectos qualitativos da expressão dos participantes” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 110). Isto é, os indicadores são as interpretações do pesquisador sobre as informações e eventos

coletados/observados durante a pesquisa que não aparecem diretamente na fala dos sujeitos pesquisados.

Os indicadores, portanto, são interpretações que somente o pesquisador poderá tecer acerca do objeto estudado a partir de toda a produção ao longo da pesquisa, que extrapola, mas não exclui, a informação gerada por meio dos instrumentos de pesquisa. São interpretações sobre “as emoções, os silêncios, a excessiva ênfase sobre algo em detrimento de outros aspectos possíveis no relato, a relação entre esses aspectos, assim como podem surgir também como indicadores olhares, posturas, comportamentos” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 110).

Os indicadores sempre remetem a outros indicadores, que remeterão às hipóteses. É assim que o modelo teórico emerge e avança no decorrer da pesquisa, com a produção de novas ideias, novas interpretações, novos instrumentos, novas teorias.

A coerência das hipóteses desenvolvidas no curso da pesquisa, com os indicadores que as acompanham e as construções teóricas do pesquisador que as integra e as transcende, é o aspecto central da legitimidade do conhecimento produzido por esta via, o que representa um critério de rigor que combina consistência e criatividade no aporte teórico a um campo do saber (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 112).

O modelo teórico que construímos ao longo da pesquisa é que nos levará à configuração subjetiva do racismo. A relação entre todos os elementos utilizados no desenvolvimento da pesquisa: a teoria; a relação dialógica entre pesquisador-pesquisado; a produção de indicadores e hipóteses; a criatividade e a singularidade na formulação e uso dos instrumentos propicia a construção da configuração subjetiva como um “recurso de compreensão de um problema de pesquisa [que] representa uma generalização teórica, que serve de base a outros estudos sobre o mesmo problema, mas em condição e recurso heurístico para orientar a construção, que não se apoia no critério da replicação” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 113).

A pesquisa com a subjetividade se distancia da pesquisa descritivo-instrumental, não pode ser replicada tal qual, ainda que o objeto de estudo seja o mesmo, pois cada indivíduo é singular e, portanto, gera sentidos subjetivos também singulares. Por isso que cada pesquisa deve ser única, mas seguindo princípios norteadores que orientam o processo, como por exemplo, a criação do cenário social da pesquisa, que deve ser encarado como um

espaço social organizado pelas relações dialógicas entre os participantes [...] o cenário social de pesquisa representa parte essencial do próprio processo de pesquisa, pois é uma importante etapa para o desenvolvimento do tecido relacional que permitirá o caráter dialógico da pesquisa. O diálogo não é algo dado, ele é produzido desde os primórdios da pesquisa, pelo que representa na curiosidade e no interesse dos participantes (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 91).

O cenário social da pesquisa é o processo de imersão do pesquisador no espaço/ambiente em que a pesquisa vai transcorrer, bem como, a relação que este estabelece junto aos indivíduos pesquisados. No processo de pesquisa, o pesquisador deverá participar ativamente das atividades desenvolvidas na instituição, e, estabelecer/desenvolver vínculos afetivos, simpatias, curiosidades que geram comunicações que extrapolam os momentos ‘oficiais’ da pesquisa, como a comunicação no tempo livre e informal (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

Partindo desse pressuposto, passo a apresentar o processo de construção do cenário social da pesquisa, percurso que conduziu à escolha de Bia para o estudo de caso analisado nessa pesquisa.

#### *4.3.2. Construindo o Cenário Social da pesquisa e adentrando no Contexto Sócio-espacial de Belém*

Por essa pesquisa estar vinculada ao GEPJUV, optei por trabalhar com jovens da Escola Estadual de Ensino Médio Gov. Alexandre Zacharias de Assumpção, situada no bairro do Guamá, cidade de Belém-Pa, instituição que já vem sendo contexto de estudo do grupo há algum tempo, o que facilitou o processo de aproximação e inserção no ambiente a ser pesquisado. Dessa forma, a inserção no espaço se deu de forma coletiva por um grupo de pesquisadores do GEPJUV que compartilham de um objetivo comum que é o desenvolvimento da pesquisa do grupo, ao mesmo tempo que cada um focaliza a sua pesquisa individual, seja para o desenvolvimento de relatório para a iniciação científica, seja para elaboração de dissertação de mestrado ou para a elaboração de tese do doutorado.

Antes de adentrar na escola, entendo que situar, ainda que brevemente, o contexto sócio-espacial em que essa pesquisa foi desenvolvida nos ajuda na compreensão dos processos de constituição subjetiva dos sujeitos pesquisados, uma vez que a subjetividade

se constitui dentro das condições sociais, econômicas, culturais e históricas em que o indivíduo está inserido.

A capital paraense, cidade de Belém, foi fundada em 1616 e é de muitos sabores e cheiros, cheiros que variam ao longo do dia, ao longo do ano. Cheiros que fazem parte de Belém e que estão diretamente vinculados à origem de seus habitantes: europeus, indígenas e africanos (COELHO, 2011). No entanto, no livro “A fundação de Belém”, Mauro Coelho (2011) enfatiza que a cidade contou com a participação efetiva de três grupos de personagens em sua fundação, quais sejam, o europeu, o indígena e o missionário, descartando a presença do negro nesse momento.

Embora as pesquisas sobre a presença do negro na região amazônica ainda sejam escassas, essa afirmação de Mauro Coelho deixa interrogações que precisam ser averiguadas historicamente, uma vez que outros pesquisadores, como Vicente Salles, apontam para a presença do africano na região e no município de Belém, em período muito próximo da sua fundação, contribuindo com a desmistificação da ausência do negro na Amazônia, nos ajudando a ver uma ‘Amazônia Negra’.

Em 1637, duas décadas após a fundação de Belém, entre os seus duzentos moradores havia “muitos escravos”. Os portugueses queriam dominar os indígenas e reduzi-los à escravidão; os jesuítas também pretendiam-nos para si, “impondo-lhes um jugo brando, segregando-os, até onde possível, dos europeus”, certos de que o convívio com os brancos os *corrompiam*, a exemplo do que ocorria no Paraguai (SALLES, 2005, p. 26).

A substituição da mão de obra escrava indígena pela mão de obra escrava africana não tardou a acontecer, uma vez que para os europeus “a raça nativa era fraca” (SALLES, 2005, p. 27) e a experiência vivenciada no Brasil em que o negro substituiu o braço indígena era tida como vantajosa.

Vicente Salles, em “O Negro no Pará sob o regime da escravidão” (2005), aponta para o fato de que em 1787, o Mapa da população da Freguesia da Sé da Capitania do Pará, indicava que na “freguesia da Sé, a parte mais antiga e mais populosa da cidade de Belém, com 5.276 habitantes, possuía mais de 50% de moradores escravos, exatos 2.733 indivíduos” (p. 95).

No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que esse número pode não representar o real, ou apresentar dados falhos e contraditórios, uma vez que havia deliberadamente o propósito por parte dos “senhores de ocultar, pelo menos, a metade dos escravos possuídos” (SALLES, 2005, p. 97) com o intuito de sonegar os impostos

devidos. Para além da objetificação do negro escravizado, tratado como uma peça, um bem, uma riqueza sobre a qual deveria ser imputado um imposto, o negro era sumariamente apagado da história.

Esse apagamento, silenciamento do negro se reflete até os dias de hoje nos registros da presença e da história do negro na Amazônia, no estado do Pará, na cidade de Belém. A contribuição do negro na economia, na cultura, na personalidade e na história da região é pouco estudada, contada e valorizada. Mas sabe-se que esta presença foi e é significativa e marcante na história da Amazônia paraense, assim o é que, a grande maioria da população do estado, atualmente, se classifica como parda, possivelmente reflexo do processo de branqueamento e da negação da raça.

O Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal (2014) apresenta alguns dados relativos ao ano de 2010 para a cidade de Belém que reafirmam as desigualdades provenientes do sistema racista que estrutura a nossa sociedade. Alguns dados são tão alarmantes e díspares que nos fazem estarrecer diante da realidade: o IDHM Renda - Renda per capita é de 0,713 para negros e 0,822 para brancos, o que representa em valores reais, respectivamente, R\$ 677,61 e R\$ 1.328,53; o percentual de extremamente pobres do município é de 4,08 para pessoas negras e 2,09 para pessoas brancas, ou seja, o número de pessoas negras extremamente pobres é o dobro da quantidade de pessoas brancas nas mesmas condições.

Em relação à escolaridade, enquanto a taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais entre pessoas negras é de 3,73, entre pessoas brancas é de 2,46. Já no outro extremo, entre as pessoas que completaram o ensino superior, a taxa para pessoas negras é de 11,09 contra 22,82 para pessoas brancas. E como já dissemos, esse é um dado, no Brasil, que está diretamente vinculado ao direito à vida e à morte.

O Relatório de pesquisa da Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil, Ipea, 2016, aponta que

A RM de Belém, ainda, é a RM brasileira com a maior incidência de domicílios situados em locais precários, nos chamados aglomerados subnormais (IBGE, 2010), áreas favelizadas das metrópoles e de cidades médias e pequenas. Em um contexto de pobreza e deficiência de infraestrutura, a administração pública apresenta frágeis definições quanto à questão metropolitana (IPEA, 2016, p.7).



Waldir Abreu (2010), em sua tese de doutorado, já apontava os sérios problemas sociais que a RMB<sup>24</sup> apresenta, em função do seu processo de urbanização, que diferente de outras metrópoles brasileiras cuja população aglomerou-se em função do desenvolvimento industrial, “obedeceu ao modelo imposto à região amazônica através da implantação de uma economia de enclaves instalados por grandes projetos [...], aliados a um processo de concentração fundiária e a consequente expulsão do homem do campo” (ABREU, 2010, p. 66).

Para além da população do município de Belém, que na sua maioria reside na região urbana, a situação de precariedade se agrava em função da estrutura precária nos demais municípios que compõem a RMB, fazendo com que a população se desloque para a capital à procura de atendimento das demandas sociais.

Waldir Abreu também apresenta o grave e triste cenário em que se encontram as periferias do município de Belém,

Em decorrência, sua periferia está composta por grandes aglomerados humanos, com precária infraestrutura básica, onde proliferam todas as formas de violência, dentre as quais, o desemprego, o analfabetismo, a mortalidade infantil, a violência urbana, a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, o trabalho infantil, a violência doméstica e um grande número de meninos de rua, entre outras (ABREU, 2010, p. 67).

Essa, infelizmente, é a realidade do bairro do Guamá, considerado o mais populoso da cidade de Belém, de acordo com o Censo 2010, e a maioria de sua população é de classe baixa ou média baixa.

De acordo com Lúcia Isabel Silva (2014, p. 90)

O bairro repete a realidade dos bairros de baixada (áreas mais baixas, às vezes alagadas, onde se concentra a população mais pobre) em contraposição às áreas mais centrais e elevadas reservadas à população mais rica.

Esse fenômeno reflete a segregação socioespacial da cidade, agravado recentemente com o vertiginoso processo de verticalização, com o aumento acelerado da construção de prédios de altíssimo padrão, o que contribui ainda mais para a exclusão da população mais pobre para áreas mais distantes ou, ainda que próximas ao centro, bastante desvalorizadas.

---

<sup>24</sup> A RMB é composta por sete municípios, Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará e Castanhal, e de acordo com a estimativa do IBGE agrupa um montante de 2.505.242 habitantes, sendo a segunda região metropolitana mais populosa da Região Norte do Brasil. Desse montante, 1.485.732 habitantes residem no município de Belém, o que representa em termos percentuais 58,2% da população da RMB, que tem uma extensão territorial de 3.565,8 km<sup>2</sup>.

A segregação sócio-espacial citada pela autora nos bairros da periferia de Belém, em especial do Guamá<sup>25</sup>, reflete a formação histórica de Belém que com as epidemias do século XIX, como a lepra, febre amarela, cólera, fizeram seus governantes implementarem “políticas de embelezamento e limpeza das áreas centrais da cidade” (MIRANDA et al., 2015, p. 530) instalando instituições hospitalares, como o Hospital dos Lázaros do Tucunduba e o Hospital Domingos Freire, atual Hospital Universitário João de Barros Barreto, que se destinavam, respectivamente, ao isolamento de leprosários e tuberculosos.

O Hospital dos Lázaros foi desativado em 1938 após a expansão da cidade e a povoação do bairro do Guamá. Em contrapartida, o Hospital Barros Barreto, ainda carrega consigo “o estigma de ser contagioso e perigoso devido à relação do hospital com a tuberculose e outras doenças estigmatizadas, como HIV/AIDS, cólera, meningite, entre outras” (MIRANDA et al, 2013, p. 334).

O historiador Márcio Henrique demonstra que a maioria dos segregados no Hospital dos Lázaros eram escravos, que ao serem acometidos pela lepra eram abandonados pelos senhores de escravos, recolhidos ao leprosário, para a limpeza e embelezamento da cidade, e assim submetidos a péssimas condições de vida.

Se os escravos constituíam maioria nos leprosários, isso não significa que fossem naturalmente mais propícios à doença. Sobre eles a política de segregação costumava ser mais radical ou violenta, enquanto os membros das ‘melhores famílias’ contavam com rede de sociabilidade que os livrava do confinamento (HENRIQUE, 2012, p. 158).

A situação de maus tratos e segregação a que os lazarentos eram submetidos os faziam sair do confinamento e circular pela cidade, muitas vezes negociando roupas e alimentos que recebiam como doação no hospital e estabelecendo contato com a população da cidade.

Para além das instituições de isolamento que foram construídas nessa área, propiciando o processo de expansão territorial da cidade de Belém, o estudo de José do Espírito S. D. Junior (2009) aponta para dois momentos importantes na ocupação do bairro do Guamá, o primeiro, no início do século XX, a partir da expansão do bairro de

---

<sup>25</sup> Outros bairros periféricos da cidade de Belém, como Cremação originou-se depois da construção do forno crematório de lixo e animais mortos, localizado na atual avenida 9 de Janeiro com a rua Fernando Guilhon. Já o Maguari, a partir da instalação do Matadouro do Maguari, destinado a garantir a salubridade nas ruas da cidade e dos gêneros alimentícios ingeridos pela população (MIRANDA et al, 2015)

São Braz, que abrigava migrantes nordestinos que chegavam a Belém atraídos pela economia da borracha; o segundo, na década de 1950, com a população proveniente do Rio Guamá.

Dessa forma, o bairro do Guamá foi se constituindo e tornou-se o mais populoso da cidade, mas também é apontado como um dos mais violentos, servindo de cenário de constantes chacinas e sofrendo com a atuação das milícias. De acordo com o promotor militar de Belém, Armando Brasil, a disputa por território entre milícias e facções tem causado centenas de mortes na capital paraense. E muitas vezes, “as vítimas são pessoas comuns sem passagem pela polícia” (MACHADO, 2018, BBC News Brasil).

Ainda de acordo com o promotor, a omissão do Estado na condução da segurança pública propiciou para que as milícias e grupos de traficantes se instalassem nos bairros periféricos da cidade, como o Guamá, disputando pontos de vendas de drogas e impondo serviços aos moradores como “segurança” e venda de gás. Nas falas do promotor Armando Brasil

As milícias ganharam poder em razão dessa ausência do Estado nos bairros mais pobres. Se o Estado não ocupa os espaços públicos da forma de vida, se não oferece segurança para a população, se não faz policiamento em áreas com muitos roubos, os milicianos passam a oferecer esses serviços.

Um bairro sem polícia, com roubos e traficantes, passa a ser ocupado por milicianos que oferecem segurança. A lógica é essa (MACHADO, 2018, BBC News Brasil).

Dessa forma, os moradores dos bairros periféricos da capital vivem assombrados com a existência/presença de um carro prata que quando aparece deixa um lastro de violência e vítimas fatais, para além das marcas que afetam diretamente a vida das pessoas como a sensação de insegurança, de impunidade, de medo, de revolta, de incapacidade e inferioridade. Marcas essas que acredito afetar diretamente a constituição das subjetividades desses indivíduos que vivem imersos nesse cenário de criminalidade e violência.

Entretanto, apesar desse cenário, com a falta de infraestrutura, de saneamento básico, alto índice de violência e ausência de investimentos por parte do poder público, o bairro, com seus mais de 120 mil habitantes, subverte e produz resistências à necropolítica (MBEMBE, 2019), como aponta Lúcia Isabel Silva (2014, p. 91).

O bairro também conta com um movimento social bastante ativo, com várias organizações não governamentais e articulações em rede, como

é o caso do projeto aqui referido<sup>26</sup>, cujo pressuposto básico é fortalecer os processos de organização coletiva para enfrentar o que eles entendem como “descaso do poder público para com o bairro”, que tem nas situações de violência um dos reflexos mais significativos (SILVA, 2014, p. 91).

Havia uma solidariedade coletiva entre os primeiros moradores, é o que o afirma José do Espírito S. D. Junior, marcada por uma sociabilidade e organização mútua entre os migrantes que aí se estabeleceram e ainda hoje é possível ser identificada entre os moradores do bairro, que faz desse espaço

um universo cultural muito rico, um bairro de bastante movimento, com uma sementeira humana que desabrocha todos os dias nas ruas, nas feiras, nas escolas, indo e vindo para o trabalho, se articulando de diversas formas, participando de eventos lúdicos e festas religiosas. Enfim, um espaço específico da urbe, que guarda algumas características que lhe dão singularidade, determinando o nível de identificação de seus moradores com o espaço (2009, p. 38).

Foi esse espírito de organização solidária e sociabilidade que existe entre os moradores do bairro que mobilizou a comunidade local, por meio das associações de moradores e centros comunitários, a exigir do governo a instalação de uma escola de ensino médio, antigo 2º grau, para atender à população jovem do bairro.

A EEEM. Governador Alexandre Zacharias de Assumpção foi construída no ano de 1985 e começou a funcionar no ano de 1986. A escola atende, aproximadamente, 1.800 (Hum mil e oitocentos) alunos, em três turnos: matutino, vespertino e noturno. É classificada como de médio porte e atua somente com o ensino médio, mas nem sempre foi assim.

A escola, quando da sua construção/implantação, era considerada de pequeno porte e atendeu ao ensino fundamental, antigo 1º grau. Com o passar dos anos e com a luta da comunidade, ela foi se ampliando e transformando-se numa escola específica para o atendimento do ensino médio e uma outra escola, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Barão de Igarapé Miri, foi construída ao lado, no ano de 2005, para atendimento do ensino fundamental.

---

<sup>26</sup> A autora refere-se ao Projeto Guaerê, formado pelas organizações: Associações de Pais e educadores Moaraná; Espaço Cultural Nossa Biblioteca; Centro de Práticas em Educação Popular (CEPEPO) e Associação de Moradores Sebastião Mearin.

Imagem 1. EEEM. Gov. Alexandre Zacharias de Assumpção



Fonte: Própria Autora.

A escola hoje possui 16 (dezesseis) salas de aula e uma estrutura de espaços administrativos e pedagógicos que atendem minimamente as necessidades da escola. Entretanto, ao longo de várias gestões e com o apoio da comunidade, conforme fica destacado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, todos os espaços foram sendo conquistados e remanejados de acordo com a necessidade da escola e por meio de muita luta (PPP, 2014). Portanto, a escola conta com espaços como Laboratório de Informática, Laboratório Multidisciplinar, Sala de Atendimento Educacional Especializado, Biblioteca, Auditório, Sala de Professores, para além dos espaços administrativos como diretoria, secretaria, sala de arquivo, etc.

Apesar de a escola contar com um bom espaço físico, se faz necessário destacar que o prédio da escola funciona em dois blocos, sendo um com pavimento térreo e um andar, o outro com pavimento térreo e dois andares, e a estrutura não conta com adaptações de acessibilidade. Das 16 salas de aula apenas duas ficam no térreo. Durante a nossa estadia na escola para realização dessa pesquisa não constatamos nenhum aluno cadeirante, mas a escola atende a alunas(os) com deficiência visual.

Outro problema enfrentado pela escola é a ausência de uma quadra poliesportiva para a prática de atividades físicas. Essa é uma questão que causa insatisfação na comunidade escolar, uma vez que o terreno que era objeto de desejo da comunidade para construção da quadra fora destinado à construção da escola Barão de Igarapé Miri.

Ao ler o PPP da escola, elaborado em 2014, percebe-se que há, ou ao menos naquele período houve, uma relação entre a escola e a comunidade escolar. E a partir

deste, o PPP, é possível também ter um perfil, ainda que breve, dos pais e responsáveis das(os) alunas(os) da escola, que aponta, em um total de 109 pais, para:

mais de 50% cursaram até o ensino médio. Apenas 9 possuem nível superior e somente 1 chegou a pós-graduação. Estes dados demonstram a perspectiva de formação das famílias do entorno da escola que, muitas vezes, se concentra em concluir o ensino médio para poder ter acesso ao mercado de trabalho. O ensino superior, nesse contexto, tem sido uma esperança mais distante, visto que garantir o ensino médio já lhe possibilita melhores oportunidades de trabalho e a perspectiva de uma renda maior que um salário mínimo. Outro fator perceptível é que muitos pais, por terem que manter financeiramente suas famílias, não dispõem de tempo para cursar o ensino superior (PPP, 2014, p. 18).

O documento ainda aponta que a maioria das famílias vivem com renda de até 2 (dois) salários mínimos e percebem a escola/educação como uma instrumentalização para melhorar as condições de trabalho e vida dos seus filhos, no intuito de que o futuro das filhas e filhos seja diferente dos seus, entretanto, sem grandes expectativas.

O meu primeiro contato com a escola aconteceu no ano de 2017, primeiro ano do curso de doutorado, acompanhando a equipe do GEPJUV na realização de Grupos de Diálogos em que o objetivo era fazer uma devolutiva dos dados coletados em escolas da rede pública estadual, inclusive da escola em questão, e debatê-los com estudantes e professores.

Os Grupos de Diálogo como utilizados pelo GEPJUV são uma adaptação da metodologia *Choice Work Dialogue*, uma experiência canadense que teve como base os estudos de Daniel Yankolovich e foi adaptada para a realização da pesquisa brasileira intitulada “Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase) e pelo Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis) (RIBEIRO, 2005; IBASE; PÓLIS, 2006), assim como, também foi utilizada na versão da mesma pesquisa no âmbito regional “Relatório Regional Belém” (SILVA; VIANA, 2006).

O GEPJUV vem utilizando essa metodologia, sempre de forma adaptada, em suas pesquisas (SILVA, 2006, 2014; 2020; SANTOS, 2018). A opção por ela se justifica pelo seu principal pressuposto metodológico estar na busca da superação da lógica da constatação do posicionamento dos indivíduos entrevistados (RIBEIRO, 2005). Ou seja, a metodologia visa não apenas apreender o que os indivíduos da pesquisa pensam, mas oportunizar espaços de diálogo e reflexão a fim de que os próprios participantes se repensem e, se for o caso, alterem o pensamento sobre determinadas questões.

De acordo com Eliane Ribeiro (2005, p. 12) “trata-se de uma metodologia que favorece que as pessoas emitam suas opiniões, coloquem-nas em diálogo com as opiniões dos(as) outros(as) e que estas sejam novamente remetidas a si e a seus valores mais profundos”.

Ao encontro do que preconiza o GD destaca-se a importância do diálogo na pesquisa dentro do campo da formulação teórica de Fernando González Rey (2005, p. 89) que defende que “a pesquisa é um diálogo permanente em que as opiniões, cosmovisões, emoções, enfim, a subjetividade do sujeito estudado constitui elemento relevante para o processo”.

Os grupos de diálogos realizados por nós, na EEEM. Gov. Alexandre Zacharias de Assumpção, foram permeados por uma dinâmica conversacional que nada mais é que um amplo e longo diálogo com o grupo. Ainda em 2017 tive a oportunidade de participar de atividades da escola que envolvia a participação não apenas de alunos, mas de pais e responsáveis dos estudantes.

Já no ano de 2018, com o objetivo de aproximar cada vez mais do ambiente de desenvolvimento da pesquisa, passamos, eu e outros integrantes do GEPJUV, a frequentar a escola uma vez por semana, durante todo o segundo semestre letivo, no intuito de desenvolver atividades de observação, rodas de conversa, oficinas e participação em atividades promovidas pela escola.

Essa inserção no ambiente da escola, acertada juntamente com a direção e vice direção da instituição, ocorreu no turno vespertino, em geral nas tardes de quinta-feira. Não havia um cronograma de atividades pré-estabelecido. O objetivo principal era a observação das rotinas da escola, das relações estabelecidas nesse ambiente, da circulação das pessoas pelo pátio, em especial, dos alunos. Entretanto, nos colocamos à disposição para entrar nas salas de aula e conversar com os alunos sempre que fosse possível, em caso de ausência de professores ou mesmo de horários de aulas vagas.

Durante esse período do segundo semestre, realizamos um trabalho de observação, que obedeceu a um ‘Roteiro de observação de práticas e rotinas<sup>27</sup>’, já utilizado pelo GEPJUV em outras pesquisas. Portanto, a observação foi um dos instrumentos que elegemos como inicial e primordial no processo de desenvolvimento da pesquisa.

---

<sup>27</sup> O roteiro consiste em, a princípio, anotar os dados de identificação da instituição, observar o funcionamento, identificar os principais projetos e ações, observar as ações de mediação de funcionários com alunos, pais e comunidade escolar, o clima e o ambiente da instituição – motivações, interesses, valorização profissional, a ocupação dos espaços, a rotina da escola e, ainda, o entorno da escola, dentre outros aspectos.

A observação nos permite, de acordo com Almeida (2015, p. 80), “identificar comportamentos intencionais e não intencionais do participante nos espaços sociais em que se encontra que poderão ser relevantes no cruzamento com outras informações obtidas de outros instrumentos”.

A observação aconteceu, a princípio, no espaço de trânsito livre da escola. Isto é, no pátio, espaço utilizado para as refeições e para convivência entre grupos de alunos e pelos corredores da escola, espaço de circulação para chegada ao ambiente da sala de aula, mas também de interação entre os estudantes.

Portanto, ficávamos pelo pátio da escola observando as rotinas de entrada e saída de alunos, as trocas de professores de sala entre uma aula e outra, que eram sempre acompanhadas também pelos alunos que aproveitavam o momento para ir ao banheiro, tomar uma água ou simplesmente passear ou conversar com um colega de outra turma, a interação de funcionários com alunos, o momento da merenda escolar, dentre outras atividades.

A maioria das(os) alunas(os) da escola são negras(os), pretas(os) e pardas(os), o que não é de se estranhar considerando o fato de ser uma escola localizada na periferia, bairro do Guamá, o que corrobora uma pesquisa realizada por Lúcia Isabel Silva (2014) com 762 jovens do bairro do Guamá, em que, destes, 69,68% eram pretos ou pardos, 21,39% eram brancos, 4,46% indígenas e 2,62% amarelos. O que confirma as estatísticas que apontam que a maioria da população preta e parda estão concentradas nos bairros mais pobres e periféricos das grandes cidades.

Mas o fato que chama a atenção na escola é que uma boa parte desses alunos assumem essa identidade com a negritude, ainda que possa ser um assumir-se não como um ato crítico ou político. Tal observação parte da grande quantidade de meninas que usam os seus cabelos longos, cacheados ou crespos, contrariando a recente onda dos cabelos alisados via selagem e chapinha, bem como, um bom número de rapazes que assumem o cabelo *Black Power*<sup>28</sup> ou com cortes que deixam em evidência o cabelo crespo.

Para além da observação, a escola também nos demandou participação em atividades como a Feira vocacional e a Semana da Consciência Negra, bem como, nos solicitou ajuda com um problema enfrentado pela escola, que assola a juventude

---

<sup>28</sup> *Black Power* é um movimento estadunidense que surgiu nos anos 1960/1970 que evidenciava a cultura e a resistência negra. E tinha no cabelo uma das suas expressões mais fortes ao deixar de aderir às técnicas de alisamento do cabelo na tentativa de se adequar ao padrão de beleza eurocêntrico.



mundialmente e que tem sido recorrente entre adolescentes e jovens, que é a depressão e a ideação suicida.

A direção da escola chegou a nos mostrar um bilhete anônimo de uma aluna(o) em que este chamava a atenção da escola para o problema da depressão, que é real e que existe dentro da escola, e para que esta não deixasse para fazer algo apenas quando não tivesse mais o que fazer. Durante a estadia na escola, pudemos observar algumas mensagens subliminares nas paredes que chamavam a atenção para tal questão, mas pudemos, principalmente, conversar com as(os) alunas(os) sobre essa temática, especialmente, no GD sobre “Identidade” e perceber o quanto os adolescentes/jovens estão adoecidos e afetados por esse problema social e mundial.

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS Brasil), por ano, cerca de 800 mil pessoas tiram a própria vida. E para cada suicídio, há um número maior de tentativas, ou seja, para cada pessoa que consegue concretizar o suicídio, há um número muito maior de pessoas que tiveram suas tentativas frustradas, o que caracteriza o fator de risco mais importante a ser levado em consideração quando se trata da questão do suicídio. Quem já tentou tirar a própria vida uma vez provavelmente tentará novamente. Infelizmente é comum entre os jovens relatos de mutilação com o próprio corpo ou de tentativas ou pensamentos suicidas. Não à toa, que o suicídio é a segunda principal causa de morte entre jovens com idade entre 15 e 29 anos. Dentre estes, os jovens negros são os que mais se matam, chegando a ser 45% maior a chance de um jovem negro se suicidar em comparação a um jovem branco (BRASIL, 2018). Alguma coisa de muito errada está acontecendo com essa juventude negra. O racismo mata de muitas maneiras.

É por isso que o GEPJUV entende que o grupo não pode se negar a participar e a auxiliar a escola sempre que esta precisar. Foram realizados GD's com o tema da Identidade em turmas que tinham alunos visivelmente necessitados de atenção, bem como, foi desenvolvido um trabalho paralelo na escola, que contou com a participação efetiva da Profa. Lúcia Isabel, psicóloga, e de alguns integrantes da equipe, no intuito de auxiliar estes e outras(os) alunas(os) da escola que se sentiam necessitados de mais cuidados e quisessem conversar sobre os problemas da juventude.

A escola é uma instituição que demanda muitas atividades. Na feira Vocacional, participamos com a representação de profissionais do serviço social e da pedagogia. Na semana da Consciência Negra, em 2018, o grupo desenvolveu oficinas sobre preconceito

e orientou duas turmas na elaboração de uma apresentação para o dia da culminância do projeto.

Em 2019, a escola encontrou dificuldades para realizar atividades em comemoração à ‘Semana da Consciência Negra’, apesar de estar no calendário letivo, por encontrar resistência por parte de professores, conforme nos foi relatado pela direção da escola. A nossa presença na escola de forma mais efetiva durante os anos de 2018 e 2019 fez com que vários alunos, de turmas diferentes, nos procurassem para participar de alguma maneira do evento, como por exemplo, a participação em uma roda de conversa sobre o feminismo negro, o que acabou acontecendo em 2 momentos distintos, a gravação de um vídeo falando sobre ‘ser mulher negra’ e ainda a solicitação de uma fotografia para compor um painel que exaltava a beleza negra. Entendo que essas demandas são representativas de que conseguimos construir uma boa interlocução com os indivíduos/sujeitos da escola.

Fora as atividades específicas, foi possível entrar em algumas turmas para uma conversa espontânea com as(os) alunas(os) sobre as suas expectativas de vida, seus problemas e questionamentos sobre temas dos quais gostariam de debater e discutir e que em geral não são discutidos na escola. Dentre os temas suscitados pelos alunos é possível destacar os seguintes: racismo; homofobia; violência; merenda escolar; drogas; comunicação social; paternidade e maternidade na adolescência; *bullying*; desigualdade; economia do Brasil; política; patrimônio público; preconceito; depressão; ansiedade; solidariedade; amizade; religião; suicídio; conflitos familiares, dentre outros.

O que foi possível apreender a partir desse contato inicial com os alunos é que eles estão/são ávidos por conversar e debater esses temas gerais que os atingem diretamente no seu cotidiano, mas que não são discutidos pela escola com a intensidade e a frequência que gostariam. A partir dos temas sugeridos fica evidente que eles estão antenados com a situação política, econômica, social e cultural em que estão imersos, contrariando um pensamento social de que os adolescentes e jovens são/estão alheios aos problemas de seu tempo.

Estabelecer essa conexão com algumas turmas e com alguns alunos nos possibilitou um diálogo mais frequente e próximo sobre as suas rotinas e a relação destes com a escola. O que possibilitou ao GEPJUV traçar um percurso para realização de GD’s com temas que pudessem contemplar as pesquisas do grupo e atender aos anseios dos estudantes com temas atuais e relevantes para suas vidas.

Os GD's foram realizados durante o ano de 2019, alguns no primeiro e outros no segundo semestre letivo, o que nos fez reduzir as idas à escola com o objetivo específico de observar as rotinas, mas mantivemos, o grupo, contato permanente e atendendo às solicitações da escola sempre que essa solicitava, a exemplo da realização de GD's também com turmas do turno matutino e com turmas do turno vespertino que não eram fruto da nossa análise direta.

O GEPJUV realizou 12 (doze) Grupos de diálogos<sup>29</sup> com três turmas da escola, sendo uma de primeiro ano (103), uma de segundo ano (203) e uma de terceiro ano (302), com a seguinte sequência temática: 1. Identidade; 2. Participação e Sociabilidades; 3. Racismo e Preconceito; 4. Violência.

As turmas foram escolhidas a partir de um contato prévio e da disponibilidade da escola em organizar os horários para que pudéssemos realizar as atividades com as turmas. Os GD's foram realizados de forma sequenciada nas três turmas de modo a assegurar uma dinâmica de discussão/debate que propiciasse uma ampla participação das(os) alunas(os).

Nas três turmas, houve uma participação total de 88 (oitenta e oito) alunas(os), com presença variada entre 18 e 35 alunos em cada grupo. Entre os GD's realizados, o de temática específica sobre 'Racismo e Preconceito' foi organizado e coordenado por mim, pois o material que resultasse dessa discussão com as(os) alunas(os) desses três GD's é que serviriam de base para análise e produção da tese.

A dinâmica de realização dos GD's (na nossa adaptação) sobre 'Racismo e Preconceito' seguiu os seguintes passos. A princípio, solicitei para as(os) alunas(os) que escrevessem em uma tarjeta de papel, dividida ao meio com os dizeres 'pessoas negras' e 'pessoas brancas', cinco palavras que as fizessem associar a cada grupo de pessoas. O objetivo era fazer com que as(os) alunas(os) escrevessem as palavras a partir do que já estava construído no pensamento de cada um, antes de fazer qualquer reflexão mais aprofundada sobre o tema. Embora na dinâmica isso tenha sido explicado para eles, percebi que muitas alunas(os) fizeram o exercício da reflexão, ainda que individual, antes de escreverem as palavras, posto que o tempo dado para a execução da tarefa não foi suficiente. E alguns nem ao menos conseguiram escrever as cinco palavras solicitadas.

Após a escrita das palavras nas tarjetas, que não foram identificadas, iniciou-se uma discussão/reflexão acerca das palavras escritas pelas(os) alunas(os) do porquê da

---

<sup>29</sup> Nos apêndices constam os quadros com os cronogramas de realização dos Grupos de Diálogos.

associação de cada palavra escrita com um grupo de pessoas, negras ou brancas. Em que as associações feitas a partir das palavras escritas se assemelham e em que elas se diferenciam? Como e onde essas associações ocorrem no dia-a-dia?

Na promoção do diálogo a partir dessa dinâmica inicial, me posicionei na postura do facilitador, conforme define a metodologia original do grupo de diálogo, ou o que também adotei como dinâmica conversacional, em que a conversa flui a partir do que foi dito com o objetivo de provocar a reflexão dos participantes do grupo, apontando, em alguns momentos, as convergências e divergências de pensamentos.

O segundo momento do GD consistiu em apresentar às(aos) alunas(os) o que chamamos de cenário provocativo, isto é, apresentar dados e informações que possibilitem aprofundar o debate sobre o tema em questão. Nesse sentido, apresentei para as(os) alunas(os) algumas fotos/imagens que demonstram a desigualdade econômica, social e a violência entre os dois grupos de pessoas, negras e brancas, dados estatísticos como os do Atlas da Violência e pedimos para que os alunos analisassem as imagens fazendo a relação com o que estava sendo discutido anteriormente.

E no terceiro e último momento do GD foi apresentado ao grupo a música “Cota não é esmola” da cantora Bia Ferreira (2018), em que na letra a autora apresenta as dificuldades que enfrenta uma pessoa que nasce preta e pobre na periferia, os vários obstáculos a serem superados para conseguir estudar, trabalhar e ainda encontrar forças para lutar contra a opressão.

### **Cota Não É Esmola!**

Bia Ferreira (2018)

Existe muita coisa que não te disseram na escola  
 Cota não é esmola!  
 Experimenta nascer preto na favela pra você ver  
 O que rola com preto e pobre não aparece na TV  
 Opressão, humilhação, preconceito  
 A gente sabe como termina quando começa desse jeito  
 Desde pequena fazendo o corre pra ajudar os pais  
 Cuida de criança, limpa casa, outras coisas mais  
 Deu meio dia, toma banho e vai pra escola a pé  
 Não tem dinheiro pro ônibus  
 Sua mãe usou mais cedo pra correr comprar o pão  
 E já que ela tá cansada, quer carona no ônibus  
 Mas como ela é preta e pobre, o motorista grita "não!"  
 E essa é só a primeira porta que se fecha  
 Não tem ônibus, já tá cansada, mas se apressa  
 Chega na escola, outro portão se fecha

Você demorou! Não vai entrar na aula de história  
 Espera, senta aí, já já dá 1 hora  
 Espera mais um pouco e entra na segunda aula  
 E vê se não atrasa de novo! - a diretora fala  
 Chega na sala, agora o sono vai batendo  
 E ela não vai dormir, devagarinho vai aprendendo que  
 Se a passagem é 3,80 e você tem 3 na mão  
 Ela interrompe a professora e diz "então não vai ter pão"  
 E os amigos que riem dela todo dia  
 Riem mais e a humilham mais, o que você faria?  
 Ela cansou da humilhação e não quer mais escola  
 E no Natal ela chorou porque não ganhou uma bola  
 O tempo foi passando, ela foi crescendo  
 Agora la na rua ela é a preta do sovaco fedorento  
 Que alisa o cabelo pra se sentir aceita  
 Mas não adianta nada, todo mundo a rejeita  
 Agora ela cresceu, quer muito estudar  
 Termina a escola, a apostila, ainda tem vestibular  
 E a boca seca, seca, nem um cuspe  
 Vai pagar a faculdade, porque preto e pobre não vai pra USP  
 Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola  
 Que todos são iguais e que cota é esmola  
 Cansada de esmolos e sem o dim da faculdade  
 Ela ainda acorda cedo e limpa três apartamentos no centro da cidade  
 Experimenta nascer preto pobre na comunidade  
 Cê vai ver como são diferentes as oportunidades  
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo  
 Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo!  
 E nem venha me dizer que isso é vitimi-, que isso é vitimi-  
 Que isso é vitimismo!  
 São nações escravizadas  
 E culturas assassinadas  
 A voz que ecoa no tambor!  
 Chega junto e venha cá  
 Você também pode lutar  
 E aprender a respeitar  
 Porque o povo preto veio para revolucionar  
 Não deixem calar a nossa voz, não  
 Não deixem calar a nossa voz, não  
 Não deixem calar a nossa voz, não  
 Revolução!  
 Não deixe calar a nossa voz, não  
 Não deixe calar a nossa voz, não  
 Não deixe calar a nossa voz, não  
 Revolução!  
 Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai  
 Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai  
 Nascem milhares (Marielle Franco presente!) dos nossos  
 Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai  
 É peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!

É peito aberto, espadachim do gueto, nigga  
 Peito aberto, espadachim do gueto, nigga  
 Peito aberto, espadachim do gueto, nigga  
 Peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai  
 Peito aberto, espadachim do gueto, nigga  
 Peito aberto, espadachim  
 Peito aberto, espadachim do gueto, nigga  
 Peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai  
 Vamo pro canto onde o relógio pára  
 E no silêncio o coração dispara  
 Vamo reinar igual Zumbi, Dandara  
 Odara, Odara  
 Vamo pro canto onde o relógio pára  
 No silêncio o coraçããããããõ dispara  
 Odara, Odara, ei!  
 Experimenta nascer e preto pobre na comunidade  
 Você vai ver como são diferentes as oportunidades  
 E nem venha me dizer que isso é vitimismo, hein  
 Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu ra-cis-mo!  
 Existe muita coisa que não te disseram na escola  
 Eu disse cota não é esmola.  
 Cota não é esmola.  
 Eu disse cota não é esmola.  
 Cota não é esmola.  
 Cota não é esmola.  
 Cota não é esmola.  
 Eu disse cota não é esmola.  
 Cota não é esmola.  
 Cota não é esmola.  
 Cota não é esmola.  
 Cota não é esmola.  
 São nações escravizadas  
 Culturas assassinadas  
 A voz que ecoa do tambor!  
 Chega junto e venha cá  
 Você também pode lutar  
 E aprender a respeitar  
 Porque o povo preto veio revolucionar

Cada GD durou cerca de uma hora e trinta minutos<sup>30</sup>. Tempo que foi suficiente para o desenvolvimento de um bom diálogo com as(os) alunas(os) e serviu para ter uma visão mais geral das experiências cotidianas que as(os) adolescentes e jovens vivenciam com o racismo e de como existe uma ‘confusão’ na compreensão sobre o que é Racismo

---

<sup>30</sup> Na versão original da metodologia do Grupo de Diálogo os grupos tem duração de oito horas. Entretanto, estamos trabalhando com a adaptação da metodologia e entendemos que o contato prolongado com cada turma, em função da realização de outros GD’s, em dias e horários diferentes ao longo do ano letivo, nos possibilitou estabelecer uma relação afetiva e de confiança fazendo o diálogo fluir mais livremente.

e formas outras de discriminação e preconceito. Essa não compreensão do racismo enquanto processo sistêmico fez com que a grande maioria das(os) alunas(os) assimilassem o falso discurso sobre ‘racismo reverso’ e também a noção de que a desigualdade social é um fenômeno que gera discriminação e preconceito, sem no entanto compreender que a estrutura racial gera desigualdades socioeconômicas. A aceitação do discurso meritocrático é muito presente e forte na fala dos alunos, o que os faz ignorar o papel do Estado/sistema na produção das desigualdades.

O discurso da igualdade entre os seres humanos é outra construção que perpassa pelas produções subjetivas de boa parte dos alunos, o que pode, inclusive, contribuir para que a negação da raça ou da identidade racial negra, como foi possível perceber na fala de alguns alunos que mesmo com traços fenotípicos da raça negra não se identificaram como tal.

Também foi possível constatar que existe uma subjetividade social que prevalece entre os alunos de que o racismo acontece no âmbito da relação pessoa – pessoa, ou seja, no campo da individualidade.

No entanto, a construção teórica a que me propus nessa tese me fez perceber que através dos GD’s seria possível identificar, de modo geral, as produções subjetivas do grupo que coadunam com a(s) subjetividade(s) dominante(s) em relação ao tema, mas não permitiria aprofundar nas experiências individuais dos jovens com o racismo, a ponto de conseguir identificar as experiências individuais com o racismo e os sentidos subjetivos produzidos por cada um, de forma singular, e assim compreender melhor as implicações do racismo na subjetividade.

Outra questão que nos fez partir da análise dos GD’s para o estudo de caso foi a impossibilidade de utilizar outros instrumentos, com um número tão grande de jovens, que me permitisse aprofundar na compreensão da configuração subjetiva da identidade racial e do racismo e, como essas configurações subjetivas interferem no desenvolvimento subjetivo do indivíduo.

O estudo da implicação do racismo na subjetividade, por meio da metodologia construtivo-interpretativa, requer uma aplicação de instrumentos que privilegiem sempre o diálogo aberto e interativo entre pesquisador e pesquisado, em um processo contínuo de coleta de dados – análise – coleta, de modo que os instrumentos tenham “uma continuidade conversacional que o integra com outros instrumentos e outros momentos da pesquisa. A sequência no emprego dos instrumentos é progressiva e depende das

hipóteses que vão se formulando na construção do modelo teórico” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 95).

Foi, então, que fiz a opção pelo estudo de caso, pela possibilidade que este apresenta de aprofundamento do diálogo não apenas em torno das experiências relacionadas às injúrias raciais ou discriminações, mas em torno da história de vida do indivíduo pesquisado, uma vez que o racismo enquanto estrutura, atravessa todas as dimensões da vida humana.

#### *4.3.3. Estudo de Caso*

O estudo de caso na pesquisa qualitativa aparece “não como via de obtenção de informação complementar, mas como momento essencial na produção do conhecimento. Constitui um processo irregular e diferenciado que se ramifica à medida que o objeto se expressa em toda a sua riqueza” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 71). É exatamente a busca pela riqueza de informação, de expressões que pudesse propiciar a compreensão das produções subjetivas em torno da vivência com o racismo que o estudo de caso se apresentou como melhor opção de estudo.

O estudo de caso também possibilita, dentro da pesquisa construtivo-interpretativa, de acordo com Fernando González Rey (2017), organizar teoricamente o processo em estudo, o que inclui o processo de criação e revisão dos instrumentos a fim de criar espaços de sociabilidade que permitam a emergência de novos sentidos subjetivos, bem como, o processo de análise e criação de inteligibilidades em torno das produções subjetivas do indivíduo pesquisado.

O processo de escolha do indivíduo para o estudo de caso se deu a partir da realização dos GD's. Uma aluna da turma de segundo ano (T203), que será identificada nesse estudo como **Bia**, foi, no transcorrer das atividades com a turma se destacando desde o primeiro contato. Ela se mostrou interessada em discutir e debater todos os assuntos discutidos. Ao término de cada conversa com o grupo, sempre demonstrava que queria continuar o diálogo e o quão eram importantes aqueles momentos para ela.

Os seus relatos e as suas intervenções nos GD's eram sempre muito incisivas, e demonstravam uma carga de emoção e comprometimento com o assunto debatido, que era raro perceber em outras(os) alunas(os). Ela demonstrou desde sempre uma disposição em falar e capacidade de traduzir suas experiências com o racismo de forma explícita, rica e carregada de sentimentos. Dessa forma, embora tenha feito a opção pelo estudo de



caso, as intervenções de Bia no GD sobre Racismo e Preconceito, certamente, serão utilizadas nesse estudo dada a qualidade das informações ali prestadas.

Quando fiz a opção pelo estudo de caso, não havia dúvidas de quem seria o indivíduo a ser convidado. E quando lhe foi perguntado da possibilidade de fazer parte de um estudo mais específico, com momentos individuais e para falar da sua experiência e vivência pessoal, Bia logo se colocou à disposição e demonstrou tamanha alegria por estar sendo convidada a participar de um projeto assim.

A partir da sua pronta aceitação, nos mantivemos em contato para que pudéssemos estabelecer os momentos, horários e locais de encontro que melhor se adequasse à rotina dela. Nesse período Bia estava sem aparelho de telefone celular, então, para estabelecer contato tive que ir à escola e/ou fazer contato via telefone celular da namorada.

Depois de repensar os percursos da pesquisa após a decisão pelo estudo de caso e a definição da sujeita de pesquisa, foi o momento de definir os instrumentos a serem utilizados. A primeira opção foi pelo **Diário de Experiências**<sup>31</sup>, que consiste na utilização de um caderno em que Bia escreve as suas experiências/vivências com o racismo. Isto é, o caderno lhe foi entregue para que pudesse escrever as suas memórias, episódios recentes ou passados, reflexões autobiográficas para que a partir dessas anotações nós pudéssemos travar um diálogo.

O caderno ficou sempre em posse de Bia e no início de cada encontro ela me entregava para que eu pudesse ler as suas anotações e assim iniciarmos a nossa conversa. Em cada encontro, com a autorização de Bia, eu fotografei o que fora escrito por ela.

Outro instrumento escolhido foi a **Dinâmica Conversacional** que consiste numa conversa entre os sujeitos da pesquisa, em que o pesquisador pode ou não sugerir temas ou tópicos gerais, mas sempre de modo a respeitar temas de interesse do indivíduo que está sendo investigado. Trata-se de um diálogo travado entre os sujeitos da pesquisa, a partir de elementos e falas apresentadas pelos envolvidos na pesquisa.

Na conversação com Bia, partia sempre do diário de experiências, e a partir do que ia sendo falado por ela, o assunto ia se ampliando e novos elementos surgiam no diálogo, o que me permitia também aprofundar temas que não apareceram no diário, mas na conversa, ou aprofundar assuntos abordados em conversas anteriores.

---

<sup>31</sup> O diário de experiências foi pensado e elaborado a partir do instrumento “Diário de Ideias”, criado pela professora Luciana Soares Muniz, vencedor Nacional do 11º Prêmio de Professores do Brasil/MEC em 2018, na categoria Alfabetização 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental (MUNIZ, 2019).

Na dinâmica conversacional a pergunta, os posicionamentos do pesquisador saem da própria expressão do outro, não são um momento de ruptura com as construções dele, mas, precisamente, uma ação dialógica orientada ao aprimoramento de uma construção que vai progredindo simultaneamente em duas vertentes diferentes e inseparáveis: o que o outro vai construindo como importante para si mesmo, sobre experiências que podem não ter sido nunca alvo de suas elaborações, e o que o pesquisador, nessa trama, vai construindo sobre o que quer conhecer (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 96).

Foram realizados cinco (5) encontros individuais com Bia, com duração de mais ou menos uma hora e meia cada um. Os quatro primeiros encontros aconteceram na sala de pesquisa do GEPJUV, que fica no Instituto de Ciências da Educação/UFPA e o último na residência dela, em função da suspensão das atividades na UFPA por causa da pandemia de Covid-19. O local foi acordado entre mim e Bia por considerar que este seria um ambiente em que teríamos tranquilidade para conversar sem interferência de terceiros e pelo acesso fácil de Bia ao espaço da universidade, uma vez que mora próximo.

Todos os encontros foram gravados com a autorização de Bia. Entretanto, cabe destacar que o diálogo e/ou conversação não se limitava ao espaço da sala do grupo. Mas durante o trajeto de entrada e saída da UFPA, momento em que fazia questão de ir buscá-la e ir deixá-la no portão de acesso da universidade, a princípio porque Bia não conhecia os espaços internos da UFPA, ou em momentos em que íamos apenas fazer um lanche ou quando Bia fazia contato apenas para compartilhar experiências vividas no dia a dia. Nesses momentos em que o diálogo se iniciava ou prolongava obtive informações que são relevantes para a construção teórica dessa pesquisa.

O **Complemento de frases**<sup>32</sup> foi outro instrumento utilizado. Este consiste em uma atividade escrita que visa estimular a expressão do indivíduo da pesquisa por meio de indutores curtos, isto é, palavras ou expressões que apenas iniciam as frases que devem ser completadas por ele. As palavras que iniciam as frases são, de um modo geral, relacionadas a questões gerais da vida do participante, ou seja, as palavras podem estar relacionadas à vida afetiva/emocional, às pessoas que fazem parte do seu núcleo de convívio, aos espaços de convivência e atuação, às experiências, gostos e preferências.

Fernando González Rey afirma que dentre as funções gerais dos instrumentos escritos

---

<sup>32</sup> Verificar, no Apêndice C, o instrumento que foi utilizado com Bia.

está a descentralização da intencionalidade do sujeito na produção de informação, pois eles facilitam o contato do sujeito com novas zonas de sua experiência que estimulam a aparição de reflexões e emoções que, por sua vez, conduzem a novos níveis de produção de informação, tanto nos diferentes sistemas dialogistas constituídos na pesquisa, como nos instrumentos utilizados (2005b, p. 83).

O complemento de frases, bem como os demais instrumentos citados acima funcionam como vias para definição de indicadores quando conseguimos estabelecer relações entre todas as informações que conseguimos apreender no processo de desenvolvimento da pesquisa. O autor ainda ressalta que tais informações podem ser adquiridas em momentos formais ou informais durante toda a pesquisa, no processo dialógico que o pesquisador estabelece com o sujeito pesquisado.

Dessa forma, resalto que o instrumento complemento de frases foi utilizado nessa pesquisa com Bia, durante os meses de julho e agosto de 2020, via telefone celular, uma vez que a pandemia de Covid-19 provocada pelo novo coronavírus impossibilitou a continuidade dos nossos encontros presenciais.

Apresentados os instrumentos que foram utilizados para realização da pesquisa, passarei para a apresentação de Bia, cujas condições concretas da sua história de vida não representam uma exceção, mas regra para a grande maioria da população jovem, negra e periférica desse país. É a voz da juventude negra, aqui representada por Bia e, conforme já vimos que representatividade importa, que mais nos interessa nesse estudo. A realidade dessa juventude que está cotidianamente nas periferias enfrentando todas as consequências do racismo estrutural que precisa ficar em evidência a fim de que possamos compreender as consequências do racismo na subjetividade humana.

## **5. TEORIA DA SUBJETIVIDADE E RACISMO: CONSTRUINDO INTELIGIBILIDADES SOBRE AS IMPLICAÇÕES NA SUBJETIVIDADE HUMANA: UM ESTUDO DE CASO**

Como vimos, a subjetividade é um sistema complexo e dinâmico que se desenvolve de forma singular em cada indivíduo, o que o faz reagir à sua maneira diante das experiências da vida. Portanto, as experiências com o racismo não são vivenciadas ou subjetivadas da mesma maneira por todos os indivíduos, é uma produção subjetiva singular ao mesmo tempo em que existe uma produção de sentidos e configurações subjetivas sobre o racismo que são experienciadas socialmente. Isto porque existem subjetividades sociais dominantes acerca da raça e do racismo que permeia a subjetividade de cada indivíduo.

As nossas construções subjetivas são produzidas socialmente, a partir de uma história e uma cultura que nos antecede enquanto indivíduo singular. A nossa história é toda estruturada no racismo, portanto, se afirmamos que a subjetividade é produzida socialmente, o modo de pensar e agir das pessoas, que é inerente à subjetividade, se constitui a partir das construções históricas e culturais da escravidão e do racismo, em que o negro sempre fora subjugado e vinculado à animalidade, inferioridade, subalternidade, etc.

Somos constituídos dentro de um contexto, mas não somos vítimas de nossa subjetividade. Partindo dessa compreensão que usamos a formulação teórica de Fernando González Rey como lente para construção de inteligibilidades sobre como as experiências do racismo estão implicadas na subjetividade humana, a partir do estudo de caso de Bia.

Ainda que os relatos de Bia, tanto no Diário de experiências quanto nas Dinâmicas conversacionais, não tenham seguido uma orientação cronológica dos acontecimentos e/ou das experiências de sua vida, tentei, na medida do possível, organizar a escrita de forma que aparecesse uma certa linearidade dos processos de construção subjetiva de Bia, a fim de que possamos compreender melhor a constituição de sua subjetividade, embora a subjetividade em si, não seja um processo que se desenvolva de forma linear.

Portanto, haverá momentos no texto em que, inevitavelmente, farei referências a episódios ou experiências da vida de Bia que são importantes na produção de subjetividades entrelaçando passado e presente.

### 5.1. CARACTERIZAÇÃO DE BIA: “IMAGINA NASCER NEGRA, UM CORPO BEM MAGRINHO, CABELO CRESPO E UMA ORIENTAÇÃO SEXUAL DIFERENTE”

Bia, esse é o pseudônimo escolhido por ela, a meu pedido, para se fazer apresentar neste trabalho. No entanto, quando perguntei se poderia usar o nome oficial e foto no trabalho prontamente disse que sim, e que eu a avisasse para que pudesse sair bonita na fotografia<sup>33</sup>. Essa é a mesma Bia que no tempo de ensino fundamental não tirava fotografias porque não se encaixava dentro do padrão “*cabelo liso com partinha*” e que, talvez, também por isso, não tem registros fotográficos de sua infância. Mas, talvez, seja só porque as condições socioeconômicas, assim como o lugar e as pessoas com quem morava não lhe oportunizassem esse “luxo”.

A nossa vida, digo negras(os), é cheia de talvez, de interrogações que, talvez, nunca saberemos as respostas, pois nascer negra, pobre e numa periferia limita tanto as oportunidades, que é inevitável não se fazer, vez ou outra, a pergunta que Lázaro Ramos se fez, em seu livro *Na minha pele* (2017, p. 142), “é, foi ou será bom ser negro no Brasil?”. Como não existe uma resposta fácil e universal para essa pergunta, se é que existe uma resposta possível, vamos nos concentrar na vida de Bia.

Uma jovem negra que completou 19 anos de idade em junho de 2020, magra, altura mediana e cabelos volumosos, que “*am[a], a coisa que mais gosto em mim*” (Complemento de frases). Quando a conheci, usava o cabelo crespo e pintado na cor vermelha, recentemente estava usando tranças africanas feitas com linhas verdes. O cabelo que ela tanto ama, já foi motivo de muito sofrimento, afinal, se o cabelo afro se tornou “a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização” por ser considerado símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não-civilização” (KILOMBA, 2019, p. 127), também se tornou um símbolo de empoderamento para a negritude.

Bia é uma jovem que não passa despercebida, o que pode lhe causar reconhecimento e satisfação, mas também dor e sofrimento. Como ela mesma define “*amo brincos grandes, cortes de cabelo diferente, cores diferentes [...] todo mundo diz que tenho cara de hip* (sic) (*minha vontade interna*)” (Complemento de frases).

Gosta de ouvir *song*, rap, pop, de dançar *funk*, só não aprecia o *rock*. Entre as suas preferências musicais estão Racionais Mc’s, Karol Conká, Malia, Urias, dentre outras(os)

---

<sup>33</sup> Apesar da autorização para o uso do nome oficial e da foto, fiz a opção por manter o pseudônimo.

artistas negros que cantam a realidade da periferia, da população negra, da mulher e das minorias, em geral. Aprecia a dança, a leitura e as saídas para uma conversa. Na escola, gosta das disciplinas de Língua Portuguesa, Filosofia e, especialmente, de História, pois é uma das disciplinas que a ajudou a conhecer um pouco da sua própria história, da sua ancestralidade.

Bia é uma jovem falante. Percebe-se facilmente a sua ânsia em se expressar, seja corporalmente, seja através da fala. Talvez uma necessidade em verbalizar o que pensa e sente, em gritar o que ficou por tanto tempo silenciado, ou talvez, apenas representa a estratégia criada por ela para se sentir aceita, se enturmar, “*não ser zuada*” pois como afirma, “*eu sempre percebi que por meio físico não ia, eu tinha que dar meu jeito, tinha que falar, tinha que estudar. Tinha que ser notada pelo menos pela minha inteligência. Na época eu pensava muito isso*” (Dinâmica conversacional).

Para Bia, a estratégia, aparentemente, funcionou uma vez que afirma que tinha facilidade para se aproximar das pessoas “*sempre fui, tive muita facilidade pra ter amigos, então todo mundo era meu amigo, todo mundo queria ser meu amigo*” (Dinâmica conversacional). Entretanto, no instrumento Complemento de frases, em dois momentos diferentes, Bia faz as seguintes afirmações

#### **Meus colegas da escola**

São poucos, mas nada muito próximo também, minha amiga de infância (aurea) (sic) tá estudando na minha sala, então fico mais com ela.

#### **Meus amigos (as)**

Não tenho kkkkkk, então, tenho duas amigas de infância, mas obviamente já fomos mais próximas, hoje em dia saímos pouco e não somos a primeira a saber da vida uma das outras, mas eu sinto um carinho tão grande por elas, que sempre que elas precisarem estarei aqui.

Com base nessas afirmações bem como em outros momentos da conversação é possível dizer que, embora Bia nutra a sensação de ter conseguido se estabelecer na escola e se conectar com os colegas, ela tem/tinha dificuldade em se conectar de fato com outras pessoas, em compartilhar sentimentos e experiências de vida e prefere, por vezes, não encarar a realidade tal como ela é no intuito de atenuar ou fugir dos problemas.

Bia é natural do estado do Pará, nasceu em Belém, mas morou durante os primeiros oito anos de sua vida com os avós maternos, ambos analfabetos e trabalhadores rurais, no município de São domingos do Capim, que fica a 158,5 km da capital paraense. Era, segundo Bia, um “*interior sem energia, na beira do rio, a água do rio, ou do poço*

*no máximo. Sem essas coisas, sem televisão, sem geladeira, sem nada*” (Dinâmica conversacional).

Talvez por ter passado por essa experiência de morar em uma zona rural e por várias privações, gosta tanto de morar em Belém do Pará, mesmo reconhecendo que a cidade é *“linda, mas muito pouco valorizada, tão rica mas ao mesmo tempo tão pobre em cuidado”* (Complemento de frases). Desde que veio morar com a mãe, passou a morar no bairro do Guamá, lugar que *“Eu gosto kkkkk, nunca reclamei de morar no Guamá, mesmo sendo tão perigoso, ao longo da vida se acostuma”* (Complemento de frases). E ao se acostumar, se desloca facilmente pelo bairro, geralmente caminhando, seja para ir à escola, à Universidade Federal do Pará, à feira ou à casa da namorada.

A residência que é de propriedade da família, conquista da mãe depois de muitos anos trabalhando como empregada doméstica, fica localizada no final de uma viela, típica dos bairros de periferia de Belém, que dá acesso a várias casas, em geral de madeira, boa parte delas geminadas, o que representa um sério risco para os moradores dessas casas, uma vez que os incêndios são constantes nas periferias de Belém.

Imagem 2. Viela que dá acesso à casa de Bia



Fonte: Própria Autora.

Imagem 3. Casa de Bia à direita



Fonte: Própria Autora.

A casa não tem quintal e apresenta uma estrutura visivelmente danificada. A parte de baixo é construída em alvenaria (tijolo e cimento) e a parte de cima construída em madeira, o que deixa a família mais vulnerável e propensa a riscos, como desabamento, incêndio, dentre outros. A casa está tão deteriorada que a família se viu obrigada a abandonar a residência própria, no início do ano de 2020, para morar de aluguel, contraindo, assim, mais uma despesa no orçamento familiar.

A casa alugada fica na própria passagem, nos altos de um pequeno comércio de venda de produtos alimentícios. Para acessar a casa, é preciso adentrar por um corredor e subir uma escada de madeira (foto abaixo), que não tem nenhum tipo de suporte de segurança e apresenta sinais de envelhecimento.



Imagem 4. Escada que dá acesso à casa (alugada) de Bia



Fonte: Própria Autora.

Essa escada dá acesso direto à cozinha, espaço que também é usado como quarto da mãe e padrasto. A casa tem um banheiro, cuja porta de acesso fica no ambiente da cozinha e uma sala/quarto, espaço compartilhado por Bia, a irmã, o cunhado e dois sobrinhos na hora de dormir. De frente para a rua, existe um pátio/varanda, espaço que a família utiliza para os encontros familiares nos momentos de distração e lazer.

Imagem 5. Bia e eu (pesquisadora) no quarto/cozinha de sua casa



Fonte: Própria Autora.

Então, se contarmos, são sete pessoas residindo em uma casa com quatro ambientes: banheiro, cozinha/quarto, sala/quarto e pátio. É uma casa com pouca ventilação e pouca iluminação natural. Tem um pequeno quintal na residência, entretanto, nos fundos, tem uma outra casa onde reside a mãe da proprietária do imóvel, que também é a dona do pequeno comércio. Isto é, o espaço é dividido por três moradores diferentes, o que me remete à falta de privacidade e espaço tão bem retratado por Carolina de Jesus, em *Quarto de despejo* (2006).

Em uma das Dinâmicas conversacionais, solicitei a Bia que falasse um pouco sobre a casa e a convivência entre os membros da família, ela assim respondeu “*a casa é pequena, entendeu? Minha família, o que eu posso fazer?*”. Nessa expressão “*o que eu posso fazer?*”, talvez, haja um indicativo de que os conflitos são constantes, e o fato de morarem todos juntos em um espaço pequeno, certamente, propicia a tensão. Insisti um pouco mais sobre como era a relação entre eles no dia a dia, e Bia então respondeu:

**Bia:** Eu com eles, sim [uma boa relação]. Eles entre si, acho que não. Mas eu acho que eu sou a mais bem resolvida de casa. Eu tento me manter muito no meu mundo inferior, sabe. Meu mundo aqui.

**Pesquisadora:** inferior ou interior?

**B:** interior. Tipo meu mundinho aqui dentro que eu não deixo, sabe, briga, estresse me atingir muito. Vejo, fecho o olho, me concentro em mim mesmo para não perceber. Mas eles lá se matam, então deixa eles se matarem (Dinâmica conversacional).

A precariedade das condições de moradia, o pouco espaço, a ausência de privacidade, faz com que os problemas oriundos da desigualdade social, reflexo da estrutura racista, se agravem, ocasionando conflitos entre os membros da família, que precisam encontrar estratégias para sobreviver a essa rotina. A estratégia adotada por Bia parece ser a de não se deixar afetar pelos conflitos que, supostamente, não lhe dizem respeito. Ou seja, a estratégia é pela fuga. Falas como “*meu mundo interior*”, “*meu mundinho aqui dentro*”, “*me concentro em mim mesmo*” são indicadores que reforçam a nossa hipótese de que Bia procura fugir dos problemas do seu dia a dia, da sua vida, buscando refúgio dentro de si ou ignorando que eles existem.

Por falar em problema, é preciso ressaltar o momento histórico de pandemia de COVID-19 pelo qual estamos passando. Observadas as condições de moradia dessa família, quais condições para manter distanciamento e/ou isolamento? Como era de se esperar boa parte da família foi contaminada. A primeira a contrair o coronavírus foi a mãe, empregada doméstica, a partir do contato direto com os patrões que, supostamente, contraíram o vírus numa viagem a São Paulo, e esta, por consequência, transmitiu o vírus para as filhas.

Nenhum membro da família chegou a ser hospitalizado em decorrência da COVID-19, nem mesmo procuraram por atendimento médico em função das superlotações nos postos de saúde das periferias, tantas vezes denunciadas pela mídia local<sup>34</sup>. Um exemplo de como as pessoas já estão descrentes dos serviços públicos e por isso deixam de buscar por seus direitos.

Seria possível aprofundar uma série de questões acerca da pandemia, falar de como ela aumentou e expôs as desigualdades sociais do nosso país, de como as(os) negras(os) foram/são os mais afetados por ela, uma vez que são os que menos tem acesso à saúde/hospitalização e são os que mais morrem (SILVA et. al., 2020), mas este não é o objetivo deste trabalho, apenas serve para exemplificar como o racismo estrutural afeta a vida da população negra.

Voltando a Bia, penso que já é possível ao leitor ter uma noção de quem é essa jovem mulher negra moradora da periferia de Belém do Pará. As condições concretas de vida e moradia de Bia apresentadas aqui, além de nos dar um panorama do tipo de experiência que a juventude negra e periférica vivencia no seu dia a dia, ocasionadas pela

---

<sup>34</sup> <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/04/14/epicentro-da-covid-19-no-para-belem-esta-com-unidades-de-saude-lotadas.ghtml>

estrutura racista, objetiva identificar as experiências de racismo vivenciadas pelas(os) jovens e quais os sentidos subjetivos gerados nesse processo. Veremos que ao longo da tese, várias experiências vinculadas ao racismo virão à tona. Fiz o exercício de agrupar as experiências a partir de dimensões da vida de Bia, muito embora estejam embricadas umas nas outras, uma vez que a vida não acontece de forma estanque, pois somos o que somos e nos fazemos em todos os espaços, ambientes e dimensões da vida.

## 5.2. RACISMO E SUBJETIVIDADE NAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE VIDA DE BIA: FAMÍLIA E ESCOLA

eu criancinha, a minha avó me falava uma coisa, meu pai é branco, por isso que a minha irmã é mais clara. E a minha avó me falava que o meu pai biológico não gostava de mim por eu ser negra [risos]

A minha avó me dizia isso. A mamãe falou que isso nunca aconteceu, isso nunca existiu. Mas quando uma criança coloca uma coisa na mente dela, nem quando chega os 18 sai. [risos] Então eu não sei (Dinâmica conversacional)

Em geral, as crianças negras começam a aprender que a sua condição de ‘ser negra’ é um problema para a sociedade quando estas chegam na escola (RIBEIRO, 2019b). O que é ratificado por Bia, quando esta traz a escola no seu primeiro relato do Diário de experiências. No entanto, no caso de Bia, a experiência com a rejeição em função da cor de pele foi vivenciada em casa, ainda na primeira infância.

O pai biológico, que ela classifica como sendo um homem branco, ocupa um lugar de destaque na sua trajetória e constituição subjetiva. Ele, que também é morador do bairro do Guamá, a teria rejeitado por sua cor de pele ainda no seu nascimento. Embora este fato tenha sido negado por sua mãe, a versão da história contada por sua avó é que foi legitimada por Bia, uma vez que o pai biológico em sua visão nunca quis manter contato. O que a faz, em contrapartida, também rejeitar e anular qualquer possibilidade de aproximação com esse pai biológico, que mora a apenas uma rua de sua casa, com quem tem encontros casuais com certa frequência, como relatado:

como a gente mora perto, então tu vai ali no canto, opa, esbarra, foi. Então tem, quando ela [a irmã] quer falar ela chega e fala, e ele fala de boa. Mas comigo nenhum mesmo, nenhum. \*\*\* andando as duas na rua, quando vê ele, ela chega e fala e eu fico lá esperando ela falar com ele pra gente seguir (Dinâmica conversacional).

A partir desses relatos e de outras informações colhidas na pesquisa, inclusive de conflitos entre ela e o pai biológico e, entre este e a mãe, é possível dizer que essa relação com o pai, ou exatamente a ausência de uma relação direta, se constituiu como fonte de produções subjetivas que se expressam/ram em outras relações interpessoais, como por exemplo, a relação com a mãe, a irmã, dentre outros, para além da produção de sentidos subjetivos associados ao sentimento de rejeição e inferioridade.

**Bia:** Eu nunca tive nenhum abraço, nunca tive nenhum afeto, então não tinha amor, porque amor é uma coisa construída. Não é porque é meu pai que... Não, \*\*\*\*. Fui criada com meus avós, então... Um pouco separada da minha mãe, então até com a minha mãe eu tive que reconstruí uma relação depois dos oito anos de idade.

**Pesquisadora:** Ele nunca fez nenhum esforço para poder mudar isso?

**Bia:** Nenhum, nenhum, nenhum mesmo. Nunca recebi nada dele, nem que seja material, nada, nem uma caneta, cinco centavos, nada.

**Pesquisadora:** E como é que tu lidas com essa situação?

**Bia:** Depois das minhas sessões de psicoterapia, eu não vejo mais precisão, entende, eu não vejo mais necessidade. Já superei. [risos] (Dinâmica conversacional)

O fato de o pai não ter rejeitado a irmã, que tem um tom de pele mais claro e cabelos ondulados e não crespos, ter mantido contato com ela mesmo após a separação, inclusive a auxiliando financeiramente, “*ele chegou a pagar um curso para ela quando ela tinha quatorze anos*” (Dinâmica conversacional), faz com que Bia reforce o sentimento de rejeição e preterimento. Sentimentos que são reforçados pela ausência de demonstração de afeto, ausência de tentativa de aproximação pessoal ou interesse por qualquer acontecimento da sua vida.

Embora Bia alegue ter superado tal episódio, sua fala embargada, a recusa em falar de tal assunto, a princípio, e a afirmação de que “*Quando uma criança coloca uma coisa na mente dela, nem quando chega os 18 sai*” demonstra exatamente o inverso, isto é, esses elementos são indicadores de que essa é uma situação ainda não resolvida e que a rejeição paterna a afetou e afeta de forma substancial, direta e indiretamente, gerando sentidos subjetivos associados à rejeição.

Na pesquisa construtiva-interpretativa, cabe ao pesquisador captar as nuances da expressão do pesquisado que, muitas vezes, se expressa de forma mais verdadeira pelo sentimento ou por outras vias que não a palavra. Por isso, um contato mais prolongado e próximo do indivíduo pesquisado torna-se essencial.

A afirmação de que nunca recebeu nenhum afeto, de que não tinha amor e, principalmente, a força colocada na expressão “*nenhum, nenhum, nenhum mesmo. Nunca recebi nada dele*” revela a contradição entre o sentimento que nutre em relação ao pai e o que ela gostaria de sentir ao afirmar que “*já superei*” seguida de risos.

Essa contradição pode ser identificada também no instrumento Complemento de frases em que escreve o seguinte: “*não posso falar muito de uma pessoa que eu não conheço, sei quem é, sei onde mora, mas quando passa no meu lado na rua é simplesmente um estranho, mas dá aquela fígada no peito sabe*” (Complemento de frases).

As afirmações de que já superou o problema da relação com o pai é mais um indicador que reforça a hipótese de que ela prefere, por vezes, fugir ou negar a existência de um problema na tentativa de evitar o sofrimento ao invés de enfrentá-lo.

Além do que foi dito e escrito por Bia, pode-se interpretar que o riso servia como disfarce, uma tentativa de esconder o verdadeiro sentimento. A fígada no peito juntamente com a voz embargada e a recusa inicial em falar sobre o assunto, bem como a ênfase em reafirmar a total ausência do pai na sua vida, tanto afetivamente quanto materialmente, são indicadores do quanto essa experiência da rejeição paterna se constitui fonte de produção subjetiva que impacta na relação de Bia consigo própria e com os outros.

eu passei a vida toda me comparando com a minha irmã, a vida toda, a vida toda mesmo, parei esse ano [2019], que eu falei: “Não, eu sou eu”. Mas em questão de relacionamento com mãe, como né, eu já expliquei, eu morei de 1 ano a 8 anos com a minha avó, então não fiquei com a minha mãe, aí na minha cabeça era: “Minha mãe escolheu a minha irmã e acabou. Se ela tem condições de criar uma em Belém, tinha condições de criar...”. Eu criança já pensava isso. “...tinha condições de criar duas”. Então eu fui alimentando aquilo (Dinâmica conversacional).

Bia vai criando uma teia de processos simbólicos e emocionais, que reúne aspectos conscientes, intencionais e ao mesmo tempo inconscientes, que vai definindo a configuração subjetiva da família. Bia transfere os sentidos subjetivos originados em uma experiência de vida (o racismo traduzido pela rejeição paterna) para outra (rejeição materna), interferindo na sua relação com toda a família. A afirmação “*Minha mãe escolheu a minha irmã e acabou. Se ela tem condições de criar uma em Belém, [...] tinha condições de criar duas*”, revela que Bia nutriu o sentimento de rejeição provocado pelo pai e transferiu o mesmo sentimento para a relação com a mãe, sentindo-se também preterida por esta em relação à irmã.

Toda minha vida, ser aceita pela minha mãe, pra ela ver como que eu sou maravilhosa. A minha irmã sempre foi louca, sempre fez as coisas pra ela, com 16 anos, quando começou a trabalhar no menor aprendiz, saiu de casa, entendeu, não tava nem ligando. E a minha mãe sempre ali com ela, e eu ficava: “Pô, e eu sou maravilhosa e a mamãe não tá aqui comigo!”. E eu comecei a perceber que isso não era só com a minha mãe, tipo, eu saía na rua, por sofrer muito preconceito, racismo, essas coisas, teve uma época na minha vida que eu não conseguia nem sair na rua, eu não era aceita pela minha mãe dentro de casa, na minha mente, que hoje eu reconheço que não tem muita diferença, imagina na rua, eu era muito magrinha, era muito feia isso e aquilo. Aí, nossa! A minha vida era isso: “Como eu era vista nos olhos das pessoas. Como as pessoas me viam?”. Nunca parei pra me olhar de verdade (Dinâmica conversacional).

A considerar a concepção de subjetividade assumida neste trabalho, compreende-se que as nossas ações/experiências são permeadas por processos simbólicos, afetivos, emocionais, linguísticos, psíquicos, sociais, históricos, culturais, dentre outros, e são geradoras de sentidos subjetivos que se organizam dentro da subjetividade individual e social. Dessa forma, é preciso destacar que a experiência de rejeição vivida por Bia em função do seu tom de pele tem relação com vários modelos dominantes do racismo presentes na subjetividade social.

Existe uma hierarquização racial da população negra baseada no fenótipo, que leva em consideração o tom de pele – do mais claro ao mais retinto, o tipo de cabelo – do alisado, cacheado ao crespo, do formato de nariz e lábios – do mais fino ao mais achatado/avantajado, que classifica quem tem direito a acessar certos bens, serviços e tratamentos correlatos àqueles destinados à branquitude.

Essa hierarquização presente na subjetividade social se reflete na produção de sentidos subjetivos do pai de Bia quando este rejeitou somente ela e não a irmã. E também na produção de sentidos subjetivos de Bia, quando esta passa a se comparar com a irmã e se colocar na posição de inferioridade, na busca pela atenção da mãe, ainda que a justificativa dada seja pelo comportamento da irmã e não as diferenças fenotípicas.

Outro elemento que demonstra como a subjetividade social implica na produção de sentidos subjetivos e configurações que se refletem na forma como as pessoas se relacionam no campo social e interpessoal é o comportamento de abandono da mulher negra quando esta engravida, uma vez que na subjetividade social, para muitos homens, a mulher negra pode até servir para satisfazer a fantasia ou a curiosidade sexual, mas não para constituir família, isto é, filha(o) negra(o), jamais.

Para Bia, o pai biológico, a mãe e a irmã se constituíram como fontes de sentidos que marcaram a configuração subjetiva em relação à família. O comportamento de comparação adotado em relação à irmã é indicador da produção de sentidos subjetivos associados à rejeição, a negação de si e à inferioridade que resultaram na comparação excessiva com a irmã e a disputa pela atenção da mãe, como observado no relato *“Toda minha vida, ser aceita pela minha mãe, pra ela ver como que eu sou maravilhosa. [...] E a minha mãe sempre ali com ela, e eu ficava: ‘Pô, e eu sou maravilhosa e a mamãe não tá aqui comigo!’”*.

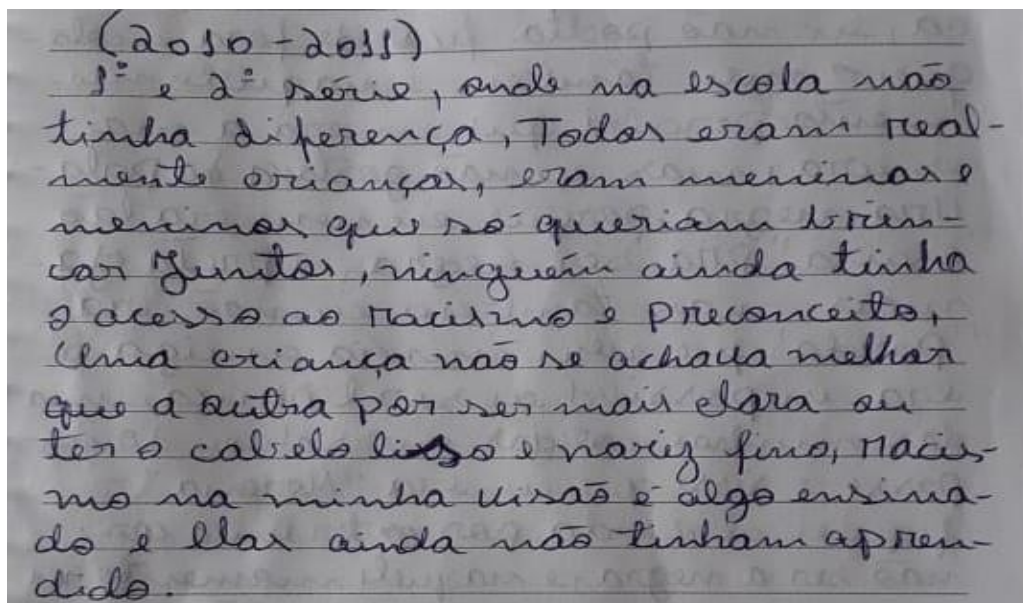
Essa fala é também reveladora do quanto que, para Bia, a mãe ocupa um lugar central na construção da sua subjetividade, pois ao contrário da atitude de se manter distante do pai biológico, buscou incessantemente conquistar a atenção, o carinho, o respeito e afeto da mãe. O que nos permite interpretar que a condição de sujeito quase sempre esteve presente nas atitudes, posicionamentos e comportamentos de Bia frente a relação com a mãe.

No entanto, a afirmação *“hoje eu reconheço que não tem muita diferença”* no tratamento/sentimento dispensado pela mãe entre ela e a irmã revela que os sentidos subjetivos associados à rejeição permeiam suas produções subjetivas. Diante dos indicadores já apontados até aqui e de outras informações e interpretações realizadas durante a pesquisa, é possível dizer que essa configuração subjetiva da família foi/é produtora de sentidos subjetivos que se conectam com sentidos subjetivos produzidos nas relações que extrapolam o âmbito familiar e vice-versa.

A fala *“eu sempre amei a minha irmã, mas eu não percebia que toda vez que eu olhava pra ela aquele pensamento, sabe, de leve passava ali atrás, ‘nossa, ela é melhor que tu’, ‘ela é mais aceita que tu’”* (Dinâmica conversacional) tem relação direta com uma outra fala de Bia que é *“eu era muito magrinha, era muito feia isso e aquilo”*. Apesar da questão da raça ter sido posta desde o nascimento, ela certamente veio à tona, com todas as implicações de estar numa sociedade estruturalmente racista, quando Bia passou a frequentar outros ambientes como o da escola.



Imagem 6. Diário de experiências 1

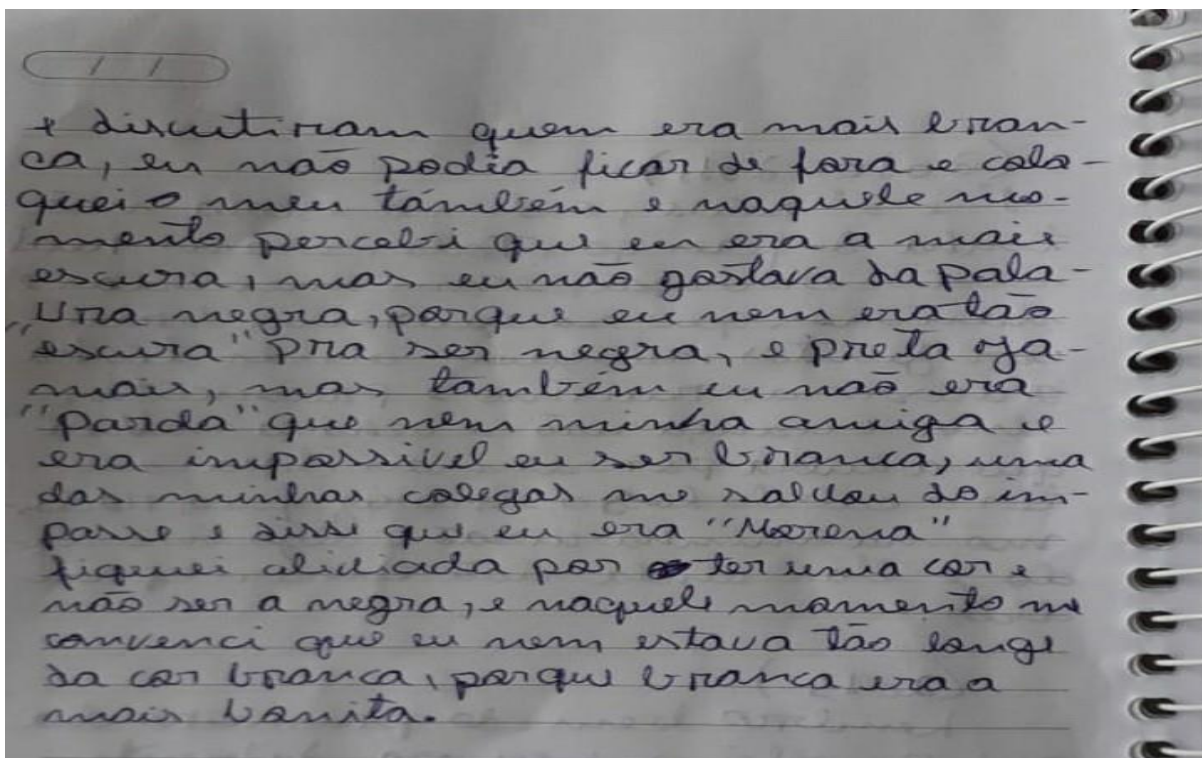


(2010-2011)  
1ª e 2ª série, onde na escola não  
tinha diferença, Todas eram real-  
mente crianças, eram meninas e  
meninos que só queriam brin-  
car juntos, ninguém ainda tinha  
o acesso ao racismo e preconceito,  
Uma criança não se achava melhor  
que a outra por ser mais clara ou  
ter o cabelo liso e nariz fino, racis-  
mo na minha visão é algo ensina-  
do e lla ainda não tinham apren-  
dido.

Fonte: Própria autora

Esse foi o primeiro relato de Bia no Diário de experiências, em que conta que aos doze anos de idade, na terceira série, uma “brincadeira”, aparentemente inocente, sobre a diferença da cor da pele foi sugerida e todas as crianças juntaram os braços para saber quem era a mais branca, e, nesse momento, Bia percebeu que “*era diferente das outras meninas, foi o primeiro dia que pensei sobre minha cor*” por ser a “*mais escura*” (Diário de experiências). E segue,

Imagem 7. Diário de experiências 2



Fonte: Própria autora.

Bia não queria ser negra e “*preta jamais*”. Apesar de essa ter sido a primeira experiência de confronto direto com a questão racial, Bia já havia construído sentidos subjetivos associados à negação da raça produzidos a partir das experiências familiares. Não é possível apontar linearmente quando que Bia começou a produzir tais sentidos subjetivos, mas é possível que essa ‘brincadeira’ da comparação dos tons de pele na escola tenha provocado ou fortalecido o comportamento de comparação com a irmã, além de aflorar os sentimentos de rejeição e negação de si e da raça.

O alívio por não ter sido classificada como negra é um indicador de que o fato de ser negra lhe causa(va) sofrimento, angústia e dor, assim como os discursos que permeiam a subjetividade social dominante em torno do ser negro. Para ela, ser classificada como “Morena” atenuava a carga de negatividade atrelada ao ser negra(o), e até a aproxima do ser que expressa beleza, humanidade, alimentando assim, desde pequena, o ideal de ego da branquitude.

Mas contraditoriamente, a experiência que foi provocadora de rejeição, desconforto e de negação de si, a princípio, também foi o pontapé inicial nos questionamentos de Bia sobre a sua condição de ser negra. “*Eu cheguei a primeira coisa*

*que eu contei pra mamãe é isso “que cor eu era?” A mamãe falou que eu era morena. E tipo, aí eu fiquei pensando, pensando, pensando, pensando” (Dinâmica conversacional).*

Mas aí né, cheguei na quarta série, foi uma das primeiras aulas de história, começaram a falar sobre a **escravidão**, ... aí que eu sempre, sempre [...] aí eu lembro que na sala todo mundo lia como se fosse um assunto normal, mas pra mim não conseguia ser normal. Eu olhava e tipo via aquela pessoa do livro e pra mim eu percebia que tinha semelhança, aí eu ficava “gente, eu sou isso daqui, mas, mas as pessoas tipo e na aula de história eu via que todo mundo olhava assim meio de canto de olho pra mim, aí eu chegava em casa e “mãe, que cor eu sou?” “minha filha tu é morena”, que mata a ignorância familiar também, quando a tua mãe não sabe, quando ninguém da tua família sabe, como é que tu vai saber? Aí ... (Dinâmica conversacional)

A não contextualização do processo de escravização e do racismo no sistema de ensino reflete a subjetividade social dominante que nega a existência do racismo e, por isso, foge do enfrentamento que a questão requer.

A expressão “*eu sou isso daqui*” é um indicador de que Bia se identificou com os negros escravizados e a afirmação de que sentia os “*olha[res] assim meio de canto de olho*” são reveladores de que os outros alunos também se identificaram ou fizeram a associação entre ela e o negro escravizado. O olhar, traço forte na expressão do racismo brasileiro porque intimida, subalterniza, menospreza e diz muita coisa sem dizer uma só palavra, é também um traço forte na cumplicidade entre negros, que apenas com um olhar se identifica como um irmão, como quem se reconhece no outro, quem se reconhece na dor e na luta do outro.

Talvez, os olhares de canto de olho percebidos por Bia, expressassem apenas as subjetividades individual e social compartilhadas/construídas por muitos negros brasileiros de reconhecimento da ascendência africana, mas que preferem não anunciar essa identidade por conta de tudo que isso representa – dor, sofrimento, opressão, luta, dentre outros, por isso, a fuga do problema, muitas vezes, representa-se como melhor alternativa. A identificação com a raça pode ser/é libertadora, mas também é dolorosa:

via as imagens do [...] nossa, tipo, eu era a única que chorava da sala, todo mundo ah como se fosse uma aula de português, mas eu ali não, tipo, a lágrima surgia do nada. Mas foi quando alguma coisa batia na minha cabeça tipo “tu veio daí” e foi quando eu comecei a pensar, uma frase que eu pensava muito, se eu tivesse nascido 400 anos atrás eu não taria numa sala de aula, ia ser que nem elas, taria levando chicotiada, sabe? Taria na senzala, taria sendo estuprada, eu taria que nem ela. Eu comecei a pensar muito isso, foi, acho que foi a frase que eu mais usava, “se fosse anos atrás eu não taria do jeito que eu tô”, eu não seria, hoje

eu sou amiga de menina branca. Se fosse tipo antigamente a gente não seria amiga. Ela seria minha sinhá. Seria sua escrava. Ou seria seu bichinho de estimação. Isso me fazia chorar muito (Dinâmica conversacional).

A lágrima, o choro, o pensamento fixo no tema são indicadores do processo de identificação que Bia teve com a população negra que fora escravizada. A produção de sentidos subjetivos associados ao pertencimento a esse grupo se expressa por meio não apenas das lágrimas que surgiam do nada, mas da capacidade de se colocar no espaço/tempo em que aquelas pessoas que estavam sendo retratadas no livro viveram, isto é, de saber que se tivesse nascido naquele espaço temporal também teria sido escravizada em função da sua cor de pele.

As afirmações: “*eu comecei a pensar muito isso*”; “*se fosse anos atrás eu não taria do jeito que eu tô*”; “*isso me fazia chorar muito*”, são indicativas do processo de subjetivação provocado em Bia acerca da sua identidade racial. Conhecer a história dos seus ascendentes foi doloroso e impactante, ao mesmo tempo que gerou sentidos subjetivos de empatia e de reconhecimento da sua ascendência.

Como formulado por Fernando González Rey, os sentidos subjetivos são uma produção subjetiva individual capaz de ressignificar as experiências, proporcionando mudanças na forma de pensar, agir e sentir frente às demandas da vida. Os sentidos subjetivos não estarão atrelados apenas à experiência atual, mas relacionam-se com sentidos produzidos em outros momentos da vida desse indivíduo. A integração entre passado, presente e perspectivas de futuro auxiliam no processo da produção subjetiva, organizando os vários sentidos subjetivos produzidos em diferentes tempos e momentos da vida, propiciando uma convergência entre os sentidos e a organização da subjetividade.

Foi esse processo que levou Bia a se perguntar “*O que eu sou meu Deus?*” (Dinâmica conversacional), questionando e contestando a afirmativa constante da mãe de que ela era morena e não negra. Há de se ressaltar que esse comportamento da mãe de Bia revela o processo de não aceitação e/ou identificação com a raça negra, por isso o não se assumir enquanto negra, e conseqüentemente, adotar a identidade da ‘morenice’ era uma forma de amenizar a carga de ser/estar num corpo negro.

Eu falei: “não mãe, eu sou negra” e foi na época eu [...] meu cabelo, meu cabelo bem crespo. E, na quarta série, surgiu uma moda das meninas de cabelo liso, época da partinha que elas ficavam assim (gestual com a mão no meio da testa) no cabelo. E eu não conseguia fazer isso porque eu não consigo fazer cabelo liso. Nossa! Aí, chegava na sala todo mundo tirava foto, e eu não ia sair na foto porque todo

mundo tava com o mesmo penteado, todo mundo fazendo a mesma coisa, foi na época que eu me senti mais feia também (Dinâmica conversacional).

A fala “*Não mãe, eu sou negra*” reforça o indicador do início do processo de reconhecimento de Bia como pertencente à raça negra, a partir de suas próprias construções e interpretações de vida e não das afirmações externas. No entanto, não se pode dizer que nesse período Bia já havia iniciado um processo de autoafirmação, pois é possível também destacar a presença de sentidos subjetivos que associam as características fenotípicas da raça negra com a feiura e reconhecimento de beleza no fenótipo não negro.

A expressão “*eu não conseguia fazer isso porque eu não consigo fazer cabelo liso*” reforça a identificação ainda com a estética branca e aponta para a frustração em não se encaixar no padrão estético hegemônico da “*época da partinha*”, produção subjetiva que resultava em sentidos subjetivos de rejeição, de isolamento e de negação de si. Quando Bia afirma que “*foi a época que eu me senti mais feia*” indica que ao se reconhecer como negra, por ter a pele escura e cabelo crespo, assimilou a subjetividade social dominante de que não há beleza na estética negra e nos ajuda a entender “*aquele pensamento, sabe, de leve passava ali atrás, “nossa, ela é melhor que tu”*”.

A interpretação que nos leva a esse indicador pode ser reforçada pela resposta dada ao questionamento que lhe fiz sobre como se sentia por não tirar foto com as amigas em função de não ter o cabelo igual ao delas, ao que Bia afirmou se sentir excluída “*por não ter o mesmo estereótipo que elas, não ter o mesmo cabelo, não ter a mesma cor de pele, querendo ou não atinge, mesmo que tu lute, lute, lute*” (Dinâmica conversacional).

A adolescência foi, talvez, o período em que os confrontos se tornaram mais evidentes na vida de Bia. É possível apontar uma produção de sentidos subjetivos contraditórios, pois ao tempo em que se reconhecia como uma pessoa negra, exaltava as características fenotípicas da estética branca e assimilava a suposta inferioridade e feiura da estética negra.

Diante dos indicadores apontados até então aliados a outras informações absorvidas na realização da pesquisa cheguei a interpretação de que a configuração subjetiva da família, mais o comportamento da mãe em negar a raça no momento em que Bia foi confrontada com a sua identidade racial, certamente, contribuíram com a formação de sentidos subjetivos associados a autoanulação e inferioridade, que resultaram no seguinte comportamento

e foi essas coisas, aí quando, eu falei né que, veio um tapa forte que foi a minha sexualidade que tudo caiu à tona também, só de uma vez, e foi aí que eu entrei numa sala de psicoterapia, lá eu vi que..., uma vez quando eu cheguei na sala e a gente começou a conversar, eu e a doutora e tal, eu passei a sessão inteira me comparando com a minha irmã. A sessão inteira, uma hora e meia, eu falando “ah mais porque a minha irmã é isso e eu não sou isso”, “ah porque a mamãe aceita isso da minha irmã e não aceita isso de mim” foi a sessão inteira e foi no final ela falou “tu prestou atenção no que tu falou?” e foi aí que eu descobri, eu cheguei em casa meu Deus do céu, eu falei “ok, talvez seja verdade” foi aí que a minha ficha começou a cair e eu vi que eu não tinha autenticidade e eu não era eu, e o que eu mais reclamava na época pra minha psicóloga era que eu não tinha uma música preferida, eu não tinha uma cor preferida, eu não tinha nada preferido porque eu não era eu, tudo que eu gostava, tudo que eu sabia, tudo que eu falava era relevante aos outros, era pra conquistar alguém, era pra mim deixar alguém impressionada (Dinâmica conversacional).

Novamente fica evidente a centralidade conferida à mãe, a ponto de a conquista dos sentimentos, atenção e afetividade da mãe tornar-se o principal projeto de vida de Bia, colocando-se em disputa com a irmã e transferindo para outras relações o sentimento de inferioridade.

A importância dada à opinião do outro, seja da mãe, da irmã ou das(os) colegas de escola e de rua, a ponto de essa opinião ter mais importância que a opinião própria, de o olhar dos outros ser mais influente sobre si do que os próprios sentimentos explica-se, de alguma forma, pelo processo de constituição do ser que é um processo social e cultural. Ou seja, a sociedade brasileira estruturada no racismo, através de suas instituições, sejam elas a família, a igreja, a escola, o sistema de segurança pública, dentre outras, impõe padrões de comportamentos a serem adotados por brancos e negros. E nesse sentido, o indivíduo produz sentidos subjetivos que ora confrontam e ora assimilam as configurações e subjetividades sociais dominantes.

É interessante notar que nesse processo Bia deixou de olhar para si, de traçar objetivos próprios, de se conhecer e de se colocar no mundo ao mesmo tempo em que a condição de sujeito emergia quando esta procurava estratégias para se sentir enturmada, se sentir aceita, como a postura de ser estudiosa, falante, comunicativa para poder assim construir amizades na escola e a adoção de comportamentos que agradasse a mãe e assim obter a sua atenção e afeto.

A família configurou-se subjetivamente, a princípio, como um espaço de desamor, um espaço que ao invés de acolher a fez criar sentidos subjetivos de rejeição, de negação de si, de inferioridade, de autoanulação. Ou seja, a família se constituiu como um espaço

incapaz de atender as necessidades de afeto, segurança, amor e proteção de que Bia precisava para se constituir subjetivamente como sujeito de sua própria história. É preciso destacar que essa configuração subjetiva da família enquanto espaço que não supre as necessidades afetivas e, por isso, provocador de sentidos subjetivos que não oferecem recursos subjetivos favorecedores do desenvolvimento subjetivo de Bia tem relação direta com o racismo que estrutura a sociedade.

### 5.3. ADENTRANDO NA ESTRUTURA DO RACISMO E NA SUBJETIVIDADE: AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DA/NA PERIFERIA

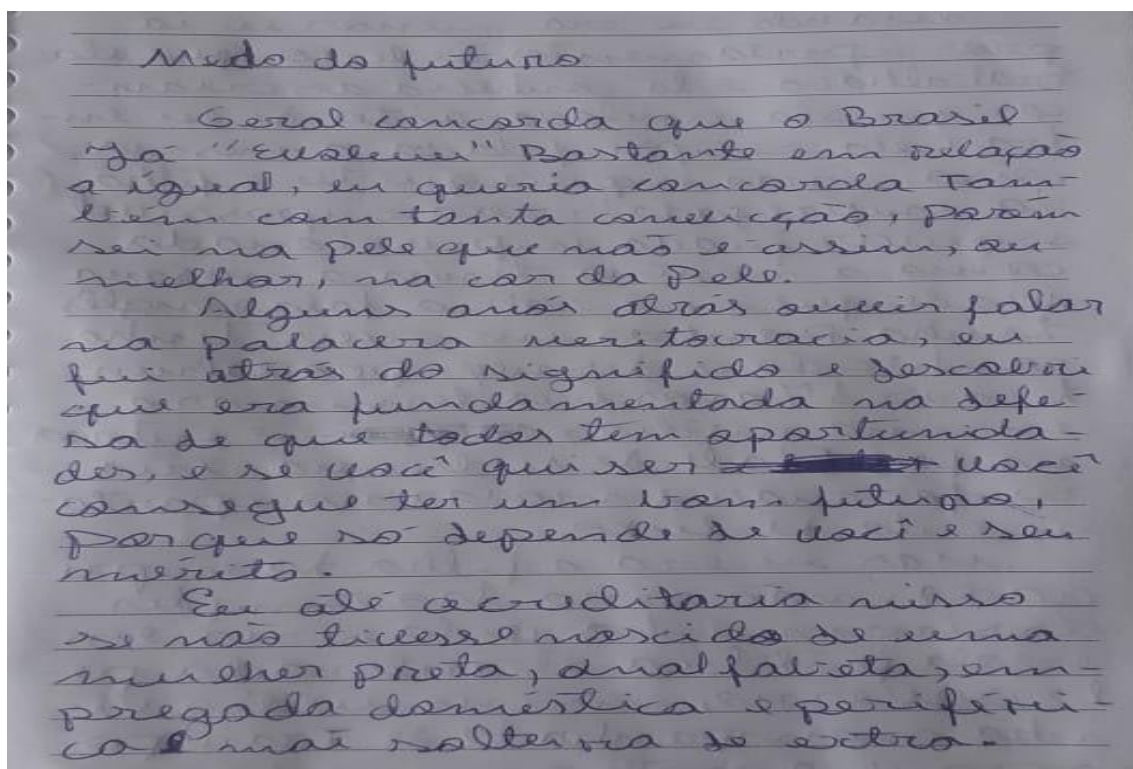
Nos diálogos com Bia e na visita que fiz à casa, as dificuldades financeiras, que são limitadoras do acesso a bens e direitos essenciais, ficaram evidentes. Um exemplo é o cuidado com a saúde, Bia tem umas manchas no corpo, especialmente na perna direita, que ela não sabe explicar a origem. Apesar de já ter procurado um dermatologista, este não pediu exames mais detalhados e afirmou para ela que o tratamento seria caro. Comportamento típico e revelador do racismo instituído de que (a)o negra(o) não necessita de cuidados específicos por ser resistente o suficiente ou por não dispor de dinheiro para o tratamento.

Outra situação que evidenciou a dificuldade financeira enfrentada pela família veio desse relato *“Eu passei um ano inteiro usando óculos, mas ele quebrou. Já passou um ano e pouco sem usar óculos e pra fazer um exame é caro, pra comprar os óculos é mais caro ainda. Na época o meu foi quatrocentos e alguma coisa. Então é ruim, tem que ter pena da mamãe”* (Dinâmica conversacional). Esse é o motivo que faz Bia sentar-se na primeira cadeira da fileira da escola. Entre cuidar da saúde e comprar o alimento, pagar o gás, a energia, a água, é certo que a saúde vai ficar sempre em segundo plano. Afinal, alguns direitos não são para todos os humanos.

Bia também ficou mais de dois anos sem aparelho celular, o que é uma experiência excludente para uma jovem de 19 anos nesse tempo de comunicação e interação virtual da juventude. Esse foi um fator que dificultou, inclusive, minha comunicação com Bia no período dos três primeiros meses da pandemia, que, por sinal, quando finalmente consegui comprar um aparelho telefônico fez contato comigo e, então, pude saber que ela estava trabalhando com venda de mingau de milho, iguaria muito consumida durante o mês de junho, para conseguir seu próprio dinheiro.

Desde os 8 anos de idade, quando do seu retorno para Belém, Bia passou a vivenciar as rotinas e dificuldades da mãe que a levava para o trabalho. Realidade representativa do racismo estrutural, que se repete em tantos lares brasileiros, que faz com que mulheres pobres e, conseqüentemente, negras, ou negras e, conseqüentemente, pobres, precisem levar suas filhas e filhos para o local de trabalho. Essas experiências, certamente, contribuíram para a seguinte compreensão

Imagem 8. Diário de experiências 3



Fonte: Própria Autora.

“Medo do futuro” foi o título escolhido por Bia para falar sobre a dinâmica social que está imersa a grande maioria da população negra desse país e que é um dos sentidos subjetivos que permeia a subjetividade de Bia e de grande parte dos jovens, sobretudo, negros e periféricos. Bia fala de uma meritocracia anunciada, proclamada de forma a fazer com que a população absorva esse discurso, assumindo para si a responsabilidade sobre o seu provável fracasso e legitime que a desigualdade social é fruto da inabilidade de muitos em não estabelecer e/ou conquistar seus objetivos, uma vez que as ‘oportunidades’ estão postas. Isto é, mascara a realidade brutal da estrutura racista que sempre estabeleceu os lugares sociais nesse país, pois raça sempre definiu classe.

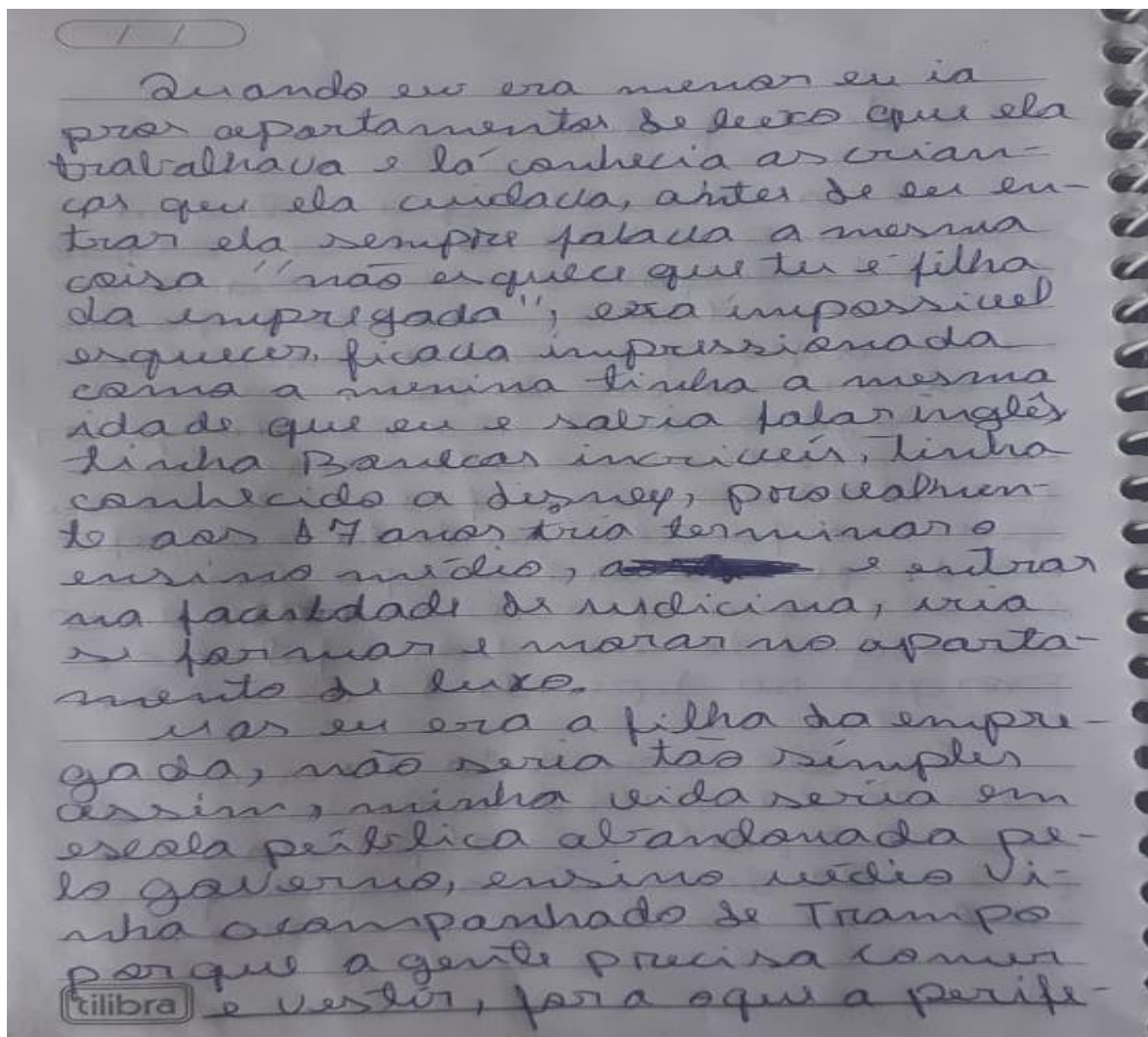


Como mulher negra e moradora da periferia Bia sabe muito bem “como são diferentes as oportunidades”. Já dizia Bia Ferreira (2018), “Experimenta nascer preto, pobre na comunidade / Cê vai ver” que a realidade social vivida por tantos jovens brasileiros é de um eterno correr atrás, é de estar sempre em desvantagem, desde o seu nascimento. É uma batalha a ser enfrentada a cada dia para conseguir entrar e permanecer na escola, lembrem-se, a Bia deste estudo, começou a estudar somente aos 8 anos de idade e ficou retida na segunda série por não saber ler. É ter que acompanhar os pais no trabalho por não ter com quem ficar e, muitas vezes, acaba sendo inserido na execução das tarefas, acarretando no trabalho infantil. É ter que enfrentar a falta de dinheiro para comprar alimento, material escolar, garantir a saúde, comprar o uniforme, dentre tantas outras necessidades. É não conseguir concluir a educação básica dentro da idade estabelecida na lei, 6 aos 17 anos. Isso só para ilustrar, porque “o que rola com preto e pobre não aparece na TV / opressão, humilhação, preconceito / a gente sabe como termina quando começa desse jeito”.

A gente sabe como e quando é que preto e pobre aparece na televisão. Quase sempre como menor, traficante, marginal, dentre tantos outros substantivos/adjetivos que, quando a cor da pele muda, logo se transforma em adolescente, estudante, jovem, e por aí segue. Mas o que não aparece mesmo na TV é o corre do dia a dia que essas crianças, adolescentes e jovens negras(os) tem que enfrentar para frequentar a escola, direito universal de todos, dever do Estado e da família.

A afirmação “*sei na pele que não é assim, ou melhor, na cor da pele*”, seguida de “*Eu até acreditaria nisso se não tivesse nascido de uma mulher preta, analfabeta, empregada doméstica e periférica e mãe solteira de extra*” são reveladoras da consciência desenvolvida por Bia de que o sucesso ou insucesso de uma pessoa negra não depende unicamente de um esforço individual, mas das condições socioeconômicas e culturais do meio em que este indivíduo está inserido.

Imagem 9. Diário de experiências 4



Fonte: Própria Autora

“ficava impressionada como a menina tinha a mesma idade que eu e sabia falar inglês, tinha bonecas incríveis, tinha conhecido a Disney” essa afirmação revela como Bia se sentia impactada com a distância que separava a sua realidade da realidade das crianças de quem sua mãe cuidava no trabalho. Por vivenciar, ainda que indiretamente, os dois mundos, o do centro e o da periferia, ela aprendeu como “são diferentes as oportunidades”. Aprendeu que quem vive na periferia dificilmente terá acesso a determinados bens e/ou materiais, a cultura, a escolas de qualidade e às facilidades para o estudo que aqueles que estão fora da periferia tem.

O relato “Não esquece que tu é filha da empregada”, que a mãe lhe transmitia sempre antes que adentrasse aquele ambiente que não era o dela, me chamou a atenção e, então, pedi para que ela falasse o que significava essa fala e eis que

é assim, pés no chão, saber aonde eu tô, saber daonde eu vim, de onde eu sou, pra não deixar me influenciar, não deixar me envolver, tipo, ela, quando ela falava “não esquece que tu é filha da empregada” é “não esquece que tu é pobre, não esquece que a gente mora no Guamá, e que isso aqui é só uma visita, não deixa se iludir com isso daqui”. Era meio que prevenção sabe pra mim, sei lá, até hoje eu não entendi muito bem, mas ela sempre repetia. Ela falava “não esquece de onde tu saiu, não esquece o teu lugar” (Dinâmica conversacional)

O pensamento que se reflete no comportamento da mãe de Bia para com ela nos remete ao que preconiza Fernando González Rey de que a produção subjetiva ou a subjetividade não se esgota na realidade concreta e imediata em que acontece a experiência atual. Nossa existência humana decorre das experiências, das vivências, das emoções que vão emergindo ao longo da nossa vida.

Isto nos ajuda a compreender que o alerta emitido pela mãe para que Bia não se permita sonhar, a fim de evitar um sofrimento ainda maior, baseia-se no processo histórico que vem se repetindo para a maioria das mulheres negras, ano após ano, de que filha de empregada, empregada será. É como se dissesse a ela que o mundo dos patrões não lhe pertence, a sua realidade é e sempre será outra, que o “teu lugar” será o da periferia, o da servidão assim como todas as outras mulheres negras que vieram antes. O comportamento da mãe reflete um modelo dominante na subjetividade social atravessada pelo racismo estrutural.

Dada a centralidade que Bia confere à mãe, é interessante observar a produção subjetiva da mãe para analisar a produção subjetiva de Bia uma vez que a subjetividade se constrói na relação com o outro. Bia interpretou a atitude da mãe como um cuidado para com ela, um alerta, uma “prevenção”.

Muito provavelmente a fala tinha mesmo o objetivo de proteger Bia, por saber a distância que separa os dois mundos, que não teria condições de proporcionar a ela os mesmos bens e oportunidades que tinham as crianças filhas(os) dos patrões. Todos esses alertas da mãe revelam que ela produziu sentidos subjetivos associados ao lugar de subalternidade que foi destinado ao negro nessa sociedade racista e que permeia a subjetividade social dominante, bem como, sentidos subjetivos relacionados a incapacidade de mudar as trajetórias.

Aí reside a crueldade que existe nesse tipo de fala e pensamento que é indicativa de uma subjetividade social, que não é exclusividade da mãe de Bia, que é transmitida cotidianamente para milhares de crianças, adolescentes e jovens negras(os). Quantas

vezes escutamos “se é negro, tem que se esforçar para ser duas vezes melhor”. Convivemos com o fardo de conviver com a falta de perspectiva e de liberdade para sonhar e ousar traçar outras trajetórias. Um fardo que foi imposto aos mais velhos e que é transmitido aos mais novos porque também lhes foi negado o direito ao sonho e à liberdade. Como afirma Lázaro Ramos, “viver num mundo onde raramente ou nunca se é o protagonista tira muito de nossas almas. Imagine o que é viver sempre à margem. Claro que existem as exceções, mas a regra, se você tiver um olhar mais atento, é outra” (2017, p. 141).

Nos diálogos, Bia relatou várias situações em que teve, muitas vezes, que se calar ou assumir a responsabilidade por algo que não havia feito, para não colocar em risco o emprego da mãe. Ou, viu a mãe passar por situações de constrangimento e acusações infundadas. Sobre isso ela fala

Eu já vi ela passar por tanta coisa que só Deus.. justamente por, pela condição que ela vive, só pelo fato de ela ser empregada é como tudo fosse ela, ela seria a única que teria motivo pra roubar, a única que teria motivo pra fazer qualquer coisa porque é a empregada. Eu cresci vendo a minha mãe nessas situações. Aí eu falava pra ela, aí toda vez que eu vou ajudar ela, em alguma diária, alguma coisa que ela faz assim de extra eu sempre falo “mãe, um dia a senhora que vai ser servida, um dia eu vou fazer a senhora ser servida, um dia a senhora vai parar de servir os outros”. Porque eu vejo aquela cena, nossa. (Dinâmica conversacional).

É interessante notar que ao contrário dos sentidos subjetivos associados à subalternidade produzidos pela mãe, Bia vai criando sentidos subjetivos de rejeição a essa subalternidade e lugar de inferioridade e suspeição pelo fato de ser empregada e negra.

Esse relato de Bia nos faz levantar a **hipótese** de que o fato de ter acompanhado a mãe no trabalho em vários momentos da sua vida conhecendo, assim, as duas realidades, a da periferia e do centro, bem como o constante alerta da mãe para não se deixar iludir fez com que Bia desenvolvesse uma consciência crítica acerca das distâncias e desigualdades que separam ricos e pobres, brancos e negros. E nesse processo de tomada de consciência, Bia vai criando recursos subjetivos que alimentam a vontade e o pensamento positivo de querer mudar a própria realidade. A expressão “*um dia eu vou fazer a senhora ser servida*” é um indicador da produção de sentidos subjetivos associados a formulação de objetivos de vida, assumindo para si a responsabilidade de transformar a realidade da mãe ao tempo em que rompe com a trajetória de servidão. Isso fica ainda mais evidente nesse outro trecho da fala de Bia

Eu nunca vi um patrão negro. Nunca, nunca, nunca, nunca, nunca. Nem tipo ah círio, assim, ela ama fazer diária em círio, aí eu vou ajudar ela, eu não vejo ninguém negro sentado na mesa, é só gente branca. E ela é a empregada negra e a filha da empregada também negra. Uma situação curiosa foi no círio, acho que 2017, ela foi trabalhar na casa da mãe da patroa dela. Como ela é uma excelente funcionária, excelente cozinheira, então sabe ela vai diversificando por toda família. E lá eu fui ajudar ela no círio. Eles eram “humildes” não viam diferença entre empregada e patrão. Mas isso é só na cabecinha de quem é alienada. A mamãe chega “eles são humilde, isso e aquilo”, eu falo “não mãe, não são, eles são normal”. Aí eu fui ajudar ela, aí ela falava, “ah vai colocar os prato na mesa”. Eu já tinha muita coisa formada, já tinha minha opinião, já tinha sabe meus pensamento, eu chegava, um bocado de gente só branco, tinha uma galera que tinha vindo de Colômbia, essas coisas e eu olhava... pegava o prato colocava na mesa, servia tudo bonitinho, e voltava pra cozinha com ela. Eu passei o dia inteiro pensando, “nossa, isso não é pra mim, um dia eu vou dar a volta por cima. Um dia eu vou tirar a minha mãe também dessa situação, porque eu não consigo entender como uma mulher tão boa, tão maravilhosa passar a vida toda nisso, só servindo gente branca”. Aí é o que eu penso ela serviu por tantos anos gente branca, tem que parar com isso entende (Dinâmica conversacional).

A repetição da palavra “*nunca*” na frase “*Eu nunca vi um patrão negro. Nunca, nunca, nunca, nunca, nunca*” revela como as experiências de acompanhar a mãe ao trabalho a impactou e fez refletir sobre o fato de nunca se ver representada no lugar daquele que está sendo servido. O caráter não determinista da subjetividade é que permite analisarmos como que a construção subjetiva de Bia acontece no sentido contrário aos sentidos subjetivos da mãe quando esta a dizia para não esquecer do lugar de onde viera, isto é, a faz contestar os lugares/espços sociais que historicamente foram destinados a brancos e negros.

A subjetividade, como é concebida por Fernando González Rey, tem esse caráter dinâmico, processual e singular. A produção de sentidos subjetivos acontece a partir das mais diferentes experiências do indivíduo, nos mais diferentes espaços e contextos sociais, seja no âmbito individual seja no social. À medida que o indivíduo vai experienciando novos conflitos/acontecimentos, ele vai construindo outros sentidos que podem gerar respostas diferentes para as situações concretas do seu cotidiano.

A construção subjetiva de Bia, diante da experiência “na cozinha da família branca” foi no sentido de questionar a configuração social, de confrontar o fato de que a mãe passou a vida inteira “*só servindo gente branca*”. Essa fala reforça o indicador de que Bia assumiu para si a responsabilidade de mudar a própria realidade e da mãe, ao mesmo tempo que revela a consciência construída em torno do problema social e

estrutural que permeia a realidade brasileira ao estipular um lugar para brancos e um lugar para negros.

Portanto, esse indicador reforça a hipótese de que ao frequentar os dois mundos, ela conseguiu se distanciar e se aproximar das realidades, compreendendo a dinâmica que rege as duas, e com isso, produziu uma forma particular de ver a realidade, pois a sua análise passou a ser a de quem está dentro e está fora ao mesmo tempo, como uma *outsider* (COLLINS, 2016). E nesse sentido produziu sentidos subjetivos que rejeitam o lugar de servidão e inferioridade destinado aos negros.

Não é possível dizer o mesmo em relação à mãe de Bia, que apesar de frequentar os dois mundos, de alguma forma, assume o lugar de subalternidade e/ou inferioridade ao considerar que os padrões “eram *“humildes” não viam diferença entre empregada e patrão*”. Bia admite que durante algum tempo também assimilou esse discurso, como relatado em outro trecho do diálogo, “*Eu cresci falando isso, depois que eu fui entender o que eu estava falando, não, isso é o direito deles. O meu direito é ser tratada bem e o direito deles é, o dever deles é me tratar bem*” (Dinâmica conversacional).

A mudança que Bia demonstra no modo de compreender a realidade é fruto do caráter dinâmico e não determinante da subjetividade. No entanto, é preciso levar em consideração o poder que as construções sociais acerca do racismo exercem na constituição da subjetividade social e individual dos brasileiros. Não se pode negar que o modelo dominante da subjetividade social impacta a vida das pessoas e tem capacidade de fazer com que pessoas negras assumam o lugar de subalternização que é alimentado constantemente pela cultura do desrespeito.

A cultura do desrespeito faz com que pessoas negras sejam desrespeitadas, discriminadas ou sofram injúrias raciais, para usar o termo jurídico, de forma contínua, como as experiências de opressão vividas pela mãe de Bia, a exemplo, “*só pelo fato de ela ser empregada é como tudo fosse ela, ela seria a única que teria motivo pra roubar*”. A repetição dessas experiências pode provocar a constituição de sentidos subjetivos diferentes em cada situação vivida, que tanto podem reforçar a subjetividade social dominante do racismo, da suposta inferioridade do negro e a propensão ao crime, quanto podem produzir sentidos que rejeitem essa construção social.

Portanto, ainda que o contexto social vivido por Bia e a mãe seja o mesmo e que os processos simbólicos e emocionais sejam construídos socialmente, a forma como cada uma subjetivou esses processos é singular, pois neles estão contidas as emoções e as histórias de vida que agregam experiências sociais e singulares ao mesmo tempo. O tempo

histórico e geracional da formação de Bia é outro, a oportunidade de frequentar a escola e se alfabetizar que a mãe não teve, a possibilidade de passar por um tratamento terapêutico, dentre outras experiências contribuem para que os processos simbólicos-emocionais construídos por Bia e pela mãe aconteçam de forma diferenciada, singular.

A produção dos sentidos subjetivos acontece na contradição e no confronto entre o singular/individual e o social, entre o simbólico e o emocional. Veja que a mãe de Bia continua com a mesma centralidade em sua vida e continua sendo fonte de produções subjetivas, no entanto, as construções subjetivas de Bia se confrontam com as da mãe. Esse processo demonstra a emergência da condição de sujeito em Bia que vai se constituindo a partir das experiências vividas nesses dois mundos, mas também da configuração subjetiva da família, do racismo, da cultura e da trajetória individual, que inclui, por exemplo, o acesso à educação institucional que a mãe não teve.

O acesso à educação básica, ainda que precário, como veremos nos relatos que seguem, contribuíram para a formação da compreensão de mundo de Bia e também é a sua aposta para transformação da própria realidade:

eu estudei na escola Amalia Paumgarten<sup>35</sup> o fundamental todo, e é uma das escolas mais desprezadas aqui do Guamá, quase ninguém conhece, porém o ensino é muito bom, mas lá eu, tinha dias que a gente saía da escola e tinha um cara morto na porta porque ficava na Santa Rosa e é uma rua muito perigosa (Dinâmica conversacional).

Aí tinha dia que a gente passava a semana toda sem merendar porque a escola tinha sido roubada. Muitas situações, tinha dia que a gente tinha que ficar trancado na sala porque como o muro da escola era baixo, ah ladrão fugia lá pra dentro pra se esconder da polícia, e o meu fundamental todo foi isso. Mas os diretores são maravilhosos, as professoras, nossa, excelente, excelente, professores, meu deus do céu, os melhores professores que eu tive na vida foi ali. E quem entra lá primeira série só sai quando chega no nono ano, mas é muito difícil a galera chegar, no sexto ano no outro ano já sai da escola. É porque tipo como a gente vai crescendo e convivendo com aquilo se torna natural e se apegar na escola e os diretores são tão bons que parecem que são da família, porém se for olhar por esse lado, de ser perigoso, e todo dia a gente sofreu alguma coisa porque aconteceu milhares de vezes, ladrão entrar, fugir de polícia, galera ser morta lá na frente a gente sair tá rolando tiroteio, parece que eu tô falando de Rio de Janeiro, mas não, perto da minha casa (Dinâmica conversacional).

---

<sup>35</sup> Escola da rede municipal de ensino da cidade de Belém-Pa que atende ao ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

“*Como a gente vai crescendo e convivendo com aquilo se torna natural*” essa afirmação revela como a violência impacta a subjetividade de Bia, como ela gera sentidos subjetivos associados à naturalização da violência como sendo algo comum do seu dia a dia, uma vez que “*ao longo da vida se acostuma*” como afirmado no instrumento Complemento de frases.

Ao mesmo tempo que também gera sentidos subjetivos de contestação dessa naturalização e banalização da violência e da vida dos jovens negros que residem na periferia e que fazem parte das suas relações afetivas e cotidianas, pois os corpos da “*galera [que é] morta lá na frente*” ou a galera que está envolvida no “*tiroteio*” tem nome, tem família, tem amigos, tem vizinhos, tem(tinha) vida, tem história que está diretamente vinculada à história desses estudantes. Esse tipo de experiência interfere direta ou indiretamente nas suas trajetórias, seja pelos danos psíquicos, seja pela falta de suporte material e financeiro provocado pela perda/ausência do parente.

Há experiências coletivas de opressão provocadas pela estrutura racista que atingem, direta ou indiretamente, toda a população negra, a exemplo da exposição à violência, das condições concretas de habitação, do acesso precário ao ensino público, a saúde, a alimentação, dentre tantos outros direitos que são negados. A experiência com a fome e com o desemprego é coletiva. A experiência com a violência letal direcionada principalmente contra a juventude negra e periférica, mais especificamente, contra o jovem do sexo masculino, é coletiva.

Todas essas realidades fazem parte do contexto histórico e social em que a subjetividade se constitui porque nós somos seres históricos e sociais, portanto, estamos sempre sujeitos à dinâmica da vida social e cultural, à processualidade dos acontecimentos históricos. Dessa forma, “os indivíduos e grupos não expressam de forma imediata e direta as configurações subjetivas de suas ações, pois elas não representam um a priori da ação que, simultaneamente é constituinte dela” (GONZÁLEZ REY; GOULART; BEZERRA, 2016, p. 56). Ou seja, todas essas experiências com a violência e violação de direitos vivenciadas por Bia, de alguma forma, se refletirão efetivamente em algum momento de sua vida na produção de novos sentidos subjetivos que, certamente, estarão associados à angústia, ao sofrimento psíquico, a silenciamentos, medos, dentre tantos outros impactos que afetam a vida de negras e negros. A naturalização da violência, a aparente banalidade da vida, as dificuldades para continuar na escola, a realidade concreta da vida são fatores que integram(rão) a processualidade

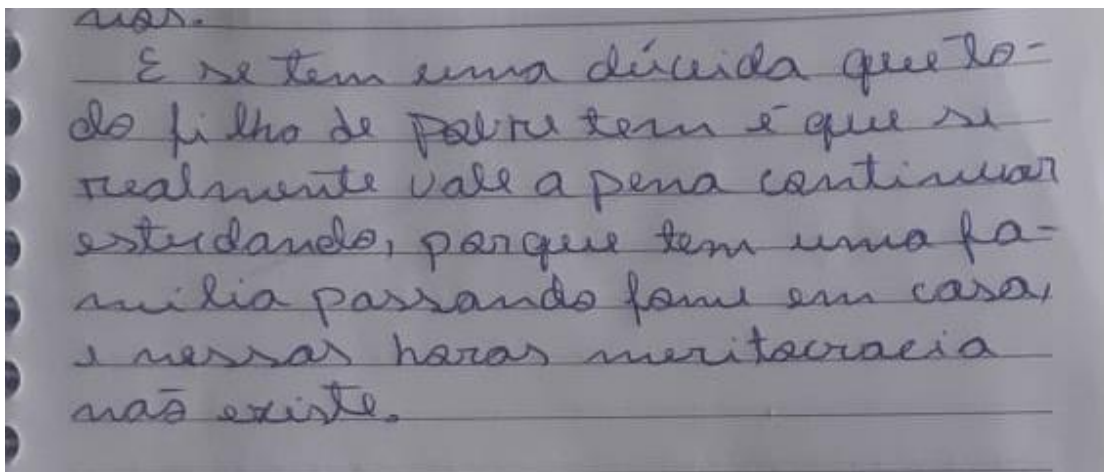


da subjetividade de Bia, interferindo, provavelmente, nas suas escolhas e na construção de novos processos subjetivos.

Enquanto tem gente lá no bairro Nazaré que faz a escola fundamental, ar condicionado, professores excelentes, o carro particular vai pegar na porta, vai levar, chega em casa no apartamento a empregada doméstica negra já fez o almoço, chega, almoça, merenda, vai pro quarto, com seu computador, notebook, celular último lançamento, dorme, tem todo tempo do mundo pra estudar, final de semana sai com as amigas e é simples, é isso. Tem seus conflitos, ok, todo mundo tem, porém comparado ao estudo, sabe?, quantos cursos a pessoa quiser fazer ela faz porque o pai é formado em medicina, a mãe é em direito, tem toda oportunidade de vida, só não estuda se não quiser. Porém a galera que mora no bairro da periferia passa toda essa atribulação na escola pra poder estudar, um sol desgraçado, sem ar condicionado, sem ventilador, chega em casa encontra o pai e a mãe brigando, a sua casa é numa vielazinha que lá no fundo é boca de fumo, na casa não tem almoço, não tem janta, não tem merda nenhuma pra comer e os conflitos só vai aumentando, tu chega nos teus 17 anos se tu é homem tu quer vestir alguma coisa, tu quer sair com os amigos tu não tem dinheiro, não tem quem te dê dinheiro e tu pensa “eu vou estudar? Como que eu vou estudar com fome? Como que eu vou estudar sem roupa? Como que isso vai acontecer?” aí tem um traficante lá na frente, tu vai ganhar dinheiro fácil com aquilo, sabe, é muito mais fácil vender droga e ter dinheiro do que passar fome todo dia indo pra escola, porque a recompensa não chega 2, 3, 4 anos. Demora, a recompensa do estudo demora pra chegar e até lá é uma luta tão grande pra quem não tem nada na vida. A meritocracia, eles falam se encaixa pra todo mundo, é impossível se encaixar pra todo mundo. Eu tenho um colega que eu estudei com ele na primeira série, o nome dele é Ezequiel, ele mora na minha rua, o Ezequiel lia muito bem, era um excelente estudante, porém a família dele só era traficante, o irmão dele foi morto na saída de um assalto. O irmão dele era a única coisa que ele tinha e o avô dele é alcoólatra e viciado, e o Ezequiel era um excelente estudante, mas o Ezequiel hoje em dia é metido no mundo das drogas. (Dinâmica conversacional).

E no Diário de experiências temos ainda o seguinte relato:

Imagem 10. Diário de experiências 5



Fonte: Própria Autora.

Tanto o trecho do relato na Dinâmica conversacional quanto o trecho do relato do Diário de experiências revelam que a realidade vivenciada por Bia é geradora de sentidos subjetivos associados ao medo, à insegurança e a incertezas.

Ao comparar as duas realidades Bia explicita de forma contundente as desigualdades, demonstrando o grau de consciência que desenvolveu acerca da estrutura socioeconômica que rege o país, reforçando a hipótese de que a experiência nos dois mundos a possibilitou analisar de modo bem peculiar a dinâmica social da sua vida.

Quando afirma que “*é impossível se encaixar pra todo mundo*” revela que não aceitou o falso discurso da meritocracia. Essa concepção liberal, que compreende que todo homem é capaz de êxito pessoal, com base nos princípios da liberdade e da igualdade proporcionadas pelo Estado, desde que tenha vontade, coragem e capacidade para estudar, trabalhar e assim conquistar objetivos materiais e sociais é realmente uma falácia.

Como afirma Fernando González Rey (2010, p. 338) “o caminho da vida não é uma expressão linear de caráter racional, mas o processo complexo de configuração subjetiva do vivido, que é responsável pela motivação das opções do sujeito”. E na complexidade da realidade vivida, os sentidos subjetivos podem e são, por vezes, contraditórios, assim como é possível perceber na produção subjetiva de Bia que experimenta uma constante contradição entre as incertezas, medos e inseguranças com o futuro e o desejo pulsante de conseguir ultrapassar as barreiras que lhe são impostas cotidianamente para conquistar seus objetivos.

Na pesquisa construtivo-interpretativa, o conhecimento não se define imediatamente no momento da coleta de dados, mas através da interpretação e da análise de expressões e falas do sujeito pesquisado. É no contraponto de todas as

informações/dados coletados com o objeto/problema de estudo que torna possível construir interpretações de forma concatenada, como, por exemplo, a compreensão de que o racismo estrutural estabelece condições concretas de vida, necessidades materiais e vitais da juventude, ausência de perspectivas no futuro, o tempo que demora a “*recompensa do estudo*”, e esses fatores interferem nas escolhas e trajetórias de vida da juventude negra e periférica. Por isso, ao mesmo tempo que é possível destacar o desenvolvimento da consciência crítica em Bia ao questionar o sistema, a meritocracia, o posicionamento de subalternidade da mãe e a vontade de transformar a realidade, também é possível destacar a sua falta de esperança, de perspectivas, a incerteza e o medo do que o futuro pode reservar para a sua vida.

Concluir ou não a educação básica nem sempre é uma questão de escolha, mas uma condição imposta pelos obstáculos da vida. Vale lembrar, Bia só começou a estudar aos oito anos de idade, porque até então morava em uma zona rural, e ficou retida na segunda série por não saber ler. Hoje, ela está com 19 anos e ainda não concluiu o ensino médio. Em 2020, estava matriculada no terceiro ano, com a pandemia de COVID-19 só concluirá, provavelmente, em 2021, razão que a faz pensar em não voltar mais para a escola, porque precisa trabalhar, e prestar exame no Encceja<sup>36</sup>.

Bia já está ‘atrasada’ no estudo em dois anos de acordo com o tempo regulamentar em que deveria concluir o ensino médio<sup>37</sup>. A pressão para que comece a trabalhar é grande, afinal, já ultrapassou os 18 anos. Ela também quer ter autonomia, quer ser independente e não tem condições de ser sustentada pela família até conseguir a aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), assim como boa parte dos jovens das casas em que a mãe trabalhou.

Eu tenho 18 e a minha mãe tá, começou a pagar curso pra mim porque ela fala “minha filha ano que vem tu tem que trabalhar”. Ela devia falar, ela fala muito “minha filha tu tem que estudar, tem que se formar”, mas 18 anos eu vou ter que trabalhar, porque, não é escolha minha, sabe. É fato, eu tenho que trabalhar porque o que eu vou fazer da minha vida se eu não trabalhar, entendeu? Ela não tem condições de sustentar minha

---

<sup>36</sup> Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos. Exame realizado pelo Inep para diagnosticar a educação básica brasileira e possibilita a certificação nos níveis de conclusão do ensino fundamental e ensino médio, para jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada.

<sup>37</sup> A taxa de distorção idade-série entre os estudantes da rede pública do Ensino Médio, no Brasil, em 2020, ficou em 28,9%. No entanto, entre os estudantes da Região Norte esse percentual sobe para 38,7% e no estado do Pará, especificamente, o quadro é ainda mais crítico, chegando a 48,3%. (Fonte: MEC/Inep. Taxa de Distorção Idade-Série – Brasil, Regiões Geográficas e Unidades da Federação - 2020).

casa, sustentar minha irmã e me sustentar. Então eu tenho que trabalhar. Aí eu começo a trabalhar, trabalhar provavelmente eu vou trabalhar durante o dia e estudar a noite, dar um jeito no meu cursinho, uma hora eu vou cansar então eu vou pensar pô então eu vou parar, “eu não vou pensar, com fé em Deus”, mas as pessoas pensam “já que eu tô trabalhando, ganhando meu dinheiro, eu vou dar uma pausa no estudo porque eu tô ficando muito cansada, ano que vem eu volto a estudar” e muita gente nunca volta a estudar (Dinâmica conversacional).

Essa pressão para começar a trabalhar com a chegada dos 18 anos, infelizmente, é uma coisa natural para quem é preto e pobre. Aliás, esperar chegar aos 18 é ainda um ‘luxo’ para muitas famílias da periferia. Eu comecei a trabalhar desde os 14 anos de idade e não parei mais. Ter a oportunidade de apenas estudar é um luxo que muitas famílias brasileiras não têm possibilidade de oferecer aos seus filhos(as). É uma vitória conseguir concluir o ensino médio, apesar de toda energia despendida para suprir necessidades como comer, pagar aluguel, pagar contas de energia, água, e suprir as necessidades pessoais. É um sacrifício árduo que exige muita determinação desses jovens para, muitas vezes, conciliar trabalho e estudo, pois “*se fosse questão de escolha, todo mundo ia escolher, sabe, estudar, sabe, ingressar numa faculdade, crescer, mas não é assim*” (Dinâmica conversacional).

Nesse relato fica evidente que o estudo, que é uma prioridade para Bia por ser o caminho que lhe possibilitará transformar a própria realidade e, conseqüentemente, a da mãe, vai abrindo espaço para o trabalho. Houve um grande esforço da mãe para que ela apenas estudasse até os 18 anos, mesmo com todas as dificuldades e privações enfrentadas pela família.

É possível afirmar que ambas, mãe e filha, fizeram do estudo uma centralidade na vida de Bia, entretanto, enquanto essa apostou na educação básica como caminho para chegar à universidade, a mãe apostou como caminho para o ingresso no mercado de trabalho. A mãe investiu em cursos de informática, de assistente administrativo e de operadora de caixa para o “*currículo ficar bonitinho*” (Dinâmica conversacional) e, assim, Bia pudesse ter melhores oportunidades no mercado de trabalho, visando romper com o ciclo de servidão como empregada doméstica. A expectativa era que Bia começasse a trabalhar ainda no início de 2020, conciliando trabalho com o último ano do ensino médio. Ou seja, a prioridade da mãe é que Bia comece a trabalhar para ajudar a família com as despesas e tirar a pressão financeira que recai toda sobre a mãe.

A afirmação “*É fato, eu tenho que trabalhar porque o que eu vou fazer da minha vida se eu não trabalhar, entendeu?*” revela como que o trabalho vai adquirindo,

paralelamente, centralidade na vida de Bia por conta das necessidades materiais e da pressão exercida pela mãe. A vida ou sobrevivida, não apenas dela, mas da família depende do trabalho, e o esforço para conseguir uma colocação melhor no mercado de trabalho é compartilhado por toda a família. Pela mãe que se sacrifica para pagar os cursos profissionalizantes e por Bia que tem que conciliar estudo e curso e depois trabalho e estudo, ainda que saiba que corre o risco de “*uma hora [...] cansar então eu vou pensar pô então eu vou parar*”.

Todas essas preocupações permeiam a subjetividade de Bia e ficam evidentes não apenas nos relatos, mas também no instrumento Complemento de frases:

**A preocupação principal** - É o meu futuro

**Meu maior temor** - É não conseguir realizar meus sonhos

**Tenho dificuldade** - Em acreditar em mim mesma

**Meu maior problema** - É ser negativa em algumas situações

No entanto, a centralidade do estudo parece ser mais forte em Bia porque mais do que uma necessidade, é um desejo pessoal de adentrar na universidade, de seguir uma carreira que corresponda aos seus sonhos. Dessa forma, ela cria recursos subjetivos para enfrentar a realidade que se desenha para seu futuro e se mantém firme no pensamento “*eu não vou pensar [em desistir], com fé em Deus*”.

como a minha mãe já me falou, eu tenho uma prima, questão de.. até dentro da família tem pessoas que tem mais oportunidades que tu, minha prima ela mora sozinha com a mãe dela e se formou agora em técnica de enfermagem, ela não quis ir entrar na faculdade, preferiu curso técnico e a minha mãe viu que ela tá ficando bem, isso e aquilo, chegou pra mim “minha filha não precisa passar né anos e anos pra se formar em psicologia, tu pode fazer um curso técnico vai arrumar um emprego rápido” por um momento eu pensei “pô, isso vai deixar a minha mãe muito feliz, né” e é mais fácil, então eu posso ficar um ano e meio em um curso técnico e de lá posso estagiar, sabe, passo a vida toda dentro de um hospital, uma coisa que eu nunca pensei na minha vida, mas é mais fácil, eu até pensei e eu fazendo um curso técnico aí sim eu posso pagar minha faculdade particular, mas não, não é isso que eu quero. Eu vou escolher o caminho mais difícil, ok, mas é o caminho que vai me satisfazer, que vai me deixar feliz, daí eu falei “não mãe, quem sabe eu não entro o ano que vem na federal [UFPA], nem no outro e nem no outro, mas eu vou entrar e até lá pode acontecer o que acontecer, mas eu vou entrar e eu não vou abrir mão disso (Dinâmica conversacional).

Como afirma Fernando González Rey (2010), os sentidos subjetivos sofrem metamorfoses e são susceptíveis de desdobramentos. Isto é, Bia vive um confronto na

produção de sentidos subjetivos que é gerado pela tensão entre a necessidade de trabalhar e o sonho em ingressar na universidade. Ora a realidade a faz pensar em arrumar um meio de suprir logo as necessidades financeiras e assim poder ajudar a mãe, ora o que a mobiliza é a consciência e desejo de seguir os seus objetivos, realizar os seus projetos de vida de ter uma carreira na Psicologia.

As contradições fazem parte do processo de constituição da subjetividade. Embora, por vezes, as contradições criem tensões, desordens, desestabilização, elas também, criam alternativas e/ou possibilidades criativas. O exercício da consciência sobre as contradições da vida gera processos de subjetivação. É a dinamicidade e a contraditoriedade da vida que possibilita ao ser humano se repensar, se refazer, se reconstituir e se autodefinir. A subjetividade e a identidade se firmam nesse processo.

É esse refletir sobre a própria realidade que possibilita a Bia questionar o seu lugar no mundo, como reconhecer que o seu lugar é a periferia, mas que o centro também pode ser o seu lugar, que a universidade pública federal também pode ser o seu lugar. E é dessa forma que a UFPA ganha centralidade na sua vida, mesmo sabendo que os obstáculos do caminho serão inevitáveis.

A afirmação de que prefere “*escolher o caminho mais difícil, ok, mas é o caminho que vai me satisfazer, que vai me deixar feliz*” revela a capacidade dela se posicionar diante da vida, diante dos obstáculos que a estrutura social racista impõe para os jovens pobres da periferia. Bia demonstra nesse relato e em outros momentos da conversação, bem como, no Complemento de frases – “**Não posso** – Desistir, mesmo nos dias em que eu queria; e, **Desejo** – Ter o que é meu, casa e estabilidade em várias áreas” – capacidade de escolha e definição do que deseja para a sua vida.

Bia se posiciona ativamente frente à vida, isto é, assume o papel de sujeito do seu destino. Ao afirmar a sua escolha pelo curso de Psicologia, rompe novamente com o comportamento de querer agradar a mãe em detrimento de anular os próprios desejos e assume para si a responsabilidade de atingir a meta estabelecida, “*aconte[ça] o que acontecer, mas eu vou entrar [na UFPA] e eu não vou abrir mão disso*”.

A Universidade Federal do Pará se destaca como uma instituição geradora de recursos subjetivos em Bia por tudo o que ela representa de possibilidades na sua vida: sair e retirar a mãe do lugar de subalternização em que sempre estiveram através da formação acadêmica, que por sua vez a instrumentalizará para atuar na transformação social, como é possível observar nessa fala, emitida no Grupo de Diálogo sobre Racismo e Preconceito, com a turma T203, em 2019, momento em que discutíamos a

responsabilidade de cada indivíduo e da sociedade como um todo no processo de transformação da realidade social que o racismo nos impõe.

**Bia:** Quem tá morrendo é a gente. Quem tá morrendo é a gente, então, quem tem que lutar pelos seus direitos é a gente e eu acho, assim, tipo... é uma visão minha, um lado bem particular.\*\*\*\*Então se matar jovem, negro dentro da periferia é porque eles são ameaça pra quem tá lá. Porque eu tenho fé em Deus que um dia eu vou me formar e quando eu formar, eu não vou esquecer todas as situações que eu passei, eu não vou esquecer o bairro do Guamá, eu não vou esquecer a escola\*\*\*\*\*. [...] Então, eu acho que é por isso que toda vez que eles exterminam um bando de jovens, é pra não mudar a realidade que tá. Mas cada vez que cada um daqui, que pega um caderno e pega uma mochila e tenta vir pra escola, tenta estudar, se formar e entrar na Federal, entendeu, que antigamente a predominância era de gente rica, mas hoje, graças a Deus tá mudando [...] (GD T203).

As afirmações “*quem tem que lutar pelos seus direitos é a gente*” e “*Porque eu tenho fé em Deus que um dia eu vou me formar e quando eu formar, eu não vou esquecer todas as situações que eu passei, eu não vou esquecer o bairro do Guamá, eu não vou esquecer a escola*” são indicadores da consciência desenvolvida por Bia de que não basta mudar a sua realidade individual e não se preocupar com a transformação da sociedade. Adentrar na universidade para ela não significa apenas a possibilidade de realização de um sonho pessoal ou ascensão social, mas fortalecimento da luta contra as formas de opressão. Dessa forma, o seu posicionamento ativo frente ao objetivo de adentrar na UFPA é gerador de sentidos subjetivos de autoafirmação e de fortalecimento da identidade.

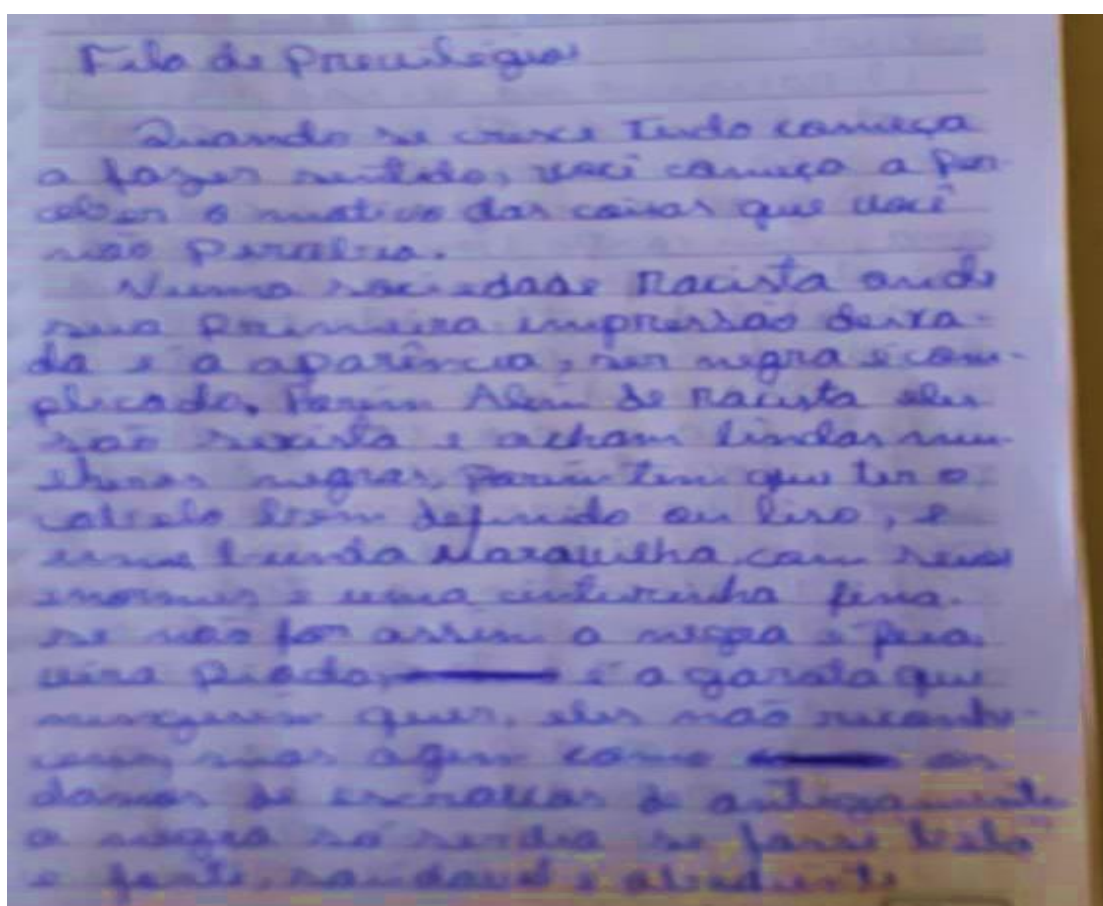
#### 5.4. “UMA ORIENTAÇÃO SEXUAL DIFERENTE, NADA PADRONIZADA”: A INTERSECÇÃO ENTRE RACISMO, SEXISMO, SEXUALIDADE E SUBJETIVIDADE

Foi a namorada, a responsável por fazê-la entender “que no coração de Bia, meninos não tem lugar” (BUARQUE DE HOLANDA, 2017). A namorada, pessoa importante na construção de subjetividades de Bia, é “*a pessoa mais impressionante que eu já conheci [...] ela é fantástica, tão responsável, corre atrás do que quer, dá o jeito de viver com a sua autonomia, cuida muito bem de quem ama, tá sempre do meu lado a qualquer momento e horário, é maravilhosa*” (Complemento de frase). Bia a classifica como pessoa branca de pele bem clarinha, jovem como ela e também moradora do bairro

do Guamá, compartilham os mesmos sonhos de conquistar liberdade e autonomia financeira.

Bia se considera com “sorte” por ter encontrado alguém disposta a fazer um “Blues para Bia”, sem censura, apenas “doce melodia pra ela se enternecer”. Ah, mas até chegar ao ponto de assumir a sua orientação sexual e conseguir ouvir o *blues* que lhe foi proposto, Bia passou por um processo doloroso de não aceitação da orientação sexual, e por consequência, não aceitação de si, o que resultou em autotortura, afinal, esse seria mais um motivo, dentre os outros, para a rejeição, seja em casa, na escola, na igreja, no bairro, na rua, na vida.

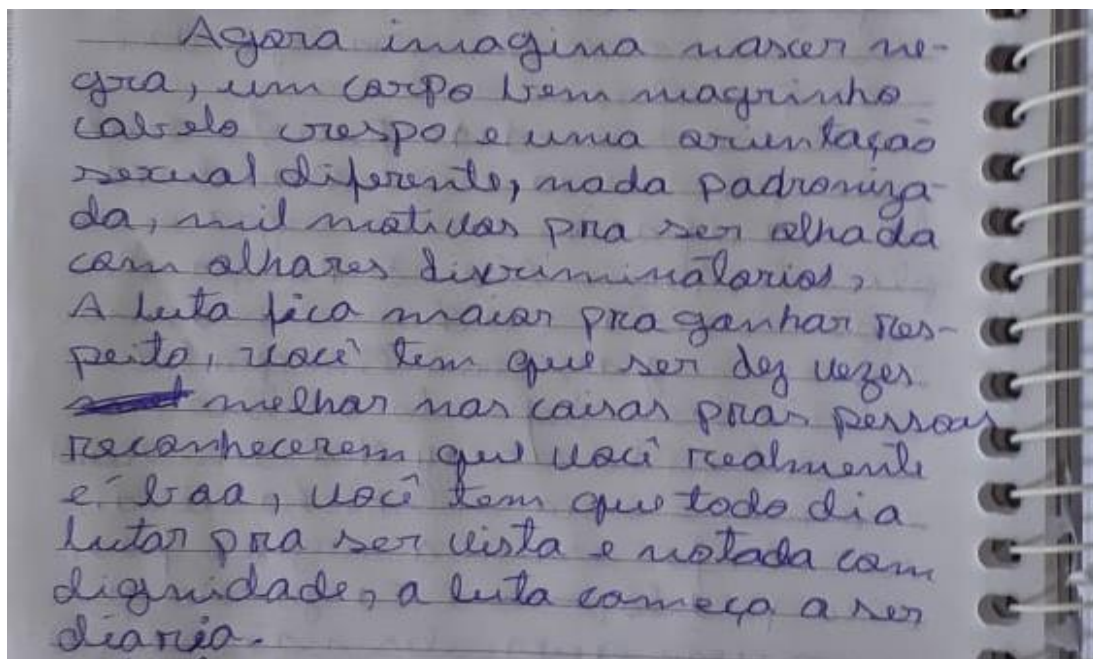
Imagem 11. Diário de experiência 6



Fonte: Própria Autora



Imagem 12. Diário de experiências 7



Fonte: Própria Autora.

Em seu segundo relato no Diário de experiências Bia escolheu o título fila de privilégios para falar sobre racismo, sexismo, identidade e sexualidade. Isto é, falar da dificuldade em ser uma mulher negra nessa sociedade racista, que além de estabelecer o padrão estético de beleza pautado na branquitude, estabelece os padrões aceitáveis em uma mulher negra para que essa possa ser considerada bonita ou, melhor dizendo, desejável.

De uma forma direta Bia nos remete à objetificação e erotização da mulher negra na sociedade brasileira, em que essa “*tem que ter cabelo bem definido ou liso, e uma bunda maravilho[sa], com seios enormes e uma cinturinha fina*” (Diário de experiências). A representação da “mulata”, da “morena”, “corpo de violão” que é endeusada no carnaval, também hipersexualizada, sofre no cotidiano fortes cargas de agressividade “no momento em que ela se transfigura em empregada doméstica” (GONZALEZ, 1984, p. 228), babá, auxiliar de serviços gerais, professora, etc.

Bia chama a atenção ainda para uma outra questão que é a da De-sexualização de determinadas mulheres negras. Isto é, as mulheres que não se encaixam nesse padrão da ‘mulata do carnaval’ e que, geralmente, são preteridas para qualquer tipo de relacionamento. A mulher negra que não se encaixa no padrão Globeleza<sup>38</sup> está ainda

<sup>38</sup> Nome dado à mulher que samba, com o corpo nu completamente pintado, nas vinhetas da emissora da Rede Globo de Televisão, designadas para o carnaval e chamada de Mulata Globeleza. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Globeleza>)

mais propensa a ser rejeitada, preterida e até mesmo ridicularizada por meio de comparações, ‘brincadeiras’ e ‘piadas’ sempre com o tom jocoso que visa a inferiorização da mulher, pois a associa a feiura, sujeira e animalidade, e visa a ridicularização daquele integrante do grupo que supostamente se relacionaria com esta mulher.

Esse tipo de ‘piada’ só ganha sentido para os garotos porque nessa sociedade racista, sexista, machista, patriarcal quem, em tese, tem o direito de escolher com quem namorar é o homem, quem define o padrão de beleza aceitável ou não em uma mulher é o homem.

A afirmação de que “*ser negro é complicado*” ainda mais quando se tem “*corpo bem magrinho, cabelo crespo e uma orientação sexual diferente, nada padronizada*”, é significativa e reveladora de que todas essas características que a definem, que não são possíveis de escolha, são provocadoras de sofrimento por serem alvos de atitudes discriminatórias e opressoras. Ao longo de sua vida, Bia se viu tendo que suportar ‘brincadeiras’, piadas e ofensas diretas em função da cor da pele, do cabelo crespo, do corpo magérrimo, etc.

Nas palavras de Bia, essas ‘brincadeiras’: “*gritava mais alto na tua mente e de noite era naquilo que tu pensava, quando tu se olhava no espelho era aquilo que tu via*” (Dinâmica conversacional). Nesse trecho de fala de Bia e em outras durante a pesquisa é possível apontar como as experiências de racismo, machismo e sexismo a afeta[va], criando sentidos subjetivos de si a partir da definição externa, isto é, de inferioridade, de feiura, dentre outros, desenvolvendo assim, baixa autoestima, ansiedade, tensão e medo a cada vez que é/era preciso, por exemplo, passar por um grupo de garotos reunidos.

O racismo e o machismo se expressam de forma articulada e grosseira, através de piadas e ‘brincadeiras que visam o controle do corpo e da mente das mulheres, o que desencadeia, de forma cada vez mais frequente, o auto-ódio, isto é, as garotas desenvolvem uma rejeição e ódio pelo próprio corpo e acabam, muitas vezes, colocando em risco a própria vida.

Na expressão “*Era aquilo que tu via*”, o “*aquilo*” representa exatamente o que é indesejável, o que é condenado pelo olhar do outro, em geral, o olhar masculino, branco e hétero, que sempre determinou o que é belo, o que é aceitável, mas não somente, pois como afirmou Bia, a sociedade é machista, racista e sexista. Em outro relato, revela-se como a estereotipização do corpo é danosa para a constituição da subjetividade.

Imagem 13. Diário de Experiências 8

Moreninha  
 É complicado quando as pessoas usam um termo "Diminutivo" pra se referir a você, automaticamente você se vê naquela condição "inferior", quando você ainda não tem noção da sua grandeza isso abala ainda mais, você escuta termos do tipo "Morenã, Morena, Negona" mas quando chega em você é "Moreninha".

Fonte: Própria Autora.

Imagem 14. Diário de experiências 9

11  
 era tantas perguntas, no final ela sempre procurava o erro nela, era nela que faltava algo pra parar de ser moreninha. pras outras era tão normal chamar ela assim, mas ela não recebia daquela forma, ela sabia que era mais do que aquilo mas que a denominavam, porém ela ainda não tinha aprendido a se impor, a fazer as pessoas chamarem ela pelo nome.

Fonte: Própria Autora.

É impressionante como as pessoas brancas se acham no direito de nos definir e de nos anular ao mesmo tempo. O uso de expressões como "Moreninha", "Morenã, morena, negona" e ainda "neguinha" ou "nega" para se referir às pessoas negras serve para negar-lhes não apenas um nome próprio, mas identidade, humanidade, pois coloca

todas as pessoas de cor no mesmo balaio, como se toda mulher negra de estatura magra se resumisse a “*moreninha*”, pois toda(o) negra(o) é igual.

Chama a atenção no relato de Bia a forma como ela se sente diminuída não apenas por ter seu nome ignorado, mas porque “*moreninha*” representa uma inferiorização ainda maior na comparação com os adjetivos usados para denominar as demais mulheres, também negras, que tem um corpo dentro do padrão estético estipulado como belo, ‘violão’ ou ‘Globeleza’.

O uso do adjetivo “*moreninha*” representa muito mais do que a associação à cor da pele e à magreza de Bia, mas um conjunto de opressões que acontecem cotidianamente de forma interseccionada. Na adolescência, fase das descobertas, do aflorar dos desejos, da afirmação da sexualidade, essas experiências diretas de preconceito/racismo, esse preterimento por ser “*moreninha*” tem um peso ainda maior.

quando chega na adolescência, aquela fase da escola de namorico, todo mundo sabe já “*crusha*<sup>39</sup>” alguém, isso e aquilo, e tu vê que ninguém faz isso contigo. Aí tu fica assim: “Por quê? Tipo, eu não?”. Aí tu ainda resolve ser a melhor amiga das duas meninas mais bonitas da sala, uma de cabelo enorme lisão e a outra, nossa, com o corpo espetacular. E tu tem o cabelo crespo, tu é negra, e super desnutrida. Agora eu não sou tão, mas na época, meu Deus do céu. (Dinâmica conversacional)

As várias situações de discriminação e humilhação pelas quais Bia passou associadas ao fato de que não era paquerada por ninguém, que nenhum garoto demonstrava interesse ou desejo por estar com ela, ao contrário, tal situação era motivo de zoação, fez com que ela se sentisse ainda mais rejeitada, mas agora não apenas pela família.

A resposta ao seu próprio questionamento, “*Por quê? Tipo, eu não?*”, ela encontra na sua aparência física e na rejeição que já sentia dentro de casa e também na rua, o que a fez assimilar que sua pele/raça era feia. A exaltação da beleza das amigas em comparação com suas características físicas é um indicador dessa assimilação da estética negra como sendo feia, reprovável. E a expressão “*Agora eu não sou tão, mas na época, meu Deus do céu*” revela que ela ainda não superou totalmente a associação entre magreza e feiura.

---

<sup>39</sup> Crush é uma palavra inglesa que significa “esmagar” ou “colidir”, mas também é usada como gíria que pode significar paixão platônica, paquera ou ainda amor repentino por uma determinada pessoa.

A assimilação de que era rejeitada por ser negra, magra e feia fez Bia buscar na inteligência uma possibilidade de ser incluída. Estratégia que, como já vimos, parece ter funcionado parcialmente

“Pô, mas eu preciso interagir, eu preciso ter um ciclo social”. Aí eu tinha o quê? Que falar muito. Então, eu comecei a ler muito, \*\*\*\* sou viciada em leitura. Então eu chegava e conversava, e em um minuto de conversa a pessoa já ficava encantada por mim, aí eu comecei a perceber que não era tão beleza, sabe, estética. Comecei mais alimentar a minha beleza mental, porque na época eu não tinha essa consciência de que eu era bonita, eu não tinha essa consciência de que eu era maravilhosa do jeito que eu era. Eu sofria pela minha ausência de gordura, eu sofria... não tanto pelo meu cabelo, porque eu gostava do meu cabelo, mas mesmo assim tem uma pressão maior porque: “O teu cabelo não é que nem o delas, então não é bonito”. Eu sofria por exatamente tudo, mas eu nunca gostei de sofrer. Eu aprendi com a minha mãe, que quando tu passa uma coisa ruim na tua vida, tu tem que pegar e usar a teu favor, e não usar pra se oprimir, então, tudo aquilo que eu passava eu usava como força, sabe, movida ao ódio, mas eu ia chegar lá. Eu uso isso até hoje. Quando alguma coisa ruim acontece, eu falo “não”, finjo que nem aconteceu, assim, na frente (Dinâmica conversacional).

Estratégia que se confirma em outro trecho de diálogo

como eu sempre percebi que por meio físico não ia, eu tinha que dar meu jeito, tinha que falar, tinha que estudar. Tinha que ser notada pelo menos pela minha inteligência, na época eu pensava muito isso. Nossa! Na base dos meus 13, 14 anos era... [...] E meio que aconteceu, mas não é o suficiente pra uma menina que quer ser desejada, não é. O menino ser afim de ti porque tu é inteligente (Dinâmica conversacional).

O uso da inteligência, do conhecimento, da comunicação foi uma estratégia utilizada por Bia para burlar a rejeição e fugir da opressão racial. O que ela não sabia é que essa estratégia iria fazê-la se descobrir uma mulher “bonita”, “maravilhosa do jeito que eu era”. O processo de (auto)conhecimento propiciou a Bia criação de sentidos subjetivos associados à beleza e a autovalorização, e criou processos subjetivos que passaram a ignorar a busca pela aceitação externa, bem como, de superação da dor e do sofrimento provocados pelas experiências com o racismo, o machismo, etc. O verbo “sofria” conjugado no tempo passado é um indicador de como Bia aprendeu a transformar o sofrimento, a dor, o ódio em recursos subjetivos a seu favor, transformando todos esses sentimentos em força para lutar contra aquilo que a oprime e não alimentar o auto-ódio.

Mas, novamente, é possível identificar um outro recurso subjetivo utilizado por Bia, já mencionado antes, que é o mecanismo da fuga, “finjo que nem aconteceu”. O

indivíduo, como afirma Fernando González Rey, nem sempre terá a capacidade de agir como sujeito, isto é, de forma consciente e ativa diante das experiências da vida. Ou como afirma a própria Bia, nem todo dia estaremos prontos para o mundo que está aí.

Às vezes, não enfrentar os problemas, porque são dolorosos e pesados demais, negar e, até mesmo, não “perceber” os efeitos do racismo ou da discriminação e preconceitos diretos para consigo, é o recurso subjetivo mais viável para muitos no enfrentamento do racismo, do sexismo, da lgbtfobia, dentre outros. A negação, nesse caso, torna-se um mecanismo de autodefesa.

Na adolescência, o desenvolvimento físico e a valorização da imagem corporal têm grande peso no desenvolvimento da identidade, das crenças, dos desejos e no comportamento sexual. Como afirma Fernando González Rey (2010), o fortalecimento da identidade passa pelo processo da pessoa gostar de si mesma. E ser inteligente, tirar boas notas, etc, não são, necessariamente, características que são valorizadas nessa faixa etária. A valorização do corpo, da estética fala mais alto. Por isso que a estratégia adotada por Bia na tentativa de suprir a suposta ‘ausência de beleza’ não funcionou como ela queria e nem eliminou a dor. Pois, *“mesmo que todo mundo na sala te elogie, te olhe, isso e aquilo, mas ninguém chega em ti e fala: “Pô, tu é bonita! Nossa! Isso e aquilo”. Não. [...] ninguém elogia. Então dói”* (Dinâmica conversacional).

Como Pecola, em “O olho mais azul” de Toni Morrison (2019), é a aparência de Bia, que não pode ser mudada, é o *“cabelo crespo, pele negra e super desnutrida”* que a fazia não ser vista, não ser notada, pois não havia o que ser notado. A dor sentida por Bia é a dor da rejeição, da invisibilização, da anulação, da inferiorização, do racismo.

Dor que a acompanha desde a adolescência. A rejeição, o preterimento, a ausência de interesse afetivo por parte de seus colegas, a ausência de demonstração de afeto e admiração por sua beleza, que foge do padrão estético dominante branco, fortaleceu os sentidos subjetivos de rejeição que ela já nutria em relação à sua cor de pele e agora também ao corpo.

Os relatos aqui trazidos e tantos outros da conversação revelam que os sentidos subjetivos produzidos por Bia desde a adolescência estavam, e ainda estão, associados à autorrejeição ao próprio corpo e que os processos de subjetivação estão fortemente implicados pela anulação de si e, conseqüentemente, pelos conflitos e tensões na afirmação da identidade.

A contradição que identificamos na produção subjetiva de Bia que ora afirma a sua negritude e sua beleza e ora questiona o seu corpo e a sua pele, como no instrumento

Complemento de frases: **Meu corpo** - “*uma luta diária*”; e, **Minha pele** - “*Todo dia me pergunto o motivo dela não ser que nem das outras pessoas*”, é resultado dos confrontos cotidianos com a subjetividade social dominante que insiste em definir o padrão branco e heteronormativo como referência.

A sexualidade é outro fator que contribuiu para essa produção de sentidos subjetivos contraditórios e geração de conflitos na afirmação da identidade. Quando Bia se descobriu gostando de garotas, se sentindo atraída por garotas e não por garotos, logo tratou de rejeitar esse sentimento pois “*jamais, não podia de jeito maneira*” (Dinâmica conversacional) ter uma orientação sexual que diferisse do “normal”. Medo foi o que Bia sentiu. Medo de mais uma vez ser rejeitada, excluída.

E tu sofrer tudo isso calada é horrível, sendo que de noite tu tem que ir pra igreja e escutar a pregação do pastor que isso é abominável aos olhos de Deus, chegar em casa e a tua mãe falar... Minha mãe sempre teve amigos gays, isso e aquilo, ela sempre foi muito de boa, mas chegar em casa e falar: “Nada contra, mas não com as minhas filhas”. Tu não tem espaço, tu não tem intimidade para falar isso com as tuas amigas, com ninguém. A única pessoa que olhava para mim e virava assim o olho era minha irmã porque ela sabia, e ela sabia mesmo desde criança, e ela pegava e eu falava: “Tu tá ficando é doida, vai pra igreja!” (Dinâmica conversacional).

Essa fala de Bia revela como ela se sentia sozinha, isolada e totalmente desamparada pelas pessoas com quem tinha convivência, seja na igreja, em casa ou pelos colegas/amigos. A afirmação de que não tinha intimidade para conversar com as amigas sobre sua sexualidade confirma, mais uma vez, que a estratégia do uso da inteligência para poder se enturmar e fazer amizades funcionou parcialmente. Outro indicador reforçado por essa afirmação é de que a família e, também, a igreja não atua[ra]m como espaços de acolhimento, de atendimento das necessidades afetivas e de segurança de que Bia precisa[va].

A solidão e a falta de acolhimento fortaleceram o medo que fez com que Bia negasse a própria sexualidade e novamente se anulasse com o intuito de fugir da realidade e de agradar a sua mãe, de atender às expectativas da igreja e se encaixar na sociedade, inclusive, forçando namoro com garotos. Experiências que segundo ela foram repulsivas.

a gente se beijou e foi horrível, foi horrível demais [risos], mas eu pensei, quem sabe foi porque o garoto tava porre, aquele gosto de cerveja, foi horrível. Na outra semana ele foi em casa, e minha mãe

gostava que eu levasse meninos em casa porque ela já sabe, todo mundo já tinha uma pequena noção (Dinâmica conversacional).

Aí ele foi pra casa e a gente ficou novamente, [...] eu peguei, dei uma desculpa, mas era como se tivesse beijado na parede, nada, nada, nada, nada. Aí eu parei, voltei pra igreja, aquilo começou a me incomodar muito porque eu fiz a seguinte meta da minha vida: “Que eu não vou ficar com ninguém nesse mundo, eu não gosto de ficar com homens”. Mas em nenhum momento eu pensava em ficar com mulheres, que eu não podia. Só na minha cabeça que “eu não podia de jeito nenhum” (Dinâmica conversacional).

Bia confrontava-se com seus sentimentos e se propôs a namorar garotos para tentar se encaixar na sociedade, agradar à igreja da qual fazia parte e, em especial, à mãe, “*Minha mãe gostava que eu levasse meninos em casa*”. Novamente o processo de anulação de si em detrimento de agradar e conquistar a mãe, fazendo aquilo que era aprovado por esta, ainda que isso significasse passar por experiências desagradáveis “*foi horrível*” ou mesmo a autoanulação “*eu não vou ficar com ninguém nesse mundo*” pois ter um relacionamento com mulheres “*não podia de jeito nenhum*”.

Apesar dessa primeira experiência ter sido “*horrível demais*” e não ter despertado nenhuma emoção “*nada, nada, nada, nada*”, Bia continuou a confrontar os próprios desejos e realmente tentou negar a sua orientação sexual o quanto pode. Para isso, estabeleceu a estratégia de primeiro se apaixonar por um garoto que conheceu na escola e

aí eu fui ficar com ele na casa dele. [silêncio]. horrível. ele lá todo empolgado e eu: “Meu Deus! O que eu tô fazendo aqui?”. Eu saí da casa dele, a primeira coisa que eu fiz foi cuspir, porque eu tava com nojo da minha boca, eu tava com nojo de mim. Foi aí que eu percebi: “Não, isso não é para minha vida” (Dinâmica conversacional).

A busca incessante por aceitação levou Bia a rejeitar veementemente a sua orientação sexual. Até esse momento de sua vida havia vivido em função de agradar o outro, de satisfazer as expectativas que os outros depositavam sobre ela, de se enquadrar nos padrões sociais e culturais estabelecidos. Quando Bia rejeita sua orientação sexual e adota o comportamento de agradar e de “*ser a melhor aluna, tinha que ser a melhor amiga, tinha que ser a melhor filha, e assim foi indo, tinha que ser*” (Dinâmica conversacional) para todas as outras pessoas ela anula-se, se submete aos modelos dominantes existentes na subjetividade social brasileira que condenam, criminalizam e



discriminam as pessoas por sua sexualidade, raça, gênero, dentre outros marcadores de diferenciação social que visam enclausurar e hierarquizar as pessoas.

Dessa forma, a produção de sentidos subjetivos oriundos das experiências de opressão relacionadas ao racismo se interseccionam às construções subjetivas produzidas nas experiências de opressão relacionadas à sexualidade e ao gênero, isto porque somos seres que vivemos na completude e complexidade dos nossos sentimentos.

Quando Bia resolveu olhar para si, para os seus sentimentos, se permitir

E eu já sentia muita atração por menina. A [namorada], eu conheci ela no ensino fundamental, a gente jogava futebol junto, toda vez que essa menina passava na minha frente eu ficava: “Nossa! Como ela é bonitinha!”. Reencontrei ela no ensino médio né, ela mandou mensagem para mim falando de um grupo de futebol e que era pra mim entrar. Aí “ok”. Ela: “Passa teu *Whats App*”. Passei. E aí foi. A gente começou a jogar futebol junto, a gente saiu, e o primeiro beijinho, sabe, aquela coisa mais normal, foi a coisa mais fascinante da minha vida. Nossa! Eu cheguei em casa e falei: “Meu Deus! O que é isso? Que coisa boa né”. E, mas como eu ia contar isso pra minha mãe \*\*\*\*, eu falei pra minha irmã. Eu cheguei e a primeira pessoa que eu falei foi [para] minha irmã. Ela sorriu e falou: “Eu sabia! Segue em frente! Vai ser feliz!”. Mas aí começou outros conflitos, que foi... depois de três meses de namoro com a [namorada] eu tive que contar pra minha mãe. A minha mãe é a pessoa que eu mais amo e me ama [...], mas na época foi a pessoa que mais me maltratou psicologicamente. Eu escutei da boca dela que: “Era melhor chorar a morte do que viver a sorte”. O significado é: “Eu prefiro que tu morra”. (Dinâmica conversacional).

“*O primeiro beijinho [...] foi a coisa mais fascinante da minha vida*”. Essa frase revela o quanto Bia se sentiu plena, viva, realizada, feliz. Sentimentos totalmente opostos ao que sentiu quando forçou uma relação com garotos a fim de negar a sua orientação sexual. Ao se permitir viver essa experiência, Bia experimenta o que é viver plenamente e ao mesmo tempo, usando as palavras dela, ser “*aquela coisa mais normal*”, como deveria ser para todo ser humano.

Essa experiência vai se configurar como um episódio importante na vida de Bia, pois será desencadeadora de processos subjetivos complexos e contraditórios, uma vez que ao mesmo tempo em que teve coragem para se permitir viver as próprias emoções, experimentar os seus desejos vive o dilema de não confrontar a mãe e a sociedade.

A mãe, que era frequentadora da igreja evangélica e compartilhava do pensamento “*Nada contra, mas não com as minhas filhas*”, que está presente na subjetividade social dominante de condenação da homoafetividade, principalmente, se esta for manifestada/vivida por um membro da família, foi quem “*mais me maltratou*

*psicologicamente*". A afirmação "*Era melhor chorar a morte do que viver a sorte*" provocou em Bia uma profunda dor e reforçou todos os sentidos subjetivos associados a rejeição, desvalorização da vida, inferioridade, auto-ódio.

Como Bia confere à mãe um lugar de centralidade em sua vida, a não aceitação da orientação sexual a fez/faz passar por um período de muita tensão, sofrimento e contradições consigo mesma. A mãe só não praticou agressão física propriamente, mas chegou a expulsá-la de casa, a negar-lhe comida, a não lhe dirigir a palavra e, ainda, a difamá-la entre vizinhos e familiares.

Tinha momentos que eu chorava e pensava: "Nossa! Pra quê eu fui me assumir pra minha mãe? Tá doendo tanto. Pra quê que eu fui fazer isso? Pra quê que eu fui gostar de mulher?". Sendo que não era uma escolha minha, sendo que eu tentei forçar a barra muito com menino, mas, sabe, é que dói tanto, tem momento que tu acha que não tem mais força, que não tem mais condições, tu só quer sumir, só quer desistir, só briga com sei lá o quê, um além e fala: "Por que eu? Por que isso pra cima de mim? (Dinâmica conversacional).

A tensão gerada pelo atrito na relação com a mãe fez com que Bia reforçasse os sentidos subjetivos de negação de si e de autoanulação. Sentidos que já haviam sido gerados pela negatividade associada à raça, à cor da pele, ao corpo magro, ao cabelo crespo, e, agora, à orientação sexual.

Durante esse processo, que foi intenso e doloroso especialmente por conta de toda tensão gerada na relação com a mãe, em determinado momento, Bia assumiu para si a subjetividade social dominante que vê a orientação sexual que foge da heteronormatividade como um problema, um pecado que precisa ser abolido completamente.

A relação com os membros da igreja evangélica que frequentava também foi geradora de tensão, de exclusão - o pastor a proibiu de participar do grupo de danças do qual fazia parte -, de rejeição e repreensão que tanto temia. O dano provocado por essas relações na produção de subjetividades de Bia pode ser melhor percebido no seguinte trecho de diálogo:

**Bia:** Mas o que mais me matou [...] foi as agressões comigo mesma. Que eu era da igreja, eu não me aceitava, eu passava a noite toda tendo pesadelos, eu ia para igreja pedindo perdão para Deus. Tudo o que eu fazia, entende... Eu cheguei a terminar com a [namorada] três vezes nessa época, três vezes, por esse motivo de igreja (Dinâmica conversacional).

**Pesquisadora:** E você mesma se punia, se culpava?

**Bia:** Por tudo! Eu não me aceitava. Eu achava que eu ia para o inferno, isso e aquilo. Eu me odiava, eu tinha sabe nojo de mim, sabe. Era torturante porque... E tudo o que as pessoas falavam em minha volta, eu pegava pra mim, eu repetia pra mim, eu acreditava (Dinâmica conversacional)

Bia, a princípio, assimilava para si todas as punições recebidas no ambiente da igreja, que se tornou um espaço produtor de sentidos subjetivos que reforçavam a negação de si e o auto-ódio. A igreja, da forma como está configurada, em nenhum momento atendeu as necessidades de afeto, segurança e acolhimento de Bia. A igreja transformou-se num ambiente de total anulação das possibilidades de surgimento do sujeito, inviabilizando a produção de sentidos subjetivos associados à vida, à satisfação e realização plena da sexualidade e das emoções.

Mas como preconiza Fernando González Rey (2019), o indivíduo existe em relação ao social, mas ele não se esgota na relação. “Ele traz seu mundo para a relação, e por sua vez, muda seu mundo na relação com o outro” (GONZÁLEZ REY, 2019, p. 16). O ser humano tem uma capacidade incrível de se transformar na relação com o outro, foi o que Bia fez ao revelar que “o ambiente ficou totalmente desnecessário pra mim, parei” (Dinâmica conversacional). Foram as relações estabelecidas na igreja e o conhecimento do papel exercido pela igreja no processo histórico de escravização brasileira que fizeram Bia compreender que Deus e igreja – diga-se pessoas que frequentam a instituição – são coisas diferentes.

“Se eu vivesse na época da escravidão”. A gente ainda vive numa época de escravidão né, mas naquela que a chicotada era... sabe, a pele. O Deus que eles pregavam lá, é o mesmo que eles pregam hoje e naquela época eu ia estar condenada ao inferno. Eles iam dizer isso para mim, eles iam falar: “Tu vai para o inferno porque tu é preta. Tu é minha escrava, isso e aquilo” (Dinâmica conversacional).

Pensamento que é reafirmado em outro trecho do diálogo:

Então, se naquela época eu não era aceita por aquele Deus de branco, que eles pregavam, por que eu vou ser aceita agora? Tinha dia que... quando eu comecei a estudar muito, assim, sobre a minha gente, tinha dia que eu tava no culto, sabe, antes de ser lésbica, antes deu me assumir lésbica, antes de tudo. Mas eu ficava olhando assim, pra cara do pastor, eu lembrava dos meus livros de histórias que eu lia, isso e aquilo, eu ficava, tipo: “Pô! Não, isso tá errado. Não é bem assim”. Hoje ele fala que eu vou pro inferno por ser lésbica, por gostar de mulher, eles não pregam mais que eu vou pro inferno por ser preta. Mas na época eles pregavam que eu ia pro inferno por ser preta. Eu tenho noção que a qualquer momento da vida eu vou pro inferno por alguma coisa que não

vem de mim, que não é escolha minha. Eu não escolhi ser negra. Na época, a galera não escolhia ser negra, mas já nascia condenada ao inferno. É o que acontece comigo hoje. Então não tem porque eu me ligar à pregação deles e... Mas né, eu não sabia disso ainda. (Dinâmica conversacional).

A compreensão do papel exercido pela igreja no período de escravização dos negros, através da dominação de corpos, mente e alma, ajudou Bia a compreender o processo atual de dominação dos corpos e mentes pela condenação, dentre outras coisas, da relação homoafetiva. A repressão da sexualidade para poder se encaixar no padrão da heteronormatividade estabelecido pela sociedade é um processo de engendramento do sujeito.

Fernando González Rey (2003) afirma que a consciência é em si mesma um processo de subjetivação, uma vez que esta é sinônimo de representação, intencionalidade e reflexividade. A reflexão em torno da opressão exercida pela igreja no processo de escravização dos negros atuou como recurso subjetivo para compreensão da opressão exercida pelo cristianismo sobre a sexualidade. Para ela, a mesma opressão e condenação direcionada ao povo negro escravizado em função da raça, do tom de pele, do cabelo crespo, dentre outros, agora está sendo direcionada para a orientação sexual. Esse é um indicador de que quanto mais se conhece a própria história, mais elementos a pessoa tem/terá para se posicionar diante dos acontecimentos da vida, lutar contra as opressões e se constituir enquanto sujeito.

As opressões de raça, classe, gênero, sexualidade, etc se acentuam nas experiências concretas da realidade de mulheres negras. A “subordinação interseccional estrutural”, definida por Crenshaw (2002) como uma conjunção de relações de poder, na qual é impossível hierarquizar ou priorizar uma ou outra dimensão de opressão, agrega uma diversidade de circunstâncias nas quais diversos elementos ou fatores se “intersectam” na conformação das estruturas de desigualdades e opressões.

A opressão que a sociedade – família, igreja, comunidade, escola – exerce sobre os corpos e mentes das pessoas é tão cruel que as faz, muitas vezes, negar para si mesmas a possibilidade de existir plenamente. Bia negava a sua identidade de raça e a orientação sexual. No processo de negação, encontrava justificava, por exemplo, para a atração que sentia por garotas afirmando para si que apenas as achava bonitas porque nutria pensamentos feministas, e por isso, era normal achar outras garotas bonitas.

Essa opressão que acontece de forma consubstanciada, interseccionada atua na constituição da subjetividade do indivíduo de modo a gerar processos que podem levar a

ausência de recursos subjetivos para o enfrentamento da realidade, resultando em uma configuração subjetiva de total desvalorização da vida.

“O melhor refúgio é morrer”, era o que eu pensava. “Eu não tenho condições de abrir o olho amanhã, abrir um sorriso, eu não tenho mais condições, minha vida não tem mais saída, então é melhor morrer. Pô! Eu vou pro inferno mesmo. Eu não presto, eu sou preta, entendeu. Minha mãe não me aceita, ninguém me ama. Vou morrer. Não tem mais condições pra mim nessa vida, então, eu vou me matar”. Era aqui ó, ficava rodando aqui 24 horas, 24 horas (Dinâmica conversacional).

Essa fala de Bia é um indicador da configuração subjetiva que foi se organizando sobre o valor - ou ausência de - da vida, a partir dos sentidos subjetivos produzidos na relação com a igreja, com a mãe, com a família, com o pai, com a sociedade de um modo geral, no que diz respeito à sua identidade racial, de gênero e orientação sexual. É possível depreender dessa configuração que esses espaços de convivência e acolhimento dos jovens, família, igreja, escola, dentre outros, da forma como estão configurados não atendem as necessidades de afeto da juventude, mas ao contrário, são espaços de produção de sentidos subjetivos que se associam à desvalorização da vida.

Frases como “*O melhor refúgio é morrer*” e “*eu não presto*” reafirmam o indicador do sentimento de desvalorização da vida, o que leva ao pensamento de aniquilação de si, “*eu vou me matar*”, uma vez que não tem valor já que “*ninguém me ama*” e a pessoa central da sua vida “*minha mãe não me aceita*”.

A subjetividade social dominante que se expressa no pensamento de não aceitação e, mais ainda, de condenação e aniquilação da população LGBTQIA+ associada à subjetividade social dominante do racismo que extermina e invalida as possibilidades de ser da(o) jovem negra(o), é reproduzida, na maioria das vezes, pela maioria das pessoas que estão à nossa volta, em todos os nossos espaços de convivência.

Na relação com as outras pessoas, família, igreja, etc., Bia, quase sempre, produziu comportamentos que iam ao encontro do que os outros esperavam dela e não comportamentos próprios de autossatisfação e autorrealização. Quando ela ousou assumir o comportamento que a satisfazia, não tinha recursos subjetivos suficientes para enfrentar mais esse processo de rejeição, o que resultou em depressão e vulnerabilidade que a paralisou diante das demais situações de opressão do seu dia a dia.

Eu sofri isso [opressão] em casa, então, quando eu chegava na rua e as pessoas riam do meu cabelo, riam da minha cor isso e aquilo, eu não tinha mais força, eu só ficava: “Ok mano! Tá!”. Foi na época em que tudo se uniu, tudo se uniu, pedra, tijolo, tiro, facada em cima de mim e

eu não tinha como fazer nada, só chorar, só chorava, passava a noite toda chorando. Foi onde eu tive uma depressão profunda mesmo, a máxima da máxima. Mas tô viva (Dinâmica conversacional).

“*Eu sofri isso [opressão] em casa, então, quando eu chegava na rua [...]*” essa frase reforça a centralidade que a família, especialmente a mãe, ocupa na vida de Bia. A relação estabelecida com a mãe é produtora de sentidos subjetivos associados à supervalorização da figura materna em detrimento da valorização de si, anulando a condição de sujeito da própria história.

A ausência de demonstração de afeto, amor e acolhimento por parte da mãe, substituídos pelo comportamento de maus tratos, condenação, julgamento e inferiorização produziram em Bia sentidos subjetivos de autodepreciação, desvalorização de si e da vida, daí que não tinha recursos subjetivos para “*fazer nada, só chorar*”.

Então era só eu me matando ali dentro. Então... Tinha dia que eu acordava malzona, me perguntava: “Tá tudo bem?”, “Tá tudo bem!”. Sabe, ia pra escola, voltava, mas quando chegava em casa, eu olhava pra minha mãe, ela me olhava, já era a corda amarrada no teto, só faltava puxar, entende? (Dinâmica conversacional).

Esse pensamento suicida é expressado em outro momento do diálogo

se eu não tivesse entrado na sala da psicoterapia, eu teria cometido um suicídio, porque eu tava num estado, sem condição nenhuma. Eu nunca fui de abrir, assim, eu falo, mas tipo assim, no momento que eu tô triste, assim, tipo, eu não tinha, é... tipo, de chegar e chorar e falar pra pessoa: “Eu tô passando isso, isso e aquilo. Eu tô sentindo isso”. Eu não conseguia, nem pra [namorada] (Dinâmica conversacional).

Bia entrou num estado de solidão, imobilidade e ausência de recursos subjetivos que só pode ser revertido a partir de relações estabelecidas entre com a irmã, a namorada e, fundamentalmente, a terapeuta do atendimento profissional ofertado pela Clínica de Psicologia da UFPA.

A irmã de Bia era quem a “*defendia de toda maneira*” e que lhe dizia “*Não se preocupa, o que eu comer tu come, o que eu fazer tu faz. Ela falava pra minha mãe, sabe, me defendeu de uma tal maneira que... Nossa!*” (Dinâmica conversacional). Foi a irmã com quem tinha uma relação de comparação e inferioridade quem deu todo o suporte necessário para que ela superasse os dias mais difíceis dentro de casa.

A namorada, que parece enfrentar de maneira oposta os conflitos com a sexualidade ignorando completamente a opinião de terceiros, era quem acompanhava Bia até a UFPA para as seções de terapia que foram fundamentais no processo de superação

do quadro de depressão. Foi com o auxílio da terapia que Bia conseguiu compreender que precisava romper com o processo que havia imposto para si mesmo de conquista incondicional dos sentimentos da mãe, através de comportamentos que visavam sempre agradá-la, ainda que isso significasse a sua autoanulação.

**Pesquisadora:** E tu agias sempre no intuito de tentar agradar todo mundo?

**Bia:** Era, era, até levar o primeiro tapa da vida em si, quando me descobri lésbica. Eu passei a vida toda querendo agradar a minha mãe, eu falava pra ela: “Mãe, eu nunca vou te decepcionar”. Quando eu me descobri lésbica, [...] foi outro momento da minha vida que foi a pior coisa no momento, mas foi a melhor coisa da minha vida em relação a eu, porque eu fiquei sabendo que todo esforço que eu fiz na minha vida, não foi o suficiente pra ela. No momento que eu fiz algo por mim mesmo que foi me aceitar e namorar com uma pessoa que eu amo, com uma garota, ela não foi feliz, então... Mas eu tô feliz, entende. Então foi o que eu pensava, num único momento eu fiz algo para mim e não para agradar os outros, eu fui esmurrada. Então é assim né.

E em outro momento,

“Não, eu tenho a minha vida, eu vou viver a minha vida”. Fiz minhas escolhas e vou viver as minhas escolhas, entendeu. E a partir daquele dia acabou. Hoje a minha mãe ela não concorda com tudo que eu faço, mas eu olho pra ela e falo: “Mãe, a vida é minha. A senhora tem que respeitar as minhas decisões”. Então é isso (Dinâmica conversacional).

A descoberta e afirmação da orientação sexual foi um momento de extrema tensão, que provocou em Bia produção de sentidos subjetivos contraditórios, em que teve que se confrontar com as várias relações – mãe, membros da igreja, irmã, namorada, terapeuta – que são/foram fontes de produção de subjetividade.

As afirmações “*momento que eu fiz algo por mim mesmo que foi me aceitar*”, “*vou viver a minha vida*” e “*vou viver as minhas escolhas*” são indicativas de que Bia criou processos subjetivos em que se coloca em primeiro lugar, isto é, produziu sentidos subjetivos de autovalorização e autoafirmação. E a frase “*Mãe, a vida é minha. A senhora tem que respeitar as minhas decisões*” reforça ainda mais a produção de novos sentidos subjetivos que reconfiguraram a forma como Bia passou a se enxergar e a se autovalorizar, assumindo o protagonismo da própria vida, isto é, sujeito da própria história.

No curso das ações da sua vida Bia foi formulando novos sentidos subjetivos e novas configurações subjetivas que a permitiu mudar a forma de pensar, sentir e agir consigo mesma e com os outros. Foi um processo contraditório e complexo, que se

desenvolveu, por vezes, em momentos conscientes outros inconscientes, mas nunca dicotômicos, porque são, apenas, “dois momentos diferentes da experiência subjetiva que se constituem dentro de uma nova unidade, que são os sentidos subjetivos” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 226).

Bia, apesar de todo o sofrimento que estava enfrentando, foi capaz de se posicionar, de contrariar a mãe, a igreja e a sociedade para fazer valer o seu direito de viver a sua sexualidade plenamente e de ser feliz. Essa postura representa um processo de produção subjetiva que indica a emergência do sujeito, e conseqüentemente, de desenvolvimento subjetivo.

A afirmação de que foi a primeira vez que fez “*algo por mim mesmo que foi me aceitar*” é muito forte e indicativa de que o processo da aceitação da sexualidade foi também libertadora e auxiliou no processo de afirmação da identidade racial. Bia também entendeu que era impossível ser lésbica e continuar frequentando a igreja, mas compreendeu ser possível namorar uma garota e “*ter acesso a Deus, pedir alguma coisa, conversar, porque Deus não tem nada a ver com isso*” (Dinâmica conversacional). E afirma que a sua “*relação com Deus não modificou nada*”.

A afirmação da sua orientação sexual é recente e ainda encontra barreiras na aceitação da mãe, o que torna o processo de autoafirmação e autoaceitação mais tenso, lento e doloroso, por não ter o apoio necessário em casa para enfrentar a rejeição e condenação diante de um mundo tão violento com a comunidade LGBTQIA+ e com os negros.

Ao assumir a lesbianidade, ela enfrentou não apenas a sua família, a sua mãe, a igreja, mas a sociedade inteira. Assumir a orientação sexual assim como assumir a identidade racial negra é um processo de tomada de consciência não apenas de si, mas de toda a violência projetada para manter esses corpos dentro de um padrão que vai no sentido contrário da autoafirmação.

Então toda vez que a [namorada] ia em casa, eu ficava assim: “Tomara que ela não venha. Tomara que ela não venha”. [...] Eu não tinha força nenhuma, nenhuma, nenhuma, nenhuma. Toda vez que eu saía na rua, o meu vizinho me olhava, assim, de canto de olho. Sendo que o filho do cara é maconheiro, sabe, roba ali no canto. Mas ele me olhava com uma discriminação tão grande, como se eu fosse o pior ser humano. Isso que dói mais, as pessoas te batem tanto com um olhar, te maltratam tanto, que elas não têm a noção, sabe, fazem tu se sentir um lixo descartável, sabe, imunda, nojenta. Do jeito que ele me olhava ou me via, ele não tem noção como doía, como dói. Por isso, que toda pessoa que chega do meu lado com algum problema, eu tento olhar pra ela com



maior carinho possível, sabe, porque eu sei quanto dói, dói muito (Dinâmica conversacional).

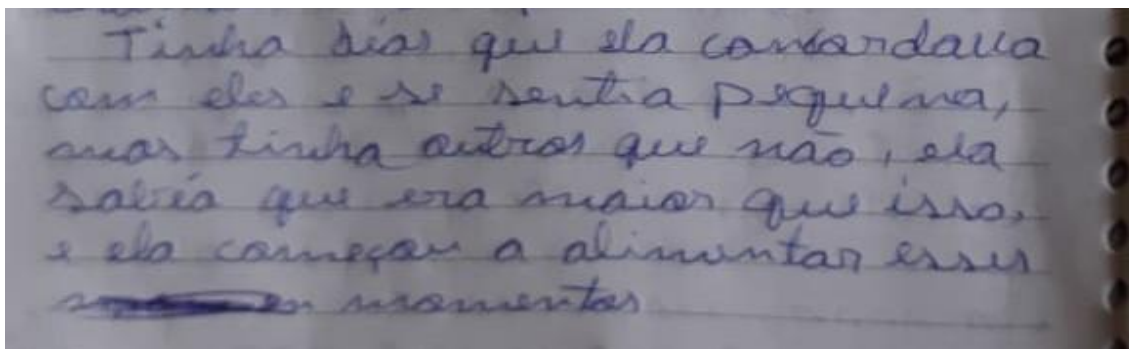
A lgbtfobia está presente em todos os espaços e ambientes dessa sociedade, sejam eles de ocupação da classe alta, média, baixa ou na periferia. No entanto, existem alguns atenuantes na relação de opressões a que as pessoas LGBTQIA+ sofrem. Se é uma pessoa negra, periférica e mulher com certeza ela sofrerá de forma muito mais perversa a intersecção dessas opressões. Bia sente isso toda vez que recebe a visita da namorada em casa, quando sai para passear de mãos dadas, toda vez que expressa o seu sentimento. Frases como “Olha a sapatão! Já vai ver a outra” acabam por ser rotineiras, o que exige um processo constante de construção de recursos subjetivos para enfrentar a opressão cotidianamente.

Quem é negro sabe bem que olhar é esse do qual Bia se refere. Aquele olhar que te condena, que te diz, sem dizer uma única palavra, que aquele não é o teu lugar, que diz que tu é feia, suja, exótica, etc. O olhar de condenação que é cruel, fere, dilacera e impõe barreiras e limites entre os grupos raciais. Como já foi dito, a subordinação interseccional estrutural faz com que Bia seja ‘olhada’ por ser negra, mulher, magra, lésbica, pobre, periférica, etc.

Mas é interessante observar na seguinte afirmação “*Por isso, que toda pessoa que chega do meu lado com algum problema, eu tento olhar pra ela com maior carinho possível, sabe, porque eu sei quanto dói, dói muito*” como que o sofrimento enfrentado por Bia gerou subjetivações que a levaram a um desenvolvimento da esfera moral, responsável por definições de valores e comportamentos para com a relação com o outro, suscitando responsabilidades para com a dor e os sentimentos das outras pessoas.

##### 5.5. RACISMO, SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE: RECONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DE BIA

Imagem 15. Diário de experiências 10



Fonte: Própria Autora.

Esse trecho do relato de Bia no Diário de experiências revela a mudança na sua constituição subjetiva e que foi apontada ao longo do texto. Isto é, ao longo de sua trajetória de vida Bia foi alterando a percepção de si própria, da sua identidade racial e estabelecendo mudanças de atitude na relação com a(o) outra(o).

Bia passou de não querer ser “*preta jamais*” a se assumir com “*não mãe, eu sou negra*”. Também passou da completa rejeição em assumir a orientação sexual “*ficar com mulheres, [...] eu não podia de jeito nenhum*” a “*foi a coisa mais fascinante da minha vida*”. E passou da atitude de querer agradar e conquistar todo mundo a questionar o modo como os outros a tratavam e a chamavam, como, por exemplo, a forma diminutiva de “*moreninha*”.

Em um dos nossos diálogos na Dinâmica conversacional procurei entender melhor o efeito que esse chamamento/apagamento do nome próprio, substituído pelo adjetivo “*moreninha*” atuava na produção de sua subjetividade, bem como, o processo de reconfiguração de sentidos subjetivos que foram do sentimento de inferioridade, provocada pela definição externa, ao sentimento de grandeza. Isto é, a rejeição da definição externa para a afirmação da autodefinição.

**Bia:** como se fosse um tapa na tua cara. É todo mundo “Ah, vai ali com a moreninha! Ah, chama a moreninha. Ah, tu é amiga daquela moreninha?”. Já ouvi muito. As mães das minhas amigas falarem: “Ah, a moreninha veio falar contigo”, quando eu ia visitar elas. Eu ficava, tipo: “Nossa, cara!”. Era como... não sei, se as pessoas só olhassem pra mim e visse aquela coisa pequena. Era triste, é triste ainda. Essa semana tava jogando futebol e tinha duas meninas assim, aí falou: “Pô, a moreninha joga bem!”. \*\*\*\* “Moreninha quem? Meu nome é Bia, só

pra começar, entendeu?”. Mas nessa época eu não tinha essa autodefesa. Isso abala muito.

**Pesquisadora:** Sim, entendi. E hoje, se alguém te chama de moreninha, tu tens sempre essa reação de dizer eu “não sou moreninha, eu sou Bia” ou...?

**Bia:** Nem sempre eu chego e falo, mas não me abala mais, eu fico, tipo, sabe, já faço minha cara de nojo e aquilo na minha mente processa de outra maneira. Outro dia \*\*\*\*\* é muito ignorante, a pessoa que é idiota, porque eu sei que eu não sou moreninha, eu sou em outros meios da vida e no meu meio mesmo, eu sou boa o suficiente para não ser moreninha, e eu não sou morena, eu sou negra, eu sou preta e acabou. Hoje eu associo já racismo e o machismo, porque isso “moreninha”, ou morena, morenaça ou moreninha foi muito machismo, relacionado com o racismo em si. Então, hoje eu sei porque eles estão falando isso, se eu sei o motivo eu sei que eu não devo me afetar por isso, porque eu conheço a verdade, sabe, eu conheço quem eu sou. Claramente que nem todo dia a pessoa acorda com toda essa armadura, nem todo dia a pessoa acorda se sentindo bom o suficiente, nem todo dia eu me acordo preparada pra enfrentar todo esse mundo aí, porque todo dia ele tá aí, mas nem todo dia eu acordo pronta para ele. Então tem dia que, tipo, eu escuto, abala, sabe, mas relevo, no outro dia finjo que superei, que não aconteceu e pronto, tô aqui de novo, tô viva, tô em pé, vou enfrentar de novo e assim vai indo.

É interessante notar como que a compreensão de que o adjetivo “*moreninha*”, usado indiscriminadamente por várias pessoas para se referir a ela ou a qualquer mulher negra de estatura magra, estava/está relacionado ao racismo e ao machismo a ajudou na reconfiguração dos sentidos subjetivos associados à inferioridade produzidos ainda na adolescência.

A consciência de que as opressões ocorrem de forma interseccionada, portanto, de que o racismo e o machismo são sistemas de poder hierarquizantes, a auxiliou no processo de construção de sentidos subjetivos associados a autodefinição, autovalorização e autodeclaração, não permitindo que adjetivos como “*moreninha*” a defina. Frases como “*eu conheço a verdade, sabe, eu conheço quem eu sou*” são reveladoras desse processo de afirmação da identidade.

Por outro lado, as afirmações de que “*nem todo dia eu me acordo preparada pra enfrentar todo esse mundo aí*” seguida de “*no outro dia finjo que superei*” são reveladoras da condição de vulnerabilidade em que Bia se encontra e de como os sentidos subjetivos oscilam ora entre aqueles associados à autodefinição e autovalorização ora entre os associados à inferiorização e subalternização.

Fernando González Rey (2010) afirma que a estabilidade de certa produção de sentidos subjetivos é dada pela organização de uma configuração subjetiva. É possível

destacar que há um confronto na produção dos sentidos subjetivos de Bia que é provocado pela constância e frequência com que enfrenta as situações e experiências de opressão.

Ao longo da pesquisa, vários foram os relatos de experiências de racismo enfrentadas por Bia, em especial, ataques racistas relacionados ao cabelo, bem como, experiências racistas que se disfarçam de curiosidade ou de elogio, com frases do tipo “*eu amo cabelo desse tipo, eu amo cabelo assim*”, seguida de toques e “*lá no meu país gente como tu é muito valorizada*”, situação que a fez se sentir como “*um bichinho sendo exposto*” (Dinâmica conversacional).

Olhares, recomendações/opiniões de “amarra” ou “alisa” que são proferidas por pessoas de todos os lugares, conhecidos e desconhecidos, familiares ou não, inclusive, da própria mãe, como ela destaca nesse relato:

Minha mãe não gostava do meu volume de cabelo. Ela sempre falava “minha filha você não quer alisar seu cabelo?”, eu sempre falei “não mãe, alisar eu não quero”, sei lá, parece que eu sentia que um dia eu ia precisar do meu cabelo daquele jeito, aí eu só fazia relaxamento pra abaixar o volume (Dinâmica conversacional).

Em outro momento Bia ainda afirma que “*o cabelo da minha mãe era igualzinho o meu, e criança ela usava enrolado assim que nem o da senhora [pesquisadora usava tranças box braids africanas] agora, mas ela nunca achou bonito e hoje ela tem o cabelo alisado*” (Dinâmica conversacional).

O cabelo crespo foi/é tido como o estigma mais visível da negritude e foi usado para justificar a subordinação de africanas(os). O cabelo, mais do que a cor da pele que ainda era tolerada pelos senhores brancos, tornou-se uma poderosa marca de servidão durante o período da escravização, pois foi transformado em “símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi então classificado como “cabelo ruim” (KILOMBA, 2019, p. 127).

Não ter o apoio dentro da própria casa, certamente, dificultou o processo de aceitação e fortalecimento da identidade racial, bem como, tornou ainda mais difícil suportar as ações racistas sofridas na rua. Mas a frase “*eu sentia que um dia eu ia precisar do meu cabelo daquele jeito*” revela o quanto que Bia ainda na infância/adolescência já gostava do cabelo, como expressado no Complemento de frases “*a coisa que mais amo em mim*” e em vários outros momentos da pesquisa.

Hoje eu penso que eu sou é bonito. Sendo diferente delas ou a dela, mas o que eu sou é bonito. Porém, o maior racismo que eu sofri foi sobre o meu cabelo, é uma das coisas que eu mais amo. Mas foi o que eu mais sofri, e todo dia, todo dia é uma luta, entendeu, pra mim olhar, pra mim ter paciência pra mim cuidar porque quando tu começa a aceitar, tu tem que ver que é só tu que tá aceitando. As pessoas no teu redor não tão aceitando, então tu tem que saber lidar com opiniões diferentes. E, quando eu comecei a aceitar meu cabelo, isso e aquilo, não era tão volumoso que nem hoje, era mais controladinho e tal, mas mesmo assim eu já ouvi opiniões tipo “ah, amarra o cabelo”, “porque tu não alisa?”, “porque isso, porque aquilo”.

Nesse relato de Bia é possível identificar na afirmação “*eu sou é bonito*” o seu processo de subjetivação pela autoafirmação mas também é possível identificar ainda a velha preocupação com a opinião alheia, com a aceitação e aprovação externa e, ainda que esse olhar do outro não mais a paralise, não a impeça de usar o cabelo na cor e formato que deseja, que o sofrimento provocado por todas essas ações reverberam na sua produção subjetiva, produzindo tensões e contradições.

Durante a pesquisa, Bia nos relatou que o ano de 2019 foi particularmente difícil, sendo relatado por ela como o ano que mais sofreu racismo. No diálogo ficou evidente que essa afirmação estava relacionada ao momento de crise com a descoberta e afirmação da orientação sexual e com a depressão que veio em seguida, tornando as experiências relacionadas a ações racistas ainda mais perceptíveis e dolorosas.

E eu saia na rua, e foi na época que eu pintei meu cabelo, eu saia na rua, eu ouvia, uma vez, tava eu e a [namorada], a minha namorada, e passou um homem com uma criancinha, e ele falou pra criancinha “olha, me respeita, se não eu vou deixar o teu cabelo que nem o dela” (Dinâmica conversacional).

E mais

**Pesquisadora:** esse ano [2019] foi cheio de altos e baixos?

**Bia:** Sim. Eu não conseguia reagir. Foi uma época que eu deixava as pessoas falarem. Não estava nem aí, eu não tinha forças pra chegar e aí, se eu abrisse a boca era só pra chorar. Ela [namorada] chegava pro cara isso, isso e aquilo. Outra vez, tava andando na rua e o cara falou “nossa, o que tem guardado dentro do teu cabelo?”. Ele tava muito volumoso. Eu chegava em casa desesperada chorando, se eu tivesse uma tesoura

...

**Pesquisadora:** Você também não reagiu?

**Bia:** não reagi. Ela botou no cara, a [namorada], ela botou no cara

**Pesquisadora:** Ela estava com você também nesse momento?

**Bia:** [gestual de confirmação]. E falou um bocado de coisa pra ele, que era pra ele respeitar, que se fosse uma neta dele, uma filha dele, isso e aquilo, sabe? Então quando eu cheguei em casa se eu tivesse uma tesoura eu ia cortar todo meu cabelo, sem dúvida. E então, assim, foram muitas e muitas vezes. Eu lá rua, tipo, um grupo de adolescentes ali, meninos, tipo, zuarem de mim até eu passar pela frente deles, sabe? Ai,

é o corredor da humilhação. Na escola, eu tô te falando, que quando tu se, tá vulnerável, as pessoas sente na liberdade. Os garotos do 3º ano, eu sou do segundo né, os garotos do 3º ano na hora que eu subi o 3º vai e sobe atrás de mim, eles pegaram e começaram a rir do meu cabelo, ah, não sei o que o cabelo dela isso e aquilo e eu simplesmente calada.

**Bia:** esse ano. E eu simplesmente calada. Aí eu ficava muito chateada comigo porque eu não entendia o que tava acontecendo. Eu falava Bia, tu? Logo tu? Por que tu tá assim? E eu não entendia (Dinâmica conversacional).

A recorrência de episódios como os relatados acima faz com que os sentidos subjetivos oscilem, provocando a desorganização da configuração subjetiva da identidade racial. A frase “*se eu tivesse uma tesoura eu ia cortar todo meu cabelo*” indica que os sentidos subjetivos de autoafirmação são postos em confronto com os de autoanulação, o que a faz sentir vontade de destruir, acabar com aquilo que mais ama, visando não apenas a anulação do sofrimento, mas de si própria.

Em outra experiência de racismo vivenciada dentro do espaço da UFPA, no período em que fazia o acompanhamento terapêutico, Bia relata

**Pesquisadora:** Eles [guardas] te monitoraram da entrada até a chegada?

**Bia:** Sim. Eu e a [namorada]. Eles vinham e perguntam pra mim, sabe... eu fico tipo, o quê que eu tô fazendo, por que eu? O erro tá em mim, será? Era o que eu mais me perguntava. Sorte que depois disso eu tive uma consulta né, com a minha psicóloga. Aí ela, eu comentei com ela, ela ficou super, mega revoltada. E ligou pra ouvidoria, foi lá, fez a denúncia, tudo, mas não adianta. Mesmo quando tu corre atrás do prejuízo, mas fica, sabe, na mente. Quando tu deita aí pensa, quando acorda tu pensa, quando passa outra situação volta tudo de novo (Dinâmica conversacional).

Os relatos de Bia, as frases “*Por que eu?*” e ainda “*o quê que eu tô fazendo, por que eu? O erro tá em mim, será?*”, bem como os indicadores que foram apontados até aqui nos ajuda a formular a **hipótese** de que a repetição de experiências racistas, interseccionada a outras opressões, tem o poder de minar os recursos subjetivos que o sujeito vai produzindo ao longo de sua vida e faz com que a produção de sentidos subjetivos sejam contraditórios, dificultando o processo de organização das configurações subjetivas.

Como afirma Fernando González Rey (2017, p. 157),

o desenvolvimento da subjetividade não é um processo progressivo, ordenado nem linear, mas um processo contraditório, que gera forças subjetivas em conflito. O predomínio de umas sobre outras se associa a

estados subjetivos do indivíduo que podem ou não beneficiar as suas ações como processo de desenvolvimento.

No ano de 2019, as forças subjetivas de Bia entraram num estado de total conflito e tensão. Os sentidos subjetivos que ela havia criado em torno da identidade racial, de autoafirmação, autodeterminação, autodeclaração e autoaceitação foram abalados a ponto de ela questionar a sua negritude.

Porque assim eu era muito envolvida com o movimento negro, e eu tava numa fase que nossa, eu me aceitava isso e aquilo, lutava, porém, quem tá em depressão por algumas questões, então caiu todas as minhas ideias também, tipo, eu nossa, em 2019 eu me olhava no espelho e não me sentia bonita de jeito nenhum, eu preferia ser branca, ter cabelo liso pra minha vida ser mais fácil, entende? Eu não tava preparada pra enfrentar a minha cor e o meu jeito. (Dinâmica conversacional).

As pessoas negras, em especial as mulheres negras, no “imaginário *branco* são de alguma forma fantasiadas como sujas e selvagens” (KILOMBA, 2019, p. 124). Conviver com esse imaginário requer um esforço gigante, uma vez que a cultura do desrespeito e do racismo se multiplica em todos os espaços de existência e convivência, como é possível constatar nos episódios relatados por Bia, isto é, nas ruas do bairro onde mora, nas casas onde a mãe trabalha e nas instituições públicas como a escola e a UFPA.

A afirmação “*Eu não tava preparada pra enfrentar a minha cor e o meu jeito*” reforça a hipótese de que a submissão a constantes processos de opressões de raça, classe, gênero, sexualidade faz com que o indivíduo precise incessantemente fortalecer e reafirmar seus posicionamentos para reconfigurar os sentidos subjetivos de autoaceitação e autodeclaração.

Nesse sentido, em Bia, a configuração subjetiva da identidade racial a faz produzir a necessidade de colocar-se sempre em posição de enfrentamento, de luta, de construção e reconstrução da autoestima, da autoafirmação da identidade. Uma luta diária para poder se afirmar, se sentir bonita, se sentir desejável, se sentir humana, para não olhar no espelho e “enxergar o erro que eles” afirmam ver no negro. É preciso arranjar forças todos os dias para não se anular, para não morrer um pouquinho a cada dia, para se reinventar, se ressignificar.

**Bia:** [...] Mulher sofre mais do que homem, mas quando você é mulher negra, você sofre mais do que a mulher branca. Quando você é mulher negra e não é padronizada nos olhos dele, não tem aquele corpo espetacular, você sofre mais do que ela, e assim vai indo. Quando você

é uma mulher negra, não é padronizada e tem uma orientação sexual diferente, fica pior, e assim vai indo. Quando a pessoa é uma mulher negra, periférica, isso e aquilo. E eu percebi que eu tava quase lá uma das últimas, entende. Eu falei: “O que é que eu vou fazer da minha vida?”. A autoestima tem que ser uma luta diária de aceitação, de olhar e falar: “Eu sou linda, eu sou maravilhosa. Tô nem aí pro que os outros falam porque eu sou linda”.

Com Audre Lorde (2020) aprendemos que não existe hierarquia de opressão, mas também, que não há como Bia ser negra, sem ser lésbica, sem ser mulher, sem ser jovem, sem ser periférica, sem ser magérrima. A configuração subjetiva da identidade de Bia é permeada por sentidos subjetivos relacionados à raça, à magreza, à feminilidade, à sexualidade, ao *status* social, dentre outros marcadores. Daí que os sentidos subjetivos precisam ser constantemente reconfigurados para que os processos de aceitação e autodefinição sejam sempre fortalecidos visando uma configuração subjetiva da identidade autodefinida.

No relato acima, a preocupação demonstrada com o que fazer da vida, seguida do reforço de que precisa trabalhar a autoestima, afirmar para si própria que é maravilhosa e que não importa a opinião alheia é um indicador do processo de subjetivação em torno da necessidade de se posicionar diante das opressões que enfrenta cotidianamente. Dessa forma, vemos emergir a condição de sujeito ao assumir para si a responsabilidade de desenvolver a autoestima e não se deixar abalar diante das opressões.

No intuito de entender melhor como Bia foi criando recursos subjetivos para enfrentar as opressões e se autodefinir e autodeclarar enquanto jovem, mulher, negra, lésbica e periférica questionei

**Pesquisadora:** Como é que você vê esse processo do seu crescimento e de começar a perceber, de começar a entender o racismo e o machismo? Como é que tu sentes esse processo, na verdade? Você acha que quando a pessoa não percebe, ela não sente, assim, como tu falou dos colegas da escola, quando as pessoas elas não percebem, elas não entendem, parece que fica mais fácil passar por aquilo? Como é que tu sentes esse processo de autoconhecimento?

**Bia:** É uma dor produtiva, infelizmente, mas é uma dor. Mas quando eu falo que é algo produtiva assim, porque quando tu começa a perceber, quando tu descobre uma ferida é que tu começa a correr atrás de um remédio pra curar a ferida, e quando tu começa a perceber piada racista, numa conversa aleatória: “Opa, alguém falou!”. E tu: “Isso não foi legal, entendeu!”. E assim vai indo, quando tu começa a ver que a violência contigo é maior e por motivos, não é só porque tu é mulher, é porque tu é mulher negra. É uma dor produtiva porque tu começa a pensar, tu começa a tentar lutar, começa, sabe, a desenvolver coisas pra



sarar aquilo, começa a ter opinião, começa a se impor pra aquilo acontecer menos, e pras pessoas olharem pra ti, não vê só aquilo que elas querem ver. Então eu acho que é uma dor produtiva.

Novamente vemos a preocupação com o olhar do outro. A autoafirmação de Bia ainda passa pela opinião do outro sobre ela, pelo modo como as pessoas a veem, como a classificam, indicando que é importante que as pessoas consigam enxergar nela a mesma beleza, inteligência e humanidade que ela vê em si mesma.

A metáfora utilizada por Bia para expressar o seu processo de desenvolvimento é interessante e é um indicador de que ela passou a usar todos os sentimentos negativos, o sofrimento, a dor e o ódio no processo de autodefinição e também de libertação. O autoconhecimento proporcionou a Bia a conscientização de que os processos de opressão são sistêmicos, o que a leva a se posicionar diante de cada situação ou experiência direta com o racismo, o machismo, a lgbtfobia, etc.

Eu comecei a correr atrás de raízes, entende, de saber porque eu tinha aqueles traços assim, sabe. Eu não tenho o nariz gordinho, de batata, eu tenho o nariz fino, mas se eu tivesse de batata, eu ia aceitar super de boa porque veio da minha gente. E assim foi indo, foi quando eu comecei a encontrar a semente, a menor possível, e falar: “Foi daí que eu nasci, eu não tenho porque ter vergonha disso”.

Essa fala associada a tantas outras durante a pesquisa me leva à hipótese de que o processo de conscientização e de autoconhecimento propiciou a produção dos sentidos subjetivos de afirmação da autoestima, da identidade, da autodefinição e/ou autodeclaração. A fala de que foi olhando para a “[sua] *minha gente*” é um indicador de que Bia começou a se reconhecer, a se identificar, a identificar beleza por meio da representatividade, uma ferramenta importante no processo de construção e fortalecimento da autoestima, sentido subjetivo fundamental na construção da identidade.

É referência, quando tu começa a ver beleza em mulheres negras. Tipo, eu olho pra senhora [pesquisadora] e eu acho uma deusa, eu acho maravilhosa.

Sabe, então, isso me conforta porque eu percebo eu tenho os traços que nem o dela. Então \*\*\*\* eu posso ser maravilhosa. Eu lembro que no interior, quando eu era menorzinha, tinha uma mulher do meu primo, e eu tinha acabado de acordar, tava com cabelo solto, sabe, aí ela falou: “Nossa, tu parece aquela atriz Taís Araújo”. Eu fiquei, tipo: “Eu? Taís Araújo?”. [risos]. Hoje eu sei que eu não sou nada parecida com a Taís Araújo né (Dinâmica conversacional).

“*isso me conforta porque eu percebo eu tenho os traços que nem o dela [...] eu posso ser maravilhosa*”. Essa fala é um indicador do quanto a representatividade é importante e tem poder no processo de construção da identidade e da subjetividade de crianças, adolescentes e jovens negros e periféricos. Poder se reconhecer na(o) outra(o) e se sentir representada(o) na imagem de pessoas que tem o mesmo tom de pele, o mesmo cabelo, o mesmo fenótipo e quase sempre a mesma origem socioeconômica, que conseguiram escapar do lugar de subalternização em que a maioria das(os) negras(os) estão, pode ser um importante gerador de recursos subjetivos para ampliar o olhar sobre si mesmo, sobre as perspectivas de futuro, sobre as possibilidades de concretização de sonhos.

“*Eu olho pra senhora [pesquisadora] e eu acho uma deusa, eu acho maravilhosa*”. Essa outra afirmação reafirma o indicador do quanto a representatividade é importante no processo de construção da identidade e da subjetividade de crianças, adolescentes e jovens. A ‘deusa’ que Bia vê em mim, está para além de uma admiração pautada apenas na estética negra. Em outros momentos da pesquisa essa admiração ou referência apareceu, por exemplo, quando fez a comparação do cabelo da mãe com o meu, ou quando expressou imensa satisfação por estar participando de uma pesquisa com uma pesquisadora negra vinculada à UFPA, instituição que ela tanto quer fazer parte e que representa um dos seus maiores objetivos de vida, a realização do curso de psicologia.

Outro relato que reforça esse indicador pode ser observado em sua fala sobre a importância do trabalho desenvolvido por nós na escola, por meio dos Grupos de Diálogos: “*Eu penso, eu quando eu entrar na Federal[UFPA], eu tive professores de escolas públicas, eu tive vocês [pesquisadores GEPJUV], então, seria egoísmo falar que foi só pelo meu esforço*” (GD T203).

E ainda

Eu acho que quando se eu estivesse no fundamental, quando a criança começa a pensar nas coisas, aquilo, e chegasse um grupo que nem vocês [GEPJUV] no Zacarias e puxasse esses assuntos. Ir ali no fundamental, tipo, pras criancinhas, chegassem pessoas e falassem a verdade, falassem: “É isso, é isso, é isso. Tu é linda, tu é lindo”, sabe, e eu plantava a semente ali, a criança ia pensar: “Eu sou linda do jeito que eu sou”. Eu acho que é tudo alcance de conhecimento, as pessoas chegarem e falarem. O Estado também, sabe, mostrar. Porque todo mundo reprime, todo mundo tem que se esconder, todo mundo tenta colocar embaixo do tapete. Se chegassem nas escolas desde criancinha, se fosse ensinado mais, se a história, sabe, fosse imposta como uma matéria específica: “Hoje a gente vai estudar isso”. A criança olhasse e

falasse: “Nossa, que legal! Posso fazer igual a professora ou parecida”. Eu acho que a mudança começaria aí, ela não teria que passar por várias etapas pra perceber (GD T203)

Todas essas falas de Bia nos leva a interpretação de que a representatividade tem uma função importante no processo de desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens e que esta não está centrada em figuras ou personagens que ganham visibilidade nacional, local ou nos vários tipos de mídia, mas naquelas pessoas que conseguiram de alguma forma superar minimamente as barreiras impostas pela estrutura racista, machista, sexista e classista e conseguem fazer a diferença na sua vida e na vida de quem está ao seu redor. A escola, por meio de professoras(es), pode e deve ocupar esse lugar de destaque e, assim, fazer a diferença no processo de desenvolvimento de sujeitos, o que implica um trabalho pedagógico consciente e direcionado para o processo de formação e desenvolvimento de subjetividades e identidades autodefinidas.

Penso que o processo de identificação de Bia comigo se deu pelo fato de eu ser uma mulher, negra, periférica e pesquisadora da UFPA, o que de alguma forma simboliza o que ela quer para si própria, ou seja, beleza, trabalho, independência financeira e afirmação da identidade. Essa identificação foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, pois possibilitou uma aproximação e um diálogo aberto e franco, fazendo com que Bia se sentisse segura em relatar assuntos de sua vida que, como ela mesma disse, não costuma falar. A identificação com os membros de um grupo de pesquisa da UFPA – GEPJUV que são, em sua maioria, negras(os) representou, possivelmente, possibilidade de transgressão da norma, representatividade que inspira esperança e alimenta o sonho de também se inserir nesse universo que ainda é tão branco e elitizado.

Dessa forma, pode-se dizer que a configuração subjetiva da identidade racial de Bia foi construída a partir das experiências e vivências desde a sua infância, das relações estabelecidas com a família, amigos, conhecidos e desconhecidos, a partir das experiências vividas nos dois mundos, centro e periferia, que lhe possibilitou a construção de uma consciência crítica das opressões que precisa enfrentar cotidianamente, mas também, a partir do contato direto ou indireto com as produções dos movimentos negros que tem ampliado a sua abrangência de discussão ao conquistar cada vez mais espaços nas mídias e redes sociais através.

As inquietações suscitadas em Bia acerca da sua identidade racial, pelas brincadeiras, aula de história, dentre outras, a fez buscar outras plataformas de conhecimento. Foi então que as redes sociais, filmes, documentários e músicas ganharam

espaço e a possibilitou ampliar as redes de contato e de acesso a bens produzidos por vários coletivos negros que proporcionou novas subjetivações acerca de si e do movimento.

Bia revela que desde criança ouvia Racionais MC's por intermédio das festas promovidas pelos vizinhos, no entanto, quando criança, associava o rap à criminalidade porque os vizinhos não eram exatamente pessoas de 'boa índole', mas "*depois que eu cresci eu falei não, eles escutam não é porque, só porque eles são ladrão, de alguma forma eles são representados na letra e do jeito que me representa também*" (Dinâmica conversacional).

O preconceito inicial de Bia com o rap reflete uma subjetividade social dominante, oriunda do racismo estrutural, que inferioriza a produção considerada de preto. Esse mesmo preconceito é estendido ao *funk*, ao grafite (pichação), ao *slam*, dentre tantas outras manifestações. A superação do preconceito e o reconhecimento da sua realidade nas letras das músicas de Racionais Mc's, Karol Conká, Malia, Urias, dentre outras(os), a ajudaram a refletir sobre a própria realidade e a buscar o autoconhecimento.

"*Tinha o grupo do Zumbi, era muito muito top, tipo era umas ideias muito avançadas [...] Foi, eu acho que foi nesse grupo mesmo que me despertou pro auge*" (Dinâmica conversacional). As ideias avançadas discutidas no grupo foram fontes de novos processos de subjetivação em Bia, ao ponto das histórias e depoimentos compartilhados a fizessem construir/fortalecer sentidos subjetivos relacionados ao grupo identitário da negritude. É o que se pode perceber na seguinte fala "*apoiar os seus, sabe? Quando eu vou comprar uma coisa, confesso, se tem aqui uma loja com uma mulher branca vendendo e uma loja com mulher negra, então eu vou na negra porque eu tenho certeza que é mais fácil a branca vender, então eu vou na negra*" (Dinâmica conversacional).

Os movimentos negros têm se constituído em espaços de mobilização e dinamização de outras práticas, diálogos e processos de subjetivação que possibilitam ao indivíduo construir outros sentidos subjetivos que tencionam com os sentidos presentes na subjetividade social dominante do racismo. Espaços que abrem vias de reflexividade, de (re)construção da identidade racial, de solidariedade, irmandade e conexão com a ancestralidade, dentre tantas outras questões importantes para a emergência do sujeito.

A configuração subjetiva da identidade racial de Bia agrega sentidos subjetivos associados à coletividade, à solidariedade, à consciência de que é preciso transformar a

realidade social de todas as pessoas, ao reconhecimento de si, à autoafirmação, à aceitação de sua condição de mulher negra, lésbica e periférica, à autodefinição e autoafirmação.

Para Fernando González Rey (2010) a identidade é um sistema vivo que está em processo, e por isso mesmo, tem muita importância na produção de novos sentidos subjetivos frente às realidades imprevisíveis. A identidade, portanto, ousou dizer, é uma configuração subjetiva que tem por finalidade organizar os vários sentidos subjetivos que produzimos ao longo da vida e que nos faz identificar ou não com um determinado grupo étnico-racial, com uma profissão, com certo tipo de arte, etc.

As leituras, as experiências de Bia, os indicadores e hipóteses aqui levantadas me permite afirmar que a identidade é uma configuração subjetiva que passa por transformação ao longo da vida de um indivíduo, que aos poucos pode ir se identificando com a raça e com o seu grupo étnico racial ou pode se distanciar dessa identidade, uma vez que é mais fácil se assemelhar pela autonegação do que pela autoafirmação.

A configuração subjetiva da identidade racial no Brasil está diretamente atrelada à configuração subjetiva do racismo que converge sentidos subjetivos associados à inferioridade, animalidade, subalternidade, incapacidade, autoanulação, autodepreciação, auto-ódio, dentre outros sentidos subjetivos que minam a capacidade de gerar recursos subjetivos no indivíduo, mas também pela consciência de que o racismo é um sistema de poder que visa exatamente a exploração e opressão de um grupo racial, o que gera sentidos subjetivos associados às várias formas de resistência, luta, enfrentamento e combate à opressão.

Essas duas configurações podem ser contraditórias e/ou convergir ao longo da vida de um indivíduo, podendo, em determinados momentos aparecerem de forma mais ou menos organizada ou desorganizada, o que vai refletir na geração de novos sentidos subjetivos ou no fortalecimento deles.

No instrumento Complemento de frases, aplicado após as dinâmicas conversacionais, Bia respondeu da seguinte forma as frases propostas:

Tenho dificuldade – *“Em acreditar em mim mesma”*

Com frequência eu sinto – *“Que a qualquer momento não vou aguentar”*

Queria – *“Ser mais confiante”*.

Aprendi – *“Que nem todos os dias são ruins e que eu só tenho que apostar no amanhã”*

Não posso – *“Desistir, mesmo nos dias em que eu queria”*

Esforço-me diariamente – *“Para ser tudo menos aquilo que eu não gosto em outra pessoa”*

Sofro – *“Por pensar demais, por ansiedade as vezes tomar conta”*

A preocupação principal – *“E o meu futuro”*

Desejo – *“Ter o que é meu, casa e estabilidade em várias áreas”*

A felicidade – *“É nos mínimos detalhes, e todo dia tem algum detalhe”*

Essas frases confirmam a hipótese de que as opressões vividas repetidamente produzem sentidos subjetivos que minam o processo de construção da identidade e de autodeclaração.

## 6. TORNAR-SE NEGRA É TORNAR-SE SUJEITA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste estudo possibilitou produzir inteligibilidades acerca das configurações subjetivas do racismo e da identidade que nos auxilia pensar o processo de desenvolvimento da subjetividade sem que o objetivo seja o de fazer generalizações, uma vez que cada indivíduo é único e singular. Mas por outro lado, considerando que somos seres históricos, sociais, culturais e nos constituímos na relação com o outro, produzindo subjetividades individuais e sociais, entendemos ser possível, a partir de um caso singular, compreender a dinâmica de produção de sentidos subjetivos em torno dos impactos que o racismo provoca na subjetividade de um indivíduo, uma vez que as experiências com o racismo são, em sua maioria, compartilhadas pelo coletivo de pessoas negras, o que nos leva a reflexões sobre jovens negras(os).

Dito isto, a **tese** que defendemos nesse trabalho é de que a configuração subjetiva do racismo pode inibir e mesmo aniquilar a emergência do sujeito em vários processos, ocasiões e experiências de negras e negros, sobretudo da juventude negra. A consciência da realidade social brasileira e dos impactos que o racismo provoca na vida de cada um dos negros é um elemento fundamental para a ressignificação da raça e de sentidos subjetivos associados à negação de si e à inferioridade. É o processo de ressignificação da raça que dá lugar ao surgimento de sentidos subjetivos de autovalorização, o que possibilita uma reconfiguração da identidade racial por meio da autodeclaração e autodefinição. Ou seja, enquanto a configuração subjetiva do racismo inibe a emergência do sujeito ao minar a produção de recursos subjetivos que auxiliem no enfrentamento da opressão, a configuração subjetiva da identidade racial autodeclarada, autodefinida atua no sentido contrário ao propiciar a construção de sentidos subjetivos e recursos subjetivos para o enfrentamento das opressões, sejam elas raciais, sexistas, patriarcais, etc.

Há de se ressaltar que a forma como cada indivíduo personaliza e subjetiva essas experiências é singular, o que ficou nítido, por exemplo, nos posicionamentos contraditórios adotados por Bia e pela mãe, ao vivenciar a realidade dos dois mundos, periferia e centro. No entanto, as experiências de vida se repetem para a grande maioria da população negra e periférica e é por isso que ao longo do texto é possível encontrar longas, extensas e múltiplas citações dos relatos ocorridos nas Dinâmicas conversacionais, bem como no Diário de experiências, pois os seus depoimentos acerca da realidade que vivencia na periferia de Belém enquanto negra, jovem, mulher, periférica

e lésbica são verdadeiras denúncias dos impactos que a estrutura racista provoca na vida da população negra, especialmente dos que agrupam em si vários dos fatores e causas de opressão, ficando ainda mais à margem da margem.

A narrativa de Bia traz consigo a força do desmascaramento e da denúncia aberta de como o racismo se materializa de forma violenta, através da violação de direitos e da agressão direta, na vida da juventude negra periférica. A sua trajetória de vida se confunde com tantas outras histórias de vida. Essa denúncia e esse desvelamento é fundamental para o enfrentamento radical do racismo. Também foi fundamental para entender como que a subjetividade marcada pelo racismo pode provocar traumas e sentimentos negativos, modos de ver, viver, pensar e sentir o mundo que influencia na trajetória de vida do indivíduo. Em geral, são construtos negativos da percepção de si enquanto ser negro vivente nessa sociedade estruturada pelo racismo, uma vez que tudo aquilo que tem valor está associado ao ser branco.

A produção subjetiva de Bia se constituiu a partir da sua história de vida, que inclui a rejeição paterna, o afastamento e posterior aproximação com o núcleo familiar, a afirmação da sexualidade, as relações estabelecidas nos demais espaços de convivência como a escola, a igreja, o trabalho da mãe, o bairro, os espaços públicos e privados, a busca incessante por aceitação e o processo de reflexão e conscientização da realidade, na dinâmica entre o tempo presente/atualidade e o tempo passado/histórico, entre o individual e o social.

É importante destacar como que as relações interpessoais de Bia se constituíram como fontes de produção de sentidos subjetivos que integraram as configurações subjetivas do racismo e da identidade. Foi na relação com os membros da família, a princípio, e depois na relação com os indivíduos da escola e do trabalho da mãe, de modo mais específico, que os sentidos subjetivos associados à rejeição, inferioridade, anulação e negação de si, dentre outros, foram sendo gerados e integrando a configuração subjetiva do racismo. Mas é importante destacar como que no processo dinâmico e contraditório da vida e de constituição de subjetividades, essas mesmas relações e espaços de convivência também propiciam experiências que possibilitam a reconfiguração de sentidos subjetivos e configurações subjetivas.

A família, muitas vezes, não consegue funcionar como espaço de acolhimento e de amor, capazes de suprir as necessidades afetivas que, certamente, auxiliariam no processo de produção de recursos subjetivos necessários ao enfrentamento dos problemas



oriundos desse sistema de opressão porque, em geral, todos os membros também são vítimas.

As famílias, em geral, não tem estrutura para auxiliar as(os) filhas(os) no processo de construção da identidade ou de recursos subjetivos para enfrentar as dinâmicas/opressões geradas pelo racismo, machismo, sexismo, dentre outros, porque também são constituídas por pessoas que sofrem e reproduzem ao longo dos anos a subjetividade social dominante que inferioriza o negro. A ausência de estrutura financeira e emocional, dentre outras, são fatores impeditivos na construção de recursos subjetivos e/ou de sentidos subjetivos que visem o enfrentamento de questões como o racismo.

No entanto, dada a singularidade do processo de constituição subjetiva de cada indivíduo, é preciso destacar que nem sempre a família é a fonte geradora dos sentidos subjetivos que integram a configuração subjetiva do racismo. No caso Bia, foi possível compreender que os sentidos subjetivos originados na família são potencializados e se multiplicam a partir de outras produções subjetivas geradas em outras relações e ambientes - escola, trabalho, igreja, bairro, instituições - e em outras dimensões da vida como a sexualidade.

A compreensão da totalidade das experiências de vida de Bia nos permite dizer que a configuração subjetiva do racismo se integra de sentidos subjetivos que se associam a rejeição, inferioridade, anulação de si, auto-ódio, angústia, medo, sentimentos de incapacidade, de desvalorização de si e da vida, de subalternidade, de negação da raça e da identidade. Essa configuração subjetiva é inibidora da produção de recursos subjetivos para enfrentamento não apenas do racismo, mas de outros problemas e opressões que precisam ser enfrentadas no dia a dia, como a lgbtifobia. Também é indutora de comportamentos que inviabilizam ou inibem a emergência do sujeito e a afirmação da identidade racial.

Em Bia, a busca incessante pela aprovação externa foi, durante um tempo de sua vida, inibidora da geração de recursos subjetivos que a impediu de se constituir como sujeita da própria história ao ignorar os seus sentimentos, desejos e sua identidade. Entretanto, na relação com a mãe, é possível dizer que, de alguma forma, a condição de sujeito esteve presente quando esta decidiu conquistar a todo custo os sentimentos da mãe, ainda que tal atitude a tenha levado para um processo de anulação de si.

Essa interpretação corrobora a afirmação de Fernando González Rey (2017) que nem sempre e nem em todo momento o indivíduo exercerá a sua condição de sujeito. Mas é no confronto com o outro, nas tensões, nas rupturas e/ou na criação que o sujeito se

constitui. Onde há relação humana há relações de poder/opressão, mas também relações dialógicas, e, ambas, podem provocar novas subjetivações que levam a novas formas de agir e se colocar no mundo.

No caso de Bia, duas relações, com a namorada e com a terapeuta, se destacaram como importantes fontes de geração de processos subjetivos. A forma como a namorada encara a própria realidade a ajudou a se colocar em primeiro lugar, a pensar em si e nos próprios sentimentos, e, principalmente, a querer realizar os próprios desejos e projetos de vida. A relação com a terapeuta também foi fundamental no processo de abertura de vias próprias de subjetivação e reflexividade acerca da relação de dependência emocional que mantinha com a mãe e a comparação excessiva com a irmã.

Essas relações foram fundamentais para a geração de sentidos subjetivos associados a valorização da vida e de autoafirmação. Foi com o apoio e principalmente com o diálogo com essas pessoas que Bia conseguiu construir recursos subjetivos para assumir a sua orientação sexual.

As relações estabelecidas entre o mundo da periferia e do centro também foram fundamentais no processo de abertura de novas vias de reflexividade em torno do racismo e das condições socioeconômicas permeia a sua vida. Em um movimento recursivo, o processo de reflexão fez com que Bia desenvolvesse uma consciência crítica que a possibilitou fazer as denúncias de forma tão contundente e direta durante todo o processo de conversação/diálogo, mas, acima de tudo, a possibilitou criar sentidos subjetivos de valorização de si, de auto-amor, de autodeclaração e autoafirmação que integram uma nova configuração subjetiva da própria identidade.

A **consciência** dos impactos do racismo na nossa vida material, física e subjetiva é fundamental para que possamos ressignificar as experiências/vivências de opressão ocasionadas por esse sistema racista, e assim construir outros sentidos subjetivos e configurações subjetivas de autovalorização e de reconhecimento da condição de oprimido, a fim de criar possibilidades de engajamento num movimento de luta e, principalmente, de transformação da percepção de si.

O movimento de reflexividade desenvolvido por Bia, resultou em processos de subjetivação que a levaram, por exemplo, à ruptura com o objetivo incessante de agradar a mãe e a distanciar-se da igreja, uma vez que nas novas vias de subjetivação compreendeu que a sua relação com Deus poderia ocorrer de forma independente da relação com a igreja. Tais mudanças se configuram como verdadeiros processos de constituição do sujeito e afirmação da identidade.

A superação dos impactos provocados pelo racismo para tornar-se Negra(o) ou tornar-se Sujeita(o) perpassa pela construção subjetiva da identidade racial negra, o que implica em processos de autoafirmação, autodeclaração ou autodefinição. Esses processos acontecem no curso da vida do indivíduo, não se dão de forma simultânea, imediata ou linear, mas na processualidade e complexidade em que se desenvolve a subjetividade.

Os movimentos e enfrentamentos subjetivos vivenciados por Bia confirmam esse processo contraditório e complexo do desenvolvimento subjetivo humano afirmado por González Rey. Bia, em seus conflitos, apresentou momentos de anulação de si, mas também de insurgência da condição de sujeito, seja em relação à afirmação da sua identidade racial, seja em relação à afirmação da orientação sexual, bem como, na relação de dependência afetiva estabelecida com a mãe, ora anulando-se diante do desejo de sempre agradar para se sentir aceita, ora colocando-se como prioridade. Portanto, esse é um movimento de idas e vindas, que se reconstrói ou reafirma diante das diversas experiências ocorridas na trajetória de vida do indivíduo, momentos, geralmente, distintos e conflituosos, de recuos, avanços e rupturas, que atuam na ressignificação das subjetividades individuais e sociais.

A subjetividade não é estática (GONZÁLEZ REY, 2003; 2005; 2010; 2012; 2017), portanto, não tem um caráter determinista na nossa vida, mas é uma produção humana a partir das experiências que acontecem em um contexto social, histórico, político, econômico, cultural, religioso, dentre outros, se configurando num processo individual e socialmente constituído. Ora, se estamos a afirmar que essa produção é social, certamente que as construções subjetivas geradas pela população negra serão, na maioria das vezes, associadas à desvalorização de si, como os sentidos subjetivos produzidos por Bia. A população negra diariamente vive experiências racistas, seja no âmbito das relações interpessoais, isto é, atitudes e ações discriminatórias, preconceituosas, racistas, seja no âmbito estrutural e estruturante da sociedade, que a todo momento afirma para o corpo negro que este não tem valor, que é descartável, substituível, desprezível.

Todos os negros brasileiros, inevitavelmente, são vítimas do racismo que se concretiza/materializa na sociedade brasileira. É impossível fugir da herança escravagista e da total ausência de reparação que resultou numa dívida histórica do Estado brasileiro para com a população negra. Entretanto, cada indivíduo sente, percebe, subjetiva isso de

uma forma singular, mas também social. Há dores e dissabores que são individuais, mas, que em geral, são compartilhadas pela maioria.

Ainda que a subjetividade seja um processo dinâmico, contraditório e não determinista, o esforço cognitivo, emocional, simbólico, subjetivo que a população negra precisa fazer para não sucumbir e superar a produção de sentidos subjetivos e configuração subjetiva de desvalorização de si é gigantesco diante do cenário que o racismo estabelece nas trajetórias de vida de cada indivíduo.

Muitas vezes sofremos ações que exoram o racismo abertamente e que nos deixa desconfortáveis, nos oprime, mas que nem sempre reagimos porque ou a ação nos paralisa, ou não associamos imediatamente a um ato racista. As agressões e opressões, às vezes, vem de onde e quando menos esperamos, outras vezes, demora um pouco para que alcancemos a compreensão de que foi uma atitude racista, e isso nos deixa cansados, exaustos, porque exige de nós, constantemente, mobilização de força e de recursos subjetivos para não nos deixar abater. Esse é um processo que pode nos exaurir, nos deprimir ou nos fortalecer diante da luta antirracista.

Dói ter que reagir constantemente contra o racismo, mas também dói quando temos consciência e não reagimos. Ou seja, não temos escolha, a alternativa é usar essa dor para lutar, para reagir, para transformar a realidade que nos cerca. Mas, às vezes, nos vemos num processo de idas e vindas, ora são os sentidos subjetivos associados à nossa valorização que se expressam de forma mais contundente, ora são os sentidos subjetivos associados à desvalorização da nossa gente que nos desanimam e enfraquece, exigindo de nós uma luta constante.

Precisamos enfrentar o medo, o sentimento de inferioridade, transpor as subjetividades sociais dominantes de subalternização, para nos permitir sonhar, ousar, transpor as barreiras que estabelecem lugar de preto e lugar de branco, criar uma outra configuração subjetiva sobre a dinâmica socioeconômica da vida que responsabiliza o jovem pelo próprio fracasso.

A relação de Bia com membros de movimentos negros, ainda que de forma virtual, e com a produção de vários movimentos negros foi fundamental para a criação de sentidos subjetivos de valorização da própria identidade e para construção de outra configuração subjetiva da identidade racial. Foi, principalmente, a qualidade dessa relação e das produções dos movimentos negros, mas não só, que possibilitou que Bia afirmasse a sua negritude.

Portanto, nesse processo de ressignificação das experiências e criação de novos sentidos subjetivos para que outras configurações subjetivas acerca da identidade e do racismo possam emergir, é preciso pensar na qualidade das relações que estabelecemos bem como no potencial que a afirmação da identidade racial tem na configuração de outras subjetividades.

A afirmação da identidade racial passa pela ressignificação da palavra negro, do símbolo construído socialmente e culturalmente do ser negro, para então possibilitar a criação de outros sentidos subjetivos e outra emocionalidade, e nessa relação com o novo símbolo/emoção repensar a estrutura racista, repensar as desigualdades sociais, repensar e/ou desconstruir os lugares de negro e de branco e, principalmente, repensar as relações sociais e interpessoais. A desconstrução do racismo perpassa pela construção de outras subjetividades sociais e individuais, tanto por negros quanto por brancos.

O processo de se descobrir, se libertar e tornar-se negra(o) ou assumir a orientação sexual dentro dessa estrutura racista, patriarcal, sexista e lgbtfóbica não é fácil e, por vezes, para alguns, impossível. Em alguns momentos nos vemos fortalecidos, em outros, enfraquecidos, depende muito das configurações subjetivas que vamos construindo ao longo da nossa vida. É um processo constante de transformação da dor em força, mas não essa força que imputaram à mulher negra a embrutecendo, a animalizando, é a força da autodefinição, da autovalorização, da autodeclaração, da autolibertação e da sociedade.

O processo de autoaceitação, autodeclaração ou autodefinição é um processo individual e coletivo ao mesmo tempo. É individual e solitário, muitas vezes, porque a(o) indivíduo(o) passa por ele sozinho dentro do núcleo familiar, dentro do grupo de amigos da escola ou da comunidade, o que torna o processo ainda mais difícil e doloroso de ser suportado e afirmado. Por outro lado, a afirmação da negritude seria quase impossível sem a força da coletividade dos movimentos negros. É dentro do movimento que o indivíduo geralmente encontra o apoio necessário para atravessar o processo de autodefinição e autodeclaração. É esse apoio junto aos seus que faz o indivíduo acreditar que está no caminho certo, pois na coletividade a trajetória fica mais leve, mais suportável e a emergência do sujeito mais evidente.

O racismo só será superado com uma transformação social radical. Essa transformação parte da transformação individual e social. Por isso, precisamos falar e discutir o papel da educação nesse processo de emancipação e emergência do sujeito. O papel que a instituição Escola pode e deve exercer na produção de novos sentidos subjetivos acerca da raça e da identidade.

A escola que, não por acaso, foi trazida por Bia no primeiro relato de suas vivências, é o ambiente, que em geral, as crianças têm contato inicial e mais direto com atitudes discriminatórias, preconceituosas e racistas tem um papel fundamental no processo de ressignificação da identidade, uma vez que os professores e profissionais da educação podem atuar como favorecedores e/ou inibidores na produção de sentidos subjetivos que organizam a configuração subjetiva da identidade racial dos indivíduos, contribuindo de maneira significativa para uma negação ou fortalecimento desta a partir do tipo de trabalho de socialização do conhecimento, reflexão e formação de consciência crítica que favoreçam o desenvolvimento subjetivo.

A identidade das crianças não é trabalhada na instituição escola, ou melhor, é trabalhada sempre pelo viés do branqueamento, da identidade aceitável. Bia, ainda criança, foi se percebendo negra por meio das ‘brincadeiras’, das poucas aulas que tratavam da escravidão e por meio dos olhares de canto de olho que iam escancarando para ela o seu pertencimento a uma raça supostamente inferior, aquele olhar branco, único verdadeiro, que disseca (FANON, 2008).

O racismo precisa ser discutido e abordado como tema central na organização e planejamento da educação nacional, por todos os sistemas de ensino e, principalmente, pelas instituições escolares. É fundamental pensar o processo de emancipação do sujeito e o desenvolvimento da identidade e da subjetividade, processos que se constroem na relação com o outro, a partir da provocação, da inquietação, das tensões e conflitos que podem ser gerados pelas experiências do cotidiano, mas que também podem ser estimuladas e organizadas no processo educacional por todos nós profissionais da educação.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Waldir F. O Trabalho de Socialização de Meninos de Rua em Belém do Pará: Um Estudo sobre a República do Pequeno Vendedor. 2010. 165p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

ALMEIDA, Pilar de. A aprendizagem criativa em contextos não-formais: caracterização e processos subjetivos constitutivos. 2015. 211p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Estado e direito: a construção da raça. pp. 81-96. **In:** SILVA, Maria Lúcia. FARIAS, Marcio. OCARIZ, Maria Cristina. NETO, Augusto Stiel. (Orgs.) Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. – São Paulo: Escuta, 2018.

BBC MUNDO. Estas son las 50 ciudades más violentas del mundo (y 42 están en América Latina). Redacción BBC Mundo. Publicado em 7 marzo 2018 Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-43318108> Acessado em: 08/04/2019

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Notas sobre a branquitude nas instituições. pp. 115-136. **In:** SILVA, Maria Lúcia. FARIAS, Marcio. OCARIZ, Maria Cristina. NETO, Augusto Stiel. (Orgs.) Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. – São Paulo: Escuta, 2018.

BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? – Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando, 2018. Coleção Feminismos Plurais.

BUARQUE, Chico. Blues pra Bia. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2017. 3'16

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil – São Paulo: Selo Negro, 2011.

CÉSAIRE, Aimè. Discurso sobre o colonialismo. Tadução de Anísio Garcez Homem. Curitiba: Letras Contemporâneas, 2010.

CHIZIANE, Paulina. Balada de Amor ao Vento. 3ª ed. – Lisboa: Caminho, 2003.

COELHO, Mauro Cezar. A fundação de Belém. Belém: Editora Estudos Amazônicos. 1ª ed. 2011. Coleção Estudos Amazônicos. História.

COLLINS, Patrícia H. **Aprendendo com a *outsider within***: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado – v. 31 n. 1, Janeiro/Abril 2016, pp 99-127.

COSTA, Emília V. **A Abolição**. – 9.ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. W. Cartographies des Marges: Intersectionnalité, Politique de L'identité Et Violences Contre Les Femmes de Couleur. Tradução para o francês de Oristelle Bonis. L'Harmattan / *Cahiers du Genre*. 2005/2, n° 39, pages 51 à 82.

CRENSHAW, Kimberlé. W. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, volume, 1989 / Issue 1, Article 8, pp. 139-167.

DAMASCENO, Karine T. Movimento Negro, um breve panorama dos anos 2000. In: SANTIAGO, Ana R. et al. (Orgs) **Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro**. Cruz das Almas/BA: Editora UFRB, 2017.

DEUS, Zélia Amador de. Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade. 2008. 295p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento da negritude**: uma breve reconstrução histórica. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n. 1, p.25-40, jan-jun. 2005.

DOMINGUES, Petrônio. Um “Templo de Luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: FONSECA, M. V. BARROS, S. A. P. de (Orgs.) **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

DWECK, Esther. OLIVEIRA, Ana L. M. ROSSI, Pedro. **AUSTERIDADE E RETROCESSO**: impactos sociais da política fiscal no Brasil. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, 1ª edição, vol. 1, agosto de 2018.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória* – 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio* – 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilizações Brasileiras, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Prefácio de Lewis R. Gordon. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Marcio. Formação do povo brasileiro e a questão negra: uma leitura psicossocial. In: SILVA, Maria Lúcia. FARIAS, Marcio. OCARIZ, Maria Cristina. NETO, Augusto Stiel. (Orgs.) **Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. – São Paulo: Escuta, 2018.

FAROFA CARIOCA. *A carne*. Rio de Janeiro: PolyGram, 1998. 5:05’.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2ª ed. 5ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2ª ed. revista - São Paulo: Global, 2007.



FERREIRA, Bia. *Cota não é esmola*. Curitiba: Show livre, 2018.

FREIRE, Paulo. R. N. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Notas Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GÓES, Weber Lopes. Formação social do Brasil e a objetivação do racismo no pensamento conservador. **In:** SILVA, Maria Lúcia. FARIAS, Marcio. OCARIZ, Maria Cristina. NETO, Augusto Stiel. (Orgs.) *Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. – São Paulo: Escuta, 2018.

GOMES, Nilma L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis – RJ. Editora Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

\_\_\_\_\_. Entrevista Lélia Gonzalez. *Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado* – Nº 19- maio/junho/julho de 1991, pp. 8-9, “Disponível em:”  
<<http://blogueirasnegras.org/wp-content/uploads/2013/07/entrevista-lesia-mnu.pdf>>  
Acessado em: 22 de janeiro de 2020

GONZÁLEZ REY, Fernando L. A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. Texto apresentado no GT-20 – Psicologia da Educação, durante a 24ª Reunião Anual da Anped. São Paulo, pp. 9-15, 2001.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. **Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. Tradução: Raquel Souza Lobo Guzzo; revisão técnica do autor. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. Tradução: Marcel Aristides Ferrada Silva; revisão técnica: Fernando Luis González Rey. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Psic. Da Educação*. São Paulo, 24, 1º sem. de 2007, pp. 155-179.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo-sociedade numa perspectiva cultural-histórica. **ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, volume 2, número 2, pp. 167-185, 2012.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. As configurações subjetivas do câncer: um estudo de casos em uma perspectiva construtivo-interpretativa. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 30 (2), pp. 328-345, 2010.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. **SUBJETIVIDADE: teoria, epistemologia e método**. Campinas – SP: Alínea Editora, 2017.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. GOULART, Daniel M. BEZERRA, Marília S. Ação profissional e subjetividade: para além do conceito de intervenção profissional na psicologia. Educação, Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), s54-s65, dez. 2016.

GUIBU, Ione A. MORAES, J.C. GUERRA JUNIOR, A.A. COSTA, E.A. ACURCIO, F.A. COSTA, K.S. et al. Características principais dos usuários dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, 2017;51 Supl 2:17s.

GUIMARAES, Antônio S. A. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2 ed. 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (Org) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HOOKS, Bell. **Olhares Negros: raça e representação**. Tradução Stephanie Borges. Editora Elefante. São Paulo, 2019.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libanio. – 13ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HENRIQUE, Márcio Couto. Escravos no purgatório: o leprosário do Tuncuduba (Pará, século XIX). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.153-177

JESUS, Carolina de. Quarto de despejo. Editora Ática. São Paulo, 2006. 8ª ed. 17ª reimpressão

LOBINHO. Identidade. In: RIBIERO, Luz... [et al.] ALCADE, Emerson (Org.). Negritude. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2019. (Coleção SLAM)

LORDE, Audre. Sou sua irmã: escritos reunidos. Org. Djamila Ribeiro. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Editora de Livros Cobogó. Rio de Janeiro – RJ, 2019.

MACHADO, Leandro. Chacinas no Pará: 'Hoje, é normal andar pela cidade e ver corpos pelo chão', diz promotor que investiga assassinatos em Belém. Da BBC News Brasil em São Paulo. Publicado em 11 de novembro de 2018.

Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46146236>  
Acessado em 08/04/2019

MAIA, Rosely C. Risco e proteção à violência intrafamiliar nas trajetórias desenvolvimentais de adolescentes e jovens. 2017. 172 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução Marta Lança. Ed. Antígona. Lisboa – Portugal, 2014.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. N-1 edições. São Paulo: 2019
- MEMMI, Alberti. Retrato do Colonizado precedido do retrato do colonizador. Tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro – RJ, 1997. Série Ecumenismo e Humanismo.
- MIRANDA, Cybelle Salvador et al. Caminhos e ausências no patrimônio da saúde em Belém, Pará. *Amazôn., Rev. Antropol. (Online)* 5 (2): 308-343, 2013
- MIRANDA, Cybelle Salvador et al. Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.525-539.
- MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. – São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais.
- MOTTA, Maria A. A. URT, Sônia C. Pensando o sujeito: um diálogo entre Castoriadis e González Rey. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 4, p. 621-629, out./dez. 2009.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2 ed. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.
- MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do Racismo à Brasileira. In: KON, N. M. ABUD, C. C. SILVA, M. L. **O Racismo e o Negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- NASCIMENTO, Tábita C. M. O tempo livre e a produção da existência da juventude do campo: Um estudo com jovens estudantes do Assentamento João Batista II – PA. 2017. 145 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- OCARIZ, Maria Cristina. NETO, Augusto Stiel. Apresentação. In: SILVA, Maria Lúcia. FARIAS, Marcio. OCARIZ, Maria Cristina. NETO, Augusto Stiel. (Orgs.) **Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. – São Paulo: Escuta, 2018.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. In: **Dossiê América Latina**. Tradução de Gênese Andrade. *Estudos Avançados* 19 (55), pp. 9-31, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005b.
- RACIONAIS MC's. **A vida é Desafio**. São Paulo: Boogie Naípe, 2002.

RAMOS, Lázaro. **Na minha pele**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

RATTS, Alex. RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Eliane; LÂNES, Patrícia; CARRANO, Paulo. Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro: IBASE; Polis. 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019a. Coleção Feminismos Plurais.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.

ROMANO, Giovana. Racismo no Brasil é ‘uma coisa rara’, diz Bolsonaro a Luciana Gimenez. Reportagem de Giovanna Romano. Publicado em 08/05/2019. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/racismo-no-brasil-é-uma-coisa-rara-diz-bolsonaro-a-luciana-gimenez/ar-AAB54YN?ocid=spartandhp>

ROSSATO, Maristela. MITJÁNS MARTINEZ, Albertina. Desenvolvimento da subjetividade: análise de histórias de superação das dificuldades de aprendizagem. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. SP. Volume 17. Número 2, Julho/Dezembro de 2013: 289-298.

ROSSATO, Maristela. MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. Contribuições da metodologia construtivo-interpretativa na pesquisa sobre o desenvolvimento da subjetividade. **Revista Lusófona de Educação**, 40, pp. 185-198, 2018

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. - 3ª ed. rev. amp. – Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SANTOS, Boaventura. S. Prefácio. In: GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis – RJ. Editora Vozes, 2017.

SANTOS, José R. P. Juventudes quilombolas: memória, resistência e construção de identidades. 2018. 161 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018

SANTOS, Mateus S. Entre risco e proteção: eventos estressores no desenvolvimento de adolescentes e jovens estudantes de escolas públicas de Belém/PA. 2018. 166 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém., 2018.

SANTOS, Yanê Lopes dos. Por um Brasil africano sobre a importância em se pensar e educar o Brasil a partir de sua herança africana: o caso de Palmares. pp. 29-46. In: SILVA, Maria Lúcia. FARIAS, Marcio. OCARIZ, Maria Cristina. NETO, Augusto Stiel. (Orgs.) **Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. – São Paulo: Escuta, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e privilégio. Pp. 137-150. In: SILVA, Maria Lúcia. FARIAS, Marcio. OCARIZ, Maria Cristina. NETO, Augusto Stiel. (Orgs.) *Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. – São Paulo: Escuta, 2018.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930* – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira* – São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Lúcia Isabel C. A juventude na periferia de uma cidade amazônica: perfil e demandas sobre políticas públicas. In: BARON, S. C. BRASIL, K. T. R. (Orgs.) **Jovem adolescente e criança**: em contextos de proteção e de risco no Brasil. Niterói: Editora da UFF, 2014. (Série Práxis Educativa)

SILVA, Lúcia Isabel C. Projeto de Pesquisa e Extensão. Juventude negra e escola: desigualdades, protagonismo e o potencial transformador da diversidade. UFPA, 2018.

SILVA, Lúcia Isabel C. MORAIS, Eduardo Silva de. SANTOS, Mateus Souza dos. COVID-19 e população negra: desigualdades acirradas no contexto da pandemia. *Revista Thema*. v. 18, Especial, 2020. p. 301-318

SILVA, Maria L. Racismo no Brasil: Questões para psicanalistas brasileiros In: KON, N. M. ABUD, C. C. SILVA, M. L. **O Racismo e o Negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SILVA, Martiniano J. **RACISMO À BRASILEIRA**: Raízes Históricas – um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil. 4ª edição, 2009

SILVA, Wilson Honório da. *O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

SOUSA, Maria C. L. Rede de proteção social frente à violência contra crianças e adolescentes: um estudo a partir do Conselho Tutelar III de Ananindeua/PA. 2018. 151 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém., 2018.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Coleção tendências, vol. Nº 4.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

VIDEIRA, Piedade L. **Batuques, folias e ladainhas**: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

## FONTES

Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2014.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.  
Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/belem\\_pa](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/belem_pa)  
Acessado em: 12 de dezembro de 2019

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF. Senado, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Agência de Notícias. PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. Junho de 2019.  
<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>>

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Mercado de Trabalho Brasileiro, 1º trimestre de 2019. Brasília

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **PAS** – Pesquisa Anual de Serviços, 2017. Agência de Notícias do IBGE publicado em 24/11/2017 e atualizado em 27/11/2017. “Disponível em:” <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>>

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA). Brasília: DF. 1990.

BRASIL. Lei Nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília: DF.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Emenda Constitucional Nº 95**, de 15 de dezembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Taxa de Distorção Idade-Série – Brasil, Regiões Geográficas e Unidades da Federação – 2020. Brasília: Ministério da Educação, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão

Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CERQUERIA, Daniel. *et al.* **Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Nota Técnica 18. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília, maio de 2016a.

CERQUEIRA, Daniel. *et al.* **Atlas da Violência 2016**. Nota Técnica. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, março de 2016b.

CERQUEIRA, Daniel. *et al.* **Atlas da Violência 2017**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro, junho de 2017.

CERQUEIRA, Daniel. *et al.* **Atlas da Violência 2018**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro, junho de 2018.

CERQUEIRA, Daniel. *et al.* **Atlas da Violência 2019**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo, 2019.

Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Atualização - Junho de 2016 / (Org.) Thandara Santos; colaboração Marlene Inês da Rocha [et al.] Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

Plano de Lutas do MNU Aprovado no 17º Congresso realizado em Salvador nos dias 15, 16 e 17 de agosto de 2014. **Jornal Nacional do MNU - AGO/SET/OUT/2014**. pp. 4-7, “Disponível em:” [https://mnu.org.br/wp-content/uploads/2017/12/jornal\\_2014.pdf](https://mnu.org.br/wp-content/uploads/2017/12/jornal_2014.pdf) Acessado em: 21 de janeiro de 2020.

PPP. PARÁ. **Projeto Político Pedagógico** da Escola Estadual de Ensino Médio Governador Alexandre Zacharias de Assumpção. Governo do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Educação. Belém – PA, 2014.

Relatório de Pesquisa. Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum (Componente 2) – Região Metropolitana de Belém. Ipea, Rio de Janeiro, 2016.

Sites visitados:

<http://seguridadjusticiaypaz.org.mx/seguridad/1567-estudio-las-50-ciudades-mas-violentas-del-mundo-2018> Acessado em: 15 de agosto de 2019

<https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/diretora-da-vogue-brasil-e-criticada-por-festa-considerada-racista/> Acessado em: 15 de agosto de 2019

<https://revistaforum.com.br/brasil/empresa-e-acusada-de-racismo-festa-tema-escravidao/> Acessado em: 15 de agosto de 2019

<https://www.seplan.pa.gov.br/com-53-áreas-tituladas-pará-é-o-estado-que-mais-reconhece-comunidades-quilombolas> Acessado em: 12 de dezembro de 2019

[https://pib.socioambiental.org/pt/Localização e extensão das TIs](https://pib.socioambiental.org/pt/Localização_e_extensão_das_TIs) Acessado em: 12 de dezembro de 2019

<https://www.cptnacional.org.br/mnc/index.php> Acessado em: 12 de dezembro de 2019

<https://www.mabnacional.org.br/> Acessado em: 12 de dezembro de 2019

<http://www.cedenpa.org.br/> Acessado em: 27 de janeiro de 2020



## APÊNDICE A

**ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DO GRUPO DE DIÁLOGO SOBRE  
RACISMO E PRECONCEITO**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>TEMPO</b>	<b>RECURSOS</b>
1º momento: Recepção dos Adolescentes e Jovens	Registro descritivo e fotográfico das atividades Ambiente previamente organizado em círculo.	10 minutos	- Folha de Frequência - Gravador
2º momento: Dinâmica com tarjetas e conversaço	Entregar para os alunos uma tarjeta de papel em que estará escrito pessoas brancas / pessoas negras. Para cada lado do papel escrever 5 palavras que elas associem às pessoas brancas e às pessoas negras, quando escutam essas palavras. Depois as palavras deverão ser lidas em voz alta e anotadas no quadro branco. Após as palavras serem ditas/escritas, propiciar uma reflexão com os alunos acerca do porquê da associação de cada palavra com um grupo de pessoas, brancas ou negras.  - Em que as associações expressas se assemelham e em que elas se diferenciam? - Como e onde essas associações ocorrem no dia- a-dia?	35 minutos	- tarjetas brancas;  - canetas (alunos);  - quadro branco ou papel 40k;
3º momento: Aprofundando o diálogo	Apresentar algumas fotos em que se evidencia os efeitos do racismo na realidade brasileira (imagens afixadas na parede) e após a circulação dos alunos para visualização das imagens, pedir aos alunos que respondam às questões:  - o que sinto? - o que sei? - o que posso fazer?	25 minutos	- imagens impressas;
4º momento: Reflexão final	Assistir e fazer a reflexão final a partir do vídeo da cantora Bia Ferreira com a música “Cota não é esmola” que expõe as dificuldades que uma pessoa preta e periférica enfrenta para conseguir estudar.	15 minutos	- data show;

**APÊNDICE B**

Cronogramas de realização dos Grupos de Diálogos realizados, pelo GEPJUV, na Escola Estadual de Ensino Médio Governador Alexandre Zacharias de Assumpção

**1. Identidade**

GD	Turma	Data	Horário	Nº de Participantes	Idade
1	103	16/04/2019	13h30	22	14 a 18 anos
2	203	07/05/2019	13h30	35	16 a 23 anos
3	302	14/05/2019	13h30	28	16 a 22 anos

Fonte: Própria (2019)

**2. Participação e Sociabilidades:**

GD	Turma	Data	Horário	Nº de Participantes	Idade
4	103	09/05/2019	13h30	23	14 a 17 anos
5	203	27/05/2019	13h30	28	16 a 23 anos
6	302	28/05/2019	13h30	28	16 a 22 anos

Fonte: Própria (2019)

**3. Racismo e Preconceito**

GD	Turma	Data	Horário	Nº de Participantes	Idade
7	103	29/05/2019	13h30	21	14 a 26 anos
8	203	14/08/2019	13h30	25	16 a 23 anos
9	302	20/08/2019	13h30	19	16 a 22 anos

Fonte: Própria (2019)

**4. Violência**

GD	Turma	Data	Horário	Nº de Participantes	Idade
10	103	18/09/2019	13h30	19	14 a 22 anos
11	203	16/09/2019	13h30	25	16 a 23 anos
12	302	13/09/2019	13h30	18	17 a 22 anos

Fonte: Própria (2019)

**APÊNDICE C****COMPLEMENTO DE FRASES**

1. Minha mãe \_\_\_\_\_
2. Minha avó \_\_\_\_\_
3. Meu avô \_\_\_\_\_
4. Meu pai \_\_\_\_\_
5. Meu padrasto \_\_\_\_\_
6. Minha irmã \_\_\_\_\_
7. Meu cunhado \_\_\_\_\_
8. Meus sobrinhos \_\_\_\_\_
9. Minha namorada \_\_\_\_\_
10. Meus amigos(as) \_\_\_\_\_
11. Minha escola \_\_\_\_\_
12. Minhas disciplinas favoritas são \_\_\_\_\_
13. Meus colegas da escola \_\_\_\_\_
14. Minha cidade \_\_\_\_\_
15. Meu bairro \_\_\_\_\_
16. Quando eu saio vou pra \_\_\_\_\_
17. Eu gosto de \_\_\_\_\_
18. Meu estilo musical é \_\_\_\_\_
19. Meu visual \_\_\_\_\_
20. Meu corpo \_\_\_\_\_
21. Meu cabelo \_\_\_\_\_
22. Meus olhos \_\_\_\_\_
23. Minha pele \_\_\_\_\_
24. Minhas melhores atitudes \_\_\_\_\_
25. Esperam que eu \_\_\_\_\_
26. Tenho dificuldade \_\_\_\_\_
27. Prefiro \_\_\_\_\_
28. O tempo mais feliz \_\_\_\_\_
29. Com frequência eu sinto \_\_\_\_\_
30. Meu maior problema \_\_\_\_\_
31. Aprendi \_\_\_\_\_
32. Sinto que estou melhor \_\_\_\_\_
33. Não posso \_\_\_\_\_
34. Lamento \_\_\_\_\_
35. Meu maior temor \_\_\_\_\_
36. Sofro \_\_\_\_\_
37. Desejo \_\_\_\_\_
38. A felicidade \_\_\_\_\_
39. Considero que posso \_\_\_\_\_
40. A preocupação principal \_\_\_\_\_
41. Queria \_\_\_\_\_
42. Esforço-me diariamente \_\_\_\_\_

## APÊNDICE D

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### Pesquisa: **Juventude negra e escola: desigualdades, protagonismo e o potencial transformador da diversidade**

Você está sendo convidado(a) para participar do estudo “Juventude negra e escola: desigualdades, protagonismo e o potencial transformador da diversidade”, cujo objetivo consiste em obter uma compreensão abrangente da diversidade de juventudes e experiências juvenis de estudantes de escolas públicas da periferia da cidade de Belém-PA, identificando os processos de desigualdades, racismo e violências vivenciadas pelos jovens, bem como, “suas experiências de sociabilidade e cultura, de forma a caracterizar o potencial destas experiências como subsídios à proposição de políticas públicas para as novas gerações, com foco na construção de processos educativos em educação antirracista, diversidades e juventude. A pesquisa será realizada através de instrumentos como: Grupo de Diálogo; Diário de Vivências; Dinâmica de Conversação; Observação. Esclarecemos que a participação é totalmente voluntária, podendo o(a) senhor(a) solicitar a recusa ou desistência de participação do mesmo a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo. Esclarecemos, também, que as imagens, gravações, declarações e outras informações produzidas no desenvolvimento da pesquisa serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa (ou para esta e futuras pesquisas) e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade do adolescente ou do jovem. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Ao concordar com esta pesquisa, o(a) participante não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo possa evidenciar como se configura a exposição ao racismo na periferia de Belém e quais as implicações deste no desenvolvimento subjetivo de jovens, visando contribuir com outros processos formativos e construção de novas subjetividades. O sujeito não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Belém, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do sujeito /representante responsável

Belém, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura da testemunha (para caso de sujeitos menores de 18 anos, analfabetos, semi-analfabetos ou portadores de deficiência auditiva ou visual, privados de liberdade e etc...)

Belém, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Lúcia Isabel da Conceição Silva  
(91) 98021-1688  
Coordenadora Geral da Pesquisa

Belém, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Adriana Dias de Moura  
(91) 98172-0413  
Responsável direto pela pesquisa

**TERMO DE ASSENTIMENTO PARA MENORES DE 18 ANOS.**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Juventude negra e escola: desigualdades, protagonismo e o potencial transformador da diversidade”. Nesta pesquisa pretendemos obter uma compreensão abrangente da diversidade de juventudes e experiências juvenis de estudantes de escolas públicas da periferia da cidade de Belém-PA, identificando os processos de desigualdades, racismo e violências vivenciadas pelos jovens, bem como, “suas experiências de sociabilidade e cultura, de forma a caracterizar o potencial destas experiências como subsídios à proposição de políticas públicas para as novas gerações, com foco na construção de processos educativos em educação antirracista, diversidades e juventude. A pesquisa será realizada através de instrumentos como: Grupo de Diálogo; Diário de Vivências; Dinâmica de Conversação; Observação. Para participar desta pesquisa, o(a) responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O(A) responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador(a) que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Esta pesquisa apresenta risco mínimo (ou risco maior que o mínimo, se for o caso), isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler e etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo “.... Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confiabilidade e de esclarecimentos. Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos resultados do estudo quando necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido. Agradecemos a colaboração aos participantes e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a coordenadora Profa. Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva (3233-0606). Caso tenha alguma dúvida, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Hospital Universitário João de Barros Barreto estará à disposição no telefone (91) 3201-6754.

Belém, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante  
Belém, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019

Belém, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019

\_\_\_\_\_  
Assinatura dos pais/responsáveis do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável